UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

LEILA DE FÁTIMA DE OLIVEIRA MONTE

HETEROGENEIDADE, DIVERSIDADE E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE E DO ESTADO INDIANO: Uma Análise Multidisciplinar

RIO DE JANEIRO
2025

Leila de Fátima de Oliveira Monte

HETEROGENEIDADE, DIVERSIDADE E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE E DO ESTADO INDIANO: Uma Análise Multidisciplinar

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Economia Política Internacional.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Alberto Crespo

RIO DE JANEIRO
2025

M772h Monte, Leila de Fátima de Oliveira.
Heterogeneidade, diversidade e contradições da sociedade e do Estado indiano: uma análise multidisciplinar / Leila de Fátima de Oliveira Monte. – 2025.
280 f.

Orientador: Eduardo Alberto Crespo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2024.
Bibliografia: f. 262 - 268.

1. Índia – Política e governo. 2. Sociedade. 3. Heterogeneidade. 4. Castas – Índia. I. Crespo, Eduardo Alberto, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 351.54

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária: Luiza Hiromi Arao CRB 7 – 6787
Biblioteca Eugênio Gudin/CCJE/UFRJ

Leila de Fátima de Oliveira Monte

HETEROGENEIDADE, DIVERSIDADE E CONTRADIÇÕES DA SOCIEDADE E DO ESTADO INDIANO: Uma Análise Multidisciplinar

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção ao título de Doutora em Economia Política Internacional.

Aprovada em: 17/04/2025

Profº. Dr. Eduardo Alberto Crespo – UFRJ/PEPI (Orientador)

Profº. Dr. Numa Mazat – UFRJ/PEPI – Examinador Interno

Profº. Dr. Nicholas Miller Trabet – UFRJ/PEPI – Examinador Interno

---

Profº.Dr.Manuel Gonzalo -Universidad General Sarmiento da Argentina – Examinador Externo

---

Profº. Dr. Márcio Júnior Benassuly Barros – UFOPA – Examinador Externo

---

Profº. Dr. Alexis Nicolas Saludjan– UFRJ/PEPI – Suplente Interno

---

Profº. Drª. Javier W. Ghibaudi – Universidade Federal Fluminense (UFF) – Suplente Externo

À minha mãe Doraci de Oliveira Monte, ao meu pai Raimundo Ferreira do Monte, as minhas irmãs Lilian de Nazaré de Oliveira Monte e Leda Cristina de Oliveira Monte e ao meu sobrinho David Cristian Monte Cordeiro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, o Grande Arquiteto do Universo, que com sua bondade infinita, me iluminou e possibilitou chegar até aqui. Permitindo atingir essa grandiosa meta, com Fé e imensurável felicidade.

Agradeço à minha linda e maravilhosa família que me cercou de amor e muita compreensão nesses quatro anos de doutorado, em especial a minha irmã Lilian de Nazaré de Oliveira Monte que assumiu as responsabilidades de cuidar do nosso lar e do nosso patrimônio, em especial os mais importantes, nossos pais, Doraci de Oliveira Monte e Raimundo Ferreira do Monte. A você meu carinho por toda a vida.

Á minha amiga Andrea Pinheiro que esteve presente quando eu mais precisei, principalmente no momento das provas de seleção de doutorado da UFRJ/IE/PEPI. A você, meu amor, carinho e respeito. Ao meu amigo Thiago Sabino de todas as horas que me honrou com a produção de mapas maravilhosos que ilustraram essa Tese.

Devo reconhecer e agradecer às Instituições, no caso, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em especial ao Instituto Ciências da Sociedade (ICS), e ao Curso de Ciências Econômicas, do qual sou integrante como docente e a todos meus colegas professores e professoras, pelo apoio e compreensão do meu afastamento para cursar este doutorado.

Não poderia esquecer dos meus queridos alunos do curso de Economia da UFOPA, especialmente os bolsistas que fazem parte do Observatório de Socioeconomia de Santarém (OBESSAN), que me apoiaram nestes últimos momentos de preparação da defesa desta Tese. A vocês, meus sinceros agradecimentos.

Dentro dessa linha, sou agradecida também a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial, ao Programa de Economia Política Internacional (PEPI), por me aceitar como aluna, e assim, obter conhecimentos que serão indelevelmente fundamentais para minha trajetória de vida, em particular para a continuidade de minha missão como professora e pesquisadora.

Aproveito para agradecer ao meu orientador professor Doutor Eduardo Crespo, por me orientar neste tema tão importante. Sempre atencioso e dedicado em todas as etapas da produção

desta tese. A você, meu carinho e respeito. Graças ao vosso incentivo, ideias, ponderações metodológicas e teóricas, esta pesquisa foi realizada.

Agradeço também aos professores Doutores Numa Mazat e Manoel Gonzalo pelas valiosas colaborações que a mim foram dadas no dia 9 de julho de 2021, momento de qualificação da minha tese de doutorado. A todos, meu carinho e respeito. Meus agradecimentos se estendem aos professores Márcio Benassuly, meu colega da UFOPA, que aceitou o convite para participar da avaliação deste trabalho e ao Nicholas Trebat, o qual admiro como professor e pesquisador. Meus sinceros agradecimentos a todos, as vossas colocações foram pertinentes para que essa pesquisa continue no futuro.

“Com suas dimensões continentais, tradições vibrantes, religiões vivas, diversidade étnica e linguística, mercado em expansão, crescimento econômico constante, conflitos étnico e religioso, pobreza em massa, privação e violência de gênero, a Índia contemporânea é um feixe de contradições” (Subrata Mitra, 2017, p. 3).

RESUMO

MONTE, Leila de Fátima de Oliveira. **Heterogeneidade, Diversidade e Contradições da Sociedade e do Estado Indiano:** Uma Análise Multidisciplinar. Rio de Janeiro, 2025. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

Esta Tese tem como objetivo analisar os fatores que tornam a sociedade e o Estado indiano heterogêneo, diverso e contraditório. Para a investigação desta temática, adotamos como hipótese que essas características da sociedade indiana não se explicam somente pela presença do Sistema de Casta Hindu, mais também, pelas raízes históricas da sua civilização que a torna um feixe de contradições. Para isso, se fez necessário adotar como instrumento teórico e metodológico, a abordagem de análise multidisciplinar. Deste modo, os principais resultados obtidos apontam que este tipo de abordagem foi essencial para a compreensão da complexidade desta sociedade que tem suas raízes fincadas no seu passado histórico, em especial, na sua formação política que foi moldada por diversos impérios e povos que trouxeram consigo seus costumes, tradições, culturas e religiões ultrapassando os muros do Império Colonial até sua independência em 1947. Neste ínterim, o atual Estado Indiano pode ser visto como multifacetado e multiclasses, com as suas contradições sociais em termos de pobreza, concentração de renda e exclusão social, principalmente nas áreas rurais, aonde a taxa de alfabetização é menor. Por outro lado, a Índia ocupa a quinta posição no ranking das maiores economias do mundo, ultrapassando o Reino Unido, seu antigo opressor, além de ser uma das nove nações que se destacam na indústria de armamento nuclear, destaque também na produção de serviços de alta tecnologia, criação de empregos, principalmente nos setores de eletrônicos, têxteis e automotivo, que são estratégicos para o país. Enfim, essa é a Índia, o país dos contrastes.

Palavras-Chave: Heterogeneidade; Contradições Sociais; Estado Multiclasses; Sistema de Castas; Sociedade indiana.

ABSTRACT

MONTE, Leila de Fátima de Oliveira. **Heterogeneity, Diversity and Contradictions of Indian Society and State: A Multidisciplinary Analysis**. Rio de Janeiro, 2025. Thesis (PhD in International Political Economy) – Institute of Economics, Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2025.

This thesis aims to analyze the factors that make Indian society and the State heterogeneous, diverse and contradictory. To investigate this theme, we adopted as a hypothesis that these characteristics of Indian society are not explained solely by the presence of the Hindu Caste System, but also by the historical roots of its civilization that make it a bundle of contradictions. To this end, it was necessary to adopt the multidisciplinary analysis approach as a theoretical and methodological instrument. Thus, the main results obtained indicate that this type of approach was essential for understanding the complexity of this society that has its roots in its historical past, especially in its political formation that was shaped by various empires and peoples who brought with them their customs, traditions, cultures and religions beyond the walls of the Colonial Empire until its independence in 1947. In the meantime, the current Indian State can be seen as multifaceted and multiclass, with its social contradictions in terms of poverty, income concentration and social exclusion, especially in rural areas, where the literacy rate is lower. On the other hand, India ranks fifth in the ranking of the world's largest economies, surpassing the United Kingdom, its former oppressor, and is one of the nine nations that stand out in the nuclear weapons industry, as well as in the production of high-tech services and job creation, especially in the electronics, textiles and automotive sectors, which are strategic for the country. In short, this is India, the country of contrasts.

Keywords: Heterogeneity; Social Contradictions; Multiclass State; Caste System; Indian Society.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Quadro 1 - Síntese da Estrutura da Lei de Governo da Índia de 1919: Reforma de Montague-Chelmsford..... 96
Quadro 2 - Lei de Proteção dos Direitos Civis de 1976 que aboliu a prática da intocabilidade na Índia..... 102
Quadro 3 - Total de Domicílios na Índia que abrigam famílias de Castas programadas, segundo o Censo da Índia de 2011..... 106
Quadro 4 - Domicílios rurais com famílias pertencentes a Castas Programadas estratificadas, segundo a fonte de renda (em %) relação ao total de domicílios na Índia para o ano de 2011..... 108
Quadro 5 - Domicílios rurais com famílias pertencentes a Castas Programadas estratificados segundo o tipo de emprego em setor público e setor privado (em %) relação ao total de domicílios na Índia para o ano de 2011..... 110
Mapa 1 - O Subcontinente Indiano..... 117
Mapa 2 - Distribuição dos Idiomas mais falados na Índia atualmente, por Estados e União Territorial Indiana..... 123
Mapa 3 - Principais Grupos Linguísticos do Sul da Ásia..... 124
Mapa 4 - Localização Geográfica das Cidades de Harappa e Morenjo Daro na Civilização Harappa..... 132
Quadro 6 - Principais Características dos Arranjos Políticos e Econômicos da Civilização Harappa..... 133
Mapa 5 - Distribuição dos Principais Locais da Civilização Harappa..... 135
Quadro 7 - Arranjos Políticos e Econômicos Predominantes nos Territórios das Mahajanapadas..... 137
Quadro 8 - Linhagem, Clã e Tribos..... 138
Mapa 6 - Disposição dos Dezesseis Territórios da Era Mahajanapadas no Subcontinente Indiano..... 141
Quadro 9 - Visão Geral sobre os 16 Mahajanapadas na Índia Antiga..... 142
Mapa 7 - O Império Maurya (322 a.C a 185 a. C)..... 149
Quadro 10 - Arranjos Políticos, Econômicos e religiosos Predominantes no Império Maurya..... 151
Quadro 11 - Arranjos Políticos, Econômicos e religiosos Predominantes no Império Gupta..... 160
Mapa 8 - Reinos Vizinhos e o Império Gupta..... 163
Mapa 9 - Sultanato de Delhi no Império Mughal..... 169
Quadro 12 - Arranjos Políticos, Econômicos e religiosos Predominantes no Sultanato de Delhi..... 169
Quadro 13 - Ascensão e Expansão do Islã..... 171
Quadro 14 - Arranjos Políticos, Econômicos e religiosos Predominantes no Império Mughal..... 175
Figura 1 - Sistema de Castas e a sua Hierarquia na Índia..... 71

Figura 2 - Primeiro Ministro Jawahal Nehru discursando no Forte Vermelho no dia 5 de agosto de 1947..... 208
Figura 3 - Manchete do Jornal “The Hindustan Dimes” sobre o fim do Domínio Britânico na Índia..... 209
Mapa 10 - Inventários Globais de Armas Nucleares em Janeiro de 2024..... 220
Figura 4 - Evolução da Pobreza nos Estados Indianos situados nas áreas urbanas e rurais no período de 1983 a 2005..... 241

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxas de Alfabetização por estudos indianos no período de 1951 a 2011..... 246
Tabela 2 - Expectativa de Vida ao Nascer e Taxa de Fertilidade Total para os principais Estados Indianos para os anos de 2014 a 2020..... 249
Tabela 3 - Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Taxa de Mortalidade Infantil por Estado Indiano para os anos de 2010 e 2020..... 251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BAD	Banco Asiático de Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CNPC	Comissão Nacional para Castas Programadas
EIC	East India Company
FBCF	Formação Bruta do Capital Fixo
FMI	Fundo Monetário Internacional
ICS	Indian Civil Service
ICANW	International Company to Abolish Nuclear Weapons
INC	Indian National Congress
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PFCE	Private Final Consumption Expedicture
PCC	Partido Comunista Chinês
PPC	Paridade de Poder de Compra
Scs	Sheduled Castes
STs	Sheduled Tribes
TI	Tecnologia da Informação
UE	União Europeia
VAB	Valor Adicionado Bruto
ZEES	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 17
2 O ESTADO E A SOCIEDADE EM UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DA SOCIOLOGIA..... 23
2.1 DINÂMICA DA SOCIEDADE E ESTADO NO CONTEXTO CAPITALISTA: OS CONFLITOS DISTRIBUTIVOS DE CLASSES..... 23
2.2 ENTENDENDO OS CONCEITOS DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL..... 40
3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE OS AUTORES OCIDENTAIS E INDIANOS SOBRE A SOCIEDADE INDIANA..... 48
3.1 IDEIAS DE AUTOSSUFICIÊNCIA E O MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO NA VISÃO DE KARL MARX SOBRE A SOCIEDADE INDIANA..... 48
3.2 CRÍTICAS À VISÃO DE KARL MARX..... 52
3.3 AS VISÕES DOS SOCIÓLOGOS OCIDENTAIS SOBRE A ÍNDIA E A SUA SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES DE SPENCER, WEBER E DURKEIM..... 57
3.3.1 O Darwinismo Social e a Sociedade Indiana pelas lentes evolucionistas de Herbert Spencer..... 57
3.3.2 A Rígida Divisão do Trabalho no sistema de castas Hindu na perspectiva de Marx Weber..... 59
3.3.3 Émile Durkheim e a aplicação do conceito de Solidariedade Mecânica à Sociedade Indiana..... 64
3.4 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E HETEROGENEIDADE NA SOCIEDADE INDIANA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA DE CASTAS..... 69
3.4.1 Abordagem Indológica da Sociologia Indiana e a Estrutura do Sistema de Castas..... 72
3.4.2 O Sistema de Castas na Índia sob o olhar ocidental do Sociólogo Louis Dumont..... 77
3.4.3 As mudanças no Sistema de Castas na Sociedade Indiana: Abordagem Sociológica Estrutural-Funcional..... 86
3.4.4 O Sistema de Castas no Estado Indiano Contemporâneo..... 98
3.5 CONHECENDO A DIVERSIDADE DA SOCIEDADE INDIANA QUANTO À SUA ÁREA GEOGRÁFICA, LINGUÍSTICA E RELIGIOSA... 117
3.6 ELEMENTOS ÉTNICOS QUE COMPÕEM A SOCIEDADE INDIANA..... 127
4 O MOSAÍCO DE REINOS E IMPÉRIOS QUE CONFIGURARAM A HETEROGENEIDADE DOS ARRANJOS POLÍTICOS NA ÍNDIA..... 131
4.1 O ESTADO INDIANO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA: DA CIVILIZAÇÃO HARAPPA AO IMPÉRIO BRITÂNICO.... 131
4.2 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO IMPÉRIO MAURYA..... 148
4.2.1 Dimensões Religiosas versus Políticas no Império Maurya..... 151

4.3 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS PREDOMINANTES NO IMPÉRIO GUPTA..... 159
4.4 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO SULTANATO DE DELHI..... 168
4.5 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO IMPÉRIO MUGHAL..... 174
4.6 ARRANJOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ÍNDIA DURANTE O IMPÉRIO BRITÂNICO..... 182
5 HETEROGENEIDADES RELIGIOSAS E A REPARTIÇÃO DO TERRITÓRIO INDIANO..... 205
6 HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL ECONÔMICA NA ÍNDIA: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA..... 224
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 253
REFERÊNCIAS..... 262
GLOSSÁRIO..... 269
ANEXOS..... 271

1 INTRODUÇÃO

A Índia, uma das civilizações mais antigas do mundo, emerge como uma das economias de crescimento mais rápido no cenário global. Com o quinto maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, a sua taxa de crescimento em 2023 foi de 8%, ultrapassando a economia do Reino Unido, sendo impulsionado pelos investimentos em infraestrutura pública e das famílias no setor imobiliário, o que lhe proporcionou uma rápida recuperação pós-período pandêmico impulsionando sua competitividade no comércio global, com destaque para os setores estratégicos de serviços em tecnologia e informação, empresariais e farmacêuticos[1].

Além do contexto econômico, ela vem se destacado no âmbito geopolítico, quando ampliou a sua influência ao participar ativamente de fóruns globais como o G20, o BRICS e a Organização Mundial do Comércio (OMC). O objetivo do país é diversificar suas relações comerciais com grandes economias e reforçar laços regionais na Ásia e parcerias estratégicas com os Estados Unidos e a União Europeia, visando aumentar a resiliência de sua economia e reduzir dependências em áreas críticas, como tecnologia e energia, equilibrando relações com potências globais e países vizinhos para promover seus interesses econômicos, políticos e de segurança[2].

Neste campo diplomático, as suas relações com os Estados Unidos têm se intensificado, especialmente nas áreas de defesa, tecnologia e cooperação econômica. Esta parceria foi reforçada com uma aliança informal que inclui Japão e Austrália no intuito de promover uma região Indo-Pacífico livre e aberta, além de conter a influência da China[3]. A cooperação em tecnologia, incluindo inovação e segurança cibernética, também é central no relacionamento com ambos os países que juntos investem em intercâmbios em ciência e tecnologia. Ainda neste campo diplomático, a Índia participa dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com o objetivo de diversificar suas parcerias comerciais, reduzir dependências de mercados tradicionais e consolidar sua posição como potência emergente atual. Outro aspecto observado, diz respeito aos altos investimentos realizados em armamentos nucleares que a deixa como uma das nove nações, a saber, Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel que mais se destacam neste quesito (Índia, 2024).

No entanto, todo este destaque mundial e dinamismo econômico contrasta com a verdadeira realidade social, política e cultural do país. Com mais de 1,4 bilhão de pessoas, a

[1] Cf. World Economic Outlook India (2023).
[2] *Ibidem*., p.23.
[3] FMI (2023).

Índia é considerada a maior democracia do mundo, mas também, uma nação multifacetada, marcada por uma rica tapeçaria de culturas, línguas, religiões e um rigoroso sistema hierárquico e excludente chamado sistema de castas. Autores como Chandra, Mukherjee e Mukherjee (2007) e Mitra (2017) a mencionam como um grande quebra-cabeça, um enigma, que abriga uma democracia barulhenta, eficaz e resiliente, ao mesmo tempo, que é intrigante entender a sua estrutura moderna, com grandes destaques mundiais, tais como vistos anteriormente, e a sua parte tradicional que é marcada por uma sociedade estratificada em sistemas de castas, miséria urbana, bolsões de pobreza e concentração de renda, privação e violência de gêneros, entre outros pontos que caracterizam este país como uma estrutura estatal multifacetada com a sua sociedade heterogênea, estratificada e excludente.

Compreende-se que antes da Índia emergir como uma nação independente, ela viveu um século e meio sob o domínio britânico colonial. Desde esse período até as lutas em prol da sua independência em 1947, o seu território era considerado intricado com uma economia estagnada e uma sociedade fragmentada. Essas foram as heranças coloniais deixadas pelos britânicos à nação recém-criada. Diante deste cenário adverso, os seus fundadores compreenderam que era necessário construir uma sociedade democrática e civil em meio a uma nação com a maioria das pessoas analfabetas, concentração de renda e exclusão social, além de assimilarem que o desenvolvimento econômico seria a chave necessária para reverter essa situação social[4].

É neste contexto que esta tese está amparada para responder a seguinte pergunta-problema que guiará este estudo: Quais são as raízes históricas, políticas, sociais, culturais, étnicas e econômicas que caracterizam a sociedade e o estado indiano como um país tão heterogêneo, diverso e contraditório? No contexto geral desta pergunta-problema, alguns questionamentos específicos e complementares surgiram: Até que ponto a diversidade da Índia pode ser considerada positiva e/ou negativa para a sociedade indiana? Será que essa diversidade é acompanhada pela exclusão? De que forma a Constituição Indiana contemplou em seus textos a inclusão dessa diversidade?

Nossa hipótese de pesquisa considera que a heterogeneidade, diversidade e contradições da sociedade indiana não se explica somente com a análise do sistema de casta Hindu. As questões relacionadas as raízes históricas da sua civilização que englobam as migrações constantes de povos, formações de impérios com seus arranjos políticos diversos e contradições sociais, seria a segunda linha de investigação para entender o porquê da Índia contemporânea ser considerada um feixe de contradição. Para isso, se faz necessário adotar como instrumento

[4] Cf. Mitra (2017, p.17).

teórico e metodológico a abordagem de análise multidisciplinar que contemplem a revisão da literatura em áreas diversas, tais como a sociologia, economia, geografia, antropologia e história. Desses pontos de vistas, se torna mais claro investigar a temática e responder as perguntas-problemas formuladas neste trabalho e comprovar a veracidade ou não da hipótese aqui adotada.

Diante disso, o objetivo geral desta tese consiste na análise dos fatores que tornam a sociedade e o Estado indiano heterogêneo, diverso e contraditório. Frente ao aprofundamento da discussão crítica desses fatores e eventos históricos, delineou-se os seguintes objetivos específicos: a) realizar revisão da literatura com base em autores da Sociologia, Economia, Geografia, Antropologia e História acerca da formação da sociedade e estado indiano; b) realizar revisão da literatura sobre o Sistema de Castas na Índia, tomando como base a análise dos sociólogos indianos e ocidentais com a intenção de captar as suas convergências e divergências em torno deste sistema na sociedade indiana antiga e contemporânea; c) Retratar a diversidade da sociedade indiana em termos de cultura, língua, etnia, geografia, economia, tomando como base a revisão da literatura, a pesquisa de dados secundários e as análises de relatórios técnicos do governo deste país; d) Captar, historicamente, a formação dos grandes impérios e reinos na Índia, durante as suas fases antiga, média, moderna e contemporânea com o propósito de entender as raízes da formação da nação indiana; e) Retratar as diversidades e contradições sociais deste país e os seus reflexos em sua Sociedade e Estado.

A escolha da temática em questão como objeto de estudo foi motivada em função da existência de uma expressiva lacuna de estudos científicos que expliquem de forma contundente a problemática estabelecida e a sua interferência na sociedade e Estado Indiano. Esta lacuna foi observada principalmente nos estudos de autores ocidentais que de forma geral não se interessam muito pelo estudo da História Política Indiana e muito menos pela análise da diversidade intrínseca a esta sociedade. Nas análises das relações entre Política e Estado, Sociedade e Diversidade, a discrepância de pesquisas e estudos científicos entre esses autores é muito maior. Apesar disso, alguns autores ocidentais se destacaram na análise de um dos principais componentes da sociedade indiana, o Sistema de Castas, entre eles, Louis Dumont *(1966, 1970)*, que estudou os dois tipos de sociedades, *Homo Hierarchicus* (caracterizada pela hierarquia) e *Homo Aequalis* (sociedade igualitária), usando o conceito de holismo e individualismo e se destacando como o primeiro autor ocidental a aplicar a Teoria Sociológica ao Sistema de Castas, concentrando-se em suas especificidades empíricas.

Nesta linha de análise e seguindo a lógica da hipótese traçada neste estudo, *o corte temporal* da temática proposta obedecerá a uma linha do tempo que passará pela Índia antiga, média, moderna e contemporânea para realizar um balanço historiográfico dos fatores internos e externos que deram origem às heterogeneidades desta sociedade. Observou-se que esta investigação se insere em um contexto muito extenso da história da Índia. Para isso, propomos analisar no período da Índia Antiga, a cultura dos povos Arianos e o seu impactou na organização política das tribos, assim como, o surgimento da relação Instituições Políticas versus Religiões Védicas e na hierarquização da sua sociedade por meio do Sistema de Castas (Romila, 1966).

No período da Índia Medieval surgem os primeiros Impérios, entre eles Guptas, Maurya e na sequência, a Índia Moderna com os Impérios Mughal e Britânico. A formação do Estado Indiano independente (1947 até 2024) se insere no contexto da Índia contemporânea. Levando em consideração o legado histórico e institucional de cada uma dessas fases da história da Índia, adotamos como critério de análise: identificar de que forma os arranjos políticos institucionais de cada fase foram estruturados, e na sequência, verificar se a diversidade presente nesta sociedade interferiu na formação dos seus respectivos Estados.

Assim, adotou-se como procedimento metodológico, a revisão bibliográfica como uma das técnicas de pesquisa que, de forma geral, busca colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do tema em questão. Para tanto, utilizou-se um extenso levantamento bibliográfico, documental e estatístico, junto as instituições públicas e privadas indianas, destacando a literatura de autores renomados que atuam nas áreas de conhecimentos da Sociologia Indiana e da História Política Indiana.

Como método de abordagem, adotamos o hipotético-dedutivo que nos ajudou na percepção de uma lacuna na temática trabalhada nesta tese referente à escassez de estudos mais robustos sobre os fatores geradores da complexidade da sociedade indiana. Para a consecução desta análise, adotamos o método de procedimento histórico que consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições sociais e políticas, no caso da Índia, alcançaram as suas formas atuais através de alterações de suas partes componentes ao longo do tempo, sendo influenciadas por diversos fatores geradores de complexidades que a transformaram historicamente.

Além do material bibliográfico e empírico referente à temática em questão segundo as abordagens propostas acima, passando por estudos, trabalhos de autores ocidentais e, sobretudo, indianos, usaremos a coleta de dados estatísticos do último Censo da Índia realizado para o ano

de 2011 e as projeções efetuadas para anos posteriores pelo Governo da Índia sobre os aspectos populacionais, demográficos, sociais, culturais, religião e idiomas que caracterizam a sociedade indiana. Os dados coletados passaram por tratamento estatístico específicos para atender aos objetivos desta pesquisa e, posteriormente, foram dispostos no corpo desta tese através de gráficos, tabelas e mapas.

Particularmente no que diz respeito à exposição das informações e à construção da análise, faremos o uso intensivo de mapas e algumas fotos. Os mapas tornaram-se necessários devido à relevância dada à geografia na compreensão das diversidades existentes na Índia. O uso de imagens servirá para ilustrar alguns momentos ou períodos particulares que sejam pertinentes para o leitor as visualizar a fim de ajudá-los no entendimento do problema desta tese.

Encerrando esta introdução, explicitaremos a seguir um breve relato sobre a estrutura desta Tese, que está composta por sete capítulos, sendo que o ***Capítulo 1*** se refere a esta introdução. Nesta primeira parte, tratamos dos principais aportes teóricos que foram delimitados neste estudo. Assim, o foco das abordagens teóricas foi orientado no sentido de fornecer elementos explicativos sobre os fatores que envolvem a complexidade da sociedade indiana e o seu Estado contemporâneo. Desta forma, no ***Capítulo 2,*** discutiremos a sociedade indiana no campo teórico da Sociologia na visão dos seus expoentes clássicos, Émile Durkhein, Karl Marx, Marx Weber e Polanyi. Em seguida, faremos uma discussão sobre os conceitos de classes e estratificação social.

No Capítulo 3, a sociedade indiana foi analisada sob os olhares da Ciência Política, História e Sociologia. Nesta abordagem, discutimos as convergências e as divergências entre os autores ocidentais e indianos sobre o Estado e a sociedade indiana, a questão da autossuficiência e o modo de produção asiático na visão de Marx e as críticas recebidas. Somam-se a Marx, as visões dos sociólogos Herbert Spencer, Marx Weber e Émile Durkhein que analisaram a sociedade indiana sob o prisma da coesão social, sistema de castas, teoria do Darwinismo Social aplicadas por Spencer e o conceito de solidariedade mecânica abordado por Durkhein para explicar a divisão do trabalho no interior do sistema de castas Hindu. Discutiremos ainda as críticas que esses autores receberam quando analisaram esta sociedade.

Ainda neste capítulo, foi analisado a contribuição de Louis Dumont para o entendimento do sistema de casta Hindu sob a perspectiva teórica da sociologia em suas abordagens indológicas e estrutural-funcional. As oposições de análises entre essas abordagens resultaram no entendimento das principais mudanças ocorridas neste sistema a partir do período colonial

britânico, perpassando pelas lutas em prol da independência da Índia a partir de 1947 em diante. Neste escopo, os dados do censo da Índia foram incorporados à análise com o intuito de mostrar como este sistema está espacializado no país e quais medidas políticas foram tomadas pelo governo para incluir as tribos e as castas programadas nas políticas públicas do país. A questão da diversidade da Índia foi apresentada em seus contextos geográficos, linguísticos, étnicos, religiosos e culturais neste capítulo.

No Capítulo 4, a outra face da diversidade da Índia foi discutida, desta vez para entender a formação do estado indiano e os seus arranjos políticos sob as perspectivas históricas e políticas, desde a Era Védica ao Império Colonial britânico. No ***Capítulo 5***, a questão da independência da Índia desde a Era Colonial até a repartição do seu território, perpassando sobre as contradições desta sociedade, no que se refere, a Doutrina de Nehru pacifista e os seus investimentos em armamentos e o conflito com Paquistão.

Finalizando, temos ***o Capítulo 6***, que foi planejado para analisar o desenvolvimento econômico indiano e as contradições sociais contemporâneas em termos de concentração de renda e exclusão social. Desta forma, este capítulo vai discorrer sobre as estratégias de desenvolvimento econômico da Índia desde o período de sua independência até o ano de 1990 quando houve a abertura da economia. Em seguida, o crescimento da Índia foi discutido no período de 1990 até 2024. Neste ínterim, a persistência da pobreza e das desigualdades sociais no país foi analisada em confronto com os dados sobre o crescimento econômico para os setores da indústria, serviços de tecnologia e comércio interno e externo, performando indicadores de abertura comercial satisfatórios, o que contrasta com a evolução das taxas de pobreza entre os estados e a permanência do sistema de casta no país.

Ao final de todo o trabalho, nas reflexões conclusivas da tese (***Capítulo 7***), foi apresentado uma articulação mais direta entre as partes do trabalho, justificando-as em linha aos objetivos traçados e às realidades encontradas e discutindo-as em termos da validade de nossa hipótese.

2 O ESTADO E A SOCIEDADE EM UMA PERSPECTIVA TEÓRICA DA SOCIOLOGIA

2.1 DINÂMICA DA SOCIEDADE E ESTADO NO CONTEXTO CAPITALISTA: OS CONFLITOS DISTRIBUTIVOS DE CLASSES

Em uma perspectiva Sociológica, nas figuras de seus principais expoentes clássicos: Émile Durkheim (1858-1917), Karl Marx (1818-1883), Marx Weber (1864-1920), e outros, a sociedade e o estado foram analisados, tomando como ponto de partida a sociedade moderna capitalista no auge do advento da Revolução Industrial na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, e posteriormente, se espalhando pelo mundo causando grandes transformações econômicas e sociais. É neste âmbito que esses autores vão construir as suas respectivas teorias do Estado na era moderna, isto é, em um contexto social e histórico marcado por conflitos distributivos na sociedade. Conflito este, que nas palavras de Polanyi (2011), se refere a um momento histórico sociopolítico de mudança de uma sociedade tradicional medieval para uma capitalista cuja lógica da divisão de trabalho e dos interesses individuais passou a ser o centro dos conflitos entre as classes sociais.

Esses estudos sociológicos com foco neste contexto histórico se iniciaram com o filósofo francês Auguste Comte que foi considerado o fundador do positivismo e um dos pioneiros da sociologia. O termo "sociologia" foi estabelecido pela primeira vez por ele em uma disciplina científica, pois acreditava que a sociedade poderia ser estudada de forma sistemática e científica, semelhante às ciências naturais. Por essas razões, propôs que a sociologia poderia resolver os problemas sociais decorrentes da Revolução Industrial e da desordem política na França pós-revolucionária. Essas discussões foram analisadas pelo autor em sua obra "*Système de Politique Positive ou traité de Sociologie Instituant la religion de l'Humanité* (1890) onde desenvolveu e expandiu as suas ideias sobre a reorganização da sociedade com base nos princípios do positivismo. É importante destacar que esta obra marca a transição de Auguste Comte de um foco puramente filosófico e científico para uma abordagem mais prática e política de como aplicar o positivismo para reformar a sociedade. Neste processo de reforma, Comte (1890) enxergou a pesquisa da sociedade como uma das mais complexas, pois exige o entendimento de uma diversidade de conhecimentos, além da observação dos próprios fenômenos humanos, sujeitos a leis próprias.

Quando Lacerda (2004) analisou a obra de Comte (1890) mostrou que a teoria comteana era composta por dois elementos:

> A sociologia estática analisa os elementos permanentes da sociedade, aquelas instituições e aqueles fatos que em todas as sociedades existem, por mais variados que sejam ou pareçam. Os elementos da "ordem" são número de cinco: a religião, o governo, a linguagem, a família e a propriedade. Por outro lado, a Sociologia dinâmica concentra-se nas formas como as sociedades evoluem ao longo do tempo, ou seja, como os cinco elementos da Sociologia estática se desenvolvem. Aliás, a lei dos três estados, nesse sentido, é claramente uma lei da sociologia dinâmica, sua fundadora e seu primeiro resultado sistemático.
> Esta sociologia é denominada de "holística", por tomar o conjunto da sociedade como unidade analítica. Para ele, o indivíduo como unidade social é uma abstração sofística, "tão irracional quanto imoral" surgida com a desagregação do sistema social católico-feudal e até o momento escrevia – talvez até ainda hoje – sem ser substituída por outro sistema social; na verdade, a unidade fundamental de análise em sociologia é a família. Nesta, os indivíduos, o ser humano em geral, possuem dez instintos afetivos, sendo que, sete são egoístas e três altruístas, isto é, uns voltados para a conservação direta do indivíduo e outros relacionados ao apego, orgulho, vaidade, entre outros (Lacerda, 2004, p.66-67).

Como visto acima, Auguste Comte, de acordo com as análises de Lacerda (2004), dividiu a sua abordagem sobre a sociedade em duas fases: a primeira corresponde a Sociologia estática, ou a estática social, que estuda as estruturas que mantêm a ordem e a coesão dentro de uma sociedade, focando na sua organização, nas instituições e nas normas sociais que garantem a estabilidade e a continuidade social. Destaca-se aqui a estrutura social, ou seja, a análise de como a sociedade está organizada em termos de classes sociais, instituições (como a família, a religião e o governo), e as relações entre essas diferentes partes, uma vez que, Comte acreditava que a sociedade funcionava como um organismo, onde cada parte desempenha um papel específico para manter a harmonia e o equilíbrio. Neste enfoque, têm-se, as Instituições sociais, vistas como os pilares da sociedade que sustentam a ordem social. A família, por exemplo, é considerada a célula básica da sociedade, onde os indivíduos aprendem normas e valores essenciais para a vida em comunidade. Outras instituições, como a religião e o sistema educacional, desempenham papeis fundamentais na socialização e na manutenção da coesão social.

Por outro lado, temos a sociologia dinâmica, que de acordo com Lacerda (2004), é aquela que Comte dedicou aos estudos dos processos de mudanças e desenvolvimento que ocorreram nas sociedades ao longo do tempo. Podemos citar, as inovações tecnológicas, transformações econômicas, movimentos políticos e mudanças culturais. Comte, enfatiza também, o papel do conhecimento científico e da educação como os motores principais do progresso social, acreditando que a disseminação do positivismo poderia guiar a sociedade para um futuro melhor.

A partir desses estudos de Auguste Comte, alguns autores da sociologia foram influenciados pelas suas ideias, tais como, Émile Durkheim, Marx Weber, Karl Marx, entre outros. Émile Durkheim, por exemplo, foi influenciado pela ênfase de Comte no positivismo e no uso do método científico para estudar a sociedade. Ele adotou a ideia de que os fenômenos sociais devem ser estudados empiricamente. A noção de "fatos sociais" de Durkheim, que são padrões de comportamentos e pensamentos que existem fora dos indivíduos, mas que exercem um controle sobre eles, pode ser visto como uma extensão das ideias de Comte sobre a estrutura social e a ordem (Lacerda, 2004).

Embora Marx Weber fosse crítico de algumas abordagens de Comte (1890), ele reconheceu a importância da pesquisa científica para o estudo da sociedade. Sobre a questão da racionalização e modernidade, Weber divergiu de Comte ao enfatizar a racionalização como um processo central da modernidade, mas a influência de Comte é perceptível na maneira como Weber tratou a evolução das sociedades modernas como um processo que poderia ser estudado e compreendido cientificamente. O método científico de análise de Comte influenciou também a abordagem de Karl Marx em sua análise crítica sobre a sociedade capitalista. A distinção de Comte entre a sociologia estática e a dinâmica social ressoa na análise de Marx sobre as forças estruturais (base econômica) e superestruturais (instituições políticas e ideológicas) que moldaram a sociedade (Lacerda, 2004).

Tomando como base o escopo histórico da Revolução Industrial e as suas transformações no Estado e na sociedade, vivenciado pelos autores Émile Durkheim, Marx Weber e Karl Marx, é pertinente que se faça um resumo sobre o pensamento de cada um sobre a dinâmica e as transformações sociais, econômicas que a Revolução Industrial gerou na sociedade, levando esses e outros sociólogos, a estabelecer a Sociologia como uma disciplina acadêmica distinta. Foi o que aconteceu com Émile Durkheim, por exemplo, que desenvolveu métodos científicos para estudar a sociedade, enfatizando a importância de compreender os "fatos sociais" e as forças que mantêm a coesão social. Para atender a esse propósito, o autor escreveu a sua obra "*As Regras do Método Sociológico*" em 1895. Antes, em 1893, escreveu a obra "*Da Divisão do Trabalho Social*" para mostrar como a solidariedade social poderia ser mantida em sociedades com diferentes formas de divisão de trabalho.

Nesta última obra, Durkheim (1958) usa o termo "Divisão de Trabalho" que já existia a muitos anos atrás, sendo aprimorada por vários autores, antes e depois, do advento da Revolução Industrial. O autor reconheceu que este termo havia se alastrado por toda a sociedade, trazendo consigo as tendências da indústria moderna com seu capital e divisão do

trabalho. Desta forma, esta não é apenas uma característica econômica, mas um fenômeno social fundamental que influencia a estrutura e a coesão da sociedade. Para isso, identificou duas formas principais de solidariedade que resultaram da divisão do trabalho: a solidariedade mecânica e a solidariedade orgânica.

De uma forma geral, Durkheim (1958) mostrou que a solidariedade mecânica estava presente nas sociedades primitivas e simples, ou menos complexas, aonde a base da coesão social estava concentrada nos indivíduos. Nessas sociedades, a divisão do trabalho é mínima, e os indivíduos compartilham crenças, valores e normas comuns. Aqui, a consciência coletiva é forte e homogênea, significando que os membros da sociedade têm uma visão de mundo bastante uniforme e compartilham um senso de identidade comum. Em sua visão, esta seria essencial para a coesão social em contextos em que a divisão social do trabalho é rudimentar e a interdependência entre os indivíduos é baixa. Por meio deste conceito, o autor combatia as argumentações dos filósofos utilitaristas ao enfatizar a primazia da sociedade sobre o indivíduo, a importância da consciência coletiva e a função das normas e das instituições sociais na manutenção da coesão social. Isto se deve ao fato dos utilitaristas veem a sociedade como uma agregação de indivíduos racionais que buscam maximizar seu prazer, ao contrário, Durkheim (1958), argumentava que a sociedade é uma realidade própria, com características e dinâmicas que moldam e regulam o comportamento do indivíduo. Na solidariedade orgânica a coesão social é assegurada através da complementaridade das funções e da colaboração. As leis e normas são restituídas, focando na restauração da ordem e na cooperação, em vez de punições severas.

Em suma, quando comparamos as teorias de Adam Smith (1776) com as de Émile Durkheim (1958) sobre a Divisão do Trabalho, observamos que ambos reconheceram a importância deste conceito, entretanto, com focos de análises diferentes. Smith (1776) via a especialização como um mecanismo econômico fundamental para o progresso, enquanto Durkheim (1958) analisava suas implicações sociais, destacando a necessidade de uma moralidade compartilhada para manter a coesão social em sociedades modernas, marcadas por uma divisão do trabalho altamente especializada. Nota-se que Durkheim estava menos interessado nos aspectos econômicos e mais focado nas implicações sociais e morais da divisão do trabalho. Ele via a especialização crescente como um desenvolvimento inevitável das sociedades modernas, que resulta em uma maior interdependência entre os indivíduos. Além disso, estava ciente dos potenciais problemas da divisão do trabalho, como a anomia, uma condição de falta de normas claras ou de uma sensação de desconexão social, que poderia surgir

quando a divisão do trabalho não fosse bem regulada. Isto porque acreditava que se a divisão do trabalho fosse benéfica, ela precisaria ser acompanhada por uma moralidade que garantisse a justiça e a solidariedade entre os indivíduos. Adam Smith (1776), por outro lado, era mais otimista sobre os benefícios automáticos da especialização, com menos ênfase nas suas possíveis desvantagens sociais.

É nesta vertente, que Durkheim (1958) definiu Estado como "um conjunto de corpos sociais que têm por única qualidade de falar e agir em nome da sociedade" (Durkheim, 1958, p.4). No cerne desta definição, o autor quer nos mostrar que a organização da vida moral de uma sociedade depende do Estado, uma vez que este é visto como um "órgão da justiça social". Isto significa dizer que em momentos de turbulências, de conflitos, os órgãos governamentais do Estado podem ser convocados para avaliar a complexidade da situação em questão, tomando, por conseguinte, as decisões necessárias para garantir a defesa do indivíduo de todo e qualquer agrupamento social. Desta forma, o poder do Estado seria necessário para garantir às liberdades individuais e não para inibi-las como muitos acreditam. Isso se justifica pelo fato de o Estado se preocupar em fazer sempre a justiça, pois "ele é um instrumento necessário pelo qual se realiza a igualdade e, por consequência, a justiça" (Durkheim, 1958, p.7).

Quando Durkheim (1958) fala do Estado e o seu papel, ele entende que este tem uma função central na sociedade e funciona como uma espécie de organismo social, ou seja, como se fosse um organismo vital da sociedade, uma vez que, desempenharia o papel de organização social. Observamos que, a definição de Estado para ele é simples, porém as consequências desta centralidade são muito amplas. Isto porque o Estado, como as demais instituições sociais, desempenha uma espécie de papel superior em relação ao desempenho das instituições comunitárias onde os indivíduos se aglomeram, tais como, a família, igreja, trabalho, entre outras. Neste sentido, o Estado sendo uma instituição superior às individuais vai garantir as normativas para o efetivo funcionamento das demais instituições sociais.

Prosseguindo, Durkheim (1989) sintetiza as principais características do Estado em sua concepção. Na sua visão o Estado desempenha a função de moralizador na sociedade, sendo necessário em todos os aspectos públicos. No entanto, o autor destaca a função de "braço fundamental" do Estado que é a educação pública. Cabe aqui um destaque: no século XIX, época que Durkheim escreveu seu livro, a educação pública era uma espécie de regra do Estado ou a sua maior obrigação para com os indivíduos. Lembrando que a maioria das instituições educacionais naquele momento estavam ligadas às instituições religiosas. É neste contexto que

Durkheim acreditava que o Estado deveria se apropriar da educação pública como instrumento para a formação moral do indivíduo.

Ao compararmos o conceito de estado de Durkheim (1958) com o estabelecido por Marx Weber (1999), destacamos de início que para ambos, o Estado surge como uma instância organizadora e reguladora dos conflitos inerentes à sociedade moderna. No caso de Weber (1999), em seus estudos sobre a Sociologia Compreensiva ou Subjetiva[5], tenta compreender a formação do Estado e as suas características. Diferente da visão de Durkheim que enxerga o Estado como uma mera construção social, Weber (1999) argumenta que este é fruto da relação de um grupo de indivíduos dominando outros grupos por meio da chamada violência legítima. Essa legitimidade é garantida pela coerção física. Frisa-se que, a ótica de análise do autor é pautada em uma relação mais subjetiva, ou seja, em sua concepção, o Estado pode ser definido como homens dominando outros homens. Logo, essa determinada forma de dominação é legítima.

Essa forma de dominação do Estado foi discutida na obra "*Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva*" de Weber (1999). Assim, este autor enfatiza seu entendimento sobre o sentido desta dominação:

> A "dominação", como conceito mais geral e sem referência a algum conteúdo concreto, é um dos elementos mais importantes da ação social. Sem dúvida, nem toda ação social apresenta uma estrutura que implica dominação. Mas, na maioria de suas formas, a dominação desempenha um papel considerável, mesmo naquelas em que não se supõe isto à primeira vista. [...] Por "dominação" compreenderemos, então, aqui, uma situação de fato, em que uma vontade manifesta ("mandado") do "dominador" ou dos "dominadores" quer influenciar as ações de outras pessoas (do "dominado"), e de fato as influências de tal modo que estas ações, num grau socialmente relevante, se realizam como se os dominados tivessem feito do próprio conteúdo do mandado a máxima de suas ações C'obediência. [...] A "dominação" que nos interessa aqui, em primeiro lugar, está relacionada ao aspecto da sua vinculação à

[5] Segundo Weber (1999) a Sociologia compreensiva, também conhecida como "*Verstehen*", foca na compreensão do significado e das intenções por trás das ações sociais. Esta abordagem se preocupa em interpretar o comportamento humano do ponto de vista dos próprios atores sociais. O objetivo é entender como os indivíduos percebem e interpretam suas próprias ações e o contexto social em que estão inseridos. Para esses estudos, Weber enfatiza a importância de interpretar o significado subjetivo das ações sociais. Isto significa entender as motivações e intenções dos indivíduos, em vez de apenas observar o seu comportamento externo. O conceito de Ação Social é central para este tipo de sociologia. Weber define ação social como qualquer ação em que os indivíduos atribuem um significado subjetivo e que é orientada para as ações de outros.
Quanto a Sociologia Subjetiva, Weber (1999) a define como uma parte integrante da Sociologia compreensiva, mas com um foco mais específico nas experiências internas e nos estados mentais dos indivíduos. É mais introspectiva e se preocupa em capturar os aspectos mais subjetivos da vida social. A experiência interna, neste tipo de Sociologia, se concentra em entender os sentimentos, pensamentos e percepções individuais que moldam o comportamento humano. Isso envolve um exame mais profundo da consciência e das emoções dos atores sociais.
As diferenças entre esses dois tipos de Sociologias adotadas por Weber (1999) residem nos seguintes pontos: quanto ao Foco de análise, a Sociologia compreensiva é mais ampla e se concentra na interpretação das ações sociais e dos significados atribuídos pelos atores sociais, enquanto a Sociologia subjetiva, foca especificamente nos estados mentais e experiências internas dos indivíduos. Quanto ao método de análise, ambas abordagens utilizam métodos interpretativos, mas a Sociologia subjetiva tende a enfatizar mais os métodos qualitativos e introspectivos para capturar a subjetividade dos atores sociais.

> "administração". Neste sentido, toda dominação manifesta-se e funciona como administração. Toda administração precisa, de alguma forma, da dominação, pois, para dirigi-la, é mister que certos poderes de mando se encontrem nas mãos de alguém. [...] Onde quer que exista, a administração diretamente democrática é instável. Quando se dá uma diferenciação econômica, surge, ao mesmo tempo, a oportunidade de que os possuidores, como tais, se apoderem das funções administrativas (Weber, 1999, p.193-194).

Esta argumentação imposta acima por Weber (1999) mostra que o Estado moderno, no qual analisou em sua obra, é aquele organizado burocraticamente. E essa forma de compreensão do Estado enquanto instituição subjetiva é garantida por uma ideia de dominação, que tem o seu caráter legítimo sustentado pela atuação da força e da obediência. Isto pode ser explicado da seguinte forma: primeiro temos que entender que uma relação de poder é sempre assimétrica, ou seja, existem relações desiguais de força. Nesta relação, o Estado impõe a sua dominação através da força; resta ao lado do dominado, uma determinada aceitação desta dominação. É justamente neste foco da obediência que Weber (1999) vai estudar o Estado, uma vez que a relação deste com os indivíduos é quem determina ao mesmo tempo a relação de poder e obediência.

Frente a essas argumentações realizadas sobre a concepção de Estado para Weber (1999), torna-se necessário tecer alguns comentários sobre os pontos fundamentais que determinam esta instituição. Para este autor, o Estado é uma entidade política com a capacidade de exercer o monopólio legítimo da violência dentro de um território definido. Para isso, argumenta que a autoridade do estado se baseia na legitimidade, que pode ser de três tipos, a saber, a legalidade tradicional, baseada em costumes e tradições estabelecidas ao longo do tempo; a Legitimidade carismática, que está fincada na personalidade e qualidades excepcionais de um líder e a legitimidade legal-racional, baseada em um sistema de regras claramente estabelecidas e na competência daqueles que governam.

Cabe neste momento, explicar uma das formas do Estado exercer a sua dominação, a saber, a burocrática racional. Segundo Weber (1999), esta dominação exercida pelo Estado é realizada através de regras estatuídas (as Leis, Estatutos, Constituição, etc.). Essas regras e normas tem caráter impessoal do Estado, ou seja, elas não foram produzidas para surtir efeitos para apenas um grupo de indivíduos, mas para o coletivo. A formalidade dessas regras se estabelece nas Constituições dos países onde os Estados garantem uma certa burocracia na relação entre dirigentes e dirigidos. Para o autor, é neste ponto que acontece a típica forma de dominação do Estado moderno.

Sintetizando as ideias de Weber (1999) expostas acima, observamos o destaque do autor em sua análise sobre a burocracia, principalmente no contexto do estado moderno. Em sua

definição para burocracia do estado, Weber mostrou que esta é fruto da estrutura administrativa fundamentada em princípios racionais e legais. Para isso, identifica várias características essenciais desta burocracia, tais como, a hierarquia estruturada, que é uma forma de burocracia organizada em cargos, onde cada nível de autoridade está subordinado ao nível superior. Isso assegura uma clara cadeia de comando e responsabilidade. A especialização de funções, se refere a forma de burocracia, aonde cada funcionário dentro de uma burocracia tem um conjunto específico de responsabilidades e competências. Essa divisão do trabalho aumenta a eficiência e a eficácia administrativa. E, por fim, as regras e regulamentos formais com as quais a burocracia opera com base em um conjunto de regras e procedimentos impessoais. Essas normas garantem a consistência e a previsibilidade nas decisões e ações administrativas (Weber, 1999).

Outra valiosa colaboração para o entendimento do Estado moderno e as suas contradições internas vem dos estudos de Karl Marx em suas diversas obras publicadas, tais como o "*Manifesto Comunista*" (1895) que escreveu em parceria com Friedrich Engels e a "*Guerra Civil na França*" (1999); entre outras que serão exploradas para explicar a dinâmica de análise do autor sobre o Estado Moderno capitalista.

Durante a modernidade, isto é, a partir do século XVI, a preocupação com o Estado e a sua forma de atuar na sociedade se tornou mais forte nos estudos dos principais sociólogos e políticos da época. Karl Marx (2004, 2007, 2013), por exemplo, quando se propôs a estudar o Estado Moderno, fez uma dupla crítica às teorias que estavam em voga na época: de um lado às Teorias de Estado dos filósofos liberais (Thomas Hobbes, John Locke e Rousseau) e de outro a teoria Hegeliana do Estado. Mas, seria benéfico resgatarmos as principais ideias desses três autores para posteriormente contrapô-las com as analisadas por Karl Marx. Posto isso, Thomas Hobbes (2014) defendia a ideia de que o principal papel do Estado na sociedade seria garantir a paz e estabilidade social, ou seja, o Estado Leviatã, era o modelo absolutista a se seguir. Por outro ângulo, John Locke (1994), vai criticar fundamentalmente o pensamento de Thomas Hobbes ao dizer que a função estatal era garantir os direitos inalienáveis aos indivíduos, ou seja, os direitos à vida, à propriedade e à liberdade. Logo, dentro desta perspectiva de Estado Liberal, a função exercida por ele seria proteger de forma unânime a todos os indivíduos, assegurando-lhes esses direitos. E, por fim, Rousseau (1993) que desenvolveu a ideia de que um Estado era a representação da vontade geral, isto significa dizer que, caberia a ele representar as somas médias dos desejos coletivos e não as vontades individuais, caso este último acontecesse, não faria sentido a existência do Estado.

Ao se opor a essas três visões contratualistas, Marx (2013, 2004) vai argumentar que nelas o Estado era narrado como um ente praticamente neutro, uma vez que atuava para atender aos interesses de toda a sociedade. No entanto, esta tese foi contestada pelo autor ao esclarecer que o Estado estava a serviço da classe dominante, posto que, desde os primórdios os aparatos normativos e jurídicos em todas as sociedades foram instituídos para atender aos interesses da classe dominante. Esse argumento se desenvolve em torno da luta de classes que define o foco de análise das obras de Marx. Desta forma, a sociedade analisada por ele se diferencia daquela proposta pelos autores contratualistas que harmonizavam o Estado como provedor de bem-estar a toda sociedade.

Na obra "*Manifesto Comunista*", Marx e Engels (1998) chamam a atenção de todos para essas condições precárias que os trabalhadores enfrentavam no sistema capitalista, além das relações estabelecidas entre as classes burguesa formada pelos capitalistas proprietários dos meios de produção e a classe dos proletariados detentores da força de trabalho e oprimidos. É neste contexto que nasce o Estado, segundo Marx e Engels, sendo fruto dos antagonismos de classes[6]". Os autores argumentam que a sociedade burguesa moderna tem as suas "origens nas ruínas da sociedade feudal, e que não aboliu os antagonismos de classes, ao contrário, estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que já existiram no passado"[7]. Isto porque a sociedade cada vez se organiza em dois lados opostos, ou seja, em classes que se confrontam, a burguesia e o proletariado.

Marx e Engels (1998) discorrem sobre a dinâmica de crescimento desses antagonismos de classes enfatizando a burguesia moderna, a divisão do trabalho e os ganhos obtidos no mercado como produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de transformações no modo de produção e de circulação capitalista:

> Ao longo do tempo uma série de transformações ocorreram no mundo que proporcionaram o crescimento e o fortalecimento da burguesia moderna. Sabe-se que dos servos da Idade Média nasceram os moradores dos primeiros burgos; dessa população municipal saíram os primeiros elementos da burguesia. A descoberta da América e a circunavegação da África abriram um novo campo de ação à burguesia emergente. Os mercados das Índias Orientais e da China, a colonização da América, o comércio colonial, o incremento dos meios de trocas e das mercadorias em geral imprimiram ao comércio, à indústria e à navegação um impulso desconhecido até então; e, por conseguinte, desenvolveram rapidamente o elemento revolucionário da sociedade feudal em decomposição. A organização feudal da indústria, em que esta era circunscrita a corporações fechadas, já não satisfazia as necessidades que cresciam com a abertura de novos mercados. A manufatura a substituiu. A pequena burguesia industrial suplantou os mestres das corporações; a divisão do trabalho entre as diferentes corporações desapareceu diante da divisão de trabalho dentro da própria

[6] Segundo Marx e Engels (1998), a burguesia era entendida como a classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção que empregam os trabalhadores assalariados.
[7] *Ibidem*., p.29

> oficina. Todavia, os mercados ampliavam-se cada vez mais e a procura por mercadorias continuava a aumentar. A própria manufatura tornou-se insuficiente; então, o vapor e a maquinaria revolucionaram a produção industrial. A grande indústria moderna suplantou a manufatura; a média burguesia manufatureira cedeu lugar aos milionários da indústria, aos chefes de verdadeiros exércitos industriais, aos burgueses modernos. A grande indústria criou o mercado mundial acelerou enormemente o desenvolvimento do comércio, da navegação, dos meios de comunicação. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a expansão da indústria; e à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando os seus capitais e colocando no segundo plano todas as classes legadas pela Idade média (Marx e Engels, 1998, p.41).

Acima, os autores sintetizam a dinâmica de crescimento da classe burguesa à medida que o capitalismo crescia enquanto sistema econômico. Essas transformações que começaram a se efetivar com mais precisão no sistema industrial, promoveu diversas revoluções nos instrumentos de produção e, por conseguinte, nas relações de produção entre os países. Essas transformações ultrapassam as fronteiras nacionais e segue modificando o sistema de produção dos países, quando, por exemplo, provoca, indiretamente, a destruição das antigas indústrias nacionais quando implantam as de origem internacional e renovam seus processos produtivos. Isto nos leva a crer "que o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação fez com que a burguesia arrastasse a torrente da civilização de todas as nações, até mesmo as mais bárbaras" (Marx; Engels, 1998, p.44). Os autores ainda acrescentam que "os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga à capitulação os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros"[8].

Com o desenvolvimento do capital, isto é, da burguesia, o proletariado também vai crescer, no entanto, a sua sobrevivência depende do trabalho que deverá executar para aumentar o capital da classe dominante. Nas palavras dos autores esses operários constrangidos a vender-se a retrabalho, "são mercadorias, artigo de comércio como qualquer outro; em consequência, estão sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado"[9]. Isto quer dizer que na visão de Marx e Engels (1998) esses operários na era industrial tornaram-se cada vez maior em quantidade e a sua luta contra a burguesia persiste desde a sua existência. Sobre essa questão, os autores discorrem o seguinte:

> Com o desenvolvimento da indústria, o proletariado não apenas se multiplica; comprime-se em massas cada vez maiores, sua força cresce e ele adquire maior consciência dela. Os interesses, as condições de existência dos proletariados se igualam cada vez mais à medida que a máquina extingue toda diferença de trabalho e quase por toda a parte reduz o salário a um nível igualmente baixo. Em virtude da concorrência crescente dos burgueses entre si e devido às crises comerciais que disso resultam, os salários se tornam cada vez mais instáveis; o aperfeiçoamento constante

[8] *Ibidem.,* p.45.
[9] *Ibidem.,* p.46.

> e cada vez mais rápido das máquinas torna a condição de vida do operário cada vez mais precária; os choques individuais entre o operário singular e o burguês tornam cada vez mais o caráter de confrontos entre as duas classes. [...] Todas as sociedades anteriores, se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas. Mas para oprimir uma classe é preciso garantir-lhe condições tais que lhe permitam pelo menos uma existência servil. O servo, em plena servidão conseguiu tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevou-se à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, caindo abaixo das condições de sua própria classe. O trabalhador torna-se um indigente e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza (Marx e Engels, 1998, p.48-50).

Engels (1984) complementa a abordagem acima sintetizando que a divisão do trabalho é um fator na consolidação das desigualdades sociais. Ele explica que, nas sociedades primitivas, havia uma divisão natural, muitas vezes baseada na idade e sexo, mas sem hierarquias marcantes. Com o tempo, principalmente com o surgimento da agricultura e da criação de excedentes, a divisão do trabalho tornou-se mais complexa e passou a envolver diferentes funções produtivas. Neste sistema capitalista, segundo o autor, a divisão do trabalho atinge um novo patamar: ela não apenas separa funções produtivas, mas também separa as classes sociais, principalmente entre os que detêm os meios de produção (a burguesia) e os que vendem a sua força de trabalho (o proletariado). Ele argumenta que essa divisão do trabalho cria uma dependência econômica e social, em que uma classe domina a outra, concentrando riqueza e poder.

É dentro desta sociedade estratificada e em constantes conflitos de classes que Lênin (1986) argumentou que o Estado surge para intensificar ainda mais as contradições já existentes entre as classes sociais, posto que "o Estado representa um órgão de dominação de classes, um órgão de submissão de uma classe por outra, e que usa desse papel para amortecer a colisão de classes" (Lênin, 1986, p.10). Em outra obra, Lênin (2010), retoma e desenvolve as ideias de Karl Marx e Engels, quando discute o papel do Estado e a luta de classes no processo revolucionário. Sobre isso, o autor analisa o seguinte:

> Em todos os estágios anteriores da sociedade, a produção era essencialmente coletiva e o consumo se realizava, também, sob um regime de distribuição direta dos produtos, no seio das pequenas ou grandes coletividades. Essa produção coletiva era levada a cabo dentro dos mais estreitos limites, mas ao mesmo tempo os produtores eram senhores de seus próprios meios de produção e de seus produtos. Sabiam o que era feito do produto: consumiam-no, ele não saía das suas mãos. E, enquanto a produção se realizou sobre essa base, não pode sobrepor-se aos produtores, nem fazer surgir diante deles o aspecto de poderes estranhos, como sucede, regular e inevitavelmente na civilização. Nesse modo de produzir, porém, foi se introduzindo lentamente a divisão do trabalho. minou a produção e a apropriação em comum, erigiu em regra dominante a apropriação individual, criando, assim, a troca entre indivíduos. Pouco a pouco, a produção mercantil tornou-se dominante. Com a produção mercantil, a produção não mais vai ser direcionada somente ao consumo, mas também para a troca, os produtos passam necessariamente de umas para outras mãos. O produtor separa-se de seu produto na troca, e já não sabe o que é feito dele. Logo que o dinheiro, e com

> ele o comerciante, intervém como intermediário entre os produtores, complica-se o sistema de trocas e torna-se mais incerto o destino final dos produtos. Os comerciantes são muitos, e nenhum deles sabe o que fazer (Lênin, 2010, p.197-198).

Neste contexto abordado acima, é notório destacar que o estágio da produção de mercadorias começa com a introdução da moeda metálica e, com ela, o capital na forma de dinheiro, dos juros e da usura. Com isso, surge a classe dos comerciantes que ocupa uma posição de intermediador entre os produtores. Desta forma, surge ao mesmo tempo a propriedade privada da terra e da hipoteca e a forma de trabalho, ou emprego da mão de obra, como formas essenciais para a reprodução capitalista, não esquecendo da família, que antes era coletiva, agora, será individual. Daí surge, conforme salienta Lênin (2010, p.198), o Estado como força da coesão da sociedade civilizada, que está a serviço exclusivo da classe dominante, portanto, as suas ações estão destinadas ao benefício desta, em detrimento da repressão da classe oprimida.

É neste ponto crítico de análise da sociedade capitalista, quanto as suas contradições e lutas de classes que as análises de Marx, Engels e Lênin se assemelham. Como visto neste capítulo, Karl Marx desenvolveu essa análise crítica em suas diversas obras nas quais incluía a relação entre o Estado e as classes sociais na sociedade capitalista industrial no século XIX. Marx e Engels (1998) e Lênin (1986, 2010) argumentam, em suas respectivas obras, que a luta de classe ocorre quando a burguesia, detentora do capital e proprietária dos meios de produção, busca maximizar os seus lucros no intuito de acumular riquezas. Do outro lado dessa disputa está o proletariado que anseia melhorar as suas condições de trabalho e obter uma parcela mais justa do valor-trabalho que produz. Essa situação que Marx (2013) chama de contradição entre os interesses das classes sociais que leva a diversos conflitos entre elas. No meio deste conflito está o Estado, que na concepção do autor, é visto como um instrumento da classe dominante representada pela burguesia na sociedade capitalista.

Logo, para Marx e Engels (1998) a diferença entre o valor do trabalho produzido pelo trabalhador e o valor que o trabalhador recebe como salário é a "mais-valia" que representa o lucro do capitalista e a principal fonte de acumulação de capital. Como o objetivo da produção é o lucro, logo, a tendência é que este leve à superprodução de bens e serviços. Isto porque as empresas competem para vender seus produtos no mercado, muitas vezes produzindo mais do que a demanda real dos consumidores, levando, consequentemente, ao excesso de oferta e queda nos preços dos produtos. Essa superprodução resulta em crises, com fábricas ociosas, trabalhadores desempregados e investimentos não rentáveis.

Outro autor que contribuiu com as análises críticas sobre o capitalismo, especificamente o de mercado, foi Karl Polanyi. Este foi economista e historiador econômico húngaro que ficou conhecido por suas críticas ao capitalismo de mercado e por suas contribuições para a compreensão dos sistemas econômicos em contextos sociais e históricos. Em sua obra mais conhecida "A Grande Transformação" publicada em 1944, ele argumenta que a ascensão do capitalismo de mercado no século XIX marcou a ruptura fundamental na organização das sociedades humanas, sustentando que antes da revolução industrial, as economias estavam incrustadas em relações sociais e não eram entidades separadas e autônomas.

Polanyi (2000)[10] quando discorria sobre a "*Grande Transformação*", buscou analisar as raízes do capitalismo moderno e as suas implicações políticas. Em suas diversas argumentações, ele analisou o surgimento do capitalismo moderno que teve sua origem na Inglaterra do século XIX com a revolução industrial. Esse pano de fundo histórico, tal como usado por Marx e Engels (1988) para argumentar as contradições do capitalismo, Karl Polanyi vai analisar a evolução do capitalismo e a emergência da sociedade de mercado. Em outras palavras, embora ambos os autores marxistas tenham analisado a natureza do capitalismo e as suas implicações sociais e econômicas, suas perspectivas e abordagens são distintas. Enquanto Marx se concentrou na análise econômica e nos conflitos de classes no sistema de capitalismo, Karl Polanyi examinou as implicações sociais e políticas da mercantilização da sociedade capitalista. Ele reconhece a importância das análises de Marx sobre o capitalismo, mas se concentra em saber como a sociedade foi "reorganizada" em torno do mercado e como essa mercantilização afetou profundamente as relações sociais e políticas.

Polanyi (2000) argumenta que esse processo não foi resultado de uma evolução natural ou inevitável, mas sim uma construção social e política. É importante lembrar que antes do surgimento da sociedade de mercado, as economias eram predominantemente caracterizadas por sistemas pré-capitalistas, como o feudalismo, em que as relações sociais e econômicas estavam ligadas por laços de servidão e obrigações mútuas. A terra, por exemplo, era

[10] "Karl Polanyi (1886-1964) foi um importante historiador econômico e economicista institucionalista. Sua obra de maior destaque foi "A Grande Transformação" com a sua primeira edição publicada em 1944. A sua abordagem parte do princípio de que a vida econômica dos povos não é separada das instituições sociais. De forma considerada contraditória por alguns estudiosos de seus escritos, Polanyi analisa os impactos do desenraizamento da instituição do livre mercado no século XIX das demais normas de vida, explicitando seus efeitos perversos nas sociedades e, por fim, sua ruptura na virada para o século XX. O autor se interessou ao longo dos seus estudos pela incorporação da antropologia e dos princípios evolucionários em seus trabalhos de história e teoria econômica. Logo, a análise do autor foi influenciada pelo seu interesse nas questões metodológicas envolvendo a antropologia econômica e os sistemas econômicos comparativos. Foi esta abordagem histórico-antropológica, apoiada no princípio da incorporação dos processos econômicos no contexto social e cultural dos povos que permitiu a Polanyi explicar os impactos nocivos do sistema de mercado autorregulado. Parte do foco das suas obras está nas transformações que as sociedades experimentaram a partir da adoção do livre mercado" (Freitas, 2021, p.180).

geralmente tratada como um bem comunal e não como uma mercadoria a ser comprada e vendida livremente. Assim como Marx abordou em suas obras que as transformações capitalistas não ocorreram sem resistência, ou seja, sem lutas de classes, Polanyi (2000), argumenta que a "reorganização" dos sistemas econômicos e sociais no sistema capitalista gerou uma série de crises sociais e políticas, uma vez que as pessoas perderam suas formas tradicionais de subsistência e se viram forçadas a se submeter às leis implacáveis do mercado.

Nesse contexto, surgiram movimentos sociais e políticos que buscavam proteger os indivíduos e comunidades dos efeitos prejudiciais da sociedade de mercado, uma vez que, uma das principais preocupações de Polanyi era a necessidade de proteção social e a intervenção do Estado para amenizar os impactos negativos do mercado desregulado. Por isso, o mercado não deveria ser deixado para si próprio, pois isso poderia levar a crises econômicas, desigualdades extremas e tensões sociais insustentáveis. Sobre essas grandes transformações ocasionadas no seio da Revolução Industrial no século XVIII, Polanyi (2000, p.51) chamou de "progresso miraculoso nos instrumentos de produção", em outro momento falou sobre o "moinho satânico" para esses instrumentos quando se referia as desarticulações que as máquinas provocaram naquela sociedade.

É neste contexto que Polanyi (2000) critica a ideia de que a economia pode funcionar de forma independente e separada das instituições sociais e políticas. Ele argumenta que a mercantilização total da sociedade, onde tudo é tratado como uma mercadoria, pode levar a consequências negativas para o bem-estar humano. Assim, o Estado assume um papel regulador e de proteção social para garantir que as necessidades humanas básicas sejam atendidas e que a economia não se torne a única força dominante que molda a vida das pessoas.

A intervenção do Estado é vista por Polanyi (2000) como uma resposta necessária às falhas do mercado. Ele defende a ideia de que o Estado deve atuar para corrigir desigualdades e injustiças que surgem a partir do funcionamento do mercado desregulado. Para isso, ele será o responsável por estabelecer normas e regulamentos que protejam os interesses públicos e sociais, em oposição aos interesses puramente privados. Ele destaca que o Estado tem um papel crucial em garantir a proteção dos trabalhadores, a preservação do meio ambiente e a regulação dos setores econômicos para evitar práticas predatórias e monopolísticas.

Em resumo, a visão de Karl Polanyi (2000), tal como a explicada acima, parte da crítica que ele faz ao que se denominou de "falácia economicista" vistas com frequência nas análises da teoria econômica tradicional que resume a vida e todos os seus aspectos humanos e sociais aos princípios econômicos, ou seja, a definição do que seja a economia, que na maioria das

discussões teóricas tradicionais é vista como um processo que foi instituído a partir das relações entre os homens e a natureza, cujo resultado é o fornecimento permanente de recursos que garantem a subsistência da sociedade. É nesse ponto de análise econômica tradicional defendida pelos autores utilitaristas que Polanyi vai criticar, argumentando que as relações sociais não estão concentradas neste único ponto, ou seja, o econômico, mas sim, nas instituições políticas e sociais de um povo. Portanto, é neste quesito que o autor explica o funcionamento do sistema econômico em sua perspectiva crítica do conceito de economia vista como uma sequência de atos, ou de escolhas induzidas por diversas situações de escassez:

> O uso do significado formal denota a economia como uma sequência de atos de economizar, ou seja, de escolhas induzidas por situações de escassez. Embora as regras que rejam tais atos sejam universais, a extensão em que as regras são aplicáveis a uma economia definida depende de essa economia ser ou não, de fato, uma sequência de atos. [...] A relação entre a economia formal e a economia humana é, com efeito, contingente. Fora de um sistema de mercados formadores de preços, a análise econômica perde a maior parte de sua relevância como um método de investigação sobre o funcionamento da economia (Polanyi, 2000, p.247).

É neste momento que o autor vai buscar inspiração na literatura Antropológica de Malinowski (1978)[11] para formalizar os dois princípios que regem a ação econômica dos indivíduos e das sociedades ao longo da sua história, são eles, a reciprocidade e a redistribuição. É pertinente frisar, de acordo com Polanyi, que esses dois princípios não condizem com aqueles abordados pelos teóricos econômicos da linha ortodoxa, ou seja, eles vão se opor a ideia apregoadas por esses economistas de que os agentes são egoístas e, portanto, agem apenas em função de assegurar que os seus desejos individuais sejam postos em prática no mercado. Em sentido contrário a essa abordagem, Polanyi vai defender a ideia de que existe um código de honra e generosidade instituído entre os indivíduos, o qual impede que eles tenham atitudes individuais em detrimento do bem-estar de todos (Polanyi, 2000).

Na literatura Antropológica de Malinowski (1978, p.39) o conceito de reciprocidade serviu de base para Polanyi (2000) direcionar o seu estudo. Esta reciprocidade se refere a geração de confiança que é nutrida entre as pessoas. No âmbito econômico, Malinowski (1978) descreve que a troca de bens e serviços é realizada principalmente dentro de uma parceria que na sua concepção é permanente. Ou pode estar associada a laços sociais definidos ou acoplada a uma reciprocidade em questões não econômicas. É o caso das relações de parentescos nas sociedades primitivas aonde a questão da subsistência da família é presente neste conceito. No

[11] Bronisław Malinowski (1884–1942) foi um antropólogo polonês naturalizado britânico, considerado um dos fundadores da antropologia moderna. Seu trabalho pioneiro nas Ilhas Trobriand, na Melanésia, entre 1914 e 1918, resultou na obra clássica *Argonautas do Pacífico Ocidental* (1922), onde introduziu o método da observação participante e revolucionou a etnografia.

entanto, essa reciprocidade se estende ao caráter político e social quando o propósito é estreitar as relações em uma comunidade mostrando que a economia deve estar integrada aos interesses sociais.

Ligado a este, temos o conceito de redistribuição que na visão deste autor é o princípio organizador da economia, isto é, permite a integração da economia por meio da reunião e distribuição do produto da divisão do trabalho. Neste caso, o autor salienta que nas sociedades primitivas quando o excedente de algum produto era gerado, posteriormente seriam compartilhados entre a comunidade. No entanto, essas recompensas em termos de doações e distribuição dos excedentes econômicos eram mensuradas por meio de prestígio social cujo ganho se manifesta por meio de poder e elevação da personalidade dos indivíduos (Malinowski (1978).

Nesta lógica de pensamento, Polanyi (2000) discorre que a cultura e as instituições estabelecidas socialmente é quem motivam os indivíduos ao trabalho, contrariando os pressupostos da economia ortodoxa que pregava que a maximização de utilidade e dos lucros levava os indivíduos a oferecerem seu trabalho ao mercado. Os autores da antropologia foram essenciais para a base de sustentação dos estudos de Polanyi, uma vez que o seu apoio de análise foram os estudos de economia primitiva que definem os princípios da motivação humana nas relações econômicas (Polanyi, 2000, p.269).

Vale ressaltar que na obra "A Grande transformação", o propósito de Polanyi era chamar a atenção para a inexistência de economias controladas por mercados no período anterior a Revolução Industrial e ao desenvolvimento da sociedade de mercado. Para o autor, "antes desse momento histórico particular, a economia do homem teria permanecido, como regra, submersa em suas relações sociais" (Polanyi, 2000, p.65).

Isso ficou evidente desde o nascimento do Liberalismo como forma de governo e expressão de liberdade dada aos mercados para operacionalizar o sistema global de produção, a começar pela Inglaterra, quando o *laissez-faire* significou a libertação das regulamentações da produção para o comércio interno e externo que estava em expansão na época da Revolução Industrial, sendo que mais tarde, por volta de 1820, esse liberalismo ganhou novas conotações, pois era visto como o sinônimo de mercado de trabalho, padrão-ouro e livre comércio. Essas três características essenciais desta forma política e de mercado deveriam estar integradas para que a nova proposta de um sistema global de mercado tivesse êxito (Polanyi, 2000).

Neste contexto, Polanyi (2000) discorda que o *laissez-faire*, ou liberdade, tenha sido algo natural, uma vez que acredita que a liberdade apregoada neste sistema político não determinaria

a existência dos mercados, pelo contrário, quem está por detrás movimentando as forças desses mercados são os atos políticos que modificam os modos das suas interações, ou seja, tomando como exemplo prático desse feito, Polanyi (2000) cita as manufaturas de algodão da Inglaterra, considerada a principal indústria do então livre comércio. Essas foram "criadas com o auxílio de ajudas tarifárias protecionistas, incentivos à exportação, subsídios indiretos aos salários e o próprio *laisser-faire* foi imposto pelo Estado"[12]. No entanto, dentro da nossa realidade econômica do século XXI é difícil pensar ou visualizar um contexto de um país, ou melhor de um mundo, em que o aspecto econômico esteja subjugado ao social ou mesmo em que o sistema econômico esteja baseado em reciprocidade, redistribuição e domesticidade, ou seja, que operem sobre esses princípios defendidos por Polanyi (2000).

Sintetizando a análise do autor, vimos que Polanyi (2000) com a sua crítica ao mercado autorregulável, desafia a visão ortodoxa do liberalismo econômico, defendida por pensadores como Adam Smith e mais tarde por economistas neoclássicos, argumentando que a tentativa de separar a economia da sociedade e tratar a terra, o trabalho, o dinheiro como mercadorias leva a uma série de consequências negativas, incluindo desintegração social, crises econômicas e erosão da democracia. Lembrando que a visão do mercado autorregulável, diz respeito a um mercado eficiente do ponto de vista do liberalismo econômico que funciona sem interferência do Estado ou de outras instituições sociais, permitindo que as forças da oferta e demanda determinem os preços e a alocação dos recursos, pois acreditam que neste sistema, os mercados ajustam-se automaticamente para alcançar um equilíbrio ótimo.

Como visto, Polanyi (2000) critica severamente este tipo de mercado, chamando-o de ficção perigosa, sustentando que, na prática, os mercados nunca funcionaram de maneira completamente autorregulável. Em vez disso, sempre dependeram de uma estrutura social e de instituições que os sustentem. Tentar separar a economia das outras esferas da vida social e tratá-la como uma entidade independente leva a desastres sociais e econômicos. Neste momento, Polanyi introduziu o conceito de "movimento duplo": o primeiro componente deste movimento é a expansão do mercado autorregulável que aconteceu a partir do século XIX, quando houve um esforço deliberado para subordinar todas as esferas da vida ao mecanismo do mercado. Isso envolveu a mercantilização da terra, do trabalho e do dinheiro, transformando-os em mercadorias compradas e vendidas. A ideologia subjacente a este movimento era a crença no liberalismo econômico, que postulava que a eficiência e o progresso econômico seriam alcançados através de livres mercados e não regulamentados.

[12] *Ibidem.*, p.189.

O segundo componente deste movimento duplo é a resposta da sociedade para proteger-se dos efeitos nocivos da expansão do mercado. Polanyi (2000) argumenta que a sociedade reage à mercantilização excessiva através de movimentos de autoproteção. Estes movimentos podem assumir diversas formas, incluindo, a regulamentação estatal, que consiste na introdução de leis e regulamentos para limitar os excessos de mercado, como a legislação trabalhista que protege os trabalhadores contra condições de trabalhos explorados. A seguridade social, também é um mecanismo de autoproteção, quando garante o mínimo de segurança econômica e social aos cidadãos, como seguros de desemprego, pensões e assistência social. E, por fim, os movimentos sociais, que são as mobilizações de grupos sociais que pressionam por mudanças políticas e econômicas para defender seus interesses e proteger seus modos de vida.

2.2 ENTENDENDO OS CONCEITOS DE CLASSES E ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

Para compreender os novos componentes intrínsecos do conceito de sociedade moderna, torna-se imperativo revisitar esse conceito dentro de sua estrutura convencional, reconhecendo sua natureza intrincada que envolve a estruturação coletiva e interativa de indivíduos em um meio histórico, cultural, político e econômico. Assim, os indivíduos, por meio da sociedade, estabelecem conexões, formulam padrões, princípios e estabelecimentos que governam sua existência comunitária. Dentro dessa estrutura social, os indivíduos atuam como constituintes fundamentais e se envolvem uns com os outros, moldando grupos sociais baseados em interesses mútuos, identidades compartilhadas e necessidades comunitárias. Esses grupos podem variar em escala e complexidade, desde pequenos círculos de conhecidos até comunidades culturais ou nações inteiras (Elliot, Turner, 2012).

Em meio a esse cenário social, as facetas culturais e a identidade comunitária têm importância. De acordo com Elliot e Turner (2012), a cultura surge como o elemento central, abrangendo os princípios, convicções, tradições, práticas, arte e conhecimento adotados coletivamente por seus membros. Por meio da cultura, os indivíduos obtêm significado e identidades dentro do âmbito social que pertencem. Outro aspecto predominante na sociedade são as instituições sociais criadas para regular e sincronizar os empreendimentos sociais e individuais, incluindo família, educação, religião, governança, estruturas legais, economia e mídia. Cada um desses estabelecimentos assume papeis distintos na estruturação e preservação da harmonia social, fornecendo modelos comportamentais, normas e regulamentos que orientam a existência coletiva.

A divisão da sociedade em classes ou estratos é a característica onipresente da estrutura social examinada por qualquer teoria. Consequentemente, Bottomore (1987) analisa algumas formas de estratificação social, especificamente escravidão, propriedade, casta, classe social e status. A forma inicial de estratificação, a escravidão, é descrita pelo autor como "representando uma forma extrema de desigualdade, em que grupos específicos de indivíduos são totalmente, ou quase inteiramente, marginalizados" (Bottomore, 1987, p.177). Esse fenômeno prevaleceu em várias sociedades em diversas épocas e regiões, com exemplos que incluíram civilizações antigas como Grécia e Roma, bem como os estados do sul dos Estados Unidos nos séculos XVIII e XIX. Durante esse período, os escravos foram submetidos à subserviência a seus senhores, que exerciam autoridade absoluta sobre eles. O autor elucida que "a conexão entre senhor e escravo é, portanto, retratada pelo fato de o último ser visto como a "posse" ou "propriedade" do primeiro"[13].

A existência da escravidão é racionalizada como uma estratificação social enraizada na estrutura econômica, particularmente no sistema agrário, junto com o surgimento de uma aristocracia sustentada pelo trabalho escravo. No entanto, ao examinar a eficácia do trabalho escravo, pode-se afirmar que ele foi ineficaz por vários motivos, incluindo o obstáculo ao desenvolvimento de habilidades nessa força de trabalho (Bottomore, 1987).

A segunda forma de estratificação da sociedade é por meio de classes ou estratos. Um exemplo seria a existência do próprio Estado. Para ilustrá-lo, Bottomore usa como exemplo os Estados feudais da Europa medieval que apresentavam três características importantes, a saber:

> Em primeiro lugar, estavam legalmente definidos: cada Estado tinha *status*, no sentido preciso de um complexo legal de direitos e deveres, privilégios e obrigações. Assim, como se disse, para conhecer a posição verdadeira de uma pessoa, era necessário saber qual lei o regia. (...) Em segundo lugar, os Estados representavam uma ampla divisão de trabalho e foram considerados na literatura contemporânea como dotados de funções definidas. A nobreza era constituída para defender a todos, o clero para rezar por todos, e os comuns para proporcionar comida para todos. Em terceiro lugar, os Estados feudais eram grupos políticos, neste sentido, os servos não constituem um Estado. O feudalismo conhecia apenas dois Estados, a nobreza e o clero. O declínio do feudalismo europeu depois do século XII está ligado ao aparecimento de um terceiro Estado, não dos servos, mas dos burgueses, que se comportaram por um longo período como um grupo distintivo, dentro do sistema feudal, antes de transformarem e derrubá-lo (Bottomore, 1987, p.180).

Portanto, o autor articula sua apreensão em relação às semelhanças e disparidades entre as sociedades feudais europeias e outras sociedades feudais asiáticas. Para elucidar sua posição, ele delineia a estrutura social do Japão do século XII, que muitos historiadores e sociólogos

[13] *Ibidem*., p. 178.

perceberam como uma forma de sociedade feudal, embora com características distintas em comparação com o sistema ocidental.

Refletindo sobre a história do Japão no século XII, é imperativo compreender que a nação estava passando por uma transição notável, passando da Era Heian para o início do período Kamakura. Essa época foi um momento crucial na história japonesa, caracterizada pelo declínio da autoridade imperial e pela ascensão da classe guerreira Samurai, que estabeleceu o Shogunato Kamakura. Consequentemente, a estrutura social do Japão durante essa época era profundamente hierárquica e organizada, espelhando uma sociedade feudal emergente (Yamashiro, 1964).

Em essência, a configuração social do Japão no século XII abrangeu o Imperador e a Corte Imperial, com a primeira ocupando o ápice da hierarquia social, reverenciada como uma entidade divina e a figura simbólica suprema. No entanto, a autoridade imperial estava diminuindo; a nobreza da Corte (*Kuge*) compreendia linhagens aristocráticas como os Fujiwara, que exerceram uma influência política e cultural substancial na Era Heian. Eles administraram uma parte significativa da burocracia e das terras ao redor da capital, Heian-kyō (atual Kyoto). O nível secundário compreendia a classe Guerreiro (Samurai), liderada pelo Shogun, o proeminente general guerreiro; os *Daimyo*, senhores feudais que governavam extensas áreas terrestres e lideravam tropas samurais. Eles serviram como vassalos do Shogun e possuíam considerável autonomia em seus domínios; e os Samurais, que eram guerreiros servindo ao Daimyo e ao Shogun. O terceiro estrato consistia nos camponeses (*Heimin*), predominantemente agricultores que constituíam a maioria da população agrícola que trabalhava nas terras dos Daimyo e Samurais. Eles foram encarregados de cultivar arroz e outros produtos agrícolas cruciais para a economia (Yamashiro, 1964).

O quarto estrato compreendia as designadas “classes baixas” (*Hinin e Eta*), consideradas “subumanas” ou impuras, conforme destacado por Yamashiro (1964), engajadas em tarefas como execução, abate de animais e outras tarefas consideradas ritualmente impuras. Consequentemente, eles ocuparam o ponto mais baixo da hierarquia social e foram frequentemente marginalizados. Isso evoca reminiscências da hierarquia do sistema de castas predominante na sociedade indiana.

Assim, as características do sistema feudal japonês são delineadas. A característica inicial é o sistema *Shōen*, onde a terra foi dividida em propriedades substanciais conhecidas como *shōen*, supervisionadas por senhores feudais (*daimyo*) ou entidades religiosas. Esses territórios foram isentos das obrigações fiscais imperiais, permitindo ao proprietário acumular

considerável influência econômica e política. A vassalagem e a fidelidade constituem a segunda marca registrada desse sistema, sintetizando o vínculo entre samurais e senhores feudais em uma estrutura de vassalagem, na qual os samurais juravam lealdade ao *Daimyo* em troca de terras e proteção. Essa associação foi fundamental para manter a estabilidade do sistema feudal. Além disso, cultura e religião são componentes integrais desse sistema, com o budismo e o xintoísmo persistindo como facetas fundamentais na vida diária e nos costumes religiosos (Yamashiro, 1964).

Ao justapor a hierarquia social decorrente do sistema feudal japonês com o feudalismo europeu, surgem distinções perceptíveis em relação à autoridade central e à mobilidade social. Na Europa, o feudalismo testemunhou uma notável descentralização do poder, caracterizada por reis muitas vezes exercendo uma influência direta mínima sobre a nobreza local. A autoridade foi difundida entre vários senhores feudais, cada um governando seus domínios de forma relativamente independente. Por outro lado, no Japão, enquanto a autoridade central emanava do imperador, uma entidade simbólica com pouco poder autêntico, o *shogun* exercia um comando centralizado mais eficaz sobre o *daimyo*. O xogunato Kamakura e, posteriormente, o xogunato Tokugawa, estabeleceram um regime militar que manteve maior autoridade centralizada em comparação com a Europa feudal (Yamashiro, 1964).

Um contraste adicional na hierarquia social entre o Japão e a Europa feudal se manifesta na mobilidade social. Enquanto na Europa feudal, a ascensão social era extremamente restrita, em que os indivíduos nasciam em estratos sociais fixos com perspectivas mínimas de ascender na escala social, no Japão, a mobilidade social exibia um grau de flexibilidade maior. Os samurais podiam acumular prestígios e riquezas por meio do dever militar e da lealdade. Além disso, conforme postulado por Yamashiro (1964), em meio a períodos de turbulência, indivíduos vindos de origens modestas poderiam subir esporadicamente a posições de influência.

Retomando a classificação da estratificação social, conforme postulada por Bottomore (1987), o Sistema de Castas Indiano se destaca como uma estrutura social antiga e complicada, enraizada no tecido cultural e histórico da nação. Esse sistema intrincado organiza a sociedade em segmentos hierarquicamente estratificados com base em critérios hereditários, que ditam o status social, a ocupação e as relações interpessoais. Apesar de passar por transformações ao longo do tempo, sua influência continua moldando a vida contemporânea na Índia.

O início e a trajetória evolutiva do Sistema de Castas remontam ao período védico (1500 aC - 500 aC), uma época em que a sociedade foi segmentada em quatro Varnas primárias,

elucidadas nas escrituras religiosas védicas, como o Rigveda. Bottomore (1987, p.181) traça paralelos entre esses Varnas e os Estados Feudais, pois ambos exibem um caráter de estado e um grau substancial de estruturação hierárquica dentro dos grupos (sacerdotes, guerreiros, nobres, mercadores e servos). Esses Varnas abrangem: os brâmanes, compostos por sacerdotes e estudiosos responsáveis por conduzir rituais e preservar o conhecimento sagrado; Shatrias, abrangendo guerreiros e governantes encarregados de proteger e governar; Vaixás, envolvendo comerciantes e agricultores envolvidos em atividades de produção e comércio; e os Sudras, abrangendo trabalhadores e servos que realizam trabalho manual e servem os outros três Varnas.

Além desses principais Varnas, *os jatis* surgiram como subgrupos delineados por ocupações e linhagens comunitárias específicas, refletindo a paisagem regional e cultural diversificada da Índia. De acordo com Bottomore (1987), a proliferação de jatis pode ser atribuída à ampliação do escopo da divisão do trabalho, que começou a abranger tribos e aldeias. Os dados apresentados pelo autor indicam que na Índia contemporânea, cada região abriga aproximadamente 2.500 jatis. A relevância econômica dos jatis é evidente: "eles constituem principalmente grupos ocupacionais e, na economia rural tradicional, o sistema de castas facilita a troca de bens e serviços"[14].

A classe social e o "status" social resumem as duas formas restantes de estratificação social que contribuem para a complexidade e a heterogeneidade das sociedades. É fundamental ressaltar que a classe social diverge das outras formas de estratificação examinadas por Bottomore (1987), pois são grupos essencialmente informais, sem fundamentos legais ou religiosos. Por outro lado, sua gênese decorre inequivocamente de uma base econômica, pois tipificam as sociedades industriais que surgiram no século XVII.

Bottomore (1987, p.187) destaca as observações subsequentes sobre as classes sociais e sua categorização derivada do escopo sociológico:

> O quadro de estratificação social nas sociedades industriais é complicado, pois denota a existência de grupos de status bem como classes sociais. Marx Weber foi o primeiro a distinguir rigorosamente entre os dois e a examinar lhes as inter-relações. Com certa simplificação, poderíamos assim dizer que as classes são estratificadas de acordo com sua relação com a produção e aquisição de bens; ao passo que os "grupos de status" são estratificados de acordo com os princípios de seu consumo de bens, tal como representado por estilos de vida especiais. A noção do status social tem sido analisada por vários autores como Marshall que examina os fatores que produzem diferenças no status bem como os diferentes tipos de status – pessoal, de posição, etc. Mais recentemente, discutiu ele as modificações na estratificação social nas sociedades capitalistas e argumentou que tem havido uma passagem de organização de classes para organização de status, ou como diz, de grupos multiligados, mas unidimensionais, para grupos multidimensionais e uniligados.

[14] *Ibidem*., p. 181.

Em resumo, o autor enfatiza a importância das classes sociais e do status na compreensão da estratificação social. Nesse contexto, a contribuição teórica de Marx (2013), ressalta a definição de classe social com base nas relações de produção. Ele delineou duas classes principais nas sociedades capitalistas: a burguesia, servindo como classe dominante e possuindo os meios de produção, supervisionando o capital e utilizando o trabalho dos proletariados para gerar lucros. Isto se deve ao principal impulso da burguesia que está na maximização do lucro e na acumulação de capital.

Consequentemente, surgem conflitos de classe inerentes à história das sociedades. O choque entre a burguesia e o proletariado é considerado inevitável devido à natureza exploradora do capitalismo. Para combater essa exploração, Marx (2013) defende a consciência de classe como crucial para resistir à exploração e defender a justiça social dentro do sistema capitalista, pois é fundamental para mobilizar os trabalhadores a transcender o capitalismo. Isto começa com o reconhecimento da realidade enfrentada diariamente pelos trabalhadores, incluindo horas de trabalho prolongadas, salários inadequados, ambientes inseguros e constante insegurança no trabalho. Essas circunstâncias, típicas da vida proletária, cultivam o descontentamento enraizado na exploração econômica.

Em vista das contribuições teóricas apresentadas por Marx (2013) e Bottomore (1987), Weber (2008) sugeriu uma expansão da noção de classes sociais para abranger não apenas a propriedade dos meios de produção, mas também a posição no mercado e a capacidade de adquirir recursos econômicos. Turner (1998, p.7), em alinhamento com a proposição de Weber (2008), afirma que havia a necessidade de ampliar as teorias de Marx sobre capitalismo e classes sociais, pois os entendimentos desta estavam confinados à dicotomia entre a classe trabalhadora e a classe capitalista.

Por outro ângulo, nas análises de Weber (2008) sobre as teorias de estratificação social, apresentou três conceitos fundamentais, a saber, classe, status e partidos, que no seu ponto de vista são adequados para ilustrar as diversas dimensões dessas desigualdades. Consequentemente, a classificação de classe por Weber se refere principalmente à posição econômica de um indivíduo no mercado. Desta forma, a concepção de classe para o autor se correlaciona com a acessibilidade a recursos econômicos, como capital, ganhos e riquezas. Isso exige a distinção entre várias classes sociais, como a classe proprietária, a classe profissional e a classe trabalhadora, dependendo de suas relações com os meios de produção e o mercado. Os determinantes dessas classes abrangem a posição no mercado, denotando a alocação do indivíduo no mercado de bens e serviços, abrangendo a capacidade de vender mão de obra,

competências e qualificações e tipo ocupacional, permitindo assim a mobilidade de classe por meio de educação, aquisição de habilidades ou mudanças ocupacionais.

O segundo conceito de estratificação proposto por Weber (2008, p.119) é o *status*, relacionado ao prestígio social ou honra que um indivíduo ou grupo possui. É uma construção social e cultural distinta da posição econômica. Esta situação de *status* abrange todos os componentes típicos do destino de vida dos homens que são determinados por uma avaliação social específica, seja positiva ou negativa, da honra. As consequências negativas das distintas formas de status em uma sociedade é que podem evoluir para grupos de "castas" fechados. Isto ocorre de tal forma que todo contato físico com um membro de qualquer casta "inferior" pelos membros de uma casta "superior" é considerado como uma impureza ritualística que deve ser expiado por um ato religioso.

Sintetizando o pensamento de Weber (2008, p.119-120), observamos que a estrutura de status em uma sociedade atinge consequências tão extremas apenas quando existem diferenças subjacentes que são consideradas "étnicas". A "casta" é, de fato, a forma normal em que as comunidades étnicas normalmente vivem lado a lado de uma forma "societatizada". Essas comunidades acreditam em relações de sangue e excluem casamentos exógamo e relações sociais. Esta situação de casta faz parte do fenômeno dos povos "párias" e é encontrada em todo o mundo. Essas pessoas formam comunidades, adquirem tradições profissionais específicas de artesanato ou de outras artes e cultivam uma crença na sua comunidade étnica. Vivem numa "diáspora" estritamente segregadas de todas as relações pessoais, exceto, as de tipo inevitável, e a sua situação é legalmente precária. No entanto, em virtude da sua indispensabilidade econômica, são tolerados e, na verdade, frequentemente privilegiados, e vivem em comunidades políticas intercaladas. Citamos como exemplo histórico, os judeus.

Ainda sobre essa temática da estratificação social sendo exposta na forma das diferenciações de status sociais que podem ser transformadas em castas, Weber (2008) acrescenta a segregação "étnica". Neste caso, o autor observa que, quando a segregação de "status" é transformada em casta, ela interfere na sua estrutura que passa a apresentar a segregação étnica. Nas palavras do autor:

> A estrutura de castas transforma as coexistências horizontais e desconexas de grupos etnicamente segregados num sistema social vertical de subordinação. Formulando corretamente: uma societalização abrangente integra as comunidades etnicamente divididas em ações políticas e comunitárias específicas. Nas suas consequências diferem precisamente desta forma: as coexistências étnicas condicionam uma repulsa e um desdém mútuos, mas permitem que cada comunidade étnica considere a sua própria honra como a mais elevada; a estrutura de castas provoca a subordinação social e um reconhecimento de "mais honra" em favor da casta privilegiada e dos grupos de status. Isto deve-se ao fato de que na estrutura de castas as distinções étnicas enquanto tais se tornaram distinções "funcionais" dentro da societalização política

> (guerreiros, padres, artesão que são politicamente importantes para a guerra e para a construção, e assim, por diante) (Weber, 2008, p.28).

E, por fim, temos os efeitos econômicos da estratificação social para a sociedade. Nesta vertente, Weber (2008) entende que o poder e a sua distribuição são regulados exclusivamente pelo mercado. Por isso, o mercado é restringido, e a propriedade privada característica deste, forma as classes sociais. Com algumas simplificações excessivas, poder-se-ia dizer que as "classes" são estratificadas de acordo com as suas relações com a produção e aquisições de bens; enquanto os grupos dos estatutos do mercado (estatutos, regimentos, leis) são estratificados de acordo com os princípios do seu consumo de bens, representados por estilos de vida especiais.

Com o objetivo de avançar na discussão sobre a sociedade e Estratificação social, a seguir, vamos entrar na temática desta Tese que é a análise da formação da sociedade e do Estado Indiano em sua perspectiva política, histórica e sociológica. Partimos do pressuposto que nesta sociedade contenha uma pluralidade de laços étnicos, linguísticos, religiosos. É neste contexto que diversos autores teceram as suas análises na tentativa de compreender as diversas formas pelas quais o Estado foi estruturado e a sua relação com os indivíduos e sociedade.

3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AUTORES OCIDENTAIS E INDIANOS SOBRE A SOCIEDADE INDIANA

3.1 IDEIAS DE AUTOSSUFICIÊNCIA E O MODO DE PRODUÇÃO ASIÁTICO NA VISÃO DE KARL MARX SOBRE A SOCIEDADE INDIANA

A sociedade indiana, com sua rica tapeçaria de tradições, estruturas sociais complexas e uma história marcada por influências internas e externas, tem sido objeto de análise por diversos sociólogos ocidentais. Entre eles, destacam-se figuras como Karl Marx[15] cujas perspectivas distintas lançaram luz sobre diferentes aspectos da vida social, econômica e política da Índia. Neste sentido, este capítulo, busca explorar como esses teóricos abordaram e interpretaram esta sociedade, focando as suas análises na estratificação social, relações entre economia e sociedade, transformações e explorações econômicas e sociais durante o período colonial britânico. Ao examinar as contribuições deste autor, pretende-se oferecer uma compreensão mais abrangente sobre a complexidade social indiana. Em seguida, abordaremos as críticas elaboradas contra as perspectivas analíticas deste autor, evidenciadas, principalmente, pelos autores sociólogos indianos.

Marx (2007)[16], em particular, viu a Índia como uma sociedade estagnada e tradicional devido à sua percepção sobre as estruturas econômicas e sociais da Índia pré-colonial. Ele acreditava que essas estruturas eram incompatíveis com o desenvolvimento capitalista e, portanto, impediam o progresso histórico que ele considerava essencial para a emancipação humana. A sua explicação perpassa pelo conceito de modo de produção asiático, que usou para descrever sociedades aonde a propriedade comunal da terra e a centralização do poder estatal inibiam o desenvolvimento de forças produtivas e mudanças sociais. Neste caso, Marx (2007), via a Índia como um exemplo desse modo de produção, onde as suas aldeias foram consideradas autossuficientes e a propriedade comunal da terra mantinha uma estrutura social estática.

---

[15] "A primeira referência à Ásia encontrada nas páginas de Marx remonta a um trabalho de 1841-1843, intitulado "A Crítica da Filosofia Hegeliana do Direito Público". Nesta obra, o autor fala sobre o "despotismo asiático" no qual o Estado político nada mais é que o arbítrio privado de um único indivíduo, ou seja, o Estado político, tal como Estado material. Isso refletia no modo de pensar a Ásia que era vista como um berço milenar do despotismo" (Sofri, 1977, p.21).

[16] Além da sociedade indiana, Marx (2007, p.1-2) analisou a sociedade Chinesa do século XIX. O que levantou a ira de Marx foi o comércio do Ópio da China. Para ele, era difícil compreender como este comércio tomou conta da sociedade chinesa a custo de milhares de vidas. Mas, é claro, que a fúria de Marx sobre o comércio de ópio não surgiu simplesmente de uma objeção moral às drogas; ele acreditava que a população chinesa era tão escravizada economicamente quanto era pelos narcóticos. Deve-se lembrar que a dinâmica do comércio internacional era pouco compreendida na época e, pelo menos na Londres de Marx, a maioria dos interessados no assunto subscreveu alguma variação das teorias de David Ricardo - isto é, a crença de que aumentar o comércio da China com o Ocidente beneficiaria ambos os lados. Marx, examinando os números de forma bastante sóbria, viu algo diferente: o comércio de ópio estava na verdade impedindo o desenvolvimento do comércio chinês legítimo.

Sobre essa questão, Marx (2007) observou que a Índia, antes da colonização britânica, parecia ter uma falta de mudança social e revoluções internas que considerava necessárias para o desenvolvimento econômico. É neste ponto, que via as aldeias indianas como “sociedades naturais” que permaneciam praticamente inalteradas ao longo dos séculos. Isto estava ligado, segundo ele, a ausência de propriedade privada e capitalismo no subcontinente indiano, ou seja, o não surgimento de relações capitalistas de produção que contribuíam para a estagnação econômica. Na concepção de Marx, o desenvolvimento econômico e social era impulsionado pela luta de classes e pela propriedade privada, algo que ele não via nas estruturas tradicionais da sociedade indiana.

Cabe aqui analisar o porquê de Marx (2007) considerar as aldeias indianas como autossuficientes. A primeira observação feita por ele diz respeito a questão que chamou de “economia localizada”, ao se referir a produção de bens e serviços que as aldeias produziam para a sua própria subsistência dentro das comunidades. Neste caso, a agricultura era a atividade econômica principal, e a produção era orientada para o consumo local, não para o mercado externo. Isso incluía não apenas alimentos, mas também roupas, utensílios e outros produtos manufaturados. A divisão do trabalho nessas aldeias era bem definida, com diferentes castas e grupos profissionais responsáveis por várias funções. Isso incluía agricultores, artesãos, tecelões, oleiros e outros trabalhadores que forneciam os bens e serviços necessários para a comunidade. No entanto, a produção gerada abastecia somente o mercado interno, haja vista que a produção excedente era mínima e a troca exterior limitada e, em grande parte, administrada pelo estado ou por intermediários.

A propriedade comunal da terra era um aspecto central do modo de produção asiático, conforme analisado por Marx (2007). Nas aldeias indianas, a terra era propriedade coletiva da comunidade ou de clãs familiares. Isso significava que a terra não era propriedade individual, mas compartilhada e usada coletivamente pelos membros da comunidade. Isso explicava a gestão da terra e dos recursos agrícolas que eram feitos pela comunidade, com decisões sobre cultivo, irrigação e colheita sendo tomadas coletivamente. Isso promovia, uma forma de organização social onde a cooperação era essencial para a sobrevivência e prosperidade da aldeia.

No entanto, a estrutura social das aldeias era estática pelos seguintes motivos apontados por Marx (2007): a falta de incentivo para a inovação devido a presença da propriedade comunal da terra e a autossuficiência das aldeias que estagnavam as mudanças econômicas. Logo, sem a pressão de competir no mercado, não havia necessidade de desenvolver novas tecnologias e

métodos de produção. Marx acrescenta que as relações sociais e econômicas dentro das aldeias tendiam a ser reproduzidas de geração em geração, sem grandes mudanças. Isto se deve a divisão do trabalho e as hierarquias que eram mantidas, perpetuando um estado de estabilidade social e econômica.

Outro ponto que contribuiu para a estagnação das aldeias, segundo Marx (2007), foi a intervenção estatal, sob a forma de cobrança de tributos e controle administrativo. Sobre isso, Marx, pensava o seguinte: o estado, ao extrair excedentes econômicos das aldeias sem promover o desenvolvimento local, reforçou as estruturas existentes sem incentivá-las a evoluir. O sistema de castas era visto por Marx (2007) como mais um fator que contribuiu para a estagnação das aldeias, pois impedia a mobilidade social e a inovação econômica quando determinavam o papel e a ocupação dos indivíduos desde o seu nascimento, perpetuando uma estrutura social estática. E, por fim, a questão da administração descentralizadas presentes nas aldeias que Marx via como a responsável pela não chegada das mudanças em termos de políticas públicas nas comunidades. Ele argumenta que as aldeias eram governadas por suas próprias estruturas e estavam desconectadas de uma autoridade central forte que pudesse promover reformas ou mudanças significativas.

No entanto, as formas tradicionais desta sociedade foram, aos poucos, sendo transformadas, principalmente a partir de uma perspectiva econômica e histórica, focadas nas relações de produção e o impacto do colonialismo britânico. Em suas obras, Marx e Engels (2010), criticaram o domínio britânico na Índia, argumentando que ele provocou efeitos devastadores sobre esta sociedade, sendo comparado a uma força disruptiva que destruiu as antigas estruturas feudais e introduziu o capitalismo, transformando as relações de produção e gerando novas formas de exploração econômica. A introdução das ferrovias e a industrialização incipientes tiveram impactos diretos, em termos econômicos e sociais.

Sobre os impactos gerados pela introdução das ferrovias, Marx (2007) argumenta que este foi um dos projetos de infraestrutura mais significativos realizados pelos britânicos durante o período colonial. O autor interpretou essa mudança como parte do processo de introdução do capitalismo em uma sociedade pré-capitalista. As ferrovias foram vistas como um instrumento crucial para a penetração do capital britânico na economia indiana, facilitando o transporte de mercadorias, matérias-primas e tropas coloniais. Na interpretação de Marx (2007), as ferrovias ajudaram a desintegrar as antigas estruturas econômicas e sociais da Índia. Ao conectar regiões distantes e integrar a economia local ao mercado global, as ferrovias permitiram a exploração dos recursos naturais e humanos na Índia pelos colonizadores britânicos. Esse processo foi uma

manifestação da “acumulação primitiva”, onde a destruição das formas tradicionais de produção e a introdução de novas foram essenciais para a expansão do capitalismo global.

A reorganização da economia agrária foi outra transformação que ocorreu sob o domínio britânico. Esses, introduziram novas formas de propriedade da terra e sistemas de tributação que visavam maximizar a extração de renda da terra. A tradicional economia agrária baseada em comunidades autossuficientes foi progressivamente substituída por uma economia comercializada, orientada para a produção de culturas comerciais para exportação. Marx (2007) viu essa reorganização como uma forma de expropriação dos camponeses indianos. O sistema de tributação da terra imposto pelos britânicos levou muitos camponeses à ruína econômica, forçando-os a vender suas terras e se tornar trabalhadores assalariados ou migrar para as cidades em busca de emprego. Esse processo de proletarização foi central para a criação de uma classe trabalhadora que poderia ser explorada pelos britânicos.

Do ponto de vista de Marx (2007), os impactos da introdução das ferrovias e da reorganização da economia agrária na Índia foram negativos para a população local, mas essenciais para o desenvolvimento do capitalismo britânico. As ferrovias e as mudanças na economia agrária destruíram as antigas formas de vida comunitária e a economia de subsistência, substituindo-as por uma economia capitalista dependente do mercado global. Lembrando, que antes da chegada dos britânicos, muitas aldeias indianas funcionavam como unidades econômicas relativamente autossuficientes, segundo a interpretação de Marx, produzindo a maioria dos bens que necessitavam localmente. Com a chegada das ferrovias, essas aldeias foram integradas ao mercado global, tornando-se dependentes de produtos manufaturados britânicos e, por sua vez, forçadas a produzir bens agrícolas para a exportação, facilitando a extração e o transporte de recursos naturais, como o algodão, chá e outros produtos agrícolas. Marx viu isso como uma manifestação da “acumulação primitiva”, onde os recursos de uma sociedade pré-capitalista eram expropriados para servir aos interesses do capitalismo britânico. Logo, as ferrovias permitiram que os produtos agrícolas fossem transportados das áreas rurais remotas para os portos, de onde eram exportados para a Grã-Bretanha e outros mercados internacionais.

Ainda sobre essa temática, Marx (2007) fala sobre o impacto indireto da introdução das ferrovias na Índia, que segundo a sua análise, integrou as aldeias ao mercado global, uma vez que a agricultura indiana passou por uma comercialização intensiva. As culturas tradicionais de subsistência foram substituídas por culturas comerciais destinadas à exportação. Isso não só alterou os padrões de cultivo, mas também aumentou a vulnerabilidade dos agricultores às

flutuações dos preços internacionais. A dependência de culturas comerciais exportáveis significava que os agricultores indianos estavam agora expostos aos caprichos do mercado global, o que poderia levar a crises periódicas de renda e segurança alimentar. Assim, as antigas formas de organização social, baseadas nos vínculos comunitários e sistemas de reciprocidade, foram substituídas por relações de mercado baseadas no lucro e na exploração.

Essa nova relação de mercado como resultado direto da introdução das ferrovias, facilitaram a importação de produtos manufaturados britânicos, o que devastou as indústrias artesanais indianas. Marx (2007) argumentou que os produtos manufaturados britânicos, produzidos em massa e a baixo custo, substituíram os produtos artesanais locais, levando à ruína dos seus artesãos e trabalhadores. Esse processo fez parte da estratégia colonial de transformar a Índia em uma economia dependente de matérias-primas e mercado para produtos manufaturados britânicos.

3.2 CRÍTICAS À VISÃO DE KARL MARX

A análise de Marx (2007) do modo de produção asiático e dos impactos do Imperialismo britânico sobre a Índia, embora influente, foi criticado por várias razões por alguns autores sociólogos indianos e até ocidentais. A primeira crítica aqui selecionada diz respeito à visão da sociedade pré-colonial da sociedade indiana como estagnada e tradicional. Para esse tipo de análise, os seus críticos argumentaram que ela era simplista e não capturava a complexidade e a dinâmica desta sociedade.

A historiadora indiana Romila Thapar (1966) criticou esta visão de Marx, argumentando que a sociedade indiana era dinâmica e diversificada. Thapar destacou que havia considerável comércio interno e externo, inovação tecnológica e mudanças sociais, o que refuta a ideia de estagnação. Ao destacar o comércio dinâmico interno e externo da Índia, a autora apresenta uma imagem de uma economia vibrante e interconectada, que estava constantemente evoluindo e se adaptando às novas circunstâncias, desafiando a visão eurocêntrica de uma economia estagnada e sublinha a vitalidade e a sofisticação do comércio indiano.

Para comprovar o seu argumento, ela enfatiza que as aldeias e as cidades estavam interligadas por redes de mercados locais e regionais, facilitando a troca de bens agrícolas, manufaturados e artesanais. Cita como exemplos, as feiras e mercados locais que eram eventos regulares onde produtores e comerciantes se reuniam para vender e comprar uma variedade de produtos. Essas feiras desempenhavam um papel crucial na circulação de bens e na integração das economias locais com as regionais. Isto se deve ao extenso sistema de rotas comerciais que

conectavam diferentes partes do subcontinente indiano. Essas rotas facilitavam o movimento de mercadorias, como grãos, tecidos, especiarias e metais, entre diversas regiões, promovendo uma economia diversificada e interdependente (Taphar, 1966).

Além do comércio interno, Thapar (1966) argumenta que a Índia tinha uma presença significativa no comércio internacional, sendo um ator importante nas redes comerciais que conectavam a Ásia, o Oriente Médio, a África e a Europa. Os seus portos, como Calicute, Surat e Masulipatão, eram centros comerciais prósperos que facilitavam o comércio marítimo. O porto de Calicute, localizado na costa sudoeste da Índia, foi importante na integração da região de Malabar. Era conhecido por seu comércio de especiarias, particularmente pimenta, e atraía comerciantes de todo o mundo, incluindo árabes, chineses e, posteriormente, europeus. O porto de Surat, situado na costa noroeste, no atual estado de Gujarat, foi importante porto comercial durante os períodos medieval e início do período moderno. Ele era o centro de exportação de tecidos de algodão e seda, além de produtos artesanais. Surat também foi um ponto de partida para os peregrinos muçulmanos que se dirigiam a Meca. No porto de Masulipatão, localizado na costa leste, transportavam-se os produtos do comércio de tecidos e agrícolas, além de facilitar o comércio com o Sudeste Asiático, China e outros portos no Oceano Índico.

Thapar (1966) cita o porto de Goa, que antes da chegada dos portugueses, já era um importante porto na costa oeste da Índia. Era conhecido pelo comércio de especiarias, minerais e produtos agrícolas. Os comerciantes árabes e persas eram frequentemente assíduos de Goa. E, por fim, o porto de Cochim (Kochi), que também era significativo na costa de Malabar e famoso pelo comércio de pimenta, cravo, cardamomo e outras especiarias. Desta forma, esta cidade portuária atraia comerciantes de várias partes do mundo, incluindo árabes, chineses e europeus.

Esses portos indianos estavam organizados em torno do comércio representados pelas Guildas e Corporações de artesãos que desempenhavam um papel de destaque nesta atividade. Essas entidades garantiam a qualidade dos produtos, regulavam os preços e protegiam os interesses econômicos de seus membros. Havia também, o sistema de parceria entre os comerciantes compartilhando riscos e lucros. Essa prática permitia a mobilização de grandes quantidades de capital e a realização de operações comerciais em larga escala. Além desses fatores, os portos indianos possuíam infraestrutura desenvolvida, incluindo armazéns, docas, instalações de carregamento e descarregamento, facilitando o manejo eficiente de mercadorias e a manutenção da qualidade dos produtos (Taphar, 1966).

O que observamos acima, é que a economia da Índia pré-colonial não se caracterizava como estagnada e estática tal como enfatizou Marx. Pelo contrário, Romila Thapar (1966), uma das críticas à análise de Marx (2007), nos mostrou que a Índia estava integrada nas redes comerciais globais e dinâmicas em suas práticas econômicas e sociais, contrariando a visão simplista de Marx de estagnação da economia e sociedade indiana.

Outro autor que teceu críticas à Marx foi o Antropólogo Bernard Cohn. Em sua obra "*Colonialism and Its Forms of Knowledge: The British in India*" (1996) ele mostra como o colonialismo britânico na Índia não foi apenas um fenômeno político e econômico, mas também um processo que envolveu a produção e o controle do conhecimento. É neste foco que ele oferece uma crítica perspicaz às análises de Karl Marx sobre a Índia. Para Cohn (1996), a visão econômica de Marx sobre a Índia era reducionista, com foco quase exclusivo na parte econômica da era colonialista. Isto se encaixa na forma como ele via o colonialismo na Índia como uma força impulsionada principalmente pela necessidade de expansão capitalista, focando nas transformações econômicas e na exploração dos recursos. Por isso que Cohn classificou essa visão como reducionista, pois ignorava as complexidades culturais, sociais e políticas do colonialismo, falhando em reconhecer que havia uma resistência da população indiana em relação as complexidades de transformações sociais sob o domínio colonial. Isto se deve a tendência de Marx ver as sociedades colonizadas como passivas e sem agências, simplesmente sujeitas às forças capitalistas global, algo que na Índia não aconteceu de forma tão passiva quanto ele imaginou nos seus escritos.

Acrescenta-se aqui, que Marx (2007) fez uma análise superficial das estruturas sociais existentes na Índia, particularmente em relação ao Sistema de Castas, pois a tendência é tratá-la como uma estrutura monolítica e estática, sem levar em conta suas complexidades internas e dinâmicas de mudanças sociais. Esse tipo de visão é predominante na análise de Marx porque em vários trechos da sua obra observamos a sua tentativa frustrada de inserir a Índia e a sua sociedade dentro do contexto histórico e político europeu, porém, isso é praticamente impossível, haja vista que a Índia é uma sociedade diferente dos *moldes operandi* europeu por ser tão complexa e heterogênea (Cohn, 1996).

Para não cometer os mesmos erros de análises tal como Marx, Cohn (1996) propôs uma análise mais detalhada e diferenciada para entender o funcionamento da sociedade indiana, assim como, as ferramentas analíticas usadas pelos britânicos para expandir o seu poder local. Para este autor, a Índia não é a simplicidade apregoada por Marx, se assim fosse, os próprios britânicos teriam a facilidade para impor o seu poder em todo território indiano. Salienta-se que

o colonialismo britânico se sustentou na Índia através da criação de diversas formas de conhecimento que os ajudaram a estruturar e consolidar o poder colonial. Entre eles, Cohen destaca o uso da Antropologia para categorizar e entender a sociedade indiana. Este conhecimento foi utilizado para administrar melhor a população e implementar políticas de controle social. Assim, criaram categorias sociais e étnicas que não existiam de maneira tão rígida antes da chegada colonial. Essa categorização foi essencial para a administração colonial, pois permitiu que os britânicos identificassem, classificassem e, muitas vezes, manipulassem diferentes grupos dentro da sociedade indiana (Cohn, 1996).

A coleta sistemática de informações sobre costumes, práticas religiosas, línguas e tradições locais era uma forma dos britânicos exercerem o seu poder na Índia, oferecendo uma base "científica" para justificar políticas coloniais e a intervenção nos assuntos sociais indianos. Acrescenta-se também que a Antropologia colonial envolvia a interação com as elites locais que, por vezes, colaboravam com os britânicos para garantir privilégios. No entanto, essa interação também gerou conflitos, pois a imposição de categorias sociais e a tentativa de controlar a narrativa cultural muitas vezes encontraram resistência por parte dos indianos (Cohn, 1996).

Autores como Edward Said, em sua obra *Orientalismo* (1978), questionaram Marx por reproduzir uma visão ocidental e eurocêntrica sobre a Índia e outras sociedades asiáticas. Dito argumento que, ao enxergar o Oriente como um lugar "atrasado" que precisava ser "civilizado" pelo Ocidente, Marx de certo modo perpetua a lógica imperialista que critica em outros contextos. Segundo Said, Marx não conseguiu escapar da visão orientalista, na qual o Oriente é retratado como passivo e necessitado de intervenção externa.

Nesta obra, Said (1978) desenvolve uma análise histórica, cultural e literária das imagens e narrativas construídas pelos estudiosos e intelectuais europeus sobre o Oriente, principalmente o Oriente Médio, Índia e partes do Leste Asiático. O conceito de "orientalismo" descrito por Said refere-se ao conjunto de discursos e representações produzidos sobre o Oriente que o define como um lugar exótico, misterioso, inferior e perigoso, opondo-se a uma visão idealizada do Ocidente como racional, desenvolvida e civilizado.

Na visão de Said (1978) o orientalismo não é apenas um sistema de conhecimento, mas também uma ferramenta de poder. Segundo ele, o Oriente foi descrito pelo Ocidente de forma a disposições práticas imperialistas e coloniais, estabelecendo uma hierarquia cultural e política. As representações orientalistas retratam os orientais como povos passivos e necessitados de intervenção, o que, por sua vez, legitima o domínio e a "missão civilizadora" ocidental. Para

Said, essas narrativas foram, de fato, construídas com base em uma visão eurocêntrica, em que o Ocidente sempre se coloca como padrão de desenvolvimento e progresso.

A obra também traz uma análise dos estereótipos frequentemente atribuídos às sociedades orientais: misticismo, irracionalidade, atraso e exotismo. Disse o argumento de que esses estereótipos são construções imaginárias usadas para afirmar a superioridade europeia e permaneceram-se na literatura, na arte e nos estudos acadêmicos, como nas obras de estudiosos como Ernest Renan e Bernard Lewis. Ele expõe como as investigações de viajantes, escritores e acadêmicos europeus desenvolvidos para consolidar essa imagem distorcida e desumanizadora do Oriente, que é muitas vezes retratado de maneira interessante, ignorando a diversidade cultural e histórica dessas regiões (Said, 1978).

É neste foco de análise que Said (1978) criticou a influência da visão do orientalismo na sociedade e política indiana, pois acreditava que isso influenciava diretamente as decisões e políticas externas dos países ocidentais nas relações com as nações do Oriente. O discurso orientalista, segundo Said, foi um recurso político utilizado para aplicação de guerras, intervenções e ocupações coloniais, como nas campanhas britânicas no Egito e na Índia. Para Said, esse discurso persiste até os dias de hoje, refletindo-se em conflitos contemporâneos e nos meios de comunicação, que continuam a associar o Oriente a imagens de terrorismo, desordem e fanatismo.

Contudo, a análise da sociedade indiana por sociólogos ocidentais evoluiu de uma perspectiva colonialista e orientalista para abordagens mais complexas, que buscam buscar a autonomia cultural e social da Índia. No entanto, o legado do orientalismo e do eurocentrismo persiste, exigindo uma reflexão constante sobre os métodos e teorias aplicadas aos estudos da Índia. A crítica pós-colonial e os estudos subalternos abriram espaço para uma compreensão mais rica e diversificada da Índia, que busca padrões e valorizar as vozes e experiências locais, ao mesmo tempo em que questiona as tendências coloniais nos estudos sociológicos. É o que veremos no próximo subcapítulo.

3.3 AS VISÕES DOS SOCIÓLOGOS OCIDENTAIS SOBRE A ÍNDIA E A SUA SOCIEDADE: CONTRIBUIÇÕES DE SPENCER, WEBER E DURKHEIN

Uma visão conjunta desses sociólogos ocidentais sobre a sociedade indiana nos mostra que as suas análises foram moldadas por suas teorias sociológicas gerais, aplicadas a um contexto que eles a viam como "diferentes" ou "exóticos" em comparação com a sociedade ocidental. Émile Durkheim, por exemplo, se concentrou na coesão social e na função das castas como uma forma de solidariedade mecânica. Herbert Spencer, através das suas lentes evolucionistas, via a Índia como uma sociedade em um estágio anterior de desenvolvimento. Marx Weber, por sua vez, enfatizou as limitações culturais e religiosas que, segundo ele, impediam a racionalização econômica e o desenvolvimento capitalista. A seguir veremos um pouco sobre cada uma dessas abordagens, destacando que, embora eles tenham contribuído com *insights* importantes sobre a sociedade indiana, as suas análises refletem as limitações e os preconceitos de suas perspectivas eurocêntricas.

3.3.1 O Darwinismo Social e a Sociedade Indiana pelas lentes evolucionistas de Herbert Spencer

Começando a análise com sociólogo Herbert Spencer[17](2013). Este aplicou a teoria do Darwinismo social à sociedade indiana, vendo-a através de uma lente evolucionista, pois a considerava como "primitiva" em comparação com as sociedades ocidentais, que via como mais "evoluída". Isto se deve a complexidade do sistema de castas que refletia uma fase anterior de desenvolvimento social, que eventualmente daria lugar a uma sociedade mais individualista e competitiva. No entanto, isso não significa que Spencer não reconhecia que o sistema de castas tinha funções sociais, pelo contrário, ele via esse sistema como um obstáculo ao progresso e a mobilidade social, pois acreditava que, à medida que a Índia se modernizasse, o sistema de castas seria gradualmente substituído por uma estrutura social meritocrática.

Essa lógica de análise de Spencer (2013) tem a sua sustentação teórica na Lei da Evolução Social que ele criou. Por meio desta Lei, Spencer parte da proposição que as sociedades humanas evoluem de formas simples e fluidas para formas complexas e heterogêneas. É neste foco de análise que ele aplicou os conceitos da teoria evolutiva de Charles Darwin,

[17] Spencer não fez nenhum estudo específico sobre a sociedade indiana como um todo, no entanto, estudou certos aspectos desta sociedade, tais como as crenças religiosas e as instituições políticas, eclesiásticas e outras, de modo a enquadrar a sua análise comparativa nos Princípios de Sociologia. Entre as sociedades orientais, o seu estudo sobre a China e Japão são mais profundos do que o realizado na Índia (Madan, 2010, p.22).

especialmente a ideia de “sobrevivência do mais apto”, para explicar o desenvolvimento das sociedades ao longo do tempo. Nas palavras do autor, a Lei da Evolução Social seria:

> No início, a evolução da sociedade, como a vida em geral, obedece a lei da evolução universal. Assim como na evolução inorgânica os planetas se formaram a partir da concentração da massa solar primitiva e, na evolução orgânica, a célula primitiva passa para associações mais complexas de células, também o progresso social consiste, no início, na integração de pequenas e simples comunidades em outras cada vez maiores e mais complexas: da família, célula elementar da ordem política, passamos à tribo e, com a associação progressiva das tribos, assistimos a um processo de integração cada vez mais vastos que, passando por processos intermediários de associações como municípios e províncias passam a construir o Estado. Nestes passos subsequentes, nenhuma das formas inferiores de associações é perdida ou destruídas. A forma superior contém e preserva em si as formas anteriores.
> Na evolução social, porém, também aparecem características secundárias de diferenciação e acompanham a evolução universal; destas, a principal consiste na transição progressiva da homogeneidade indefinida para a heterogeneidade definida em estruturas e funções. Considerando as sociedades primitivas, vemos que não existem causas de heterogeneidade além daquelas ténues e muito limitadas, que resultam do estabelecimento de relações familiares. (...). Desta forma, a humanidade está sujeita ao movimento geral da evolução. Da simplicidade e da homogeneidade primitiva chega-se progressivamente a uma complexidade e a uma heterogeneidade cada vez maior. Isto é, as diferenciações progressivas nas estruturas de qualquer cidade, nesta se inclui a Indiana, é acompanhada pela diferenciação progressiva das suas funções. Assim como num organismo individual diferentes órgãos se desenvolvem e têm funções diferentes, o mesmo acontece com as partes em que a sociedade difere; uma vez que surge uma classe dominante, ela não apenas distingue das demais, mas assume uma função de governança sobre eles (Spencer, 2013, p.38-40).

A citação acima explicita a maneira pela qual Spencer (2013) analisou o processo de evolução de uma sociedade sob o ápice teórico da Evolução Social. É possível compreender quais são os princípios fundamentais desta Lei, tais como, a evolução social do simples para o complexo em termos de sociedade. Ele argumentou que todas as sociedades começam como sistemas simples, com pouca diferenciação interna. Com o tempo, elas se tornam mais complexas, desenvolvendo uma maior divisão do trabalho, instituições mais sofisticadas e uma maior diversidade de funções sociais. Ele via essa transformação como um processo natural, semelhante à evolução biológica.

Esse processo constante de transformações, permitia que as sociedades primitivas homogêneas, com poucas variações em suas partes evoluíssem, tornando-se mais heterogêneas, com uma maior diferenciação entre as várias instituições e funções sociais. Por exemplo, em uma sociedade primitiva, as funções políticas, religiosas e econômicas podem ser indistintas e desempenhadas por um único líder. Em uma sociedade avançada, essas funções são separadas e desempenhadas por diferentes pessoas e instituições (Spencer, 2013).

Outro aspecto da evolução social é o aumento da integração entre as partes da sociedade. Á medida que as sociedades se tornam mais complexas, as diferentes partes se tornam mais

interdependentes, criando uma unidade mais coesa e organizada. Essa integração é crucial para a sobrevivência e eficácia da sociedade à medida que ela cresce e se diversifica. Isto ocorre, pois na visão de Spencer (2013), quando as sociedades evoluem, ocorre uma maior especialização das funções sociais. Inicialmente, as mesmas pessoas podem realizar várias funções (como produção, governança e defesa), mas, com o tempo, essas funções se separam, e indivíduos ou grupos se especializam em tarefas específicas. Isso leva a uma maior eficiência e complexidade social.

Ao nosso olhar podemos atribuir algumas críticas as análises realizadas por Hebert Spencer sobre a Índia. Assim como Marx, Spencer (2013) frequentemente enquadrava a Índia como uma sociedade primitiva ou atrasada quando a comparava com o desenvolvimento obtido pela sociedade ocidental. Embora mencione a complexidade estrutural da sociedade, em sua abordagem sobre o darwinismo social é perceptível notar que a ideia de seleção natural e sobrevivência do mais apto as sociedades humanas, sugere que as sociedades "mais fracas" ou "menos evoluída" estavam fadadas ao declínio. Isto sugere a exaltação ao colonialismo e a dominação europeia como um meio de torná-la desenvolvida. É neste contexto que o autor via a Índia atrasada em função da sua cultura e estrutura social de sistema de castas (Said, 1978).

3.3.2 A Rígida Divisão do trabalho no Sistema de Castas Hindu na perspectiva de Marx Weber

Por outro prisma, Marx Weber em sua obra "*The Religion of India: The Sociology of Hinduismo and Buddhism*" (1958)[18] buscou entender por que o capitalismo racional moderno, que floresceu no Ocidente, não se desenvolveu na Índia, explorando a influência das religiões indianas, especialmente o hinduísmo e o budismo, nas estruturas sociais e econômicas do subcontinente indiano. Para isso, analisa também o sistema de casta hindu que é a estrutura da sociedade indiana, enfatizando a rigidez das divisões sociais e a falta de mobilidade social, ligada, principalmente à religião, onde a casta tem funções e deveres religiosos específicos. Ligados a essas características temos as questões relacionadas a ética econômica hindu, contrastando-a com a ética protestante. Enquanto o protestantismo encorajava a acumulação da

[18] A obra "*The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Buddhism*" é uma obra de Marx Weber, publicada originalmente em 1916-1917, que faz parte de sua série de estudos sobre a sociologia das religiões. Neste trabalho, Weber explora as influências das religiões indianas, especialmente o hinduísmo e o budismo, nas estruturas sociais e econômicas da Índia. No contexto e metodologia deste livro, Weber examina como as crenças religiosas e o sistema de valores da Índia influenciaram a organização social, política e econômica. Ele se esforça para entender como as religiões moldam o comportamento econômico, comparando a Índia com o Ocidente, onde o protestantismo teve um papel na formação do capitalismo (Weber, 1958).

riqueza, o hinduísmo promove a atitude de desapego material e resignação. Segundo o autor, essa ética hinduísta desencorajava a busca por inovação ou acumulação de riqueza, o que, por sua vez, contribuía para a estagnação econômica da sociedade indiana.

É sobre essa vertente que Weber (1958) vai construir a sua narrativa teórica sobre a sociedade indiana. Neste ponto de vista, o autor enxerga a Índia como um contraste em relação a China. Em sua obra, Weber analisa como o Hinduísmo e o Confucionismo moldaram as respectivas sociedades, destacando as diferenças fundamentais em suas estruturas sociais, práticas religiosas e atitudes econômicas. No que se refere a estrutura social, ele compara a estrutura de castas na Índia com a ordem confucionista na China. Na Índia, o Sistema de Castas descreve a sociedade indiana como altamente estratificada, ou seja, uma hierarquia rígida baseada em purezas rituais e ocupação hereditária. Esse sistema criou uma sociedade extremamente estática, onde a mobilidade social era praticamente inexistente, e as funções econômicas eram distribuídas de forma fixa entre as castas. A divisão das castas era legitimada pelo hinduísmo, que associava a posição social de um indivíduo ao Karma acumulado em vidas passadas.

Em contraste está a sociedade Chinesa na ordem confucionista. Neste caso, Weber (1958) descreve a sociedade chinesa menos rígida e menos estratificada quando comparada a sociedade indiana. Embora existisse uma hierarquia clara baseada na lealdade familiar e na ordem social, havia mais mobilidade social através do sistema de exames imperiais. Esses exames permitiam que os indivíduos talentosos de qualquer origem social ascendessem a posições de poder, especialmente no serviço civil. A meritocracia, um princípio central do confucionismo, possibilitou uma maior flexibilidade social em comparação com a sociedade indiana.

As atitudes em relação ao trabalho e à economia foi a segunda categoria de comparação que Weber analisou entre as sociedades Indiana e Chinesa. Segundo Weber (1958), o sistema de castas indiano criou uma divisão rígida de trabalho, onde certas atividades eram reservadas para determinadas castas. Isso restringiu a diversificação econômica e a inovação. A atitude ascética promovida pelo hinduísmo, especialmente entre os Brâmanes, desvalorizava o trabalho econômico e o acúmulo de riqueza, visto como incompatível com a busca pela salvação espiritual. Essa visão contribuiu para a estagnação econômica e a falta de desenvolvimento de uma ética capitalista na Índia.

Para a China, Weber (1958) argumentava que o confucionismo promovia uma visão mais positiva do trabalho e do envolvimento na administração pública. O confucionismo valorizava a ordem social e a harmonia, mas também reconhecia a importância do trabalho diligente e da

responsabilidade moral dos governantes. Embora o confucionismo não promovesse uma ética capitalista no sentido ocidental, ele incentivava o engajamento ativo na vida pública e econômica, o que contribuiu para uma economia mais estável e administrativa de forma eficiente.

Na relação entre a religião e a ética econômica, o Hinduísmo na Índia, com sua ênfase no ascetismo e na renúncia ao mundo material, criava uma ética que desencorajava a busca pelo lucro e pela acumulação da riqueza. O sistema de castas reforçava essa visão ao reservar as atividades comerciais e produtivas para as castas inferiores, enquanto as castas superiores se dedicavam à vida espiritual e intelectual. Em contraposição, o confucionismo na China, não via a atividade econômica como algo incompatível com a moralidade, desde que fosse conduzida de maneira ética e contribuísse para a estabilidade social. Embora o confucionismo não incentivasse a busca pelo lucro, ele apoiava a ideia de que a administração eficiente e o trabalho diligente eram necessários para manter a ordem e a prosperidade do Estado (Weber, 1958).

Por último, Weber (1958) faz uma reflexão sobre as consequências que o sistema de casta e o confucionismo trouxeram para as sociedades indiana e chinesa, respectivamente. Para a sociedade indiana, Weber conclui que o sistema de castas e a visão ascética do hinduísmo criaram barreiras significativas ao desenvolvimento de um sistema econômico capitalista na Índia. A falta de mobilidade social, a divisão rígida do trabalho e a desvalorização de atividades econômica contribuíram para uma economia estagnada e uma sociedade profundamente desigual. Por outro lado, embora a China também não tenha desenvolvido um capitalismo no sentido ocidental, Weber argumenta que o confucionismo permitiu um maior desenvolvimento econômico e administrativo do que o hinduísmo na Índia. A meritocracia e a valorização do trabalho diligente contribuíram para uma economia relativamente estável e uma sociedade menos rigidamente estratificada, com maior flexibilidade para responder às mudanças sociais e econômicas.

Tomando como base esses pontos de comparação que Weber (1958) selecionou para comparar as duas sociedades asiáticas, destacamos a sociedade indiana e a sua estrutura social moldada no sistema de castas. Enfatizamos a rígida divisão do trabalho que este sistema impôs na sociedade indiana. Para o autor, essa rigidez dificultou a diversificação das habilidades e impediu a mobilidade social. Diferente de sociedades onde os indivíduos podem mudar de profissão ou buscar oportunidades econômicas mais lucrativas, na Índia, as pessoas eram confinadas a ocupações hereditárias. Essa falta de flexibilidade reduziu a capacidade da sociedade de se adaptar a mudanças econômicas e inovações tecnológicas.

Além disso, havia o desincentivo à inovação e empreendedorismo decorrente do sistema de castas. Sobre isso, Weber (1958) argumentou que esse sistema criou barreiras para o desenvolvimento de uma ética capitalista. A economia baseada em castas não incentivava a busca por lucro e inovação, uma vez que as ocupações eram predefinidas e os papeis eram fixos. Isso criou uma segmentação onde a inovação e o crescimento econômico eram limitados a certas castas, que, por sua vez, não tinham incentivos para expandir suas atividades além do tradicional.

Outro problema observado por Weber (1958), era que o hinduísmo promoveu uma mentalidade ascética, especialmente entre as castas superiores. A renúncia ao mundo material e a busca pela salvação espiritual foram valores altamente estimados, particularmente pelos Brâmanes. Essa visão desencorajou o acúmulo de riqueza e o investimento em atividades econômicas, pois a riqueza material era vista como um obstáculo à salvação. Weber (1958) vê essa atitude como uma das razões pelas quais a Índia não desenvolveu uma ética de trabalho que promovesse a acumulação de capital e o crescimento econômico, em contraste com o protestantismo no Ocidente.

A exclusão social e econômica dos "intocáveis" ou *Dalits*, foi outra categoria examinada por Weber (1958). Excluídos das principais atividades econômicas e confinados a tarefas consideradas impuras, os *Dalits* enfrentaram uma pobreza extrema e tiveram poucas oportunidades de ascensão econômica. A exclusão de uma parcela significativa da população das principais esferas econômicas resultou em uma sociedade altamente desigual, onde o desenvolvimento econômico foi restrito a um pequeno segmento da população.

Desta forma, Weber (1958) observou que o sistema de castas garantiu uma grande estabilidade social ao longo dos séculos, mas à custa do dinamismo econômico. A rigidez do sistema impediu as pressões competitivas que, em outras sociedades, levaram ao progresso econômico. A estabilidade oferecida pelas castas veio de uma aceitação geral da ordem social como divinamente ordenada, mas essa mesma estabilidade perpetuou a estagnação econômica. Em função disso, o sistema de castas foi um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento econômico da Índia. Ele criou uma sociedade em que a inovação, o empreendedorismo e a mobilidade social eram limitados por uma estrutura social rígida e imutável.

Essa falta de dinamismo econômico contrastava fortemente com o desenvolvimento do capitalismo no Ocidente, onde a ética protestante desempenhou um papel crucial no incentivo ao trabalho árduo, à inovação e ao crescimento econômico. Weber (1958) conclui que, ao contrário do Ocidente, onde a religião protestante ajudou a fomentar o desenvolvimento de uma

economia capitalista, na Índia, o hinduísmo e o sistema de castas inibiram esse processo, levando a uma economia estagnada e a uma sociedade altamente estratificada.

Cabe ressaltar algumas críticas que Marx Weber (1958) recebeu de diversos autores em função da sua análise sobre a sociedade indiana. De início, destacamos a crítica que Louis Dumont (1966) teceu sobre a interpretação que Weber propôs à estrutura do sistema de casta. Para o autor, Weber não compreendeu plenamente a lógica interna do sistema de casta, que não pode ser resumida apenas a uma estrutura religiosa. Em função disso, Weber negligenciou as mudanças que houve nessa estrutura social, principalmente a partir do momento do imperialismo britânico. O autor indiano B.R.Ambedkar (1936) em sua obra "*Annihilation of caste*", criticou a visão de Weber por não considerar o caráter opressivo e excludente do sistema de castas, que era mantido não apenas por fatores religiosos, mas também por interesses econômicos e políticos.

Weber foi acusado de adotar uma perspectiva eurocêntrica, comparando a sociedade indiana com o modelo ocidental de desenvolvimento capitalista e julgando-a como "atrasada" ou "irracional". Essa abordagem teria levado a generalizações equivocadas sobre a cultura e a religião indianas. Citamos como exemplo, o autor Edward Said, em *"Orientalismo"* (1978), que criticou a tendência de estudiosos ocidentais, incluindo Weber, de construir uma visão estereotipada e essencializada do Oriente. Said argumentou que Weber perpetuou uma dicotomia entre o "Ocidente racional" e o "Oriente místico". Outro autor, Dipesh Chakrabarty, em *"Provincializing Europe"* (2000), questionou a aplicação de categorias europeias, como "capitalismo" e "racionalidade", para analisar sociedades não europeias. Ele argumentou que Weber ignorou as particularidades históricas e culturais da Índia.

Outra vertente crítica à análise de Marx Weber está relacionada ao tratamento que ele deu ao hinduísmo, sendo este, um sistema religioso monolítico, ignorando sua diversidade interna e as variações regionais. Além disso, ele teria negligenciado o papel de outras tradições religiosas, como o budismo e o jainismo, na formação da sociedade indiana. Autores como Romila Thapar, em *"A History of India"* (1966), destacou a pluralidade religiosa e cultural da Índia, argumentando que Weber falhou em captar a complexidade das interações entre diferentes tradições religiosas e sua influência na sociedade. Enquanto, A.L. Basham, em *"The Wonder That Was India"* (1954), também criticou Weber por não considerar a riqueza e a diversidade das práticas culturais e religiosas indianas.

A falta de fontes primárias para a compreensão da sociedade indiana foi outra crítica que Marx Weber recebeu, principalmente de Wendy Doniger, em *"The Hindus: An Alternative*

History" (2009), quando menciona em sua análise que Weber dependeu de interpretações ocidentais dos textos hindus para interpretar a complexidade da sociedade indiana, o que teria distorcido sua compreensão da religião e seu impacto na estrutura social da região.

3.3.3 Émile Durkheim e a aplicação do conceito de Solidariedade mecânica à Sociedade Indiana

Seguindo a lógica dos dois autores sociólogos acima citados, Herbert Spencer e Marx Weber, o autor Émile Durkheim (1989) analisou a sociedade indiana sob o prisma da sociedade de castas e da religião hinduísta. No entanto, a diferença em relação aos dois autores é que Durkheim vai aplicar os conceitos de solidariedade mecânica e orgânica para explicar a estrutura do sistema de castas. Desta forma, a intenção do autor era entender a sociedade indiana a partir das origens da sua vida religiosa e a sua função social, pois estava interessado na análise de como as práticas e as crenças religiosas contribuíram para a coesão social e a integração dos indivíduos dentro de um coletivo. Isto se deve ao argumento do autor que a religião é fundamental para a coesão social porque cria laços entre os indivíduos e o grupo por meio das crenças e práticas comuns. Na sociedade indiana, ele vê o sistema de castas como um reflexo dessa função integradora da religião.

Diferentemente de Spencer (2013) e Weber (1958), Durkheim (1989) vê o sistema de castas como uma coesão social que o chamou de solidariedade mecânica[19], pois exemplifica uma forma de organização social que é mantida por meio de regras sociais rígidas, fortemente enraizadas em crenças religiosas. Por isso, no hinduísmo, a religião não apenas justifica o sistema de castas, mas também prescreve os comportamentos e deveres que cada casta deve seguir. Por exemplo, os brâmanes, a casta sacerdotal, são responsáveis pela realização dos rituais religiosos e pela preservação do conhecimento sagrado, enquanto os xátrias são encarregados da proteção e governança. Cada casta tem seu próprio conjunto de obrigações e rituais, o que cria uma rede complexa de interações que reforça a coesão social.

Uma das consequências da divisão do trabalho[20] no interior do sistema de castas é a predominância da solidariedade mecânica, conceito trabalhado por Durkheim (1989), que diz

[19] A solidariedade mecânica é o conceito usado para se referir a solidariedade de semelhanças. A principal característica de uma sociedade que prevalece esta característica é que os indivíduos diferem um dos outros

[20] O tema principal do pensamento de Durkheim e, consequentemente, o tema do seu livro "Divisão do Trabalho na Sociedade" é a relação entre os indivíduos e a coletividade. O problema que norteia a sua obra diz respeito a multiplicidade de indivíduos que compõem uma sociedade. A resposta de Durkheim a esta questão central é estabelecer uma distinção entre duas formas de solidariedade, a mecânica e a orgânica (Durkheim, 1989).

respeito a resistência da hierarquia das castas às mudanças. Isso contrasta com as sociedades modernas, onde a solidariedade orgânica promove a flexibilidade e a inovação. Na Índia, a divisão rígida das castas limita a mobilidade social e a adaptação a novas condições econômicas e sociais.

Quando Madan (2010) analisou a obra de Durkheim (1989) percebeu que este autor argumentava que o nascimento das classes e das castas vem das multiplicidades de organizações ocupacionais que surgem de uma organização familiar pré-existente. Neste caso, a divisão de trabalho existentes é muito rudimentar que pode se adaptar aos moldes rígidos e definidos que não foram feitos para ela. Isso acontece porque o autor acredita que quando uma sociedade atinge a um certo grau de desenvolvimento, a sua estrutura e as suas bases precisam se adaptar a novas formas de combinação para que as suas sejam completamente diferentes das formas rudimentares anteriores. No entanto, no sistema de casta indiano, a velha estrutura rudimentar ainda persiste na sociedade, mesmo que o processo de evolução econômica e social esteja em voga.

No processo de evolução de qualquer sociedade a divisão do trabalho vai se aprimorando a novas leis e moralidades. No interior das castas a divisão do trabalho é a principal característica que molda este sistema. Assim, a tendência é que as castas cresçam fortalecida pelo aprimoramento da divisão do trabalho interior do seu sistema. No entanto, se torna imprescindível salientar que o progresso neste sistema é mais lento e difícil se difundir em meio a tanta rigidez em sua estrutura, isto porque, durante séculos, a organização do trabalho permanece a mesma, sem qualquer pensamento de inovação. A questão da hereditariedade é mostrada aqui através das suas características habituais como a conservação e a estabilidade. Logo, Durkheim (1989) propôs o seguinte: para que a divisão do trabalho no sistema de castas se desenvolvesse era necessário que a sociedade conseguisse se livrar do jugo da hereditariedade e romper com este sistema para que o progresso entre com novas estruturas de liberdades econômicas e sociais.

Apesar disso, Durkheim (1989) salienta que em épocas em que não havia muita especialização do trabalho, o sistema de castas não era tão prejudicado, pois se descobriu que se adaptava perfeitamente tanto ao gosto dos indivíduos quanto aos interesses da sociedade. Porém, em sociedade moderna onde as funções são mais especializadas, as aptidões gerais já não são suficientes e as pessoas devem ser submetidas a novas formas de trabalhos e especializações produtivas que correspondam as ansiedades do mercado. É neste momento, que o autor é otimista quando acredita que as castas gradualmente desaparecerão na medida em que

avançamos na escala social. Na opinião do autor, o declínio progressivo das castas, a partir do momento em que a divisão do trabalho for estabelecida. Isto porque este sistema está vinculado à organização político-familiar, por isso, regredirão junto com o sistema de castas.

No entanto, é importante salientar que no processo de argumentação e da sua ansiedade em querer pôr fim ao sistema de castas, nos parece entender que Durkheim (1989) esqueceu de mencionar na sua obra o fato de que o sistema de castas também está relacionado com as instituições religiosas da Índia e, ao menos que mudem, a abolição deste sistema em sentido estrito pode não ser possível neste país.

Além disso, Durkheim (1989) recebeu críticas em suas análises sobre o sistema de castas na Índia em função da limitação de sua visão excessivamente funcionalista e generalista. Autores como Dumont (1966), Weber (1905), Ambedkar (1936) e Ghurye (1932) apontaram que Durkheim negligenciou aspectos cruciais, como a hierarquia cultural, a dimensão religiosa, a opressão dos marginalizados, a complexidade histórica e a diversidade regional.

Na percepção de Louis Dumont (1966), Durkheim (1989) não compreendeu plenamente a natureza hierárquica e cultural do sistema de castas. Ele argumentou que Durkheim focou excessivamente na divisão do trabalho e na solidariedade social, negligenciando o papel central da hierarquia e da pureza ritual na estrutura das castas, haja vista que, este sistema não pode ser entendido apenas como uma forma de organização social, mas sim como um sistema cultural profundamente enraizado em valores religiosos e simbólicos.

Por outro ângulo, Max Weber, em *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo* (1905) e em seus escritos sobre a sociologia da religião, criticou a abordagem de Durkheim por não dar atenção suficiente ao papel da religião na manutenção do sistema de castas. Weber destacou que este sistema estava intrinsecamente ligado ao hinduísmo e às suas concepções de *karma* e *dharma*, elementos que Durkheim teria subestimado em sua análise.

B.R. Ambedkar (1936), um dos principais líderes *dalits* (intocáveis) e autor de obras como *Annihilation of Caste* , criticou Durkheim por não considerar a perspectiva dos grupos marginalizados dentro do sistema de castas. Ele argumentou que Durkheim falhou em analisar a opressão e a exclusão enfrentadas pelos *dalits*, focando apenas na coesão social e na funcionalidade do sistema. Para o autor, o sistema de castas era opressivo e não poderia ser compreendido sem levar em conta a violência e a discriminação que ele perpetuava.

G.S. Ghurye, em *Caste and Race in India* (1932), também criticou Durkheim por não considerar a diversidade e a fluidez do sistema de castas. Ghurye destacou que as castas não eram entidades fixas, mas sim grupos que evoluíam e se adaptavam às mudanças sociais e

políticas. Ele argumentou que a abordagem de Durkheim era estática e não capturava a complexidade das relações de casta na prática.

Em síntese, resgataremos a seguir, as principais abordagens analisadas sobre o sistema de casta pelos três autores acima, destacando as convergências e as divergências entre eles. Nota-se, neste primeiro momento, que cada um deles trouxe uma perspectiva para a análise desse sistema, oferecendo insights sobre sua função social e suas implicações para a coesão social. Embora existam semelhanças em suas abordagens, especialmente no reconhecimento da rigidez e da importância estrutural das castas, suas análises também apresentam diferenças significativas, refletindo suas distintas preocupações teóricas e metodológicas.

Como visto nas análises de Émile Durkheim (1989), ele não escreveu especificamente sobre o sistema de castas indiano, mas sobre suas teorias sociológicas que forneceram uma estrutura útil para analisá-lo. Durkheim via a religião como um elemento central na coesão social e argumentava que as instituições sociais, incluindo sistemas de estratificação como as castas, desempenham um papel vital na manutenção da ordem social. Para Durkheim, o sistema de castas pode ser visto como uma forma de solidariedade mecânica, onde a coesão social é mantida pela homogeneidade e pela conformidade a normas comuns, especialmente as religiosas. O hinduísmo, com suas crenças no *dharma* e no *karma*, reforça essa estrutura, legitimando a posição social de cada indivíduo como parte de uma ordem cósmica maior. Assim, o sistema de castas, segundo uma leitura durkheimiana, promove a estabilidade e a continuidade social, mesmo que isso ocorra à custa da mobilidade social e da inovação econômica.

Por outro lado, Max Weber (1958) com sua abordagem compreensiva e comparativa da sociologia das religiões, analisou o sistema de castas na Índia em sua obra *"The Religion of India: The Sociology of Hinduism and Buddhism"*. Para Weber, o sistema de castas era profundamente influenciado pelo hinduísmo, e essa estrutura social funcionava como um obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo racional na Índia.

Weber (1958) destacou como o sistema de castas criava uma divisão do trabalho rígida e hereditária, onde a mobilidade social era praticamente inexistente. Essa estrutura impedia a formação de uma ética de trabalho que promovesse a inovação e o progresso econômico, ao contrário do que ocorreu no Ocidente com a ética protestante. Weber também argumentou que o ascetismo hindu, especialmente entre os Brâmanes, desvalorizava a busca por riqueza e lucro, contribuindo para a estagnação econômica. Em resumo, Weber via o sistema de castas como

uma força conservadora que perpetuava a desigualdade social e limitava o desenvolvimento econômico na Índia.

Destacando as convergências nas análises dos autores embora as suas abordagens sejam distintas, nota-se que todos reconheceram a rigidez estrutural do sistema de castas como uma característica central da sociedade indiana, que limita a mobilidade social e a flexibilidade econômica. No que diz respeito a função social deste sistema, cada autor, a seu modo, identifica uma função social no sistema de castas, seja como um mecanismo de coesão social, tal como observou Durkheim (1989), como uma etapa de evolução social de Spencer (2013) ou como um sistema de estratificação legitimado religiosamente como observou Weber (1958). Todos os autores observaram também que o referido sistema contribui para a estabilidade da sociedade indiana, mantendo uma ordem social estabelecida e resistindo a mudanças abruptas.

Quanto as diferenças de análises, destacamos o enfoque teórico que cada um estabeleceu para realizar as suas análises. Durkheim (1989), por exemplo, focou na função do sistema de castas para a coesão social, enfatizando como ele mantém a ordem e a estabilidade na sociedade indiana. Enquanto Spencer (2013) interpretou o sistema de castas em termos de evolução social, vendo-o como uma fase de desenvolvimento que, embora estável, também limita o progresso. Weber (1958) analisou o sistema de castas em termos de seu impacto econômico, argumentando que ele impede o desenvolvimento de uma economia capitalista e racional.

A outra diferença de análise versa sobre a atitude do sistema de castas em relação as mudanças ocorridas na sociedade moderna. Neste âmbito, Durkheim (1989) vê a rigidez do sistema como algo funcional para a manutenção da ordem social. Spencer (2013) reconhece que a falta de mobilidade limita o progresso social, sugerindo que o sistema de castas é um estágio evolutivo que pode ser superado. Weber (1958) é mais crítico, argumentando que o sistema de castas é um grande obstáculo ao desenvolvimento econômico e social, em contraste com as sociedades ocidentais.

A discussão sobre o Sistema de Castas indiano prossegue no próximo subcapítulo quando realizamos uma análise focada na estratificação social e na heterogeneidade da sociedade indiana. Portanto, discutir-se-á os conceitos de sistema de castas, as abordagens sociológicas de análises, destacando a contribuição de diversos autores ocidentais, tais como Louis Dumont, e os da corrente indiana.

3.4 ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E HETEROGENEIDADE NA SOCIEDADE INDIANA: UMA DISCUSSÃO SOBRE O SISTEMA DE CASTAS

Embora seja difícil definir a palavra “casta”, a descrição dessa importante característica da sociedade indiana vem sendo discutida com muita veemência entre os estudiosos ocidentais e indianos. Risley (1908, p.49), por exemplo, quando discutiu a casta a definiu como “uma coleção de famílias ou grupos de famílias com um nome comum, reivindicando uma descendência comum do mítico ancestral, humano ou divino”. Por outra vertente, Velassery (2005, p.79) a define como uma “subdivisão endogâmica e hereditária de uma unidade étnica ocupando uma posição de superior ou posição inferior de estima social em comparação com outra subdivisão”.

Na concepção de Weber (1967) as castas seriam basicamente, um “grupo de status fechado”, ou seja, “um grupo cujo lugar no sistema social é definido em função da honra social que lhe é atribuída, geralmente expressa e condicionada através de um estilo de vida específico” (*Ibidem*, p.39). Esse “estilo de vida específico” expresso pelo autor tem uma ligação direta ao fato do sistema hierárquico de casta se relacionar com a religião, neste caso, a hinduísta.

Isto nos mostra que este sistema para Weber (1967) era um exemplo de uma "estratificação de status" no qual o status social não estava apenas relacionado à economia, mas também à religião e à cultura. Sendo que a religião era o fator crucial para a manutenção do sistema de castas. Isto se justifica pelo fato da religião Hindu, especialmente a sua ideia do "*dharma*" (dever religioso), reforça a aceitação e a justificação das castas como uma ordem divinamente ordenada. Além disso, Weber apontava que as práticas rituais, como a endogamia (casamento dentro da casta) e a pureza ritual, eram mecanismos que perpetuavam a estrutura de castas. No entanto, é importante notar que Weber não visitou a Índia, logo, as suas interpretações foram baseadas em fontes secundárias e suas próprias teorias sociológicas.

Com um viés mais indiano, o sociólogo indiano Srinivas (1962) definiu casta como um grupo endogâmico e hereditário e que tem uma associação tradicional com a sociedade indiana Hindu, sendo, portanto, governada, entre outras coisas, pelo conceito de pureza e impureza entre membros de castas diferentes.

Corroborando para esta leitura, Ghurye (1993), também sociólogo indiano, quando definiu a casta, delineou cinco atributos básicos deste sistema: o primeiro diz respeito a divisão sequencial da sociedade, que, por conseguinte gera o segundo atributo referente a hierarquia, portanto, esse tipo de sociedade não tolera o princípio de ascensão no status de grupos. Este atributo, por sua vez, gerou diversas restrições tanto de alimentação, vestimenta, falas e

costumes entre os membros das diferentes castas que compõem essa hierarquia (terceiro atributo), além da poluição (quarto), seguido do quinto atributo que é a falta de escolhas irrestritas de ocupação e da endogamia.

Dentro desta perspectiva, Ghurye (1993)[21] enfatiza que a hierarquia no sistema de casta determinava as atribuições e responsabilidades das funções que os ocupantes de cada grupo teriam na sociedade, isto é, ela mostrava a divisão de trabalho que existia no interior deste sistema. Esta divisão implicava em quatro tipos de atividades, a saber: as religiosas executadas pelos *Brahmin*; as atividades de governança de responsabilidade dos *Kshatriyas*; as atividades gerenciais de manutenção da sociedade exercida pelos *Vaishyas* e as atividades servis exercidas pelos *Sudras*.

Em consonância com Ghurye (1993), o autor Gupta (2018, p.3) enfatiza, conforme mostra a figura 1, que a classe *Brahmin* é essencialmente descrita por sua suposta prioridade (porque a magnificência foi criada primeiro pelo deus escritor), com o auxílio do uso da perícia do Veda, e pelo monopólio que essa beleza detém na operação do sacrifício. Essas tendências justificam a característica social da magnificência em relação aos outros: eles são os primeiros por causa da realidade de que são anteriores, e eles alegam estar fora dos participantes da família de energia que governam estilos de vida sociais para os outros por causa de suas estatísticas superiores e propriedade exclusiva das "armas" finais, estratégias de sacrifício.

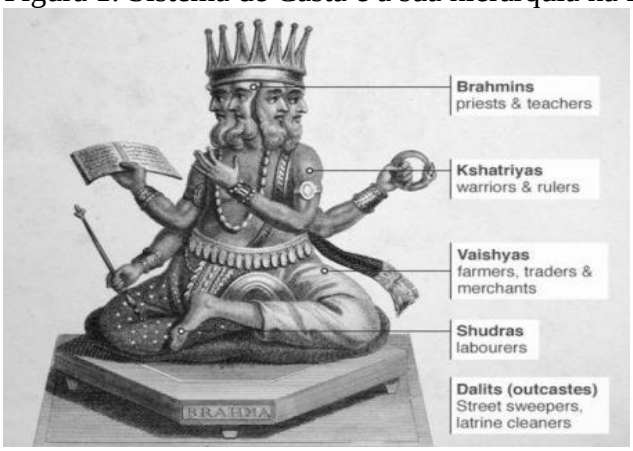
Seguindo os brâmanes estão os *Kshatriyas*, ou governantes políticos e soldados de infantaria. Eles tinham sido a elegância governante e muitas vezes colaboravam com os brâmanes enquanto reinavam sobre seus. Na Índia histórica, os governantes tinham a ajuda das Escrituras Sagradas para controlar seus reinos com justiça. O governante hindu se tornava o protetor de seus súditos, e isso permite que você proteja seus súditos, o rei tinha que ser um guerreiro especialista (Gupta, 2018, p.3).

[21] No âmbito da Sociologia Indiana, o autor Govinda Shadashiva Ghurye ficou conhecido como o fundador deste estudo nas universidades indianas. Para alavancar os conhecimentos desta disciplina na Índia, diversas ações foram realizadas por ele com o propósito de formar os primeiros profissionais para atuar nesta área. Isto foi possível quando assumiu o cargo de professor e chefe da Universidade de Bombaim em 1924. Quanto a sua contribuição teórica para a Sociologia Indiana, destacamos os diversos estudos que realizou sobre os Sistemas de Castas na Índia. Daí a necessidade de entender o funcionamento deste sistema sob o prisma teórico de diversas abordagens que compõem a sociologia indiana, a começar pelos estudos da abordagem Indológica. Neste foco de análise, Ghurye escreveu diversas obras incluindo a sua tese de doutorado intitulada "*Ethnic Theory of Caste*" que forneceu as bases necessárias para a produção do seu livro "*Caste and Race in India*" escrito em 1932, no qual combinou com muita propriedade as abordagens Indológicas (as interpretações de textos sânscrito), históricas e Antropológicas para explicar o dinamismo do sistema de castas na Índia Antiga. Cabe destacar que Ghurye pertencia a uma família de Brâmanes, Casta que ocupa a parte superior da hierarquia deste sistema, por isso, tinha um grande interesse nas leituras e interpretações dos livros sagrados escritos em sânscrito, pois queria entender o processo geral de evolução da civilização Indo-Ariana na Índia em seus diversos aspectos, entre eles o sistema de casta (Ghurye, 1936).

Subsequentemente estão os *Vaishyas*, ou comerciantes. Segundo Gupta (2018), a responsabilidade de um *Vaishya* é garantir a prosperidade da comunidade por meio da agricultura, criação de animais de fazenda e comércio. Os *Vaishyas* foram levados em consideração e previstos para serem dispostos na avaliação de seus governantes, e foram infinitamente exploráveis e regenerativos. Essas opressões, no entanto, normalmente não foram boicotadas porque isso se tornou fornecido como um cenário natural no reino social. Mais tarde, os *Shudras* assumiram a agricultura e a criação de gado, enquanto os *Vaishyas* surgiram como clientes e comerciantes. Uma expressão desse ressentimento tornou-se sua assistência às seitas antibrâmanes que avançaram em algum momento no século VI a.C., como o budismo e o jainismo (Gurjari).

Então vêm os *Shudras*, que geralmente são funcionários, camponeses, artesãos e servos. Os *Shudras* não tinham mais nenhuma competência especial e eram considerados apenas capazes de servir como escravos para os três primeiros segmentos da hierarquia de casta. Os *Shudras* não tinham direitos ou privilégios e não eram aceitos para realizar nenhum sacrifício ou observar os Vedas ou recitar os mantras (rituais de oração). Eles também não tinham mais permissão para entrar em templos e serviriam apenas às três castas superiores como escravos, barbeiros, ferreiros ou sapateiros (Gurjari), segundo informações de Gupta (2018).

Figura 1: Sistema de Casta e a sua hierarquia na Índia



Fonte: Gupta (2018, p.3)

Corroborando com os autores acima citado, vamos apresentar a seguir a colaboração de Louis Dumont para a interpretação do sistema de castas na Índia. No primeiro momento, Dumont em sua obra "*Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications" (1966, 1970)* analisou o Sistema de Castas na Índia, conceituando-a como uma sociedade tradicional, holista e hierárquica, qualidades estas opostas a sociedade moderna caracterizada como individualistas e formalmente igualitárias. Em virtude de tal complexidade da sociedade

indiana, Dumont propôs como metodologia de análise uma combinação de diversos elementos para explicar a estrutura e o funcionamento deste sistema, sob um olhar "ocidental" diferente da abordagem de Ghurye (1936) que foi "puramente indiana".

Antes de analisarmos a abordagem de Louis Dumont e de outros autores sobre o Sistema de Castas na Índia faremos uma síntese sobre a estrutura metodológica identificada como "estudos Indológicos" que faz parte de uma das abordagens de análise da Sociologia, com o objetivo de mostrar quais foram as fontes de informações que subsidiaram as obras desses autores na tentativa de compreender como o sistema de castas foi estruturado e organizado na sociedade indiana no período antigo.

3.4.1 Abordagem Indológica da Sociologia Indiana e a estrutura do Sistema de Casta

Os chamados estudos Indológicos[22] também conhecido como "Estudos Sistemáticos da Índia" ou "Estudos do Sul da Ásia" ou no cerne da Sociologia Indiana denominada como Abordagem Indológica, surgiu como um campo de estudos e pesquisas no período em que a Índia estava sob os domínios dos governantes britânicos no século XIX. Na visão dos autores Indologistas, a Índia era uma das nações mais complexas do mundo em termos de singularidade da sua civilização, sistema de castas, multiculturalismo, multilinguística e estruturas políticas multifacetadas em termos de sociedade, Estados, aldeias e tribos.

Por esses motivos, "a compreensão dos conceitos, teorias e civilização indiana não poderiam ser encaixadas na estrutura de análise da sociedade europeia" (Sharma, 2016, p.2), uma vez que as especificidades que marcam a sociedade indiana ficariam comprometidas por tal análise, portanto, para não incorrer a este impasse, os estudos dos Indologistas indianos seriam mais eficazes para construir um arcabouço teórico de investigação sobre a estrutura desta sociedade.

Assim neste entendimento, a Abordagem Indológica baseou-se "na suposição de que historicamente, a sociedade e a cultura indiana são únicas e que essa especificidade contextual das realidades sociais indianas poderia ser mais bem compreendida por meio de antigos textos sânscritos" (Nagla, 2008, p.60). Esses "textos" nos quais o autor se refere são os literários seculares e religiosos. Os textos literários religiosos se relacionam com a herança espiritual dos

[22] Considerando o pioneirismo dos estudos Indológicos no Ocidente, Sharma (2016, p.2-3) discorre que: "a Escola Europeia composta por estudiosos alemães e britânicos foi a pioneira nos estudos da Indologia no século XVIII. Os seus representantes traduziram textos em sânscrito e tentaram construir a doutrina, bem como a história do hinduísmo, nos moldes da doutrina e história cristãs".

povos Hindus, Budistas e Jainistas que incluem as Obras da Literatura Védica[23]: os *18 de Puranas* que foram lendas e aventuras mitológicas dos deuses; os *Dharmas Sastras*, livro que contém as regras a seguir quanto à religião, vida social e castas; o *Mahabharata* que contém o *Bhagavadguitá*, ou mensagem filosófica de Krishna e o *Ramayana*; e os *Vendangas* que são livros de gramática e métricas, considerados necessários para compreender os Vedas.

É através desse foco de interpretação da complexidade da sociedade indiana que a Sociologia surge neste território, aonde os autores, Srinivas e Panini (1973), Pathy (1976) e Nagla (2008) associam a sua origem e desenvolvimento à História colonial vivida pela Índia no século XIX. Neste período, os autores ressaltam a ansiedade dos governadores britânicos para conhecer a vida social, cultural e costumes da sociedade indiana para fins de manutenção dos seus domínios na região. Para atender a esses anseios, que não se restringiam somente aos britânicos, mas também a diversos intelectuais ocidentais[24], a Sociologia indiana surgiu como uma nova ciência capaz de estudar as raízes da sua sociedade, enfatizando em seus conteúdos programáticos os temas relacionados a pobreza, religião, posse de terras, tribos programadas e sistemas de castas, usando inicialmente os estudos etnográficos como metodologia de análise.

Srinivas e Panini (1973, p.182) citam como exemplo, o livro intitulado "*Hindu, Manners, Customs and Ceremonies*" (1816) do missionário francês Abbe Dubois que estava morando em Mysore, uma cidade localizada na parte sul do atual estado indiano Karnataka. Neste livro, os temas abordados versam sobre a vida, costumes, rituais, sistemas de castas e inter-relações entre as castas na sociedade indiana. Houve também as primeiras tentativas de estimar a população indiana e de localizar diversas cidades na Índia através do trabalho "*A Geographical, Statistical*

[23] Frias (2003, p.181) ressalta que o período Védico é o mais antigo da religião indiana. Para a autora a maior realização dos povos arianos na Índia foi a composição dos *Vedas* ou *Livros do conhecimento*. Segundo as escrituras sânscritas, os *Vedas* não provem diretamente da mão humana, pois são de origem absolutamente divina e inspiradora no sentido da Palavra divina. As coleções de cantos que formam os *Vedas* são designadas por *Mantras* ou pensar. E cada *Veda* é composto por duas partes: a *Samhita* na qual recita-se os *hinos* e *mantras* e os *Brahmanas*. Os Vedas constituem o próprio cerne da literatura indo-ariana. A palavra Veda significa simplesmente "conhecimento" - o melhor de todos os conhecimentos aos olhos Hindus. Existem quatro Vedas principais*: Rig-Veda*, *Sama-Veda*, *Yajur-Veda* e *Atharva-Veda* - e cada um tem um núcleo, chamado *Samhita*, que é uma coleção de hinos e orações métricas, feitiços e exorcismos, misturados em alguns casos com passagens em prosa. O principal Veda é o *Rig-Veda*, que, até que a escrita Harappan seja decifrada, deve ser considerado como o texto indiano mais antigo já existente na história da Índia (Burjor, 2007, p.77).

[24] Nagla (2008, p.5-6) discorre que muitos intelectuais e curiosos ocidentais tinham anseios de conhecer a sociedade indiana para fins diversos: os missionários cristãos que estavam na Índia buscavam informações sobre a diversidade linguística e cultural da população que habitava nas tribos para que as suas tarefas de catequeses fosses realizadas com sucesso. Isto resultou em uma série de estudos tribais, de castas, aldeias e comunidades religiosas e pesquisas etnográficas e linguísticas. Alguns estudiosos ocidentais foram atraídos para a Índia pela língua sânscrita e pela civilização védica e ariana; enquanto outros se interessavam pela natureza da antiga economia política indiana, lei e religião; Karl Marx e Frederic Engels foram atraídos pela disposição oriental na Índia para construir a Teoria da Evolução do capitalismo; Marx Weber se interessou pelo hinduísmo e outras religiões orientais no contexto do desenvolvimento da sua teoria sobre o Espírito do capitalismo e o princípio da racionalidade desenvolvido apenas no Ocidente.

and Historical description of Hindostan and adjacente countries" (1820) do geógrafo Walter Hamilton.

Essas tentativas pioneiras de coletar e sistematizar informações sobre a sociedade indiana, deram origem ao primeiro Censo reconhecido da Índia que foi realizado pelo governo britânico em 1881[25]. E, por conseguinte, a obra "*Caste and Tribes of Bengala*" (1891) de Sir Hebert Risley que foi a pioneira nos estudos etnográficos na Índia ao abordar temas relacionados à etnografia do Sistema de Castas. Essa obra e os resultados das pesquisas foram fundamentais para que os governantes britânicos compreendessem a formação da estrutura da sua sociedade.

A título de informação, no âmbito da Sociologia Indiana, o autor Govinda Shadashiva Ghurye ficou conhecido como o fundador deste estudo nas universidades indianas. Para alavancar os conhecimentos desta disciplina, diversas ações foram realizadas por ele com o propósito de formar os primeiros profissionais para atuar nesta área. Isto foi possível quando assumiu o cargo de professor e chefe da Universidade de Bombaim em 1924. Durante este período, esta Universidade se tornou o centro de referência nos ensinos e pesquisas de Sociologia na Índia, tendo o apoio financeiro do governo colonial para a realização de pesquisas sobre a estrutura e funcionamento da sociedade indiana[26]. Quanto a sua contribuição teórica para a Sociologia Indiana, destacamos os diversos estudos que realizou sobre os Sistemas de Castas. Daí a necessidade de entender o funcionamento deste sistema sob o prisma teórico de diversas abordagens que compõem a sociologia indiana, a começar pelos estudos da abordagem Indológica.

Neste foco de análise, Ghurye escreveu diversas obras incluindo a sua tese de doutorado intitulada "*Ethnic Theory of Caste*" que forneceu as bases necessárias para a produção do seu livro "*Caste and Race in India*" escrito em 1932, no qual combinou com muita propriedade as abordagens Indológicas (as interpretações de textos sânscrito), históricas e Antropológicas para explicar o dinamismo do sistema de castas na Índia Antiga. Cabe destacar que Ghurye pertencia

[25] De acordo com as informações de Mithilesh Kumar Jha (2017, p.324) o primeiro Censo reconhecido na Índia foi realizado em 17 de fevereiro de 1881 por encomenda do Governo Britânico, sendo chamado também de Censo Indiano Britânico. Foram incluídos neste recenseamento as províncias britânicas de Bengala, da parte Noroeste da Índia, Madras, Bombaim, Punjab, Assam, Baruch, Behar, Coorg e Ajmer, além dos estados nativos de Rajputana, Índia Central e os domínios de Nizam, Mysore, Baroda, Travancore e Cochin. Obtiveram-se informações até então restritas sobre a população indiana, sexo, estado civil, língua materna, religião, naturalidade, educação, ocupação no trabalho. No Censo seguinte de 1891, os esforços se voltaram para a ampliação da cobertura da pesquisa para a totalidade do país. Além das informações contidas no Censo anterior, outras de suma importância para o entendimento da complexidade da sociedade indiana foram incluídas tais como casta ou raça da religião principal e subdivisão de castas. No Censo de 1901 registraram-se dados sobre as castas apenas para os hindus e jainistas, caso a pessoa pertencesse a outras religiões registrar-se-ia no nome da tribo ou raça. No Censo de 1911 a abrangência da pesquisa se estendeu para todas as quatorze províncias britânicas e estados nativos.

[26] Cf. Srinivas e Panini (1973, p.188).

a uma família de Brâmanes, Casta que ocupa a parte superior da hierarquia deste sistema, por isso, tinha um grande interesse nas leituras e interpretações dos livros sagrados escritos em sânscrito, pois queria entender o processo geral de evolução da civilização Indo-Ariana na Índia em seus diversos aspectos, entre eles o sistema de casta (Ghurye, 1932).

É importante assimilar que as análises deste sociólogo indiano em sua obra "*Caste and Race in India"* (1932) sofreram influências direta dos Indologistas do Instituto Bhandarkan de Bombaim, descartando a possibilidade de seguir uma análise baseada nos escritos de autores indólogos ocidentais, tais como os mais populares no período da Índia colonial, os britânicos Sir William Jones e Max Muller. Então, vamos entender de que forma, Ghurye (1932) enxergava a formação da Sociedade indo-Ariana na Índia e o sistema de casta intrínseco a essa civilização conjuntamente com os conceitos de segmentação e hierarquia.

Neste âmbito, Ghurye (1932) em sua obra discute a Casta em uma prospectiva transcultural desde o período pré-védico até os dias atuais. Para isso, estabeleceu uma linha de raciocínio para explicar o funcionamento do sistema de castas na Índia Antiga. A primeira providência tomada por Ghurye (1932, p.43) foi dividir a História da Índia Antiga em quatro fases, em cada uma delas, informou quais textos literários sânscritos influenciaram a sua análise sobre o sistema de casta. Na primeira fase da história da Índia Antiga corresponde ao período Védico que terminou por volta de 600 a.C. Aqui a abordagem Indológica se fez presente por meio da literatura sânscrita dos dados literários dos *Samhitãs* Védicos e dos *Brãhmans* que serviram de base para a interpretação do sistema de castas na Índia.

Na segunda fase, Ghurye (1932) analisa o período pós-védico, estendendo-se por volta do terceiro século da Era cristã. Neste período, temos três tipos de literaturas sânscritas, são elas: as Leis Sagradas dos Ayas que apresenta um ponto de vista ortodoxo ou menos idealista sobre o sistema de casta; a Literatura Épica que testemunhou a prática contemporânea das castas na Índia e a Literatura Budista que relata a Instituição Casta em seus aspectos estruturais e funcionais. A terceira fase, denominada pelo autor de *Dharma* que finaliza o seu período no século X ou XI a.C, tem como principais expoentes *Manu, Yãjnavalkya e Vishu*, ambos escritores sânscritos que discutiram os ideais sociais nesta época.

Na quarta fase tem-se o período moderno no início do século XIX. Aqui predomina os costumes e crenças dos Hindus contemporâneos e as suas influências nas interpretações sobre os fatores que levaram as mudanças no sistema de casta na Índia. Ghurye (1932) assinala que foi durante este período que os vernáculos atuais da Índia estavam sendo desenvolvidos. Uma

nova religião e uma linhagem étnica um tanto diferente, responsável por muitos de nossos problemas políticos e sociais atuais, também foram introduzidas durante essa época.

Por meio dessas quatro fases da História da Índia Antiga estruturada por Ghurye (1932, p.35), que para os propósitos determinados neste estudo não vamos nos estender na análise mais detalhada, percebe-se que nos relatos das obras literárias sânscritas mencionadas pelo autor, a sociedade indiana no período Védico estava estruturada e hierarquizada em torno de quatro ordens ou grupos de castas, a saber, dos *Brahmin, Kshatriya, Vaishya e os Sudras*. No relato abaixo, o autor mostra não só a origem desses grupos de castas, mas também as funções e status que cada um teria na sociedade com respaldos das ordenações do "Ser divino" que na literatura sânscrita seria o ideal a ser seguido:

> A origem dessa ordem no interior do sistema de castas está na interpretação da célebre obra "*Purushasukta"* (hino sânscrito). A obra sânscrita *"Taittiriya Sarithita"* além de usar essa classificação, acrescentou que essas quatro ordens da sociedade de casta do período védico se referiam aos quatro membros do Criador. A ligação entre a hierarquia dessas castas e a questão religiosa (sânscrita) se explica da seguinte forma: no topo dessa hierarquia estava os *Brâmanes* (Brahmin) que eram os chefes, pois foram criados a partir da boca do Criador ("mukha" significa "boca" e "chefe"). O significado da palavra *Brahmin* se refere àquele que exerce funções sacerdotais e, que, portanto, recitam orações, promovem rituais ou encantamentos, mas também exercem atividades de escriturários e escritores. Os *Kshatriya* ou *Rajanyas* foram criados a partir dos braços do "divino". Nesta classe estão inclusos apenas os Chefes e os Nobres, pois a palavra "*rajanya*" aponta para as atividades dominantes e, assim, traz à tona a origem funcional desta classe; os *Vaishya* são os responsáveis pela produção de alimentos na sociedade e foram criados pelas coxas do "Ser divino"; e os *Sudras*, que foram criados dos pés do Criador, ficaria na parte inferior da pirâmide. Esta classe representava os empregados domésticos, aproximando-se muito da posição dos escravos. O livro sânscrito "*Panchavimsa Brahmana*" define que a posição dos *Sudras* na hierarquia das Castas é fixa, ou seja, mesmo que este seja próspero, não poderá deixar de ser um servo de outro de casta superior. Outro livro sânscrito intitulado "*Bhagavadgita*" diz que o Criador distribuiu os deveres e funções das quatro castas de acordo com as qualidades e capacidades inerentes dos indivíduos (Ghurye, 1932, p.38-39).

Assim esse autor enfatiza na citação acima as diversas interpretações dadas pela literatura sânscrita sobre a estrutura do sistema de castas no período Védico. Ele explica este Sistema tomando como base algumas características: a primeira corresponde a Divisão Segmental da sociedade indiana que já foi esclarecida na citação acima de Ghurye. A segunda característica diz respeito a Hierarquia promovida diretamente pelo sistema de castas para organizar a estrutura e função dos indivíduos na Sociedade Hindu. De acordo com Ghurye (1932) o que determinava a posição dos grupos nesta hierarquia eram os princípios culturais tais como a pureza e poluição, priorização de determinado grupo em detrimento do ocupante de posições inferiores e a preferência da sociedade.

Dentro desta perspectiva, a hierarquia também determinava as atribuições e responsabilidades das funções que os ocupantes de cada grupo teriam na sociedade, isto é, esta

hierarquia mostrava a divisão de trabalho que existia no interior do sistema de castas. Esta divisão implicava em quatro tipos de atividades, a saber: as religiosas executadas pelos *Brâmanes*; as atividades de governança de responsabilidade dos *Khatryas*; as atividades gerenciais de manutenção da sociedade exercida pelos *Vaishya* e as atividades servis exercidas pelos *Sudras*. Essa hierarquia também determinava o acesso aos serviços públicos que as pessoas teriam na sociedade, como por exemplo, o acesso à educação, a saúde, a nutrição, assim como, à riqueza, poder e prosperidade. Em resumo: quanto mais alta fosse a posição ocupada nesta hierarquia, mais rápido seria o acesso aos serviços básicos da sociedade (Ghurye, 1932).

Considerando a descrição e as características do sistema de castas analisado por Ghurye (1932), é possível assinalar a segmentação e o caráter excludente que este sistema gera na sociedade indiana, embora esse ponto de vista não seja o mesmo do autor. Isso porque ele acreditava que a Casta não era um sistema hierárquico explorador, já que no período védico era considerado um produto da raça dos arianos, e esta, por sua vez, nunca se apresentou como uma raça superior contra os povos não-brâmane. Por ser um Brâmane, casta superior do sistema de castas, Ghurye argumentava que a sociedade ariana era muito disciplinada, organizada e progressiva.

Para fins de complementação da análise dos Sociólogos Indologistas, a seguir vamos entender de que forma o sociólogo francês Louis Dumont interpretou o sistema de castas na Índia.

3.4.2 O Sistema de Castas na Índia sob o olhar ocidental do Sociólogo Louis Dumont

Outro autor que foi designado por esta tese para contribuir com os seus conhecimentos sobre o sistema de castas foi o Antropólogo francês Louis Dumont em sua obra "*Homo Hierarchicus: The Caste System and Its Implications" (1966, 1970).* Nesta obra, o autor analisou o Sistema de Castas na Índia conceituando-o como uma sociedade tradicional, holista e hierárquica, qualidades estas que eram opostas a sociedade moderna caracterizada como individualista e formalmente igualitária.

Em virtude de tal complexidade da sociedade indiana, Dumont propôs como metodologia de análise uma combinação de diversos elementos metodológicos para explicar a estrutura e o funcionamento do sistema de castas na Índia, sob um olhar "ocidental" diferente da abordagem de Ghurye (1936) que foi "puramente indiana". Esta combinação metodológica contemplou a Ideologia e a estrutura; a relação transformacional dialética com a comparação; a abordagem Indológica e o estruturalismo e a abordagem histórica. O autor trabalhou com a hipótese de que

supostamente a Índia seria uma unidade em termos de civilização. Para defender esta suposição, ele identificou o princípio e o valor sobre os quais o Sistema de castas indiano estava inserido. Na sequência, analisou como esses princípios e valores se expressavam em cada domínio do Sistema social Hindu, bem como as suas implicações e concomitâncias, com o objetivo de chamar a atenção para a especificidade deste sistema ideológico e de estabelecer os parâmetros de sua comparação com a ideologia individualista e igualitária da sociedade ocidental.

Dumont (1966, p.9) começa a sua análise nos advertindo que é de extrema complexidade explicar a estrutura e o funcionamento do sistema de castas na Índia Hindu. Em função disso, usou os conceitos de Holismo e Individualismo para estudar dois tipos de sociedades que classificou em sua obra como: a *Homo Hierarchicus* que é caracterizada pela Hierarquia e a *Homo Aequalis* que é a sociedade igualitária. As diferenças entre elas se encontram no conceito de Holismo que está intrínseco nas culturas tradicionais cujo modelo é a sociedade de castas indiana e no conceito de Individualismo associados às sociedades modernas. Esses dois conceitos, Holismo (ideologia) e Individualismo (não-ideológico) estão ligados às categorias de Hierarquia (cerne da sociedade de casta) e Igualdade (inerente a sociedade moderna)[27].

Vamos esclarecer esses conceitos. Entendemos primeiro que Holismo e Individualismo são conceitos característicos de uma dada sociedade, ou seja, configurações de ideias. O Individualismo, por exemplo, segundo Dumont, não se refere a um determinado grupo social ou ao indivíduo empírico, mas ao modo como o homem da sociedade moderna pensa sobre si mesmo, isto é, o seu comportamento autônomo em relação ao grupo social que pertence. Para esta concepção de sociedade, Dumont chamou "moderna e individualista". É neste ponto que este estudioso vai tentar explicar quais as circunstâncias que levaram esta sociedade ocidental moderna a enfatizar demasiadamente o indivíduo do que a sua relação social e, mais a dimensão mecânica do que a orgânica da sociedade. Em contraste com a sociedade indiana holística, Dumont (1966) explica o que seria a sociedade ocidental caracterizada como Individualista. Sobre isso o autor discorre o seguinte:

> Algo do individualismo moderno está presente nos primeiros cristãos e no mundo que os cerca, mas não se trata exatamente do individualismo que nos é familiar. Na realidade, a antiga forma e a nova estão separadas por uma transformação tão radical e tão complexa que foram precisos nada menos que dezessete séculos de história cristã para completá-las, e talvez prossiga ainda em nossos dias. A religião foi o fermento essencial, primeiro, na generalização da fórmula e, em seguida, na sua evolução. A entrada definitiva da Igreja nos assuntos mundanos foi acirrando cada vez mais as disputas pelo poder, principalmente na Europa, ou seja, um período de lutas entre o poder secular e o espiritual. Essas e outras ideias protagonizam a introdução do conceito moderno do indivíduo na política e no Direito, e estes, na Modernidade. É com a Revolução Francesa e sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão

[27] Cf. Dumont (1966, p.45-46).

> que temos o triunfo do indivíduo enquanto valor nas sociedades ocidentais modernas. A partir de então, associa-se a vida política aos direitos naturais dos indivíduos como a propriedade e a liberdade, embora também célebres valores coletivos como a fraternidade e a igualdade (Dumont, 1966, p. 86 a 88).

Assim este autor enfatiza a gênese do individualismo na sociedade moderna. Para isso, usa como argumento a busca do equilíbrio ontológico entre o mundo terreno e o espiritual que se inspirou na Reforma Protestante que ocorreu no século XVI com *Martinho Lutero* (1483-1564) e *João Calvino* (1509-1564). A base desse argumento se expande quando ele cita Tomás de Aquino (1225-1274) e Guilherme Occam (1285-1347) para consolidar a ideia-valor moderna baseada no indivíduo moral. De acordo com Dumont (1966, p.75), Aquino acreditava que perante Deus e a sociedade, o ser humano era superior e individual, portanto, a fé proferida por ele deveria ser individual, mas a sua vida seria algo coletivo. Occam acreditava que a única realidade era o ser individual, do qual as nossas ideias e valores provinham. Essas ideias de Aquino e *Occam*, segundo Dumont (1966) colaboraram para a ruptura da unidade que existia entre a igreja e o Estado, posto que, o poder religioso começou a perder legitimidade em relação ao racionalismo individualista.

Com isso, surge a corrente teórica dos Socialistas para contrapor o triunfo do individualismo na sociedade, destacando os seus expoentes, *Augusto Comte* (1798-1857), *Saint-Simon* (1760-1825), *Friederich Hegel* (1770-1831) e *Karl Marx* (1818-1883) como os principais defensores da ênfase para o coletivo. Para Dumont (1966), esses autores estão na gênese dos movimentos que propiciaram o nascimento da Sociologia, pois estudaram as consequências sociais e econômicas do individualismo sobre o coletivo (sociedade).

De posse do conhecimento sobre os conceitos de Holismo e Individualismo, onde o primeiro representa a sociedade indiana e o segundo a sociedade ocidental, agora podemos entender de que forma Dumont (1966) estruturou o conceito de Sistema de Casta. Eis a seguir:

> Uma casta particular é um complexo, isto é, um conjunto de grupos de várias ordens ou classificações, em que diferentes funções (profissão, consanguinidades, etc.) estão relacionadas em níveis diferentes. Enfim, muito mais do que um "grupo" no sentido comum, a casta é um "estado de espírito" que, em várias situações, se manifesta como o surgimento de grupos de várias ordens, que recebem o nome de "castas". Em outra definição, a palavra Casta significa no ponto de vista empírico, um sistema limitado nos grupos denominados de castas e as suas correspondentes relações individuais ou coletivas, sejam internas à casta ou entre membros de diferentes castas, que, por outro lado, podem ser entendidas de forma ampla ou restrita. Por fim, a casta pode ser definida como um sistema de ideias e valores, um sistema formal, compreensível, racional, um sistema no sentido intelectual do termo (Dumont, 1966, p. 35 e 45).

O que o autor quis dizer na citação acima é que a Casta funciona como um sistema, pois abrange em seu contexto um conjunto de relações que envolvem os aspectos econômicos, políticos e de parentescos que, por sua vez, são sustentados por diversos valores, principalmente

os religiosos (base dos livros sânscritos que caracteriza a metodologia Indológica da Sociologia Indiana). Uma das características essenciais deste sistema é a hierarquia. É neste contexto que vamos expor o entendimento de Dumont sobre hierarquia na sociedade indiana.

Neste caso, Dumont (1966, p.57) recorre ao autor Celestin Bougle em sua obra "*Essai sur le regime des castes*" (1958) para entender a estrutura hierárquica do sistema de casta. No ensaio de Bougle, o sistema de castas é formado por grupos hereditários que se distinguem e se relacionam de quatro formas, a saber: por uma gradação de status ou hierarquias; por regras particulares que tentam garantir a separação entre os grupos; divisão de trabalho e a interdependência que dela resulta. Dumont interpreta a relação vivida pelos grupos hereditários no interior do sistema de casta proposta por Bougle da seguinte forma:

> Esses quatro "princípios" assentam-se numa concepção fundamental, reduzindo-se a um único e verdadeiro princípio, a saber: a oposição entre o puro e o impuro. Nessa oposição subtende-se a Hierarquia, que é a superioridade do puro sobre o impuro. Por isso existe a separação entre eles dentro das castas e isto se estende para a ocupação que os considerados puros e impuros exercem na divisão do trabalho (Dumont, 1966, p.58).

Conclui-se, portanto, que a hierarquia como princípio unificador não se encontra no interior dos elementos do sistema de castas e sim fora deles, em um plano superior (sagrado) que irremediavelmente ordena os elementos da totalidade social. E o que reforça a existência dessa hierarquia é a oposição puro e impuro[28]. Além desta hierarquização por questões puramente religiosas, Dumont (1966, p.86) ressalta a hierarquia tradicional dos quatro Varnas, que também foi citado na análise Ghurye (1932): os *brâmanes* ou sacerdotes ocupavam a categoria mais alta; em menor grau que estes, os *Kshasatriyas* ou guerreiros; na sequência os *Vaishyas* representados pelos comerciantes modernos, e, finalmente, os *Shudras*, que são os servos ou pessoas inferiores. Esse tipo de hierarquia mostrava o lugar que as pessoas ocupavam na sociedade indiana hindu.

[28] Segundo Dumont (1966, p.66) a oposição de puro e impuro pode ser explicada pela literatura antiga. Observe a seguir a linha de raciocínio do autor: a literatura normativa, *dharma* ou literatura de direito religioso, tem a purificação (*guddhi*) como um de seus temas principais, sendo a impureza derivada do nascimento e da morte chamada especialmente de *agauca*. A pureza que ele chama de externa pode ser classificada de três tipos, e se refere à família (*kula*), aos objetos de uso (*artha*) e ao corpo (*garira*). No que diz respeito ao corpo, trata-se antes de mais de uma higiene matinal que culmina no banho diário. Segundo a deusa Manu, existem doze secreções ou impurezas, entre elas excrementos, saliva e o destino inferior reservado à mão esquerda (em t*amul*, a "mão dos sujos"). Os objetos se distinguem pela maior ou menor facilidade com que são purificados (um pote de bronze é simplesmente limpo, um pote de barro é substituído) e sua relativa riqueza; a seda é mais pura que o algodão; ouro, mais do que prata, bronze e cobre. Mas, sobretudo, percebe-se que os objetos não se sujam pelo simples contato, mas pelo uso que se faz deles, por uma espécie de participação pelo uso do objeto na pessoa. Assim, hoje em dia, um novo vestido ou um novo gadget pode ser recebido de qualquer pessoa. Significa que a própria cama, sua esposa, seu filho, seu vestido ou sua jarra estão livres de sujeira para uma determinada pessoa, mas são impuros para as demais. A impureza familiar é a mais importante e se refere ao nascimento (*sütaka*) e, acima de tudo, à morte.

É importante ressaltar a distinção que Dumont (1966) faz entre a teoria do Varna que hierarquiza a sociedade indiana em quatro categorias como foi acima descrito e a Teoria dos Jâti ou sistema de castas. Ele alerta que esta relação é extremamente complexa de se entender, pois os próprios Indologistas as vezes confundem essas duas teorias, especialmente porque a literatura clássica trata apenas de Varnas para se referir ao sistema de castas.

Dumont (1966) afirma que se pode ver a hierarquia dos Varnas não como ordem linear, mas como uma série de dicotomias, de encaixes sucessivos. Nesse sentido, ele chama a atenção para duas distinções que importam na caracterização da Teoria das Varnas: por um lado, ela "comporta uma relação a nós mesmos", ou seja, uma relação de distinção da época moderna, na qual a hierarquia tornou-se estratificação social; por outro lado, trata-se de explicitar a diferença com o próprio sistema de castas, em relação ao qual há também grande similitude.

No que se refere a articulação da hierarquia, que neste caso é fundamentado pelo princípio ideológico religioso, com a questão do domínio político-econômico, Dumont (1966) compara as duas sociedades, indiana (de casta) e a ocidental, ambas, objetos do seu estudo. O primeiro ponto de análise dessa comparação diz respeito a divisão de trabalho que ocorre no interior do sistema de castas.

Sobre essa questão, Dumont assinala o seguinte:

> A divisão do trabalho no Sistema de Castas compreende uma especialização e uma interdependência dos grupos que a constitui. Essa especialização envolve uma separação entre grupos, mas orientada para as necessidades do todo. Esta referência ao todo, na qual é necessário insistir, aproxima a divisão do trabalho da hierarquia, e distingue precisamente a forma indiana de divisão social do trabalho da forma econômica moderna das sociedades ocidentais, que é orientada para o lucro individual, abandonando, pelos menos em princípio, a comercialização e regulação como um todo (Dumont, 1966, p.117).

Observamos na citação acima que a divisão de trabalho no sistema de castas na Índia estava intrinsecamente ligada à estrutura social e à cosmovisão da sociedade indiana. Desta forma, essa divisão não pode ser compreendida somente como uma separação de tarefas baseada em habilidades ou necessidades econômicas, como muitas vezes é vista nas sociedades ocidentais. Em vez disso, Dumont (1966) viu a divisão de trabalho como um reflexo da própria hierarquia social e das concepções culturais da sociedade indiana, expressas na interdependência intrínseca entre as castas. Isto quer dizer na concepção deste autor, que cada casta tinha funções específicas e complementares que contribuíam para o funcionamento harmonioso da sociedade como um todo. A coesão social dependia da maneira como essas funções eram coordenadas e como cada casta cumpria seu papel.

Ainda nesta vertente de divisão de trabalho no interior do sistema de casta indiano é pertinente que se faça uma discussão sobre a compreensão de Dumont (1966) sobre as noções de pureza e poluição no contexto desse sistema. No primeiro momento da sua explicação, o autor argumenta que a noção de pureza e poluição não é apenas um aspecto periférico, mas sim um elemento central no sistema de castas indiano. Logo, esses conceitos estão profundamente arraigados nas práticas sociais, religiosas e culturais, influenciando a divisão de trabalho e a organização das castas.

O segundo elemento a ser considerado é que a ideia de pureza e poluição está relacionada com a hierarquia das castas. As castas superiores são frequentemente associadas as atividades consideradas mais puras, como rituais religiosos e estudos acadêmicos. Por outro lado, as castas inferiores muitas vezes são encarregadas de atividades consideradas impuras, como trabalho manual ou tarefas relacionadas a resíduos. Entende-se, portanto, que essa divisão hierárquica de trabalho reflete não apenas a separação de tarefas, mas também a atribuição de status social. A pureza é valorizada e associada a um status mais elevado, enquanto a poluição está ligada a posições sociais mais baixas. Essa estrutura de valores contribui para a manutenção da ordem hierárquica dentro do sistema de castas (Dumont, 1966).

E, por fim, o terceiro elemento considerado por Louis Dumont (1966), nesta discussão do puro e impuro, é que esses conceitos influenciam o sistema de interdependência entre as castas. Isto porque eles determinam quais atividades são consideradas apropriadas para cada casta, ou seja, a separação entre tarefas puras e impuras cria um sistema de interdependência entre as castas. Logo, para se chegar à coesão social no sistema de castas precisa ter a colaboração entre as diferentes castas, cada uma desempenhando um papel específico. Além disso, a associação de pureza com as castas superiores confere prestígio a essas posições, reforçando a ideia de superioridade social. A poluição, por outro lado, cria estigmatização e discriminação das castas consideradas inferiores, restringindo suas oportunidades e mobilidade social.

Na relação divisão de trabalho e hierarquia, Dumont prossegue a sua análise mostrando que o chamado Sistema *jajmãni* seria a Instituição ideal para caracterizar a relação entre a organização econômica e a hierarquia no sistema de castas. Vamos entender no que consiste esse sistema e o princípio no qual ele é regido.

> O costume generalizado de chamar o sistema *jajmãni*[29] de sistema corresponde aos benefícios e compensações que ligam o grupo de castas à cidade. Em grande parte, trata-se da economia natural (castas das áreas rurais) em oposição à economia monetária (economia da cidade). Trata-se também da economia fechada das aldeias indianas que encontram em si ou nos seus vizinhos imediatos os produtos e, sobretudo, os serviços essenciais que precisavam. Este fato, portanto, corresponde ao que se denomina "comunidade de aldeia" no aspecto econômico do termo. O princípio que rege este sistema articula a divisão de trabalho por meio de relações pessoais hereditárias. Desta forma, cada família possui uma família de especialistas para cada tarefa especial (Dumont, 1966, p.126-127).

Ainda em relação ao Sistema *jajmãni*, Dumont acrescenta que este era caracterizado por uma relação de patronagem, compostas pelas castas dos patrões que eram os donos das terras e do outro lado da relação estavam as castas dos dependentes ocupadas pelos especialistas que poderiam ser subdivididos em artesãos, incluindo também os trabalhadores agrícolas e os comerciantes. Este autor ainda assinala que dada a posição ou status dos especialistas (artesãos e comerciantes) na hierarquia das castas, eles tinham alguns direitos reservados, a exemplo, os direitos sobre a terra ou sobre a produção agrícola advindas da sua colheita. Da mesma forma, o preço dos produtos vendidos pelos comerciantes não era "o preço comercial" propriamente dito, ou seja, resultantes das forças de mercado (oferta e demanda), mas provinham de acordo com status do comprador na hierarquia das castas.

Dumont (1966, p.143) encerra a sua análise informando que este Sistema *jajmãni* operava somente nas hierarquias de castas das aldeias, sendo que o seu principal pressuposto sempre foi a interdependência das especializações que ocorriam nas relações de trabalho e comercial tendo como embasamento a hierarquia religiosa. É por isso, que afirma que este sistema nunca poderia ser classificado como sistema econômico, já que este pressupõe o sujeito individual auferindo lucro em detrimento ao todo da sociedade; no sentido contrário, está o Sistema *jajmãni* que apesar de ser regido pelo sistema de castas de caráter religioso, as suas ações se voltavam para um todo da sociedade ou aldeia. Logo, havia uma relação intimamente ligada entre o poder político e o poder econômico. A explicação de Dumont (1966, p.210) para esta relação é que a casta dominante exercia tanto o poder econômico, ou seja, o controle sobre a terra (meio de subsistência da população que vivia no sistema de castas nas aldeias) quanto o poder político.

---

[29] Sobre o sistema *jajmãni*, Dumont (1966, p. 124) discorre sobre o significado sânscrito desta palavra. Para o autor, algumas pessoas não usam a palavra *jajmani* em todos os lugares, nem usam a palavra *jajman*. No entanto, este último é amplamente utilizado para designar o empregador ou empregador em relação à pessoa que emprega. Agora a palavra é interessante. Vem do sânscrito *yajamana*, um particípio do meio que significa "sacrificar", isto é, "que ordena um sacrifício para si mesmo". Etimologicamente, está claro que o *jajman* é o chefe da casa que emprega um brâmane como sacrificador. A conotação religiosa é importante e ainda está presente hoje, embora não seja um sacrifício védico. Um dicionário hindi diz que *jajman* é "aquele que ordena a realização de ritos religiosos por brâmanes, etc." e *jajmani*, diz o mesmo dicionário, "o privilégio (*adhikar*) de cumprir a função de sacerdote doméstico (*purohit*), de barbeiro, de *barí* (ajuda) na ocasião do casamento, etc."

Frisa-se que, a hierarquia religiosa (sistema de castas) englobava o poder, enquanto o poder político englobava o poder econômico.

Dentro desta perspectiva Indológica da Sociologia indiana e do que foi explicado até aqui, é pertinente tecermos algumas críticas e complementariedades entre os dois autores Ghurye (1932) e Louis Dumont (1966). A primeira crítica que vamos analisar vem dos sociólogos indianos Sumit e Desai (2005). Para eles, não houve reconhecimento por parte de Ghurye dos avanços em termos de infraestrutura da sociedade indiana no período do governo britânico quando houve planejamento urbano, novas infraestruturas, administração e tecnologia. Todos esses avanços tornaram a Índia extremamente diferente daquela vivida no passado do período Védico e não-védico. Isso porque a metodologia usada foi inspirada na abordagem Indológica que enxerga a Índia pelas lentes da cultura védica, religiosa, tomando como base de leitura, os livros sânscritos. É neste ponto que Ghurye, sendo um sociólogo, deveria honrar os fatos que aconteceram na sociedade Indiana, e não, a ideologia religiosa como a fez ao longo do seu trabalho. Eles seguem argumentando que isto impossibilitava que qualquer leitor enxergasse a Índia como ela é em sua realidade, ou seja, complexa, desigual, heterogênea, já que Ghurye romantizava uma "Índia" que em sua concretude nunca existiu. Logo, para se ter uma compreensão real da sociedade indiana era necessário deixar de lado as interpretações advindas de livros sânscritos escritos a milênios atrás para caracterizar a Instituição Casta na Índia, já que esta não é imutável, mas sim dinâmica, pois sofreu diversas transformações ao longo do tempo.

Dumont (1966) em suas análises também demonstrava que o sistema de castas era imutável, pois assim como Ghurye, estabeleceu a sua análise tomando como base os textos sânscritos indianos, ou seja, a abordagem indológica. Durante toda a obra de Dumont a sua preocupação estava centralizada com a integração e manutenção do sistema de castas na Índia, e não com os conflitos e mudanças ocorridas no interior deste sistema, seja de caráter social, político e econômico.

Dispankar Gupta (2009) chamou de "arcaico e fora de questão" o argumento de Dumont sobre o sistema de castas na Índia obedecer a uma hierarquia de pureza. Esta hierarquia pura pela qual Louis Dumont escreveu de forma tão convincente algumas décadas atrás, segundo Gupta, está desprovida de uma análise empírica para comprovar se este fato ocorre ou não no interior do sistema de castas. Outro ponto de questionamento corresponde ao seu ponto de vista de enxergar os brâmanes no topo da hierarquia tradicional do sistema de castas. Gupta (2009) argumenta que este autor deu um significado técnico para a questão da hierarquia, afirmando,

insistentemente que as castas que se localizavam após a dos brâmanes concordavam com as posições impostas pelo sistema ideológico hindu. Sob um olhar crítico deste autor, ele contextualizou que a compreensão de Dumont sobre o sistema de castas era mais textual do que contextual. Este autor sentiu que esta interpretação de Dumont era tendenciosa levando em conta a casta dos brâmanes em detrimento das demais castas.

Mines (2009) teceu algumas críticas ao caráter estático do sistema de castas que Dumont interpretou, assim como tantos autores. Para o autor, a maioria das análises sobre esse sistema se concentra quase que exclusivamente na hierarquia, ou seja, na classificação linear das castas, do alto ao baixo, do puro ao impuro, do Brahman ao Intocável. Na Índia de hoje, a classificação das pessoas na hierarquia das castas é apenas um aspecto deste sistema, portanto, elas nunca foram estáticas, sem mobilidade, ao contrário, as suas formas são variáveis e móveis a depender da tribo, aldeia ou território onde esteja localizada no território indiano. O autor enfatiza que os estudos sobre a Índia devem salientar que esta sociedade é composta por sistema de castas e classes sociais e que o significado de casta está mudando, haja vista que muitos indianos estão adotando cada vez mais pontos de vistas igualitários e ignorando as classificações de castas. Essas transformações são notáveis porque novas oportunidades de educação e emprego, incluindo os gerados para a classe trabalhadora nos centros urbanos, proporcionam às pessoas das castas inferiores uma maior interdependência das relações de castas baseadas na agricultura, o que os assegurava nas áreas rurais.

Finalizando as análises da Abordagem Indológica, vamos conhecer o escopo estrutural dos autores que defendem a abordagem de campo, que se tornou muito popular na Índia durante as décadas de 1950-1960 quando a Antropologia Social começou a estudar as aldeias indígenas com a ajuda do trabalho de campo. Esta abordagem vai contrapor a então abordagem Indológica (visão de livros), afirmando que esta dava uma imagem distorcida da sociedade indiana, pois os seus ideais estavam presos no passado dos quais os preceitos de castas no presente se afastaram consideravelmente. No próximo subcapítulo apresentaremos a interpretação teórica do sociólogo indiano adepto da abordagem de campo da Sociologia Indiana Mysore Narasimhachar Srinivas (1966, 1976).

3.4.3 As mudanças no Sistema de Castas na Sociedade Indiana: Abordagem sociológica estrutural-funcional

A Abordagem de Campo ligada a questão estrutural-funcional se opõe severamente ao modo de enxergar a sociedade indiana através da visão de livro sânscritos defendidos pelos Sociólogos indianos Indólogos. Os autores Srinivas (1966, 1976) e Béteille (2012) representantes desta abordagem tecem críticas à teoria e a metodologia aplicadas pelos Indólogos para explicar a complexidade da sociedade indiana, principalmente quanto ao sistema de castas.

Para Béteille (2012, p.247) "a Sociologia e a Antropologia Social são disciplinas empíricas", logo, na ausência da apuração dos fatos por meio de pesquisas de campo essas áreas teóricas farão análises inconsistentes sobre a estrutura de formação da sociedade indiana, assim como não identificarão os principais fatores internos e externos responsável pelas mudanças ocorridas na mesma.

O argumento que Srinivas (1966) discorre ao criticar a abordagem Indológica diz respeito ao método de análise adotado para explicar a estrutura e o funcionamento do sistema de castas na sociedade indiana. Para este sociólogo indiano, a metodologia de pesquisa de campo é a mais apropriada para se conhecer a real imagem da sociedade indiana. Ele tece alguns comentários sobre os resultados das pesquisas realizadas pelo governo britânico na Índia sobre a estrutura do sistema de castas nas aldeias.

Para Srinivas (1966), durante o domínio britânico, os autores James Mill e Charles Metcalf enxergavam a Índia como uma terra repleta de pequenas repúblicas aldeãs consideradas por eles como autossuficientes em termos políticos e econômicos, por isso, não dependiam da sociedade geral. Esses autores consideravam também as aldeias e tribos indianas estáticas, ou seja, menos sujeita às mudanças, já que o sistema de casta em sua estrutura societária era rígido e fechado. Para derrubar este argumento, a pesquisa de campo que se tornou popular na Índia na década de 1970, trouxe novas técnicas de pesquisas que ajudaram a entender a real estrutura, formação e interrelação entre as aldeias indígenas e o sistema de casta existente. Esta nova abordagem da Sociologia indiana mostrou através do empirismo que as aldeias não viviam isoladas e muito menos eram autossuficientes e nem estáticas, pois estavam sujeitas a mudanças.

É nesta linha de análise que o Sociólogo indiano de renome mundial, Mysore Narasimhachar Srinivas, em suas diversas obras aplicou a abordagem estrutural-funcional e a metodologia pesquisa de campo para estudar diversos aspectos estruturais da sociedade indiana,

tais como, o sistema de castas, a estratificação social, sanscritização e a mudança social ocorrida no interior das aldeias e tribos. Esse avanço rumo ao entendimento da complexidade da sociedade indiana, mesmo que ainda inicial, contribuiu para o fortalecimento das pesquisas e análises realizadas no âmbito das ciências sociais na Índia, uma vez que, os frutos desses esforços serviram de subsídio para que os governos da Índia formulassem políticas públicas com propósitos de desenvolvimento nacional (Dube, 2018). É sobre essas mudanças estruturais e sociais ocorridas no interior da sociedade indiana que analisaremos a seguir, tomando como base as obras "*Social Change in modern India*" (1952) e "*Caste in Modern India*" (1957) de Srinivas.

No artigo "*Caste in Modern India*" publicado no *The Journal of Asian Studies* em (1957), Srinivas analisou as mudanças que ocorreram no Sistema de casta na sociedade indiana moderna em relação a rigidez deste sistema. Para sustentar a sua argumentação, enumerou diversos fatores que contribuíram para tal mudança: os benefícios econômicos gerados pelo domínio britânico sobre o sistema de castas; a interdependência no sistema de castas devido a especialização ocupacional promovida pela Pax Britânica na Índia que, consequentemente "rompeu" as barreiras territoriais entre as castas; as salvaguardas estabelecidas na Constituição da Índia independente beneficiando em parte as camadas mais atrasadas da população, especialmente as castas e tribos programadas.

Ainda nesta temática, as mudanças sociais que a Índia passou antes e depois do seu processo de independência em 1947 foram analisadas por Srinivas em sua obra "*Social Change in modern India*" (1952). Inicialmente, ele nos faz um alerta para o tema "mudança social" no contexto da Índia Moderna, haja vista que este tipo de análise exigirá dos estudiosos a incorporação de uma abordagem teórica multidisciplinar que passe pela história econômica, social e cultural, direito, política, educação, religião, demografia e sociologia. Após este alerta, ele propôs dois conceitos, a saber, Sanscritização e Ocidentalização para explicar algumas características das mudanças sociais ocorridas relacionadas aos temas da religião, cultura, economia e castas.

Depois deste breve resumo das duas obras de Srinivas que farão parte desta tese, vamos entender no que consiste o Sistema de Casta moderno no contexto das mudanças sociais ocorridas na Índia em sua fase de nação independente. De início, é importante destacar que Srinivas (1957, 1966) nas duas obras resenhadas aqui mostrou que durante o último século a Instituição Casta na sociedade indiana sofreu diversas mudanças sociais. Para entender esse processo de mudança, Srinivas (1966, p.2) relembrou as principais características das Castas

que estão intrínsecas no sistema Varna que os autores Indologistas descreveram ao interpretar os livros sânscritos, são elas: existe uma única hierarquia de casta em toda a Índia e esta não possui quaisquer variações entre uma região ou tribos, ou seja, a casta tinha um sistema extremamente rígido quanto a mobilidade entre elas; existia apenas quatro Varnas ou posições a serem ocupadas pelas castas hierarquizadas; a hierarquia no interior do sistema de castas era clara; e a última característica diz respeito a imutabilidade deste sistema.

No entanto, essa rigidez e imutabilidade presente no sistema de castas Hindu foi contestada por Srinivas. O autor reconhece que no modelo Varna existe um lugar ocupado por cada categoria de castas. No entanto, passando da teoria (hierarquia das castas baseada no modelo Varna dos livros sânscritos) para a prática ou realidade vivida pelas castas nas tribos e aldeias indianas, é possível pensar que haja mobilidade nas ordens de classificação das castas. Isto acontece porque as castas podem reivindicar superioridade em relação à outra, mesmo que isso não seja considerado um fato excepcional em seu comportamento, mas um produto típico das dinâmicas ou mudanças que o tempo trouxe a este sistema. Assim, "a posição das castas na hierarquia como ela realmente existe é passível de mudança, algo que não poderia acontecer no modelo Varna, pois a posição de cada Varna era permanente" (Srinivas, 1957, p.4).

Foi neste contexto que Srinivas criou o conceito de Sanscritização. Sobre isso, ele assinala que:

> O conceito de Sanscritização se refere ao processo pelo qual uma casta hindu "baixa", ou grupo tribal ou outro, muda seus costumes, rituais, ideologia e modo de vida na direção de uma casta alta. Geralmente tais mudanças são seguidas por uma reivindicação de uma posição mais alta na hierarquia de castas do que aquela tradicionalmente concedida à casta requerente pela comunidade local. A reivindicação geralmente é feita ao longo de um período, na verdade, uma geração ou duas, antes que a "chegada" seja concedida. Ocasionalmente, uma casta reivindica uma posição que seus vizinhos não estão dispostos a conceder. Esse tipo de desacordo entre status reivindicado e concedido pode ser não apenas no domínio da opinião, mas também no domínio mais importante da prática institucionalizada. Logo, a sanscritização é geralmente acompanhada e muitas vezes resulta em mobilidade ascendente para a casta em questão; mas a mobilidade também pode ocorrer sem a sanscritização e vice-versa. No entanto, a mobilidade associada à sanscritização resulta apenas em mudanças posicionais no sistema e não leva a nenhuma mudança estrutural. Ou seja, uma casta sobe, acima de suas vizinhas, e outra desce, mas tudo isso ocorre em uma ordem hierárquica essencialmente estável. O sistema em si não muda (Srinivas, 1957, p.6-7).

Logo, a prática da imutabilidade do sistema de castas defendido por Dumont (1966) foi rompida, já que a essência da sanskritização reside na tentativa de grupos de castas ou comunidades de melhorar seu status social adotando características culturais, valores, rituais e práticas associadas a castas consideradas mais elevadas na hierarquia social. Isso pode incluir adotar nomes, vestimentas, modos de vida, ocupações e práticas religiosas consideradas mais

prestigiosas. Isto significa dizer que a sanskritização é baseada em um processo de imitação e assimilação, aonde grupos marginalizados observam os comportamentos e as práticas das castas superiores e buscam incorporá-los em suas próprias vidas na esperança de alcançar um status social mais elevado.

Ligado a este conceito, Srinivas (1952) propôs o conceito de Ocidentalização para descrever o processo pelo qual elementos culturais, instituições e valores ocidentais influenciaram e afetaram a sociedade e a cultura da Índia. Este processo de mudança aconteceu após a independência da Índia em 1947, quando ela já havia sofrido influência do colonialismo britânico, bem como o acesso crescente a ideias e informações ocidentais que desencadearam um diálogo interno sobre a modernização e a identidade cultural.

Como visto, o conceito de Ocidentalização está relacionado as mudanças fundamentais que ocorreram nas antigas instituições da Índia Hindu. Intrínsecas a essas mudanças estão as ações promovidas pelo domínio britânico na Índia, que Srinivas (1966) faz questão de exaltá-las, tais como, as novas tecnologias, novas instituições, conhecimentos, crenças e valores, assim como os efeitos positivos que as novas tecnologias e a revolução das comunicações trouxeram para a Índia. Além dessas conquistas, o autor descreve outras mudanças promovidas pelos britânicos na Índia durante o século XIX:

> Durante o século XIX, os britânicos foram lançando lentamente as bases de um Estado moderno quando criaram uma burocracia moderna, arrecadaram receitas, formaram exércitos e polícia, instituíram tribunais, codificaram leis, desenvolveram os sistemas de comunicações, ferrovias, correios e telégrafos, estradas e canais, estabeleceram escolas e faculdades, e assim por diante. Os britânicos também trouxeram consigo a imprensa, e as profundas e multifacetadas mudanças na vida e no pensamento dos indianos. Um resultado óbvio foi que os livros e periódicos, junto com as escolas, possibilitaram a transmissão de conhecimentos modernos e tradicionais a muitos indianos, conhecimentos estes que não podiam mais ser privilégio de alguns grupos hereditários, enquanto os jornais tornavam mais próximas as pessoas em diferentes partes do país através das informações e, consequentemente, o que acontecia lá fora influenciavam suas vidas para o bem ou para o mal (Srinivas, 1966, p.46-47).

Por conseguinte, percebe-se segundo a interpretação de Srinivas que a chegada dos britânicos na Índia trouxe certa "humanidade" para a população desse país. Assim, resumidamente Srinivas (1966, p.48-50) argumenta que no âmbito do conceito de Ocidentalização estão implícitas certas preferências de valores, e o "humanitarismo" é um deles, que, por conseguinte, também engloba outros valores relacionados ao "igualitarismo" e a "secularização". Posto isso, o conceito de "humanitarismo" leva em conta "as preocupações ativas com o bem-estar de todos os seres humanos, independentemente de casta, posição econômica, religião, idade e sexo"[30]. Este sentido de "bem-estar" que Srinivas se refere está

[30] *Ibidem*., p.48.

relacionado com as questões legais, políticas, educacionais e outras instituições sociais que foram concedidas pelas reformas administrativas introduzidas pelos Britânicos na primeira metade do século XIX na Índia.

Sobre essas "questões legais" citadas por Srinivas deve-se registrar que elas se referem à introdução do direito civil, penal e processual britânico no ímpeto da sociedade indiana. Nas palavras do autor, "a introdução dessas questões legais britânicas pôs fim a certas desigualdades que faziam parte da jurisprudência hindu e islâmica relacionadas aos costumes que alegavam fazer parte da religião que praticavam" (Srinivas, 1966, p.49). E ainda segundo esse Sociólogo indiano, o Sistema Judicial Britânico na Índia permitiu que houvesse pelo menos "na teoria" com "pouca prática", o estabelecimento do princípio de igualdade com a criação de uma consciência de direitos positivos para a camada da população desprovida na Índia que viviam nas esferas inferiores do sistema hierárquico de casta hindu.

A partir desta criação de "consciência de direitos positivos" trazidos pelos britânicos à Índia, Srinivas (1966, p.50-52) enumera diversas mudanças que ocorreram na sociedade indiana, tendo como ponto de partida as reformas administrativas e o estabelecimento dos princípios legais e judiciários britânico no país: o autor fala sobre "abolição da escravatura" para se referir a abertura de novas escolas e faculdades já que "em tese" o acesso a esse direito passou a ser de todos independentemente da religião, raça e casta; as novas oportunidades econômicas que na "teoria" estavam abertas a todos.

Quando Srinivas fala "na teoria", isto quer dizer que na prática os grupos que viviam tradicionalmente nas cidades e nas áreas costeiras usufruíram de consideráveis vantagens sobre os povos que habitavam nas tribos em áreas isoladas dos grandes centros urbanos; a Pax britânica e a revolução nas comunicações foram um dos mais críticos passos da ocidentalização na Índia. Através desta revolução houve o "rompimento do isolamento secular dos grupos ou tribos que habitavam nas montanhas arborizadas da Índia"[31].

Isto aconteceu graças a extensão das fronteiras administrativas e comerciais do período britânico, que consequentemente, deu a oportunidade para esses grupos e tribos isoladas terem contato com a nova civilização; a revolução nas comunicações e a eliminação das barreiras alfandegárias integrou a economia de várias regiões do país em torno da área central. Isto possibilitou a introdução de "navios movidos a vapor e a construção do Canal de Suez permitindo a Grã-Bretanha aumentar o seu controle sobre a Índia e outras partes do seu império

[31] *Ibidem*., p.62.

oriental, além de ligar a economia indiana ao mundo exterior"[32] e a integração ao mundo exterior fez com que os plantadores europeus cultivassem os produtos como a juta, o algodão, tabaco, chá e café na Índia para posteriormente serem comercializados no exterior.

Outro processo de mudança no sistema de castas observados por Srinivas está relacionado a especialização ocupacional que foi enfatizada em sua obra "*Caste in modern India*" (1957). Segundo este autor, esse tipo de especialização trouxe à tona a questão da interdependência entre as castas, haja vista que cada uma dependia da outra para a sua própria sobrevivência. Para este fato Srinivas chamou de "tendência de os laços econômicos romper as barreiras de castas que foi apoiada por laços políticos e religiosos"[33].

O autor atribuiu ao estabelecimento da Pax Britânica a "libertação" das castas dos seus limites territoriais que foram impostos pelo sistema político pré-britânico[34]. Mas de que forma aconteceu esta "libertação"? Srinivas explica que foi através da construção de estradas, ferrovias, correios, telégrafos e a produção de papel barato e impressão que as castas começaram a se organizar tanto política quanto economicamente. Sobre essas mudanças o autor discorre o seguinte:

> A produção de papel barato e a impressão foram avanços importantes para a publicação de notícias sobre as reuniões que as castas fariam a fim de se organizar para lutar pelos seus direitos diante das instituições legais britânicas. E a construção de ferrovias permitiram a mobilidade de membros das castas que se localizavam distantes dos centros para se reunirem quando fosse necessário. A produção de papel e a impressão favoreceu também a fundação de jornais de castas, cujo objetivo era promover os interesses de suas respectivas castas. Isto possibilitou também que as disputas entre elas fossem registradas em papel impresso, em alguns casos isolados, por exemplo, nas castas localizadas em Gujarat, a produção de papel possibilitou a criação da sua própria "constituição". Em certas partes do país, o domínio britânico colocou em movimento forças econômicas que perturbaram a hierarquia tradicional, mas isso não significava que o sistema de castas estava enfraquecido (Srinivas, 1957, p.532-533).

[32] *Ibidem*., p.63.
[33] *Ibidem*., p.532.
[34] De acordo com Srinivas (1957, p. 529), "o sistema político da Índia pré-britânica era caracterizado por claras clivagens territoriais que separavam o território de um chefe ou rajá dos territórios de outros. Normalmente, acima do chefe ou do rajá, havia o vice-rei de um imperador ou o próprio imperador, e abaixo do chefe estavam os chefes de aldeias isoladas. Os limites do domínio de um chefe ou rajá eram móveis, sujeitos a expansão ou contração dependendo da destreza militar do chefe vis-à-vis outros chefes e da firmeza com que o vice-rei ou imperador exercia seu controle. No entanto, enquanto as fronteiras eram móveis ao longo de um período, em qualquer momento elas constituíam barreiras efetivas entre as pessoas que viviam em diferentes chefias. Tal sistema político naturalmente impôs severos limites à extensão horizontal dos laços de casta. Em suma, as fronteiras políticas determinavam o espaço social efetivo, senão o máximo, de cada casta que nelas vivia. O fato de que durante um período as fronteiras eram móveis significava que os laços culturais frequentemente atravessavam as fronteiras políticas existentes. A coincidência das fronteiras culturais e políticas, princípio explicitamente reconhecido no Relatório da Comissão de Reorganização dos Estados, é, em geral, um evento novo na história indiana. Uma consequência natural dos limites territoriais impostos pelo sistema político à tendência horizontal das castas foi o estímulo que deu às castas que vivem em uma área para cooperar entre si".

Com base nessas observações acima é possível deduzir que todas essas mudanças impostas pelo Pax Britânico na Índia não significaram que elas contribuíram para o fim do sistema de castas, mas o que houve foram tentativas de mudanças na ordem da hierarquia desta Instituição. Citamos como exemplo desta situação, o aumento do nível de renda de alguma casta inferior em virtude dos ganhos econômicos proporcionados pelas reformas administrativas do governo britânico. Esta casta, por sua vez, reivindicava uma posição elevada no sistema acima de outras castas que por muito tempo já ocupavam as melhores posições, o resultado disso foi a oposição das castas superiores em relação a elevação de categoria das castas inferiores, mesmo que essas se tornassem ricas[35]. Isto acontecia porque o que garantia a posição de cada casta neste sistema hierárquico eram as questões religiosas e não as econômicas, conforme mostra a teoria dos Varnas dos livros sânscritos (Srinivas, 1957). Apesar de as forças econômicas liberadas sob o domínio britânico resultassem em maior mobilidade dentro do sistema de castas, isto não significa uma progressão em direção a uma sociedade indiana igualitária, já que os costumes hindus (Instituições tradicionais) ainda permaneciam vivos na Índia contemporânea.

Srinivas (1957) explica os motivos que o levaram a acreditar que as medidas administrativas e econômicas impostas pelo governo britânico poderiam acirrar ainda mais as desigualdades na sociedade indiana, embora o alvo dessa política fosse as castas inferiores. O autor ressalta que pela Teoria dos Varnas e seus costumes sânscritos:

[35] Srinivas (1957, p.531) cita um exemplo de enriquecimento de uma casta inferior no período britânico. Este exemplo foi retirado por ele foi retirado do estudo do Dr. F. G. Bailey de uma aldeia de Orissa. "Em Bisipara, a política do então governo de Bengala, do qual Orissa fazia parte, em relação à venda de bebidas alcoólicas, resultou no enriquecimento repentino de duas castas baixas, os destiladores de Boad e os destiladores de Ganjam. A prosperidade desses dois grupos resultou em desequilíbrio, pois ambos queriam reivindicar um status mais alto do que antes. Anteriormente, naquela vila, os Warriors possuíam todas as terras, mas em 1910, quando a proibição foi introduzida, os Boad Distillers possuíam tanta terra quanto os Warriors, e os Ganjam Distillers possuíam mais terras do que qualquer outra pessoa. A aquisição de terras pelas duas castas foi seguida pela sanscritização de seu costume, ritual e modo de vida, e tudo isso fazia parte do processo de afirmação de sua reivindicação de ser uma casta alta. Enquanto as duas castas dos Destiladores conseguiram se erguer, os Boad Outcastes, uma casta intocável, cujos membros ganhavam dinheiro negociando peles, descobriu que a sanscritização não os ajudava. Suas reivindicações por uma posição mais alta na hierarquia são contestadas por todos, incluindo outros grupos intocáveis, como os Sweepers, cuja posição econômica não melhorou. Os Boad Outcastes estão se distanciando cada vez mais de todas as castas locais, e estão buscando a ajuda de funcionários e tribunais para garantir os direitos que a Constituição deste país lhes garante. As dificuldades especiais no caminho dos intocáveis para elevar seu status coletivo aumentam as tensões entre as castas. O aumento da mobilidade econômica levou ao aumento da mobilidade social, e o processo tradicional de sanscritização garantiu que essa mobilidade não levasse à revolução. Mas os intocáveis em geral parecem ser incapazes de tirar vantagem disso. Esta é uma indicação de que o problema dos intocáveis é diferente do das outras castas inferiores; os últimos têm meios de se impor no sistema, enquanto os primeiros não".

> as castas mais altas da hierarquia não se misturavam com as castas inferiores, mesmo que essas enriquecessem, como foi o caso das castas inferiores que se beneficiaram enriqueceram vendendo bebidas na aldeia de Orissa. No entanto, existe no interior do sistema de castas, a ideia de poluição que impede que as castas superiores entrassem nesse mercado de bebidas e de couro, já que a produção de bebidas era feita por uma casta inferior. Por outro lado, essas castas superiores foram beneficiadas pelo próprio sistema em outros campos de atividades econômicas, a exemplo da educação ocidental. Esta beneficiou as castas mais altas da hierarquia como os Brahman, Vaishya e Kayastha que passaram a explorar as novas oportunidades econômicas do período britânico, tornando-se escriturários, educadores, advogados e médicos. Enquanto isso, os Vaishyas (casta dos comerciantes) aproveitaram as novas oportunidades comerciais oferecidas pelo domínio britânico, assim como nas questões políticas aonde as três castas começaram a liderar o movimento nacionalista em prol da Índia independente (Srinivas, 1957, p.532).

Pode-se deduzir que ao mesmo tempo em que os benefícios econômicos das políticas britânicas na Índia tinham como alvo central as castas inferiores; as castas superiores, ou seja, as três primeiras (Brahman, Vaishya e Kayastha) acentuavam os seus prestígios que tradicionalmente foram-lhes concedidos pela Instituição Hindu, ao ponto de se organizarem no campo político através do partido nacionalista para lutar em prol da Índia independente, o que contrariava os interesses dos britânicos.

De acordo com Srinivas (1957, p.533), este governo britânico propôs uma série de medidas para restringir o avanço dos brâmanes na política e no exército indiano. Neste, a intenção do governo foi reorganizar o exército indiano alegando que este deveria ser composto por pessoas de diferentes nacionalidades e castas, impondo a inclusão de membros das castas inferiores, algo que até então não era concebido, pois o exército indiano era composto por Brâmanes. O autor ressalta que havia uma intenção "secreta" dos britânicos para garantir a segurança do seu governo na Índia, ou seja, era interessante manter o povo indiano dividido em castas, uma vez que, isto impedia o surgimento nacionalista entre eles. Em decorrência disso, surgiram diversos movimentos anti-brâmanes em diversas partes da Índia.

Um desses movimentos não-brâmane foi inaugurado na Índia Peninsular, sendo uma resposta "de uma das partes oprimidas da sociedade hindu ao desafio da casta no novo contexto do domínio britânico e da ideologia liberal-nacionalista ocidental"[36]. O movimento ao qual Srinivas (1957) se refere é o Movimento *Satya Shodhak Samaj* (significando "Sociedade dos que buscam a verdade"). Este foi fundado em 1873 por Jyotirao Phule, um dos reformadores sociais mais proeminentes da Índia. Phule fundou esse movimento em Poona (atualmente Pune), Maharashtra, com o objetivo de promover os direitos das classes mais baixas e oprimidas, combatendo as práticas sociais e religiosas que perpetuavam a desigualdade na sociedade indiana.

[36] *Ibidem*., p.533.

No que cerne ao contexto e objetivo deste movimento, Srinivas (1957), salienta que o mentor deste movimento, Jyotirao Phule, nasceu em família de casta Shudra (a casta de jardineiros, conhecida como Mali), uma casta baixa na hierarquia social Hindu. Ele testemunhou de perto as injustiças e discriminações sofridas pelos *Dalits* (antigamente chamados de "intocáveis") e pelas castas oprimidas e dedicou a sua vida à luta pela justiça social e pela educação de todos. Desta forma, os principais objetivos deste movimento incluíam: desafiar o sistema de castas, isto é, o movimento foi uma reação direta a este sistema rígido que relegava as classes baixas a uma vida de opressão e exploração. Logo, Phule e os seus seguidores acreditavam que o sistema de castas era uma invenção dos Brâmanes para manter seus domínios social e econômico sobre as outras castas.

Outro ponto de reinvindicação deste movimento foi a educação para todos, já que Phule defendia a educação universal, especialmente para as mulheres e as castas oprimidas, que eram amplamente excluídas do sistema educacional. Esta bandeira do movimento mostrava a crença que a educação era a chave para a emancipação social e econômica. Somam-se, também, o combate às práticas religiosas e superstições, pois o movimento procurava libertar a classe oprimidas dessas práticas que eram usadas para justificar a sua opressão. Por este motivo, Phule criticava duramente os rituais religiosos que, segundo ele, serviam apenas para manter as castas baixas em estado de servidão (Srinivas, 1957).

As lutas decorrentes do movimento *Satya Shodhak Samaj* tiveram impacto significativo na sociedade de Maharashtra e em outras partes da Índia, especialmente no que diz respeito à conscientização sobre a opressão de casta e à promoção da educação entre as castas oprimidas. Srinivas (1957), cita como exemplo desses impactos positivos sobre a sociedade indiana a construção de diversas escolas para meninas e crianças de castas baixas realizada por Phule e sua esposa, Savitribai Phule, desafiando a norma da época que proibia a educação dessas populações. Savitribai Phule, em particular, foi uma das primeiras professoras da Índia e desempenhou um papel crucial na educação das mulheres. O movimento Satya Shodhak Samaj também encorajou as castas oprimidas a desafiarem a autoridade dos brâmanes e a rejeitar os rituais que reforçavam sua submissão. Isso foi um passo importante na conscientização e mobilização das massas contra as injustiças sociais.

Como consequência de todas essas conquistas, o trabalho de Phule e o Satya Shodhak Samaj influenciaram profundamente movimentos subsequentes de justiça social na Índia, incluindo o movimento *dalit* liderado por B.R. Ambedkar no século XX. Ambedkar, que também era um crítico feroz do sistema de castas, considerava *Phule* um de seus heróis e fontes

de inspiração. E, por fim, Srinivas (1957) conclui que, o movimento ajudou a criar uma identidade coletiva entre as castas oprimidas, promovendo a solidariedade entre elas na luta contra a opressão. Isso contribuiu para o surgimento de uma consciência social e política entre as castas mais baixas.

Outro avanço observado no contexto do sistema de casta, ainda no período do Império Britânico foram as Reformas de *Montague-Chelmsford*, formalmente conhecidas como a Lei de Governo da Índia de 1919 que representaram um marco significativo na história política indiana. Introduzidas por Edwin Samuel Montague, o então Secretário de Estado da Índia, e Lord Chelmsford, o Vice-Rei da Índia, essas reformas faziam parte de um esforço britânico para conceder maior autonomia ao governo indiano, dentro do contexto do Raj britânico. De acordo com Srinivas (1957), essas reformas surgiram em resposta ao crescente movimento nacionalista na Índia, que demandava maior participação dos indianos na administração do país. O movimento nacionalista, liderado pelo Congresso Nacional Indiano, pressionava por reformas políticas que permitissem maior autonomia e eventual independência. Como parte de uma política de apaziguamento e concessão gradual de poder, as Reformas de Montague-Chelmsford foram implementadas para criar uma estrutura de autogoverno limitada.

O Quadro 1 sintetiza a Estrutura desta Lei de Governo da Índia de 1919 referente as Reformas de Montague-Chelmsford.

Quadro 1: Síntese da Estrutura da Lei de Governo da Índia de 1919: Reformas de Montague-Chelmsford

As Reformas de Montague-Chelmsford, formalizadas pela Lei de Governo da Índia de 1919 (conhecida em inglês como *Government of India Act* 1919), representam um marco na história colonial da Índia, sendo parte do esforço do governo britânico para reformar a administração colonial em resposta às crescentes demandas por autogoverno dos indianos. A Lei de Governo da Índia de 1919 foi uma tentativa de equilibrar essas demandas com o controle imperial britânico.

Objetivo das Reformas:

O objetivo central das Reformas de Montague-Chelmsford era introduzir um sistema de governo mais representativo, proporcionando aos indianos maior participação nas administrações provinciais e central, sem comprometer o controle final do governo britânico. As reformas foram vistas como um passo em direção à autogovernação, dentro da estrutura do Império Britânico, com a intenção de apaziguar o crescente movimento nacionalista indiano.

Estrutura da Lei de Governo da Índia de 1919:

A Lei de Governo da Índia de 1919 foi composta por várias provisões que introduziram mudanças significativas no sistema de administração da Índia britânica. Alguns dos elementos-chave incluídos na lei são:

1. **Diarquia nas Províncias:**
   - A Lei introduziu um sistema chamado de "diarquia" nas províncias indianas, dividindo a administração provincial em duas partes: "assuntos reservados" e "assuntos transferidos".
   - Assuntos Reservados: Incluíam áreas como finanças, justiça, polícia e terras públicas, que permaneciam sob o controle dos administradores britânicos.
   - Assuntos Transferidos: Incluíam áreas como saúde pública, educação, agricultura e trabalho, que foram entregues a ministros indianos eleitos.
   - Esse sistema foi desenhado para fornecer alguma autonomia aos indianos em certas áreas da administração, mas sem ceder controle sobre questões mais cruciais.

Estrutura do Legislativo:

- A Lei reformou as assembleias legislativas provinciais e o Conselho Legislativo Central (*Central Legislative Council*), aumentando o número de membros indianos eleitos.
- No nível provincial, as assembleias legislativas agora incluíam uma maioria de membros eleitos.
- No nível central, a Lei criou uma Assembleia Legislativa e um Conselho de Estado (*Council of State*), sendo que a maioria dos membros ainda era indicada, mas havia um aumento significativo no número de membros eleitos.

Representação Comunitária:

- As reformas introduziram o conceito de "eleitorados separados" para diferentes comunidades, incluindo muçulmanos, sikhs, europeus e indianos. Isso significava que eleitores de uma determinada comunidade votariam apenas em candidatos de sua própria comunidade.

Governadores e Vice-Reis:

- O poder do Vice-Rei e dos Governadores provinciais permaneceu substancial, com o direito de veto sobre qualquer legislação considerada contrária aos interesses britânicos. O Vice-Rei continuava a ser nomeado pelo governo britânico, assim como os governadores das províncias.

Conselho Executivo:

- Os conselhos executivos, tanto no nível provincial quanto no central, continuaram a ser dominados pelos britânicos, embora houvesse alguns membros indianos nomeados.

Aplicação das Reformas na Índia:

A implementação das Reformas de *Montague-Chelmsford* variou em suas consequências e eficácia:

Participação Indígena:

- Houve um aumento na participação de indianos nas administrações provinciais e central, especialmente nas áreas "transferidas". Líderes locais começaram a ter mais influência em questões como educação e saúde.
- No entanto, o sistema de diarquia foi amplamente criticado por ser ineficaz, pois os "assuntos reservados" sob controle britânico eram frequentemente os mais importantes, limitando o poder real dos ministros indianos.

Críticas e Limitações:

- As reformas foram recebidas com críticas tanto dos nacionalistas indianos, que as consideravam insuficientes, quanto de funcionários britânicos conservadores, que temiam que as concessões pudessem enfraquecer o controle britânico sobre a Índia.
- A insistência em "eleitorados separados" foi particularmente controversa, pois reforçou divisões comunitárias, dificultando a criação de um movimento nacionalista unificado.

Impacto a Longo Prazo:

- As Reformas de Montague-Chelmsford serviram como precursoras das reformas mais abrangentes introduzidas pela Lei de Governo da Índia de 1935, que eventualmente pavimentou o caminho para a independência da Índia em 1947.
- Elas também foram importantes por introduzirem uma forma inicial de autogoverno, que, apesar de limitada, ofereceu aos indianos uma experiência prática na governança, preparando o terreno para líderes que desempenhariam papéis cruciais na futura independência.

Fonte: Autora (2024): Adaptação da Índia (1919).

A aplicação desta Lei de Governo do Império Britânico na Índia em 1919, especificamente esses conjuntos de reformas se caracterizam, principalmente por políticas e administrativas e, embora não tivessem como foco direto o sistema de castas, seus efeitos indiretos nesse sistema não podem ser ignorados. Um dos aspectos mais significativos dessas reformas foi a introdução de uma representação limitada dos indianos em assembleias legislativas provinciais e centrais. Essas reformas incluíram provisões para assentos reservados para diferentes comunidades, incluindo os *Dalits* (também chamados de "intocáveis"), o que representou uma mudança na dinâmica social e política. A ideia de representação comunitária

implicava um reconhecimento formal das diferenças sociais e religiosas, incluindo as castas (Srinivas, 1957).

Além dessas, essa reforma introduziu um sistema de "diarquia" nas províncias, onde algumas áreas da administração, como a educação e a saúde, eram controladas por ministros indianos, enquanto outras áreas permaneciam sob controle britânico. Embora isso tenha dado uma oportunidade limitada para as elites indianas exercerem poder, a estrutura de castas foi em grande parte preservada, pois os indianos que tinham acesso a essas posições eram geralmente da alta casta. Houve também, uma abertura de espaços para o debate sobre castas, com a criação de assembleias legislativas que proporcionava espaços para o debate sobre as condições das castas mais baixas, especialmente os *Dalits* (Índia, 1919).

Líderes como B.R. Ambedkar emergiram durante esse período, utilizando as novas oportunidades políticas para advogar pelos direitos das castas marginalizadas. Assim, as reformas, indiretamente, estimularam o surgimento de um discurso político que questionava o sistema de castas e buscava sua reforma. Salienta-se neste ponto que, ao introduzir a representação baseada em comunidades, as reformas também reforçaram as identidades baseadas em casta, religião e etnia. Isso teve um efeito ambíguo: por um lado, permitiu que grupos marginalizados obtivessem representação política; por outro lado, também cristalizou as divisões sociais existentes, complicando o movimento por uma identidade nacional indiana unificada (Srinivas, 1957).

Srinivas (1957) conclui a sua análise refletindo que as Reformas de Montague-Chelmsford foram um passo importante na evolução política da Índia sob o domínio britânico, introduzindo a ideia de autogoverno limitado. Embora não tenham visado diretamente o sistema de castas, seus efeitos indiretos sobre as castas, especialmente em termos de representação política e abertura de espaços para o debate, foram significativos. As reformas ajudaram a trazer à tona as questões de casta no discurso político indiano, preparando o terreno para as lutas subsequentes pela igualdade social e pelos direitos das castas marginalizadas. Na sequência da análise, Srinivas (1957) comenta sobre a relação da Constituição da Índia independente com o sistema de castas. Sabe-se que esta Constituição tentou minimizar a questão das desigualdades existentes entre as castas, principalmente quanto a superioridade dos Brâmanes em relação as castas inferiores, a exemplo dos intocáveis.

3.4.4 O Sistema de Casta no Estado Indiano Contemporâneo

Deve-se resgatar que a nação indiana foi gradualmente emergindo, com todas as suas contradições e tensões, sob a presença dominadora do Imperialismo Inglês. Para a superação de um legado colonial que trouxe a Índia o subdesenvolvimento econômico, pobreza extrema, analfabetismo, desigualdades, entre outros males sociais, eram necessários, construir uma nação aonde o povo indiano assumiria a tarefa de lutar em prol dos seus valores de nacionalismo, secularismo e democracia, além dos objetivos de rápido desenvolvimento econômico e mudanças sociais radicais[37].

Em termos gerais, a Índia independente enfrentava vários desafios que se arrastavam por séculos em seus campos social, cultural, político, econômico e territorial. Um deles se refere a consolidação e ao fortalecimento da unidade da Índia que se constituía um dos objetivos centrais do movimento nacional para a construção da nação, porém essa questão não foi dada como certa, posto que, "a imensa diversidade regional, linguística, étnica e religiosa deste país" (Bipan, Mridula e Mukherjee, 2008, p.2), deveriam ser reconhecidas e aceita pela sociedade.

Esse reconhecimento não se restringia somente a ela, mas ao poder político federal, ou seja, ao Estado indiano independente, posto que deveria inserir no texto da sua Constituição Federal essa diversidade, sendo essa a condição para que houvesse uma transformação econômica e social no país recém-criado. Para assegurar essas políticas sociais e unificar os territórios fazia-se necessário a imposição de uma estrutura política democrática representativa, haja vista que, naquela época, acreditava-se que um país do tamanho continental como a Índia repleto de diversidades não poderia se manter unido por muito tempo. Logo, o estabelecimento de uma constituição democrática não seria suficiente para garantir o bem-estar da sociedade indiana. A junção entre desenvolvimento econômico e a política democrática, de acordo com Bipan, Mridula e Mukherjee (2008) seria essencial para que a Índia minimizasse a sua imensa desigualdade social e econômica e acoplasse a diversidade da sua sociedade em seus textos constitucionais.

Para a consecução desses objetivos, era necessário entender que a sociedade indiana foi concebida sendo fruto de uma série de invasões de povos de quase todas as localidades em seu território. Esses povos trouxeram consigo suas crenças, religiões, políticas, etnias e concepções de sociedade hierarquizada e segmentada baseada no sistema de castas. Daí dezenas de pequenos, médios e grandes impérios foram se formando no intuito de estabelecer o seu poderio

[37] Cf. Bipan, Mridula e Mukherjee (2008, p.1-2).

econômico, político e militar na região. Logo, desde o período da era védica aonde a figura do Estado não existia em sua plenitude até o estabelecimento da sua forma mais moderna no Império Britânico, as diversidades e contradições da sociedade indiana foram crescendo, demandando da sua população a luta pela liberdade de ser uma nação independente capaz de impor as suas próprias políticas em prol de uma nação mais justa, apesar das ameaças de mais de uma repartição em seu território[38].

Neste contexto, nasce o projeto constitucional da Índia que pode ser analisado por diversos aspectos. Alguns podem argumentar que ele significou uma espécie de "revolução social", pois algumas diversidades presentes na sociedade indiana foram contempladas nos artigos constitucionais, citamos como exemplo, as questões das diversidades linguísticas, religiosas e sistema de castas. Para outros, a constituição da Índia pode ser vista como um projeto político que expressa o fato de o povo indiano ser finalmente soberano em seu território, portanto, podem se dedicar a concretização dos valores universais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Existem também análises críticas proferidas por diversos autores, entre eles, Chaudhry, Khosla e Methta (2016). Para eles, a Constituição indiana quando foi promulgada, funcionava sob a acusação de não refletir os anseios da sociedade indiana, uma vez que, foi moldada pelo sistema de Common Law Inglês[39], além das marcas profundas da Lei de Governo da Índia de

[38] Cf. Chaudhry, Khosla e Methta (2016, p.78).

[39] O Sistema de Common Law inglês, introduzido pelos britânicos na Índia durante o período colonial, representou uma mudança significativa nas estruturas jurídicas locais, que até então eram baseadas em tradições e códigos religiosos, como o direito hindu e mulçumano. O Common Law inglês é um sistema jurídico baseado na precedência judicial, em que as decisões dos tribunais superiores servem de base para a resolução de casos futuros. Isso difere de sistemas baseados em códigos rígidos, como o direito romano-germânico. Quando a Companhia das Índias Orientais estabeleceu controle sobre vastas regiões da Índia no século XVIII, ela começou a aplicar elementos do direito inglês para governar as terras sob sua administração. Em 1772, sob a liderança de Warren Hastings, foi introduzido um sistema jurídico dualista. Este permitia que o direito hindu fosse aplicado aos hindus e o direito islâmico aos muçulmanos em questões de direito pessoal (família, casamento, herança). No entanto, em questões criminais, comerciais e administrativas, prevaleciam princípios do *Common Law* inglês. A codificação das leis britânicas na Índia avançou com a promulgação do Código Penal Indiano em 1860, baseado nas ideias de Macaulay, e com a criação do Código de Processo Civil (1859) e do Código de Processo Penal (1861). Esses códigos estabeleceram um sistema jurídico unificado e racionalizado, em linha com os princípios do *Common Law*, adaptados à realidade indiana. Além disso, o sistema de precedentes começou a ganhar força com a criação de uma rede de tribunais, incluindo as Altas Cortes em Madras, Bombaim e Calcutá, e mais tarde a instituição de uma corte de apelação final no Conselho Privado, em Londres. Esses tribunais aplicavam a jurisprudência britânica, mas também levaram em conta as particularidades sociais, culturais e religiosas da Índia. A introdução do *Common Law* na Índia teve impactos profundos, tanto positivos quanto negativos. Por um lado, trouxe maior uniformidade e previsibilidade ao sistema jurídico, introduzindo princípios como o devido processo e a proteção da propriedade. Por outro lado, o direito consuetudinário e religioso local foi gradualmente marginalizado em várias esferas da vida pública, resultando em tensões entre as tradições jurídicas indígenas e o sistema imposto pelos colonizadores. Mesmo após a independência da Índia em 1947, a influência do *Common Law* inglês permaneceu. O sistema judicial indiano atual ainda mantém uma estrutura baseada em precedentes judiciais, e muitas das leis promulgadas durante o período colonial continuam em vigor, embora tenham passado por diversas

1935. Os autores acrescentam que embora a Constituição indiana tenha a sua base de sustentação a autoridade política do movimento nacionalista, ela se fragiliza quando a sua serventia é inadequada às verdadeiras necessidades da Índia, principalmente quanto a sua diversidade e aspectos sociais que historicamente são elementos constitutivos de sua sociedade.

Para os autores Chandra, Mukherjee e Mukherjee (2007, p.29) a Índia foi declarada como uma república soberana, socialista, laica e democrática, embora os sentidos secular e socialista tenham sido acrescentados apenas na 42ª Emenda da constituição no ano de 1976. Por isso, a Constituição da Índia representa um Estado secular, ou seja, não defende nenhuma religião em particular como sendo oficial da nação, portanto, garante a todos os cidadãos indianos liberdade de proferirem a sua crença, fé e culto. Lembrando que o conceito de secularismo no Ocidente conota a separação completa entre a religião (a igreja) e o estado (a política), porém, este conceito não se aplica ao caso da nação indiana porque a sua sociedade é multi-religiosa, já que a sua Constituição promove o respeito igual a todas as religiões, porém, existem aldeias e províncias que essa questão está entrelaçada com as questões políticas.

Além de ser uma nação secular, a Índia é uma república soberana, isto é, não havia dependência dela a qualquer domínio de outra nação. O termo Socialista que consta no preâmbulo da sua Constituição se refere a um "socialismo democrático" e não a um "socialismo comunista" que envolve a nacionalização de todos os meios de produção e abolição de propriedade privada. Pelo contrário, o "socialismo democrático"[40] acredita numa "economia mista" onde os setores públicos e privados coexistem lado a lado, mas também, por outro ângulo, visa acabar com a pobreza, a ignorância e as desigualdades sociais, o que se aproxima mais do "socialismo" defendido por Gandhi (Laxmikanth, 2004).

Para que esses objetivos sociais fossem efetivados, os Governos do Centro e dos Estados da Índia criaram e formularam diversas leis e programas estatais a fim de garantir o desenvolvimento do país. Em busca da justiça socioeconômica e da redução das desigualdades sociais alarmantes do país, criou-se, a partir da década de 1950, sucessivos planos quinquenais para o planejamento de ações voltadas para as áreas econômicas e sociais. No âmbito rural, os Estados trabalharam em suas respectivas jurisdições com leis de reforma agrária para melhorar

reformas ao longo das décadas. Assim, o *Common Law* inglês, embora adaptado ao contexto indiano, deixou um legado duradouro na estrutura jurídica do país (Chaudhry, Khosla e Methta, 2016).

[40] Os princípios da Constituição indiana que refletem a ideologia do Socialismo são os artigos 38 a 41. Eles estabelecem o quadro de Estado socialista democrático visando proporcionar justiça social e econômica traçando caminho para o Estado de Bem-estar. Para isso, o Estado deve assegurar uma ordem social permeada pela justiça, social, econômica e política e minimizar as desigualdades de rendimento, estatuto, instalações e oportunidades (Laxmikanth, 2004).

a vida da população que vivia nessas áreas. Citamos como exemplo dessa lei, a abolição de intermediários Zamindars[41], Jagirdars[42], Inamdars[43], entre outros; as reformas de arrendamento como a segurança na posse da terra, aluguéis justos das terras; além da imposição de limites máximos às propriedades fundiárias; distribuição de terras excedentes entre os trabalhadores sem-terra e a formação de cooperativas de agricultores, e outras leis posteriores[44]. Destacamos a Lei da Intocabilidade (Ofensas) de 1955 que mais tarde foi renomeada para Lei de Proteção dos Direitos Civis em 1976; a Lei de Castas e Tribos Programadas (Prevenção contra Atrocidade) de 1989 que foi promulgada para proteger o Sistema de Castas programadas e o Sistema de Tribos Programadas da injustiça social e da exploração da sua mão de obra (Laxmikanth, 2004).

A Lei de Proteção dos Direitos Civis de 1976 foi um destaque nas questões que envolvem a heterogeneidade da sociedade indiana, principalmente na luta contra a discriminação baseada na casta e na proteção dos direitos fundamentais das *Scheduled Castes* (castas registradas) e *Scheduled Tribes* (tribos registradas). Essa lei foi uma emenda significativa ao Ato de Castas e Títulos Intocáveis de 1955, que havia sido aprovado após a independência, mas necessitava de

---

[41] Os *zamindars* foram, historicamente, coletores de impostos e administradores de terras durante o Império Mughal (1526-1857). Eles eram responsáveis por recolher as receitas agrícolas de uma determinada região, que repassavam ao Estado, retendo uma parte como pagamento. Embora não fossem tecnicamente proprietários das terras, os *zamindars* tinham considerável poder e influência sobre os camponeses que cultivavam essas terras. Com a chegada dos britânicos e a introdução do sistema *Permanente Settlement* em 1793 por Lord Cornwallis em Bengala, os *zamindars* se tornaram de fato proprietários das terras, tendo que pagar uma taxa fixa anual ao governo colonial. Isso transformou os *zamindars* em uma classe aristocrática e consolidou o controle deles sobre vastas áreas rurais. No entanto, o sistema pressionou muitos pequenos agricultores, já que os *zamindars* muitas vezes aumentavam os arrendamentos e impostos para maximizar seus lucros (Romila Taphar, 1966).

[42] Os *jagirdars* eram oficiais militares ou membros da nobreza que recebiam concessões de terras conhecidas como *jagirs* em troca de serviços prestados ao Estado, especialmente no período do Império Mughal. Essas terras eram concedidas temporariamente e podiam ser revogadas, dependendo da lealdade e eficiência do *jagirdar* no cumprimento de suas funções. Diferente dos *zamindars*, os *jagirdars* eram mais diretamente vinculados ao serviço ao soberano, e sua autoridade sobre a terra estava condicionada ao desempenho militar ou administrativo.

A natureza das concessões *jagir* permitia ao *jagirdar* arrecadar receita da terra, mas ele não tinha controle absoluto sobre a propriedade ou sua hereditariedade. Com o declínio do Império Mughal, o sistema de *jagirdars* se fragmentou e perdeu sua importância, mas ainda persistiu em várias partes da Índia até o início do domínio britânico, quando foi finalmente desmantelado (Romila Taphar, 1966).

[43] Os *inamdars* eram recipientes de terras concedidas como *inam*, que era uma doação ou concessão de terras livres de impostos, geralmente por mérito ou como reconhecimento por serviços prestados ao Estado ou à comunidade. Essas terras eram frequentemente concedidas a estudiosos, religiosos ou soldados como recompensa. No entanto, ao contrário dos *zamindars* e *jagirdars*, as terras *inam* eram muitas vezes isentas de impostos ou com uma tributação significativamente reduzida, e em muitos casos, as terras podiam ser herdadas. Com o advento do domínio britânico, o status dos *inamdars* também foi modificado, e muitos perderam suas isenções fiscais. No entanto, em algumas regiões, o sistema de *inam* continuou a existir em uma forma adaptada, com os *inamdars* mantendo algum grau de autonomia sobre suas terras (Romila Taphar, 1966).

[44] Outras Leis foram criadas para minimizar as acentuadas desigualdades sociais presentes na Índia na época: a Lei do Salário Mínimo (1948); a Lei do Pagamento de Salários (1936), a Lei do pagamento de bônus (1965), a Lei de Regulamentação e Abolição do Trabalho Contratual (1970), a Lei de Proibição e Regulamentação do Trabalho Infantil (1986), a Lei de Abolição do Sistema de Trabalho servido (1976), A Lei dos Sindicatos (1926), a Lei do Subsídio de Maternidade (1961), a Lei de Igualdade de Remuneração (1976), sendo que essas últimas foram criadas para proteger o direito das mulheres trabalhadoras (Laxmikanth, 2004, p.30).

reforços para assegurar a efetiva implementação das disposições constitucionais sobre igualdade (Laxmikanth, 2004).

Entre suas disposições mais importantes, de acordo com Laxmikanth (2004, p.231) estão:
a) A lei reforçou a proibição da prática da intocabilidade em todas as formas, tornando ilegal negar acesso a lugares públicos, como poços, templos, lojas, escolas e outros estabelecimentos, com base na casta de uma pessoa;
b) Uma das mudanças cruciais trazidas pela lei foi o aumento das penas por violação das disposições contra a intocabilidade. As multas e as sentenças de prisão para aqueles que praticassem ou incentivassem a discriminação de casta foram substancialmente aumentadas, com o objetivo de desencorajar tais práticas;
c) A lei também introduziu a criação de mecanismos mais rigorosos de fiscalização. Autoridades específicas foram designadas para investigar e processar violações da lei. Comissões foram estabelecidas nos níveis nacional e estadual para monitorar a implementação da legislação e garantir que as queixas fossem devidamente abordadas;
d) Esta Lei enfatizou a importância da educação pública e da conscientização sobre os direitos civis das *Castas e Tribos programadas*. As autoridades foram incumbidas de promover campanhas de educação pública para erradicar o preconceito de casta e incentivar o respeito pelos direitos constitucionais.

O Quadro 2 sintetiza as principais prerrogativas contidas na Lei de Proteção dos Direitos Civis de 1976 quando ao sistema de castas na Índia:

Quadro 2: Lei de Proteção dos Direitos Civis de 1976 que aboliu a prática da intocabilidade na Índia

- ✓ O Artigo 17 da Constituição da Índia aboliu a prática da intocabilidade: "A intocabilidade é abolida e sua prática em qualquer forma é proibida. A imposição de qualquer deficiência decorrente da intocabilidade será uma infração punível de acordo com a Lei.
- ✓ Em cumprimento à disposição constitucional acima, a Lei da Intocabilidade (Ofensas) de 1955, foi promulgada e notificada, sendo posteriormente alterada e renomeada no ano de 1976 como a "Lei de Proteção dos Direitos Civis". Esta Lei se estende a toda a Índia, ou seja, governos estaduais e administrações de Territórios da União.
- ✓ As seções 3-7A da referida Lei definem quais crimes serão cometidos com base na intocabilidade e as penalidades cabíveis a cada um:
  - I. Impedimento da entrada em locais de culto público, utilizando recursos hídricos sagrados (Seção 3 da Lei);
  - II. Negação de acesso a qualquer loja, restaurante público, hotel, estabelecimento público de entretenimento, cremação, etc. (Seção 4 da Lei);
  - III. Recusa de admissão em qualquer hospital, dispensário, instituição educacional, etc. (Seção 5);
  - IV. Recusa de vender bens e prestar serviços (Seção 6);
  - V. Molestamento, causar ferimentos, insultar, etc. (Seção 7);
  - VI. Obrigar uma pessoa, com base na sua intocabilidade, a limpar ou varrer ou a remover qualquer carcaça, etc. (Seção 7A).
- ✓ As seções 8 a 11 desta Lei contêm certas medidas preventivas/dissuasivas e previsões de punições a quem cometer esses tipos de crimes:

I. Cancelamento ou suspensão de licenças em caso de condenação (Seção 8);
II. Retomada ou suspensão de subsídios concedidos pelos Governos (Seção 9);
III. Punição por negligência intencional de investigação por um servidor público (Seção 10);
IV. Por governo estadual de impor multa coletiva (Seção 11);
V. Pena agravada em caso de condenação subsequente (Seção 12);

Os Governos estaduais devem tomar medidas para a implementação efetiva da Lei, incluindo:

- Assistência jurídica;
- Criação de tribunais especiais;
- Criação de Comissões a níveis apropriados para auxiliar os governos estaduais e a identificação de áreas propensas à intocabilidade e medidas para eliminar a práticas nessas áreas (Seção 15);

Responsabilidade pela Implementação desta Lei:

- Recai principalmente aos Governos estaduais e as Administrações Territoriais da União e suas autoridades subordinadas (polícia e magistrados do executivo).
- No nível central, a responsabilidade pela execução desta Lei está dividida da seguinte forma:
  - Ministério do Interior: cuidará de crimes cometidos contra membros das Castas e Tribos Programadas, incluindo os descritos nesta Lei;
  -Ministério da Justiça Social e Empoderamento: Implementação da Lei, excluindo a administração da justiça criminal em relação a delitos previstos nesta lei.
  -Ministério dos Assuntos Tribais: Implementação da Lei, excluindo a administração da justiça criminal em relação a delitos previstos nesta lei.

Implementações Realizadas pelo Governo em relação as Castas Programadas e Tribos Programadas:
-Órgãos Constitucionais para monitorar as salvaguardas da Lei:

- **Comissão Nacional para Castas Programadas** (CNCP): este é um órgão estabelecido no artigo 338 da Constituição da Índia. São deveres desta Comissão:

a) investigar e monitorar todos os assuntos relacionados às salvaguardas fornecidas às castas programadas sob esta Constituição ou sob qualquer outra Lei em vigor ou sob qualquer ordem do Governo e avaliar o funcionamento de tais salvaguardas;
b) investigar reclamações específicas relativas à privação de direitos e salvaguardas das Castas Programadas;
c) Esta Comissão tem Escritórios Regionais/Sub-Escritórios situados em Agartala, Ahmedabad, Bangalore, Chandigarh, Chennai, Guwahati, Hyderabad, Kolkata, Lucknow, Patna, Pune e Thiruvananthapuram, com jurisdição específica para cobrir Estados/Territórios da União. Esses escritórios funcionam como os "olhos e ouvidos" da Comissão;

- **Ministério da Justiça Social do Empoderamento**: foi criado para fortalecer a célula de proteção das castas e tribos programados e das Delegacias Especiais de Polícia; funciona como um tribunal especial exclusivo; além de atuar como assistência e reabilitação das vítimas.
- **Ministério de Informação e Radiofusão**: visa propagar o objetivo de remoção da intocabilidade e preconceitos baseados nas castas na sociedade indiana.

Fonte: Índia (1976). Elaboração: Autora (2024).

Conclui assim, que apesar da Lei de Proteção dos Direitos Civis de 1976 ser um avanço significativo na consolidação dos direitos fundamentais das comunidades mais vulneráveis na Índia, especialmente no contexto de práticas de discriminação profundamente enraizadas, ela enfrentou desafios práticos. Em muitas áreas rurais e remotas, onde as hierarquias de casta permanecem profundamente enraizadas, a aplicação da lei tem sido limitada devido à falta de conscientização e resistência local. Além disso, as instituições policiais e judiciais, em alguns casos, enfrentam obstáculos em levar adiante processos relacionados a casos de discriminação de casta, muitas vezes por falta de provas ou pela pressão social local, conforme observou Laxmikanth (2004).

Devemos destacar que antes desta Lei de 1976, a questão da casta já estava inserida na Constituição da Índia, adotada em 26 de novembro de 1949 e entrando em vigor em 26 de janeiro de 1950, pois ela foi concebida em grande parte para enfrentar as diversas desigualdades sociais e econômicas que existiam na Índia, particularmente o sistema de castas, que havia marginalizado vastos segmentos da população durante séculos. Uma das maiores prioridades dos constituintes foi garantir a igualdade para todos os cidadãos, independentemente de casta, religião, gênero ou qualquer outra distinção (Jadhav, 2008).

Desta forma, a abordagem da Constituição Indiana em relação ao Sistema de Castas diz respeito ao reconhecimento explicito sobre as castas oprimidas, conhecidas como "castas programadas"[45] (*Scheduled Castes* - *SCs*), e introduziu uma série de medidas para melhorar suas condições. Os *Dalits*, anteriormente chamados de "intocáveis", que ocupavam a posição mais baixa na hierarquia social hindu estão inclusos neste grupo. A Constituição previu medidas de ação afirmativa, como reservas em empregos públicos, educação e representações legislativas, com o objetivo de promover sua integração social e econômica. Em seus dispositivos constitucionais, o artigo 15 proíbe discriminações contra qualquer cidadão com base em religião, raça, casta, sexo ou lugar de nascimento. Sendo assim, esse respaldo legal permite ao Estado fazer provisões especiais de políticas públicas para os grupos tradicionalmente marginalizados na Índia, tais como, as mulheres, crianças, castas e tribos programadas (Índia, 1950).

Em relação aos *dalits* (intocáveis), casta considerada inferior, a constituição indiana especificou em seu artigo 17 a abolição da “intocabilidade” e proíbe a sua prática sob qualquer forma. Esse tipo de prática foi considerado um crime, com punições legais severas para aqueles que a perpetuassem. Para dar mais veracidade a esta determinação legal, o artigo 46, especifica que o Estado deve promover com especial cuidado os interesses educacionais e econômicos das castas e tribos programadas e protegê-las das injustiças sociais e de toda forma de exploração (Índia, 1950).

Cabe ressaltar que a Constituição da Índia estabelece uma série de provisões para assegurar a representação das castas programadas (*Scheduled Castes* – SCs) e tribos programadas (*Scheduled Tribes* – STs) no sistema político do país. Para tanto, houve reservas

[45] A Comissão Simon, em 1935, cunhou pela primeira vez o termo “casta programada”. Todas as castas intocáveis, que foram listadas no Censo da Índia em 1931, passaram a ser conhecidas como as “castas programadas” (SCs) através da Lei do Governo da Índia de 1935. Nesse meio tempo, o governo publicou uma lista de castas programadas sob a ordem do Governo da Índia. O Governo da Índia no período pós-independência carregava a mesma ideia. De acordo com a Constituição da Índia, nos termos do artigo 341, o Presidente da Índia, após consulta ao governador, pode especificar “as castas, raças, tribos ou partes de grupos dentro das castas ou raças, que serão consideradas Castas programadas (Jadhav, 2008, p.2).

de assentos para castas e tribos programadas nos dispositivos legais desta constituição. Esta reserva se encontra respaldada no artigo 330 que assegura assentos para este grupo na Câmara dos Comuns do Parlamento da Índia (*Lok Sabha*). Logo, a Constituição determina que um número proporcional de assentos nesta Câmara seja reservado para esse estrato populacional. Ressaltamos que esse número de reservas de assentos era limitado por um prazo de dez anos após a promulgação da constituição. No entanto, essa provisão foi continuamente prorrogada por sucessivas emendas constitucionais, refletindo a necessidade contínua de garantir representação para esses grupos vulneráveis (Índia, 1950).

Apesar de todos esses avanços observados pelo Estado indiano na tentativa de reduzir as desigualdades sociais do país, os dados estatísticos do último Censo da Índia para as castas programadas em 2011, mostram que a precariedade de trabalho e nas condições de vida dessa população são alarmantes. Os dados estão dispostos nos quadros 3 a 6 que mostram o perfil socioeconômico dessa população, agregando-se, também, as informações coletadas no Censo Socioeconômico das Castas Programadas da Índia que é um subproduto do referido Censo.

No Quadro 3, temos as informações referentes a quantidade de domicílios rurais, estratificados por Estados e União Territorial na Índia que abrigam famílias de castas programadas. Do total de mais de 179 milhões de domicílios rurais que existiam em 2011 na Índia, mais de 33 milhões são ocupados por famílias pertencentes a castas programadas, sendo que, o Leste da Índia, é a região geográfica que concentra a maior parte desses domicílios, cerca de 9,7 milhões. O Estado de Bengala se destaca na região ao apresentar 4,4 milhões de domicílios com famílias pertencentes a este grupo, seguida, pelo Estado de Bihar com 3,0 milhões (Índia, 2011).

Destacando o Estado de Bengala, nota-se que a população de castas programadas deste Estado tem a sua principal fonte de renda o cultivo de produtos da agricultura, o que abrange mais de 182,2 mil domicílios rurais. O Censo da Índia (2011) mostra também que 17,4 mil domicílios rurais de Bengala são ocupados por famílias que sobrevivem com renda gerada por serviços domésticos trabalhando por tempo integral. A precariedade do mercado de trabalho persiste quando se percebe que 3,9 mil domicílios têm suas famílias que dependem das rendas auferidas da coleta de trapos de forragem, outros 7 mil têm suas famílias na extrema pobreza e miséria, pois, sobrevivem da coleta diária de esmolas e caridades (Quadro 4). No geral, de acordo com os dados do Quadro 5, cerca de 3,9 milhões desses domicílios tem as suas famílias de castas programadas com rendimento mensal maior que 5mil rúpia indiana.

Quadro 3: Total de domicílios na Índia que abrigam famílias de castas programadas, segundo o Censo de 2011

Nome do estado	Total de domicílios	Total de domicílios (castas programadas)
INDIA	179.787.454	33.164.085
Norte da Índia	**9.104.338**	**2.340.408**
Jammu & Kashmir	1.601.606	156.382
Himachal Pradesh	1.263.756	302.876
Punjab	3.269.467	1.201.439
Haryana	2.969.509	679.711
Leste da Índia	**47.307.665**	**9.720.814**
Bihar	17.829.066	3.019.662
West Bengal	15.756.750	4.483.422
Jharkhand	5.044.234	653.283
Odisha	8.677.615	1.564.447
Oeste da Índia	**31.206.237**	**4.035.139**
Rajasthan	10.223.073	1.891.287
Gujarat	6.920.473	433.033
Maharashtra	13.841.960	1.707.321
Goa	220.731	3.498
Sul da Índia	**39.443.917**	**7.435.139**
Andhra Pradesh	9.344.180	1.734.814
Karnataka	8.048.664	1.453.377
Kerala	6.319.215	652.437
Tamilnadu	10.088.119	2.577.454
Telangana	5.643.739	1.017.057
Centro da Índia	**43.325.279**	**8.814.541**
Uttarakhand	1.479.742	277.997
Uttar Pradesh	26.015.592	6.191.757
Chhattisgarh	4.540.999	628.378
Madhya Pradesh	11.288.946	1.716.409
Nordeste da Índia	**8.061.458**	**647.603**

Continuação....

Sikkim	88.723	4.884
Arunachal Pradesh	201.842	38
Nagaland	284.310	105
Manipur	448.163	11.165
Mizoram	111.626	478
Tripura	697.062	126.257
Meghalaya	485.897	5.053
Assam	5.743.835	499.623
União Territorial (UT)	**1.338.560**	**170.441**
Chandigarh	15.657	2.915
NCT of Delhi	1.051.097	138.478
Daman and Diu	31.795	850
Dadra & Nagar Haveli	45.352	732
Lakshadweep	10.929	-
Puducherry	115.249	27.466
Andaman & Nicobar Islands	68.481	-

Fonte: Censo Socioeconômico de Castas Programadas e Censo da Índia de 2011.

Quadro 4: Domicílios Rurais com famílias pertencentes a Castas programadas estratificados segundo a fonte de renda (% em relação ao total de domicílios na Índia para o ano de 2011

Nome do estado	Nº de domicílios com fonte de renda do Cultivo	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com fonte de renda, Serviço doméstico de meio período ou período integral	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com fonte de renda = Coleta de trapos de forragea-mento	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com fonte de renda= Empresa por conta própria não agrícola	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com fonte de renda =Mendicância/Caridade/ Coleta de esmolas	% em relação ao total de domicílios
Índia	**7.492.558**	**4,17**	**392.683**	**0,22**	**43.155**	**0,02**	**124.795**	**0,07**	**45.808**	**0,03**
Norte da Índia	**130.783**	**1,44**	**19.164**	**0,21**	**417**	**0,00**	**3.489**	**0,04**	**1.098**	**0,01**
Jammu & Kashmir	95.816	5,98	12.751	0,80	323	0,02	1.973	0,12	923	0,06
Himachal Pradesh	34.851	2,76	6.348	0,50	93	0,01	1.502	0,12	172	0,01
Punjab	20	0,001	10	0,000	-	-	8	0,00	-	0,00
Haryana	96	0,003	55	0,002	1	0,00	6	0,00	3	0,00
Leste da Índia	**1.457.239**	**3,08**	**115.659**	**0,24**	**16.171**	**0,03**	**26.059**	**0,06**	**15.761**	**0,03**
Bihar	44.458	0,25	5.095	0,03	580	0,00	1.001	0,01	437	0,00
West Bengal	182.262	1,16	17.447	0,11	3.929	0,02	5.753	0,04	7.051	0,04
Jharkhand	624.913	12,39	60.670	1,20	8.056	0,16	9.547	0,19	2.578	0,05
Odisha	605.606	6,98	32.447	0,37	3.606	0,04	9.758	0,11	5.695	0,07
Oeste da Índia	**2.018.211**	**6,47**	**80.036**	**0,26**	**9.470**	**0,03**	**35.786**	**0,11**	**6.990**	**0,02**
Rajasthan	847.415	8,29	40.792	0,40	1.852	0,02	6.081	0,06	2.975	0,03
Gujarat	677.837	9,79	16.617	0,24	1.054	0,02	19.898	0,29	1.226	0,02
Maharashtra	488.352	3,53	20.853	0,15	6.540	0,05	9.375	0,07	2.748	0,02
Goa	4.607	2,09	1.774	0,80	24	0,01	432	0,20	41	0,02
Sul da Índia	**739.848**	**1,88**	**38.395**	**0,10**	**9.239**	**0,02**	**28.186**	**0,07**	**2.727**	**0,01**
Andhra Pradesh	167.958	1,80	7.589	0,08	714	0,01	3.038	0,03	984	0,01

Continuação.....

Karnataka	275.953	3,43	18.193	0,23	6.912	0,09	7.611	0,09	727	0,01
Kerala	14.136	0,22	809	0,01	91	0,00	279	0,00	145	0,00
Tamilnadu	46.027	0,46	2.531	0,03	351	0,00	2.747	0,03	104	0,00
Telangana	235.774	4,18	9.273	0,16	1.171	0,02	14.511	0,26	767	0,01
Centro da Índia	**1.860.999**	**4,30**	**56.014**	**0,13**	**5.653**	**0,01**	**7.766**	**0,02**	**15.345**	**0,04**
Uttarakhand	19.242	1,30	2.423	0,16	90	0,01	1.074	0,07	79	0,01
Uttar Pradesh	60.518	0,23	3.789	0,01	416	0,00	874	0,00	1.154	0,00
Chhattisgarh	869.249	19,14	19.870	0,44	901	0,02	2.239	0,05	5.842	0,13
Madhya Pradesh	911.990	8,08	29.932	0,27	4.246	0,04	3.579	0,03	8.270	0,07
Nordeste da Índia	**1.265.188**	**15,69**	**80.354**	**1,00**	**2.173**	**0,03**	**22.886**	**0,28**	**3.836**	**0,05**
Sikkim	16.596	18,71	1.394	1,57	15	0,02	782	0,88	23	0,03
Arunachal Pradesh	116.177	57,56	3.468	1,72	97	0,05	1.367	0,68	199	0,10
Nagaland	172.951	60,83	6.828	2,40	44	0,02	3.653	1,28	524	0,18
Manipur	157.393	35,12	8.815	1,97	68	0,02	1.267	0,28	63	0,01
Mizoram	81.427	72,95	2.001	1,79	232	0,21	814	0,73	83	0,07
Tripura	88.470	12,69	12.996	1,86	342	0,05	3.180	0,46	660	0,09
Meghalaya	179.270	36,89	12.974	2,67	309	0,06	5.918	1,22	500	0,10
Assam	452.904	7,89	31.878	0,55	1.066	0,02	5.905	0,10	1.784	0,03
União Territorial	**20.290**	**1,52**	**3.061**	**0,23**	**32**	**0,00**	**623**	0,05	**51**	0,00
NCT of Delhi	-	-	26	0,00	-	-	1	0,00	1	0,00
Daman and Diu	38	0,12	64	0,20	1	0,00	12	0,04	2	0,01
Dadra & Nagar Haveli	15.355	33,86	1.644	3,62	28	0,06	585	1,29	34	0,07
Lakshadweep	445	4,07	1.184	10,83	3	0,03	17	0,16	11	0,10
Puducherry	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,00
Andaman & Nicobar Islands	4.452	6,50	143	0,21		-	8	0,01	3	0,00

Fonte: Censo Socioeconômico de Castas Programadas e Censo da Índia de 2011.

Quadro 5: Domicílios Rurais com famílias pertencentes a Castas programadas estratificados segundo o tipo de emprego em setor público e setor privado (%) em relação ao total de domicílios na Índia para o ano de 2011

Nome do estado	Nº de domicílios com empregos assalariados no Governo	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com empregos assalariados em Setor público	% em relação ao total de domicílios	Nº de domicílios com empregos assalariados em Setor privado	% em relação ao total de domicílios
ÍNDIA	**1.310.256**	**0,73**	**308.619**	**0,17**	**801.780**	**0,45**
Norte da Índia	**201.200**	**2,21**	**18.774**	**0,21**	**90.005**	**0,99**
Jammu & Kashmir	28.917	1,81	1.358	0,08	4.845	0,30
Himachal Pradesh	54.851	4,34	3.658	0,29	20.489	1,62
Punjab	73.131	2,24	9.853	0,30	42.166	1,29
Haryana	44.301	1,49	3.905	0,13	22.505	0,76
Leste da Índia	**306.489**	**0,65**	**98.724**	**0,21**	**114.334**	**0,24**
bihar	71.901	0,40	14.834	0,08	18.146	0,10
West Bengal	154.826	0,98	67.924	0,43	69.419	0,44
Jharkhand	33.176	0,66	10.571	0,21	9.521	0,19
Odisha	46.586	0,54	5.395	0,06	17.248	0,20
Oeste da Índia	**190.171**	**0,61**	**33.089**	**0,11**	**116.148**	**0,37**
Rajasthan	74.408	0,73	10.432	0,10	36.983	0,36
Gujarat	20.214	0,29	4.106	0,06	19.251	0,28
Maharashtra	94.860	0,69	18.458	0,13	58.645	0,42
Goa	689	0,31	93	0,04	1.269	0,57
Sul da Índia	**258.491**	**0,66**	**54.979**	**0,14**	**241.147**	**0,61**
Andhra Pradesh	34.744	0,37	4.337	0,05	30.804	0,33
Karnataka	48.348	0,60	12.913	0,16	48.170	0,60
Kerala	36.268	0,57	6.051	0,10	24.882	0,39
Tamil Nadu	112.107	1,11	15.877	0,16	117.396	1,16
Telangana	27.024	0,48	15.801	0,28	19.895	0,35

(Continuação...)

Centro da Índia	**286.449**	**0,66**	**85.119**	**0,20**	**153.718**	**0,35**
Uttarakhand	21.217	1,43	4.409	0,30	18.685	1,26
Uttar Pradesh	181.685	0,70	70.398	0,27	118.996	0,46
Chhattisgarh	27.062	0,60	1.817	0,04	3.256	0,07
Madhya Pradesh	56.485	0,50	8.495	0,08	12.781	0,11
Nordeste da Índia	**49.245**	**0,61**	**4.822**	**0,06**	**14.178**	**0,18**
Sikkim	753	0,85	61	0,07	437	0,49
Arunachal Pradesh	2	0,00	1	0,00	3	0,00
Nagaland	39	0,01	-	-	7	0,00
Manipur	1.670	0,37	50	0,01	234	0,05
Mizoram	186	0,17	6	0,01	37	0,03
Tripura	12.801	1,84	560	0,08	495	0,07
Meghalaya	802	0,17	58	0,01	375	0,08
Assam	32.992	0,57	4.086	0,07	12.590	0,22
União Territorial	**18.211**	**1,36**	**13.112**	**0,98**	**72.250**	**5,40**
NCT of Delhi	383	2,45	97	0,62	1.054	6,73
Daman and Diu	15.252	1,45	11.939	1,14	65.916	6,27
Dadra & Nagar Haveli	107	0,34	12	0,04	466	1,47
Lakshadweep	96	0,21	39	0,09	353	0,78
Andaman & Nicobar Islands	2.373	2,06	1.025	0,89	4.461	3,87

Fonte: Censo Socioeconômico de Castas Programadas e Censo da Índia de 2011.

Quadro 6: Proporção de domicílios Rurais com famílias pertencentes a Castas programadas estratificados segundo a faixa de renda mensal medidas em Rúpias Indianas, recebidas como remuneração nos empregos em setor público e setor privado para o ano de 2011

Nome do estado	Nº de domicílios com renda mensal do membro com maior renda< 5000	Proporção em relação ao total de domicílios (%)	Nº de domicílios com renda mensal do membro com maior renda entre 5000 - 10000	Proporção em relação ao total de domicílios (%)	Nº de domicílios com renda mensal do membro com maior renda> 10000	Proporção em relação ao total de domicílios (%)
Índia	**27.709.894**	**15,41**	**3.892.780**	**2,17**	**1.548.994**	**0,86**
Norte da Índia	1.801.160	1,00	332.326	0,18	205.416	0,11
Haryana	543.049	0,30	89.702	0,05	46.190	0,03
Punjab	948.150	0,53	168.754	0,09	83.799	0,05
Jammu & Kashmir	109.956	0,06	20.448	0,01	25.978	0,01
Himachal Pradesh	200.005	0,11	53.422	0,03	49.449	0,03
Leste da Índia	8.422.699	4,68	937.530	0,52	359.081	0,20
West Bengal	3.921.664	2,18	372.363	0,21	189.121	0,11
Bihar	2.521.974	1,40	413.492	0,23	83.662	0,05
Jharkhand	536.197	0,30	72.141	0,04	44.643	0,02
Odisha	1.442.864	0,80	79.534	0,04	41.655	0,02
Oeste da Índia	3.279.247	1,82	507.025	0,28	246.565	0,14
Goa	1.716	0,00	978	0,00	796	0,00
Maharashtra	1.378.264	0,77	207.576	0,12	121.184	0,07
Rajasthan	1.566.991	0,87	225.744	0,13	96.557	0,05
Gujarat	332.276	0,18	72.727	0,04	28.028	0,02
Sul da Índia	**6.185.888**	**3,44**	**942.209**	**0,52**	**304.139**	**0,17**
Telangana	838.987	0,47	137.268	0,08	40.299	0,02
Karnataka	1.128.231	0,63	249.203	0,14	75.688	0,04
Kerala	570.278	0,32	47.308	0,03	34.851	0,02
Tamilnadu	2.190.456	1,22	291.906	0,16	94.852	0,05
Andhra Pradesh	1.457.936	0,81	216.524	0,12	58.449	0,03
Centro da Índia	**7.447.378**	**4,14**	**1.012.901**	**0,56**	**350.259**	**0,19**
Uttarakhand	217.509	0,12	39.308	0,02	21.180	0,01
Uttar Pradesh	5.102.280	2,84	820.534	0,46	265.676	0,15

(Continuação...)

Madhya Pradesh	1.546.592	0,86	122.492	0,07	47.322	0,03
Chhattisgarh	580.997	0,32	30.567	0,02	16.081	0,01
Nordeste da Índia	**504.058**	**0,28**	**93.791**	**0,05**	**49.555**	**0,03**
Sikkim	3.885	0,00	565	0,00	424	0,00
Tripura	102.331	0,06	15.031	0,01	8.712	0,00
Nagaland	60	0,00	21	0,00	24	0,00
Manipur	7.676	0,00	1.846	0,00	1.643	0,00
Mizoram	386	0,00	47	0,00	45	0,00
Assam	386.537	0,21	75.187	0,04	37.893	0,02
Arunachal Pradesh	28	0,00	7	0,00	3	0,00
Meghalaya	3.155	0,00	1.087	0,00	811	0,00
União Territorial	**69.464**	**0,04**	**66.998**	**0,04**	**33.979**	**0,02**
NCT of Delhi	44.963	0,03	62.537	0,03	30.978	0,02
Lakshadweep	-	-	-	-	-	-
Puducherry	21.956	0,01	3.273	0,00	2.237	0,00
Daman and Diu	421	0,00	269	0,00	160	0,00
Dadra & Nagar Haveli	382	0,00	221	0,00	129	0,00
Chandigarh	1.742	0,00	698	0,00	475	0,00

Fonte: Censo Socioeconômico de Castas Programadas e Censo da Índia de 2011.

Em relação ao sistema de casta em Bengala, os autores Uday, Geir e Kenneth (2016) mencionam em seu livro, que apesar de este Estado apresentar o maior número de domicílio com famílias pertencentes a casta programada, a sua cultura negligência a existência dessas famílias. Isto se deve, segundo os autores, a inexistência de conflitos de castas na época da luta pela independência da Índia. Outro fator mencionado está relacionado as elites dominantes desta região do Leste da Índia que exerceram um domínio social praticamente incontestado sobre as famílias de castas inferiores.

Por isso, os autores enfatizam que a casta é usada para comparar Bengala Ocidental com outros estados, onde a casta é considerada um fator mais determinante em muitas questões. É pertinente salientar, que as castas e tribos, que hoje são denominadas de programadas pelo Estado indiano, se organizaram em frentes populares para reivindicar os seus direitos na sociedade. Esses movimentos deram a elas a participação política ativa e visibilidade sem precedentes na política eleitoral. Porém, esses movimentos não aconteceram em Bengala da mesma forma que em outros Estados indianos. Esse argumento da relativa falta de importância da casta em Bengala é ainda mais apoiado pela ausência de qualquer um dos principais partidos políticos de Bengala associados a qualquer casta ou grupo de castas em particular; ele foi dominado primeiro pelo Congresso e depois pela Frente de Esquerda durante a maior parte de sua história pós-colonial e nenhum dos partidos defendeu uma identidade ou interesse baseado em casta, conforme observaram os autores Uday, Geir e Kenneth (2016).

Isso leva à questão crucial se a ausência de casta como estratégia de mobilização na política eleitoral justificava sua rejeição na formação da política de Bengala. Ou, na verdade, a própria rejeição indica um viés nascente de casta superior na forma como a narrativa da política de Bengala é contada. Dada a importância da liderança intelectual e cultural de Bengala na formação do renascimento social da Índia e do movimento nacionalista, essa questão tem relevância não apenas para a compreensão de Bengala, mas da Índia como um todo (Uday, Geir e Kenneth, 2016).

Por outro prisma de análise, expõem-se alguns resultados obtidos sobre o desenvolvimento econômico, político e social que a população de casta programada obteve desde o ano de 1947, quando então, a Constituição da Índia independente foi promulgada. Nesta vertente, o Primeiro Relatório da Comissão Nacional de Castas e Tribos Programadas, que foi uma conquista dessa população, após esse relatório obter o status constitucional através do artigo 338 em 1990. Os resultados publicados mostram que o Governo indiano tem tido especial preocupação e comprometimento com o bem-estar das Castas Programadas que sofrem devido

ao seu atraso social e econômico e relativo isolamento. A alocação numérica ou quantitativa dos fundos para bem-estar parece ótima, mas considerando a vasta proporção da população de casta programada no país (16,9% conforme o censo de 2011), a alocação parece insuficiente. Além disso, há dúvidas quanto aos resultados reais desses benefícios, pois os números do índice de Desenvolvimento Humano para Castas Programadas não mostram nenhuma melhora apreciável em sua condição (Vaid, 2014).

O Preâmbulo da Constituição da Índia prevê Justiça Social, Econômica e Política e Igualdade de Status e oportunidade para todos os cidadãos. Os Princípios Diretivos da política estatal, conforme contidos no Artigo 46 da Constituição, estabelecem que "o estado promoverá com especial cuidado os interesses educacionais e econômicos das seções mais fracas do povo, e particularmente, das Castas Programadas e das Tribos Programadas, e as protegerá da injustiça social e de todas as formas de exploração". A Constituição, sob o Artigo 366, definiu especificamente o termo Castas Programadas. As várias salvaguardas e medidas de proteção buscaram garantir seu desenvolvimento completo e liberdade de exploração e injustiça social para que pudessem fazer parte da corrente principal da sociedade (Vaid, 2014).

As salvaguardas sociais e econômicas fornecidas às castas programadas são enumeradas nos artigos 17, 23, 24 e 25 da Constituição, que ordena ao estado fornecer salvaguardas sociais às castas programadas. Os artigos 23, 24 e 46 fazem parte das salvaguardas econômicas para as castas programadas e tribos programadas. O artigo 15 autoriza o estado a fazer provisões especiais para o avanço de quaisquer classes de cidadãos social e educacionalmente atrasadas e para as castas inferiores. Esta provisão permitiu ao estado reservar vagas para essas castas em instituições educacionais em cursos gerais e profissionais, etc. O empoderamento do grupo socialmente desfavorecido, ou seja, a Casta Programada, continua na lista de prioridades da agenda de desenvolvimento do país (Desai e Dubey, 2011).

Ao final deste capítulo concluímos que as mudanças ocorridas no sistema de castas ao longo do tempo e o papel crucial na formação do Estado nessas mudanças refuta a ideia dos sociólogos ocidentais, como Karl Marx, Marx Weber, Durkheim, entre outros, que via a Índia estagnada e parada porque essencialmente tinha a sua natureza religiosa que sustentava a divisão do trabalho nesta hierarquia, assim como, a teoria influente de Louis Dumont (1966), que afirmou que a hierarquia de castas era baseada em uma religião brâmane baseada na oposição do puro e do impuro (Witsoe, 2013).

As mudanças que ocorreram no interior do sistema de castas, segundo Witsoe (2013), foram postos em prática por meio de estruturas de poder e identidades que foram forjadas ao

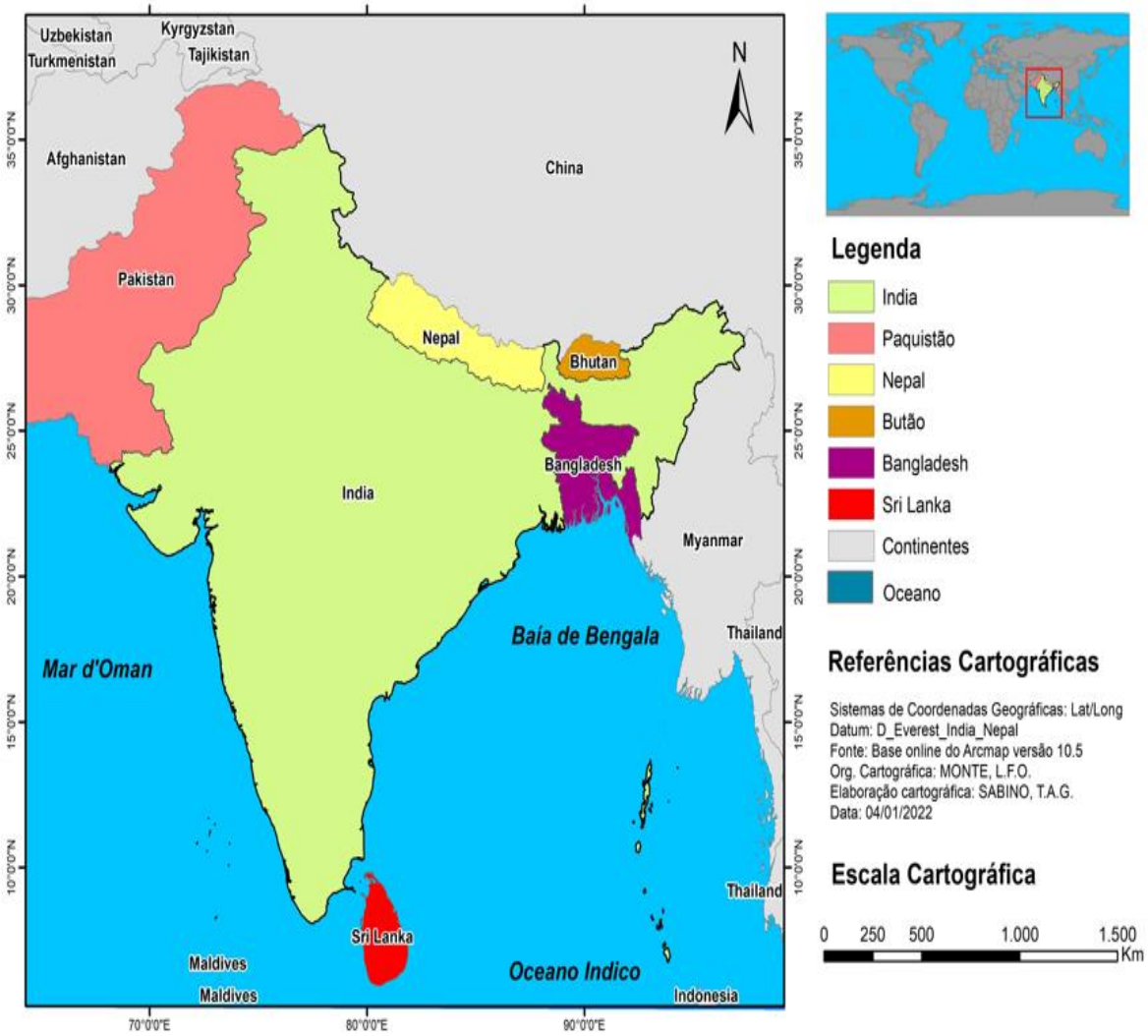
longo da história da formação do Estado colonial. Nas análises do autor, é perceptível entender que as instituições do Estado desenvolvimentista eram controladas por redes de castas que surgiram no final do período colonial, enquanto os recursos para o desenvolvimento fluíam de acordo com os canais de clientelismo que estavam consolidados nas elites locais, donas de grandes extensões de terras.

Temos que frisar que essas redes de castas, em sua maioria, eram dominadas pela hierarquia mais alta, os brâmanes. De acordo com Witsoe (2013), o acesso das castas superiores aos sistemas educacionais que utilizavam o inglês, dava-lhes, prestígios para ocupar altos cargos na administração pública, central e estadual. Por outro lado, as práticas eleitorais estavam articuladas em torno das "comunidades" de casta que surgiram no final do período colonial, com políticos afirmando ser "representantes" de suas comunidades, enquanto, no nível das aldeias, a entrega de votos se dava de acordo com relações de clientelismo de longa data ditadas por proprietários de terras e, se necessário, por meio do exercício da coerção e força. O autor cita como exemplo dessas práticas, o envolvimento do próprio Partido do Congresso, em nível estadual, que servia como um nexo entre elites latifundiárias, políticos e burocratas, todos oriundos, de castas superiores, servindo para perpetuar a hegemonia da casta e sua estrutura excludente. Isto nos mostra que o estado desenvolvimentista se tornou uma agência por meio do qual esses diferentes interesses de classes podiam ser negociados e por meio do qual o desenvolvimento capitalista podia ocorrer, com mudanças sendo impostas de cima, haja vista que tínhamos a ausência de transformações revolucionárias das classes mais baixas.

Além do sistema de casta, a sociedade indiana é caracterizada por uma ampla variedade de culturas, religiões, idiomas e costumes sociais. Essa diversidade está profundamente enraizada em seu contexto histórico, características geográficas e costumes regionais. Vários estudiosos e cientistas sociais que examinaram essa sociedade posicionam a Índia como um caldeirão que acomoda várias comunidades étnicas, incluindo indo-arianos, dravidianos, tibeto-birmaneses, entre outros. É o que se verá no próximo capítulo.

3.5 CONHECENDO A DIVERSIDADE DA SOCIEDADE INDIANA QUANTO A SUA ÁREA GEOGRÁFICA, LINGUÍSTICA E RELIGIOSA

A Índia é conhecida pela sua imensa complexidade no âmbito da sua sociedade que é formada por um mosaico contendo diversas culturas, religiões, etnias e idiomas que foram se construindo ao longo da sua extensa história de vida. Em termos geográficos, a Índia pertence ao Subcontinente Indiano ou Ásia Meridional conjuntamente com os países do Paquistão, Bangladesh, Nepal, Butão e por razões culturais e tectônicas, a Ilha do Sri Lanka e o arquipélago de Maldivas, ambos dispostos no Mapa 1 abaixo:



Mapa 1: O Subcontinente Indiano
Fonte: Thiago Sabino (2022).

Essa região conhecida por Subcontinente Indiano é uma grande península que se projeta em direção ao Oceano Índico a partir da Ásia Central, "em sua configuração física, tem uma forma que lembra à primeira vista um triângulo ou diamante pendurado com o ápice para o Sul, sendo que a maior parte é pressionada contra a massa de terra asiática" (Stein, 2010, p.8). A

base deste triângulo, segundo o autor, se estende ao Norte com as Montanhas do Himalaia e se estreita para o Sul com a Ilha do Sri Lanka.

E no Oeste do Himalaia estão os grandes sistemas montanhosos adjacentes do Hindu Kush e dos Pamir que se estendem pelo nexo das fronteiras que separam o Afeganistão, o Paquistão, as Repúblicas da Ásia Central, a Índia e a China (Chapman, 2009, p.7). A ponta Sul do triângulo ou diamante finaliza na cidade de Kanyakumari localizada no estado indiano de Tâmil Nadu. E a Leste e a Oeste desta península estão o Mar Arábico e a Baía de Bengala e Golfos do Oceano Índico. Além da Baía de Bengala, encontram-se as Ilhas e Penínsulas que constituem o Sudeste Asiático que historicamente mantém estreitos vínculos comerciais e culturais com o continente indiano (Stein, 2010).

Em consonância com os relatos dos autores acima citados, Burjor Avari (2007) chama a atenção para a importância do entendimento da geografia física do Subcontinente Indiano no que tange ao seu papel na formação da história da Índia Antiga, principalmente quanto aos aspectos populacionais, invasões de diversos povos, etnias, culturas e religiões que marcaram historicamente sua sociedade. Nestes aspectos, este autor, nos mostra que esta geografia física nos fornece quatro perfis de paisagens principais com impactos diretos sobre a formação populacional da região.

É pertinente que se entenda no primeiro momento de que forma a geografia física explica o surgimento da Índia. Burjor Avari (2007) descreve em sua obra que ela é uma porção larga de terra (placa indiana) que se desprendeu a milhares de anos atrás[46], se defrontando na sequência com a massa asiática que consequentemente ergueu a Cordilheira dos Himalaias que contém uma cadeia de montanhas mais altas do mundo e está localizada no Sudeste asiático abrangendo diversos territórios como o da Índia, China, Tibet, Butão, Nepal e Paquistão; coexistindo também as montanhas menores como a Hindu Kush e a Indus River. Do choque entre as placas indiana e a asiática formaram-se os chamados desdobramentos modernos que se

[46] Chapman (2009, p.3-4) discorre também sobre a formação terrestre do subcontinente indiano. Para discorrer sobre essa temática, ele inicia a discussão informando que no início a crosta externa da terra era composta por placas bastantes rígidas de tamanhos diferentes e formas irregulares que se moviam uma em relação a outra a milhões de anos atrás. Depois de muito tempo, o autor estimou que por volta de 400 milhões de anos atrás, essas placas se agruparam formando uma única peça e dando origem a um supercontinente chamado de *Pangea*, que se dividiu em duas partes, a Laurasia localizada na parte Norte e a Godwanaland que abrange a parte sul. Entre essas duas partes fica o mar de Télis que hoje permanece a cadeia remanescente dos mares da 'Terra Média', a saber, o Caribe, o Mediterrâneo, o Mar Negro e o Mar Cáspio e a cava do vale do Ganges. Então, uma nova divisão ocorreu: a primeira, na parte Norte da Laurasiana e a outra na parte sul de Godwanaland que dividiu o Atlântico, logo a Antártica foi rompida e deslocou em direção ao polo sul; e o Bloco de Decan também se rompeu e flutuou pelo Oceano Índico.

referem a um tipo de formação geológica constituídas de rochas magnéticas e sedimentares formadas pelo movimento de placas tectônicas.

É neste contexto que temos o primeiro perfil de paisagem da Índia mencionado na obra de Burjor Avari (2007). Este perfil se refere a uma certa especificidade inerente a geografia do Subcontinente marcada por muitos obstáculos naturais tais como cadeias de montanhas[47], florestas, rios, etc. Ele cita as cadeias de montanhas do Norte que se estendem desde a Sulaiman, a Cordilheira Hindu Hush que fica na Ásia central e se desdobram do centro e oeste do Afeganistão até o noroeste do Paquistão e o extremo sudeste do Tijiquistão, chegando até a cordilheira chamada de Karakorams que fica na Caxemira atravessando as fronteiras do Paquistão, China e Índia.

Podemos nos indagar o porquê desta descrição de montanhas que cercam a paisagem natural do subcontinente indiano. Burjor Avari (2007) responde em sua obra que apesar deste subcontinente ser marcado por altas montanhas e cordilheiras, tal exemplo das cadeias de montanhas do Himalaia, à primeira vista isto nos parece um grande obstáculo para a entrada de povos invasores ao território deste subcontinente. No entanto, isto não procede, pois existia várias passagens nessas montanhas que foram descobertas por diversos povos invasores que, consequentemente, impactaram na formação da população, cultura, religião e linguística da região. Em relação a entrada dos primeiros povos ao Subcontinente indiano, Burjor Avari discorre o seguinte:

> Existia numerosas passagens nas cadeias de montanhas que facilitaram a entrada de diversos povos no subcontinente indiano, destacamos as mais famosas delas que se localizavam no noroeste deste subcontinente, a saber, Bolan, Gomal e Khyber. Por elas, os primeiros humanos da África Oriental e, mais tarde, diversos povos indo-europeus como os arianos e outros asiáticos centrais e ocidentais tiveram acesso a este território. Outras passagens ao norte do subcontinente localizadas nas cordilheiras Chitral e Karakoram foram responsáveis pelo estabelecimento da comunicação do

[47] Sobre a formação das cadeias montanhosas no Sul da Ásia, Fisher (2018, p.13) assinala o seguinte: "entre 40 e 65 milhões de anos atrás, a borda norte da placa indiana colidiu com a maior placa eurasiana, forçando-se para baixo (subducção) e se deformando no processo. Uma das principais consequências foi a criação das cadeias montanhosas que definem a Índia. Terremotos periódicos, muitas vezes de grande magnitude, resultaram da contínua trituração das placas tectônicas da Índia e da Eurásia e do grande peso das montanhas assim produzidas. As nações da Índia e do Paquistão sofreram terremotos severamente devastadores já neste século". O autor ainda acrescenta que "as mudanças de geomorfologia do subcontinente indiano, cujas características distintivas resultaram substancialmente da tectônica da placa, criou muitas de suas principais características físicas atuais. Atualmente, o subcontinente se estende por 4.000 km (2.500 mi) de norte a sul, quase 30 graus de latitude (8 °4' a 37°6' norte) - paralelo no Norte com Portugal, Ohio, nos Estados Unidos e no Japão, e no Sul com a Nigéria, Venezuela e Malásia. Ao longo do tempo geológico, à medida que o subcontinente migrou por todo o mundo para o hemisfério norte e bateu na Ásia, o Himalaia e outras grandes cadeias de montanhas foram empurradas para cima. Essas forças atmosféricas complexas criaram os ventos dominantes das monções e os padrões predominantes de chuva, além do curso da maioria dos rios" (*Ibidem*, 2018, p.11).

> subcontinente com a Ásia Central facilitando a difusão da religião budismo por toda a Índia (Burjor Avari, 2007, p.6).

Por conseguinte, Burjor Avari discorre sobre o segundo perfil que corresponde a presença de grandes rios no subcontinente indiano que possuem importância natural, social, cultural e econômica para a população que habita nesse território. Nesta discussão, complementaremos a análise do autor, com as realizadas por Chapman (2009), Stein (2010) e Metcalf e Metcalf (2013).

Posto isto, Burjor Avari (2007, p.7) enfatizou que as montanhas localizadas ao norte deste subcontinente foram fontes para o nascimento dos principais rios que cercam a região, os chamados grandes sistemas fluviais que surgiram das montanhas do Himalaia Tibetano e Indiano. Torna-se necessário fazer uma rápida descrição desses rios em termos geográficos para entender a importância deles para a população que estava se formando neste subcontinente indiano. Assim, para este autor:

> As maiores fontes de alguns dos maiores rios localizados ao norte do subcontinente indiano foram as altas montanhas. O primeiro grande sistema fluvial é o Rio Indo que começa seu longo curso no Tibete e flui para o noroeste, descendo para o sul, fluindo pela Caxemira e Punjab e desaguando no Mar Arábico. Outro sistema fluvial é o Brahmaputra que também se inicia no Tibete fluindo para o Leste por centenas de quilômetros e depois vai para o sudoeste da Índia, prosseguindo pelas colinas Garo e confluente com o Padma que é um afluente do Rio Ganga e terminando na Baía de Bengala. O Rio Ganges e o Yamuna nascem do Himalaia Indiano: sendo que o primeiro corre pelo Sudeste e encontra-se na moderna cidade de Allahabad, e depois avançam diretamente para o Leste e finalizando na Baía de Bengala. É nas vastas planícies e vales fluviais destes três grandes sistemas fluviais do norte do subcontinente que se formaram a maior concentração da população desta região, haja vista a importância econômica e produtiva que esses rios apresentavam. (Burjor Avari, 2007, p.7-8).

Em relação às contribuições deste autor, é importante salientar que o subcontinente indiano é geograficamente formado por planícies, colinas e rios, sendo, portanto, delimitados por montanhas maciças e pelo mar, "é o que os geógrafos políticos chamam de região geopolítica, ou seja, uma região derivada de características geográficas que lhe confere uma unidade na qual os processos de integração cultural, política e econômica podem ocorrer" (Chapman, 2009, p.6). Ainda em relação as características físicas deste subcontinente e corroborando para reforçar a análise de Chapman (2009), os autores Metcalf e Metcalf (2013) falam sobre a importância do clima e rios para o desenvolvimento da agricultura da região:

> (...) os dois braços do Oceano Índico – a baía de Bengala e o mar da Arábia – que definem os dois lados restantes do triângulo indiano delimitam a região como um espaço distinto e moldam-na com uma zona climática distinta – a das monções. Após juntar forças nas quentes regiões equatoriais do Oceano Índico, as chuvas de monções varrem a Índia todos os verões. A agricultura do subcontinente, principalmente a indiana, é quase totalmente dependente dessas chuvas.
>
> (...) Ao longo do Himalaia estão os rios da planície Gangética que se unem para formar o "Ganga" sagrado, que flui de Noroeste a Sudeste para a baía de Bengala. Essa região, uma rica zona agrícola conhecida como "Hindustão", foi o cerne dos impérios do

> Norte e a meta dos invasores que vieram do Noroeste. (Metcalf e Metcalf, 2013, p.18-19).

É neste contexto que Burjor Avari (2007) apresenta o terceiro perfil de paisagem da Índia referente as chuvas de monções e a sua relação com a agricultura do subcontinente indiano. É concebível entender, neste primeiro momento, que a Índia e outros países originários do Sudeste asiático como o Camboja, Laos, China e Japão estão sujeitos aos ventos e chuvas de monções. Esses ventos variam de acordo com as estações do ano. Por exemplo, quando a estação do ano é verão na Índia, que geralmente acontece no meio do ano, neste período, o sol fica perpendicular ao hemisfério norte fazendo com que a temperatura do continente seja extremamente elevada, ao passo que, a temperatura no oceano será menor (Burjor Avari, 2007; Chapman, 2009; Metcalf e Metcalf, 2013).

Essa diferença de temperatura faz com que o continente indiano no período da manhã se torne uma região de baixa pressão atmosférica enquanto no Oceano essa pressão se encontrará elevada. Isto significa que, em uma zona de alta pressão, o ar fica mais denso e concentrado, ou seja, tende a expulsar moléculas ou ventos para a região. No caso de uma zona de baixa pressão, o ar é mais quente e leve se expandindo como se fosse um vácuo atmosférico que existe em um determinado espaço. Desta forma, toda vez que temos diferenças de pressão atmosféricas é um sinal de que ventos estão se formando, e esses por sua vez, funcionam como uma tentativa de equilíbrio dessas pressões (Burjor Avari, 2007; Chapman, 2009; Metcalf e Metcalf, 2013).

Esses ventos são conhecidos como as monções de verão, ou seja, eles se formam acima do oceano, sendo, portanto, extremamente úmidos cujas consequências são os bombardeamentos de umidade em direção a Índia, China e Japão. Porém, temos um agravamento dessa situação para o caso específico da Índia: lembramos que a sua geografia física é formada por cadeia de montanhas do Himalaias e outras menores, planícies e cordilheiras e rios considerados sagrados como o Indo. Então, quando se formam esses ventos de monções úmidos e se deslocam em direção a Índia, eles esbarram nessas altas cadeias de montanhas do Himalaia formando, consequentemente, as chuvas de monções que tem importância direta para a agricultura da região e sobrevivência dos povos que nela vivem, mas também, podem provocar inundações nas cidades como atualmente acontece devido as sucessivas agressões ao meio ambiente (Burjor Avari, 2007; Chapman, 2009; Metcalf e Metcalf, 2013).

Ainda sobre os ventos de monções e a sua influência sobre a agricultura do subcontinente indiano citamos Gonzalo (2018) que disserta a forma como esse clima influenciou a dinâmica agrícola e produtiva deste subcontinente. Para este autor:

> Os ventos das monções, originados do Equador e transportando nuvens de chuva para a barreira do Himalaia, funcionavam como um componente cíclico do tempo, alinhando a dinâmica do ecossistema a uma única variável: o suprimento de água para sustentar a agricultura. Os hábitos alimentares e a demanda por mercadorias decorrentes do padrão da agricultura deram origem aos contornos das relações comerciais e sociais. Em termos alimentares, a Ásia foi dividida em dois blocos principais: o trigo e o arroz. A quantidade de chuva das monções determinou os limites geográficos entre o cultivo do trigo e do arroz. O arroz era um produto comercial valioso porque podia ser guardado por vários anos, melhorando o sabor, de fato. Pelo contrário, o trigo era suscetível a ataques de insetos e raramente era transportado por mar por longas distâncias. A fome, como fenômeno demográfico, vestida de acordo com a disponibilidade de água e as trocas comerciais, também dependia dos ventos "bons" ou "ruins" das monções (Gonzalo, 2018, p.20).

Outro aspecto relevante acrescentado por este estudioso se refere a relação entre os ventos de monções e a temporada de navegação que ocorria no Oceano Índico. Eis a seguir a argumentação deste autor para esta relação:

> A temporada de navegação também foi determinada pelo tempo das monções. Os ventos das monções reduziram os tempos de viagem, produzindo correntes de vento favoráveis. Ao mesmo tempo, as tempestades no mar tiveram efeitos críticos para a população: se a frota de mercadores de Surat no Mar Vermelho não chegasse, a crise financeira e de liquidez afetaria toda a comunidade. Dois fatores geográficos afetam os padrões de navegação: o Oceano Índico é composto por seis mares separados, cada um deles com cada horário para partidas e chegadas corretas e ligados a uma economia regional e o padrão sazonal do sistema eólico determinava o tempo, o perfil da viagem e as precipitações de chuva. (Gonzalo, 2018, p.21).

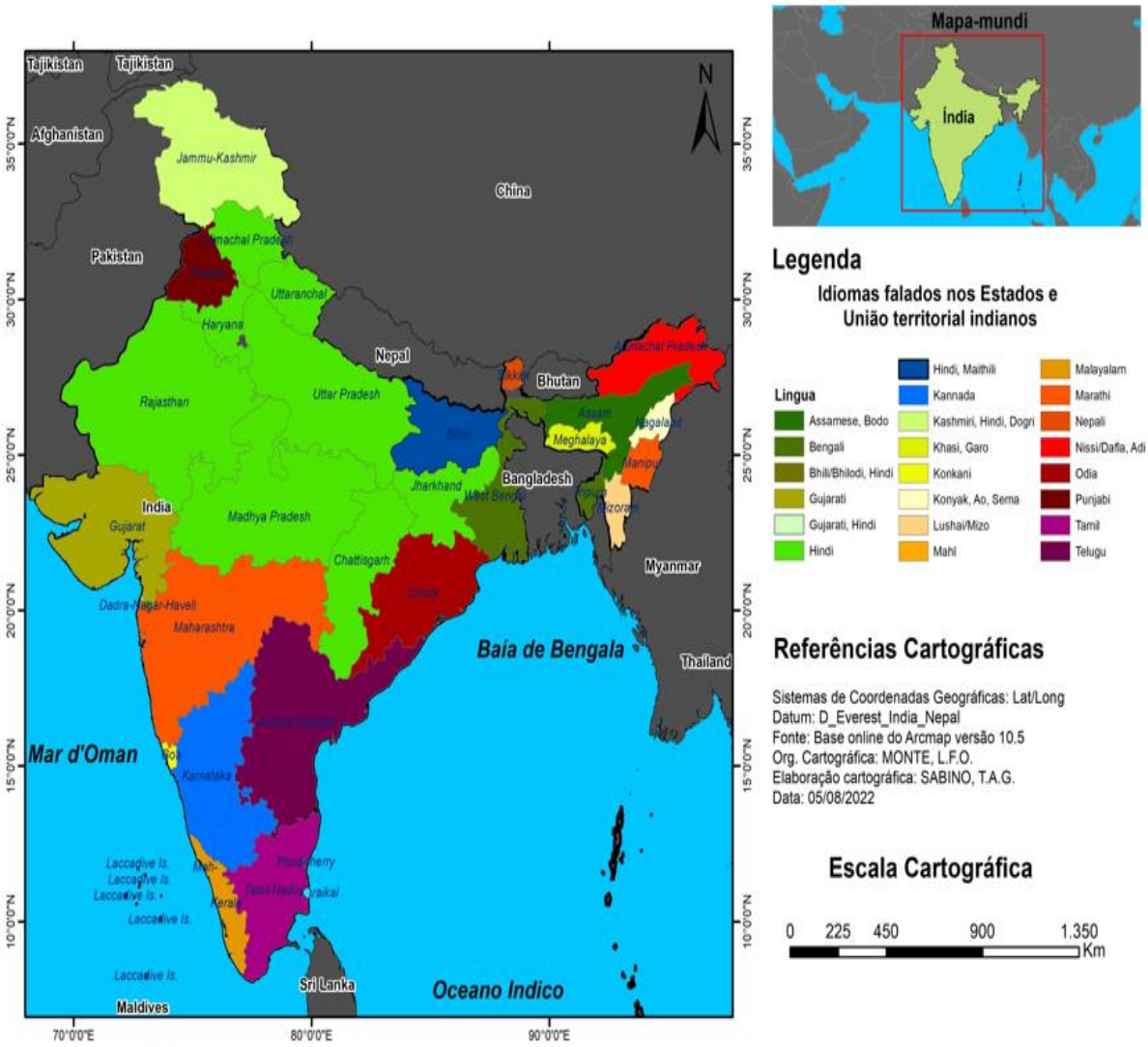
Este argumento de Gonzalo (2018), coaduna com a quarta característica da paisagem do subcontinente indiano descrita por Burjor Avari (2007) que se refere a extensão do litoral deste subcontinente, que se estende desde a costa de Makran a Oeste, até o delta do Bangladesh. Esta extensão possibilitou a entrada de diversos comerciantes e viajantes provenientes de países como a Mesopotâmia, Arábia, Pérsia, Egito, Etiópia, Império Romano e África Oriental que chegaram ao subcontinente pelos portos da costa oriental e pelo Delta do Indo ao extremo sul da Índia. Isso fez com que a Índia se tornasse o centro das rotas marítimas em direção a todos os lugares.

Após o entendimento sobre a geografia física do subcontinente indiano, é pertinente que se faça uma breve leitura e análise sobre a entrada de diversos povos nesta região e consequentemente o impacto dessas invasões na transformação desse espaço geográfico, assim como na formação do aporte populacional da Índia em seus aspectos étnicos, linguísticos, religiosos e territorial. De início, vamos recapitular que o ambiente físico deste subcontinente tem desempenhado um papel muito importante na formação dos grupos sociais que chegaram

principalmente na Índia dada a atração que este país exercia sobre os invasores no que se refere as suas riquezas naturais e econômicas (atividades da agricultura).

Em geral, a consequência dessas invasões foi a formação de uma sociedade extremamente heterogênea em todos os sentidos, é o caso da mesma ser considerada plurilíngue, ou seja, a existência de 22 línguas oficiais, sendo que a maior é o Hindi falada por mais de 528 milhões de pessoas segundo os dados do censo da Índia de 2011.

O Mapa 2 ilustra a disposição espacial dos idiomas mais falados atualmente na Índia.



Mapa 2: Distribuição dos idiomas mais falado na Índia atualmente, por Estados e União territorial indiano
Fonte: Thiago Sabino (2022).

Segundo o Atlas de Linguagem da Índia (2011, p.1-2), os Estados e territórios da União estão organizados principalmente em bases linguísticas. A população que fala o idioma Hindi

ocupa o primeiro lugar entre todas as línguas faladas na Índia, seguidos pelos falantes dos idiomas Bengali, Marata, Telugo, Tâmil, Gujarati e Urdu.

No Mapa 3 constam os principais grupos linguísticos falados na Índia, a saber, Indo-europeu, Dravidiano, Sino-Tibetano, Austroasiático e outros. De acordo com Reich (2018, p.130) a população que reside no Norte da Índia fala principalmente as línguas Indo-Europeias e têm proporções relativamente elevadas de ascendência relacionadas com a Eurásia Ocidental. E as línguas Dravidianas são idiomas falados pela população que vive no Sul indiano e possui proporções relativamente baixas de ascendência da Eurásia Ocidental. Já a língua Austroasiático é falada por grupos tribais isolados localizados no centro e no leste indiano.

Mapa 3: Principais grupos linguísticos do Sul da Ásia.
Fonte: Reich (2018, p.130).

De acordo com o Atlas da Linguagem Indiana (2011), a maior e mais importante família de línguas do ponto de vista das principais línguas faladas na Índia é a família de línguas indo-

europeias falada por ¾ da população total da Índia, que ainda se subdividem em outros ramos, tais como os iranianos e índicos (indo-arianos). Essas línguas indo-arianos incluem sânscrito, avéstico, persa antigo e as línguas modernas da Índia, Paquistão, Afeganistão, Pérsia e partes da Rússia. As estatísticas mostram que 78,07% (cerca de 945,3 milhões de habitantes) falam as línguas classificadas na família indo-europeia. Deste total, 945,0 milhões pertencem ao ramo indo-ariano, 259,6 mil pertencem ao ramo germânico e 21,6 mil ao ramo iraniano. Entre as 22 principais línguas especificadas no Anexo VII da Constituição Indiana, 15 pertencem a família indo-europeia (Índia, 2011).

Frente a tudo isso que foi exposto acima, deve-se considerar ainda nesta análise, que a entrada de diversos povos no Subcontinente deixou um legado histórico de diversidade populacional para a sociedade indiana, como já mencionado neste texto. A junção de fatores étnicos, populacionais e geográficos contribuiu ela, ser hoje, um país de tamanho aproximado ao da Europa Ocidental com uma área geográfica total de 3,3 milhões de acres divididos em regiões que diferem entre linhas geográficas, climáticas, econômicas, linguísticas e/ou étnicas e são, portanto, consideradas diferentes culturalmente. Nela se concentra a segunda maior população do planeta com aproximadamente 1,2 bilhão de habitantes[48] com densidade demográfica de 382 pessoas por quilômetros quadrados, distribuídos em 28 Estados e 7 territórios da União[49], que são subdivididos em 640 distritos[50], 5.924 subdistritos, 7.935 cidades e 640.867 aldeias. Do total de habitantes, 68,8% residem na área rural enquanto 31,2% habitam a área urbana. Este país, abunda em diversidades econômicas, de castas, étnicas, religiosas e linguísticas (India, 2011; Iqtidar, 2011).

[48] Considerando a população entre os estados, Uttar Pradesh ocupa o primeiro lugar representando 16,5% da população total da Índia. Isto é seguido por Maharashtra, Bihar, Bengala Ocidental, Andhra Pradesh, Madhya Pradesh e Gujarat, etc; enquanto Lakshadweep mostra novamente a posição mais baixa do país. Entre os distritos, Thane (Maharashtra) com uma população total de 11,0 milhões é o distrito mais populoso seguido por North Twenty Four Parganas (10,0 mi) em Bengala Ocidental, Bangalore (9,6 mi) em Karnataka, Pune (9,4 mi) e Mumbai Suburban (9,3 mi), entre outros (Índia, 2011).

[49] Geograficamente, o maior estado indiano é Rajasthan com 342.239 km², representado por 10,41% da área total do país, seguido por Madhya Pradesh (308.252 km²), Maharashtra (307.713 km²), Andhra Pradesh (275.045 km²) e Uttar Pradesh (240.928 km²), enquanto os menores estados são: Goa (3.702 km²), Sikkim (7.096 km²), Tripura (10.4886 km²), Nagaland (16.579 km²), Manipur (22.327 km²) e Meghalaya (22.429 km²). Entre os Territórios da União, as Ilhas Andaman e Nicobar (8.249 km²) ocupam o primeiro lugar, enquanto Lakshadweep (30 km²) é o menor entre todos os Estados e União Territorial da Índia, segundo informações do Censo da Índia de 2011.

[50] Entre os Distritos, com uma área de 45.674 km², Kachchh (Gujarat), ocupa o primeiro lugar seguido por Leh (Ladakh com 45.110 km²) estão sob a ocupação ilegal da China, Jammu e Caxemira), Jaisalmer (38.401 km²), Bikaner (30.239 km²), Barmer (28.387 km²) e Jodhpur (22.850 km²) distritos de Rajasthan, enquanto Mahe (9 km²) do Estado de Puducherry é o menor distrito precedido pelo distrito Central (21 km²) de NCT de Delhi e Yanam (30 km²) do território da União Puducherry (Índia, 2011).

Neste sentido, Uberoi (1999, p.23) caracteriza a sociedade indiana como "regionalmente diversificada (norte/sul/leste/oeste), comunitariamente diferenciada (Hindu, Mulçumano, Sikh, Cristão, Budista), socialmente estratificada (em termos de casta e classe) e culturalmente diversa". Sendo assim, ela pode ser sintetizada como uma nação plurilíngue, pluriétnica e plurirreligiosa. Esta última característica mostra que várias religiões e muitos subgrupos religiosos coexistem nesta sociedade, sendo o Hinduísmo a principal religião do país com 79,8% de adeptos na Índia. Para este autor, o Hinduísmo representa um sistema complexo de práticas diárias, rituais, crenças e padrões simbólicos que se sobrepõem a vários aspectos da vida social dos indianos, entre eles o sistema de castas que será discutido no próximo subcapítulo. Na sequência está o Islamismo que atualmente é a segunda religião com mais adeptos no país (cerca de 14,2%), seguidos pelos praticantes da Cristandade (2,30%), Sikhismo (1,72%), Budismo (0,70%), Jainismo (0,37%)[51].

Para contemplar as diversidades nos quesitos linguísticos e étnico-religioso, a Índia promulgou a Lei de Reorganização dos Estados indianos (*Indian States Reorganisation Action*, 1956)[52] a Lei de Bihar (*Bihar Reorganisation Act*, 1956)[53]. A primeira Lei foi sancionada em 31 de agosto de 1956 e tem como objetivo reorganizar os estados indianos com base principalmente em critérios linguísticos, reformulando as fronteiras estaduais para alinhar os Estados a grupos linguísticos predominantes. Esta foi possível porque antes da sua promulgação várias regiões da Índia começaram a se unir em movimentos para reivindicar esse direito. O movimento mais notável foi o que reivindicava um estado separado de língua Telugo, o que mais tarde, se tornou o Estado de Andhra Pradesh em 1953 (Índia, 1956a).

Antes desta reorganização, os limites das províncias na Índia pré-1947 haviam sido traçados de maneira aleatória, à medida que a conquista britânica prosseguia por mais de 100 anos. Durante todo esse tempo, "nenhuma atenção foi dada à coesão linguística ou cultural, de modo que a maioria das províncias era multilíngue e multicultural" (Bipan, Mridula e Mukherjee, 2008, p.102). Uma das razões para a defesa dos estados linguísticos como unidades administrativas se encontrava no fato da "linguagem está intimamente ligada à cultura do país,

[51] Dados do Censo da Índia de 2011.

[52] Esta Lei trata da abolição de estados existentes e da criação de novos, além de transferências territoriais entre estados. Ela levou em consideração a coesão social e questões étnicas, tentando evitar a criação de estados que pudessem exacerbar tensões religiosas ou étnicas.

[53] A Lei de Bihar foi sancionada em 1956 e se concentrou na reorganização das fronteiras de Bihar. Embora Bihar não tenha sido diretamente afetado pelas mesmas questões linguísticas de estados como Andhra Pradesh ou Maharashtra, a Lei foi parte da reorganização geral da Índia. Bihar, um estado onde o hindi é amplamente falado, foi reorganizado levando em conta tanto a língua hindi quanto os dialetos locais, como Maithili e Bhojpuri. Essa lei não fez mudanças linguísticas tão dramáticas quanto outras leis estaduais (Índia, 1956b).

e por conseguinte aos costumes das pessoas, além disso, a democracia só poderia se tornar real para as pessoas comuns quando a política e a administração fossem conduzidas por meio da linguagem que elas podem entender"[54]

A diversidade vista neste capítulo é resultado das constantes invasões e migrações que a Índia recebeu desde o início. A vinda desses povos com as suas culturas, etnias, línguas, religiões e costumes tiveram grandes impactos na formação de sua sociedade e consequentemente na estrutura política da região, é o que discutiremos nos próximos capítulos. Antes de nos adentrarmos nessa discussão entre os arranjos políticos da Índia no contexto dos grandes Impérios e a questão da heterogeneidade da sua sociedade, a seguir vamos conhecer os elementos étnicos que compõem a sociedade indiana atual, fruto das constantes invasões de povos que o território recebeu desde a sua origem.

3.6 ELEMENTOS ÉTNICOS QUE COMPÕEM A SOCIEDADE INDIANA

Começamos por entender que a formação histórica da sociedade indiana é um grande desafio para qualquer estudioso dada a sua extrema complexidade. Logo, identificar os seus primeiros habitantes é uma tarefa muito difícil para os historiadores, sociólogos e antropólogos. Dada tamanha dificuldade, é notório que se encontrem descrições diferenciadas sobre o período de surgimento das primeiras civilizações que ali habitaram. Citamos como exemplo, o autor indiano Dube (1990, p.3) que se valeu dos registros feitos pela Antropologia física sobre os elementos étnicos, ou seja, os grupos raciais que deram origem aos primeiros habitantes da Índia e, consequentemente, a complexidade social e étnica de sua sociedade.

De acordo com Dube (1990) a população atual da Índia é comparada a um conglomerado de pessoas pertencentes a diferentes grupos étnicos. Segundo os relatos do autor, ela é o resultado de uma composição étnica diversificada que pode ser aglutinada em seis elementos, a saber: os Negrito, Proto-Australoide, Mongoloides, Mediterrâneos, Braquicéfalos ocidentais e os Nórdicos. As pessoas da etnia dos Negrito que migraram da África foram os primeiros a ocupar a Índia de acordo com Dube (1990, p.6). Eles podem ser encontrados particularmente nos montes Uralis Nilgiri, Kadors de Kochi, Pullayans dos Montes Palni, além de algumas tribos como os Angami Nagas no Nordeste da Índia e os Badgis no Montes Rajmahal em Jharkhand.

O Proto-Australoide é o segundo grupo étnico vieram do Mediterrâneo Oriental (Palestina). Hoje este grupo constitui a maior parte da população em muitas partes isoladas e

[54] *Ibidem*., p.103.

semi-isoladas da Índia. Os seus verdadeiros representantes são os Veddahs, Malavedahs, Irulas e Sholagas. Os Bhils, Kols, Badagas, Korwas, Kharwars, Mundas, Bhumjis e Malpaharis das terras altas da Índia Central e Chenchus, Kurumbas, Malayans e Yeruvas do sul da Índia podem todos ser tratados como Proto-Australoides. Dube (1990) menciona em sua obra que alguns antropólogos acreditam que os proto-australoides suplantaram os povos da etnia negritos e os forçaram a se deslocar para áreas mais inacessíveis, remotas e menos habitadas, onde ainda hoje são encontrados. No processo, houve alguma mistura das duas etnias, talvez mais no Sul do que no norte do Subcontinente indiano.

Quanto aos povos de etnia Mongoloides, Dube (1990) discorre que a maioria dos antropólogos acredita que a China seja a pátria deles de onde foram empurrados para o sul na península de Mallaya e na Indonésia. Eles entraram na Índia através das passagens nas montanhas do Norte ou do Leste. Outros antropólogos acreditam que esses povos são oriundos da maior parte da Birmânia (Myammar) e quaisquer fluxos de migração não-mongoloides que possam chegar à Índia através de Myammar absorveram uma grande quantidade do DNA mongol. Há também alguma evidência de uma intrusão melansiana mongoloide da Oceania a Tamil Nadu e Kerala que provavelmente explica o elemento mongoloide ocasional observado entre as pessoas desses estados indianos.

Dube (1990) acrescenta que atualmente, eles ocupam grandes áreas em Ladakh, Sikkim, Arunchal Prades e algumas outras partes do leste da Índia. As tribos de Garo, Khasi, Jaintia, Lipchas, Chakmas, Murnis, Naga e Daffla pertencem à etnia Mongoloides. Os Mediterrâneos compõem o quarto grupo étnico presente no DNA da população indiana. Dube (1990) discorre que o estoque étnico veio para a Índia da região do leste do Mediterrâneo ou do sudoeste da Ásia. Acredita-se que tenham migrado durante o terceiro e o segundo milênios a.C. Esses povos contribuíram muito para a composição física dos povos da Índia, assim como para a formação da sua cultura. Eles trouxeram formas anteriores de línguas austro-asiáticas e acredita-se que sejam os portadores da forma mais antiga de Hindustão na Índia.

Os paleo-mediterrânicos são considerados a primeira e a mais antiga de todas as etnias mediterrâneas a entrar na Índia. Suas características físicas incluem estatura média, pele escura e cabeça longa. Com toda a probabilidade, eles se estabeleceram no noroeste da Índia e começaram a praticar a agricultura neste local. No entanto, eles foram empurrados para o centro e sul da Índia por imigrantes subsequentes. Hoje, o estoque Paleo-Mediterrâneo forma a maior parte da população do sul e uma proporção considerável da população do norte do país. Os

mediterrâneos foram os principais arquitetos da Civilização do Vale do Indo, como é evidente pelas escavações de Mohanjo Daro e Harappa (Dube, 1990).

O grupo étnico Braquicéfalos ocidentais representados pelos Coorgis e Parsis na Índia, podem ser subdivididos em três grandes grupos, de acordo com (Dube, 1990, p.25):

(i) Os alpinóides que chegaram à Índia depois de trilharem uma longa rota que envolveu o Baluchistão, Sind, Kathiawar, Gujarat, Maharashtra, Karnataka e Tamil Nadu.

(ii) Os Dináricos que seguiram o vale do Ganges e seu delta como rota para entrar na Índia, e os;

(iii) Amenóides que usaram Chitral, Gilgit, Caxemira e Nepal como rota para entrar na Índia.

Os nórdicos constituem a última onda de migração para a Índia. Eles falavam a língua ariana e migraram para a Índia em algum momento durante o segundo milênio a.C. A principal concentração dessas pessoas está na parte noroeste. Eles são um tipo predominante em Punjab, Haryana e Rajasthan. Eles são representados principalmente entre as castas superiores do norte da Índia, particularmente no Punjab (Dube, 1990).

Então, pelo critério da diversidade étnica defendido por Dube (1990, p.13) a Índia era, e ainda é, uma nação de muitos grupos étnicos, sendo que alguns deles ainda vivem na Índia há incontestáveis milênios. Outros grupos vindos do exterior foram absorvidos contribuindo assim para esta diversidade, a exemplo dos povos arianos, iranianos, turcos afegãos, greco-macedônios e Tibeto-birmaneses (*Ibidem*, p.14).

Neste âmbito, Burjor Avari (2007) ao dissertar sobre as primeiras fases de assentamentos e atividade humana no mundo, mostrou que a Idade da Pedra começou a 500.000 anos atrás no contexto da História Indiana perdurando com as descobertas de objetos de cobre da Civilização Harappiana (c. 2600 a 1700 a.C). Esta civilização também conhecida como a Civilização do Indo[55] é fruto de uma longa e sustentada evolução cultural que ocorreu nas planícies, vales e regiões vizinhas de um poderoso rio localizado no noroeste da Índia, o Rio Indo.

Desta forma, ao longo das margens do Rio Indo se desenvolveram as primeiras grandes civilizações do Subcontinente Indiano (Burjor Avari, 2007, p.38). Na década de 1920, novas descobertas das ruínas de Mohenjo Daro e da Harappa trouxeram novas interpretações sobre a

[55] A Civilização do Vale do Indo ou Harappiana está associada principalmente com as cidades de Mohenjodaro e Harappa (agora em Sindh, Paquistão). Outros importantes locais desta civilização se encontram em Kot Diji (em Sindh, Paquistão, Kalibangan (Rajasthan), Ropar (Pujab, na Índia) e Lnthal (em Gujarat) que é uma cidade portuária altamente significativa para a Índia (Dube, 1990, p.65).

História da Índia Antiga. Derrubou-se, portanto, a crença de que a civilização indiana começou com os arianos por volta de 1500 a.C; o novo consenso de interpretação mostrou uma nova cronologia de que pelo menos 3000 a.C esta civilização originava os primeiros povos na Índia. Com o fim da civilização Harappiana, surge os Indo-Arianos na Era Védica (c. 1700 a.C a 600 a.C) que trouxeram consigo suas etnias, religião, economia, assim como as suas contribuições políticas para a formação da sociedade indiana.

Após a descrição dos elementos étnicos, populacionais, geográficos, linguísticos e religiosos que compõem a sociedade indiana, é pertinente que se faça uma análise sobre o mosaico histórico de reinos e impérios que marcaram a vida política da Índia desde a sua fase antiga até a moderna com o Império Britânico, caracterizado por formas distintas de estruturas políticas e administrativas.

4. O MOSAÍCO DE REINOS E IMPÉRIOS QUE CONFIGURARAM A HETEROGENEIDADE DOS ARRANJOS POLÍTICOS DA ÍNDIA

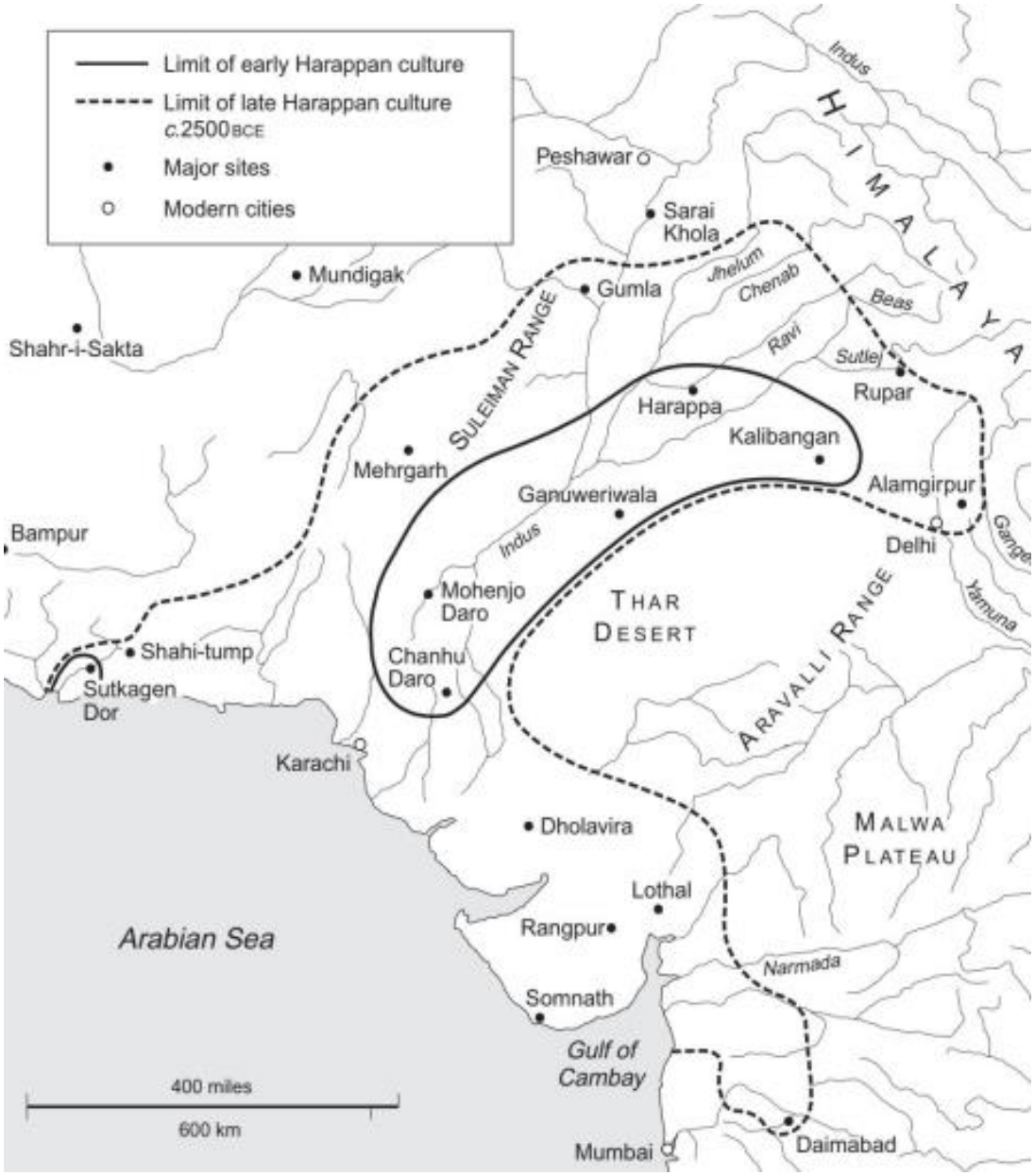
4.1 O ESTADO INDIANO EM UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA E POLÍTICA: DA CIVILIZAÇÃO HARAPPA AO IMPÉRIO BRITÂNICO

Este capítulo é dedicado a examinar o estabelecimento do moderno Estado indiano através de uma lente que abrange dimensões históricas e políticas. A natureza interdisciplinar desses referenciais teóricos será direcionada para elucidar os fatores associados ao estabelecimento do Estado e da sociedade indiana, bem como as suas estruturas políticas e sociais que remontam desde a Era Védica na Índia antiga até a contemporânea. Neste contexto, os estudos da historiadora indiana Romila Taphar (1966, p.13), nos adverte que a compreensão do funcionamento do poder na Índia Antiga, não se resume ao mero detalhamento dos diversos reinos e dinastias que marcaram a sua história política, temos, portanto, que associar essas estruturas de poder com as análises das relações de castas e subcastas, assim como, as Instituições como as Guildas e Conselhos de aldeias, sem ignorar as características que fazem parte da formação do seu povo, tais como, a cultura, etnia, religião, línguas.

De posse desse objetivo, as pesquisas realizadas para este estudo apontaram que as formas iniciais de governança na Índia Antiga foram identificadas pela primeira vez durante a civilização Harappiana. Ao analisar essa civilização, Romila Taphar (1966) baseou suas descobertas em evidências arqueológicas, concluindo que era predominantemente uma cultura urbana com um sistema político centralizado em Mohenjo-Daro e Harappa. A interpretação de Stein (2010) se alinha com essa perspectiva, destacando descobertas arqueológicas recentes que sugerem que uma população significativa de artesãos residia nessas cidades, contribuindo para a urbanização por meio do comércio ativo com a Mesopotâmia.

Evidências históricas indicam que essas comunidades estavam situadas na vasta planície do rio Indo. A pesquisa de Fischer (2018, p.32) revelou que essas comunidades aprimoraram sua cultura e tecnologia ao utilizar minerais, plantas e animais. Esses avanços levaram ao desenvolvimento de uma civilização sofisticada centrada na vida urbana, na agricultura e no comércio que floresceu por volta de c.2500 a.C. Chamada de “civilização do Indo” devido à sua localização ou, alternativamente, de “civilização Harappiana”, ela é reconhecida como uma das mais extensas da história antiga da Índia.

O Mapa 4 ilustra a distribuição dos principais locais onde a civilização Harappiana prosperou em todo o subcontinente indiano.



Mapa 4: Localização geográfica das Cidades de Harappa e Mohenjo Daro na civilização Harappa
Fonte: Stein (2010, p.19).

O Quadro 6 traz um resumo das principais características dos Arranjos Políticos e econômicos da Civilização Harappa que serão discutidos a seguir.

Quadro 6: Principais características dos Arranjos Políticos e econômicos da Civilização Harappa

ARRANJOS POLÍTICOS	CENTRO DO PODER	ATIVIDADES ECONÔMICAS	Organização Social, religiosa
Classificação proposta por Stein (2010, p.21): -Existência de Comunidades "sem Estado"; -Comunidades como Estados ("grandes comunidades") quando a monarquia Gupta foi fundada; -Comunidades e Estados; -Estados sem comunidades, de 1700 até o presente momento. -Poder político: Chefias de Clãs que controlavam as Aldeias -Unidade básica de poder: família patriarcal; -Linhagens e parentescos	Estava nas Cidades de Mohenjo-Daro e Harappa Livro: "Arthashastra" de Kautilya	-Artesanato, agricultura e comércio -Trocas comerciais externas das Cidades de Mohenjo-Daro e Harappa com a Mesopotâmia: *compravam* grãos, produtos animais para a agricultura; e *vendiam* cobre, pedras preciosas, pigmentos vermelhos para tingimento de tecidos, ouro, marfim, tecidos e pérolas	-Hierarquia na habitação urbana: classe dominante; classe média; artesãos e trabalhadores. -Práticas religiosas: adoração à Terra e seu elementos; -Prevalência dos deuses homens sobre as deusas; -Sociedade patriarcal; -Falavam a língua indo-europeia; -Cultuavam o fogo; sacrifícios de animais -Discriminação das mulheres -Diferenciação de cor das pessoas entre os indo-arianos e os povos indianos

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010); Romila Thapar (1966, 1991), Sharma (2016).

Evidências arqueológicas revelam que Mohenjo-Daro e outros importantes centros de assentamento em Harappa eram movimentados, acomodando vários artesãos, comerciantes e trabalhadores envolvidos em diversos negócios, como produção têxtil, fabricação de cerâmica, escultura e confecção de utensílios domésticos, como navalhas, copos e produtos mecânicos. Além dessas proficiências, Burjor Avari (2007, p.46) delineia as habilidades adicionais possuídas por essas comunidades:

> Os Harappans sabiam fabricar bronze misturando cobre e estanho, mas ambos os metais eram difíceis de se obter. O ouro e a prata eram amplamente utilizados na fabricação de pingentes, braceletes e outros ornamentos decorativos. A fabricação de tijolos e alvenaria engajavam muito trabalhadores e um enorme quantidade de artesãos se dedicavam ao ofício de oleiros. (...) As atividades artesanais e manufatureiras nos assentamentos dependiam das redes de comércio interno e externo para a sua prosperidade. Os registros mostram que as matérias-primas como pedras, conchas marinhas e metais preciosos eram transportadas por terras dentro de carroças que eram puxadas por bois ou por búfalos, enquanto o transporte marítimo pelo Rio Indo e seus afluentes a produção era transportada por barcos até os portos costeiros. Os comerciantes harappianos mantinham as suas trocas comerciais, segundo os registros arqueológicos com o Afeganistão, Turcomenistão, Irã, Mesopotâmia e Omã. Um

> comércio marítimo florescente ligava os assentamentos do Indo com Omã e o sul da Mesopotâmia.

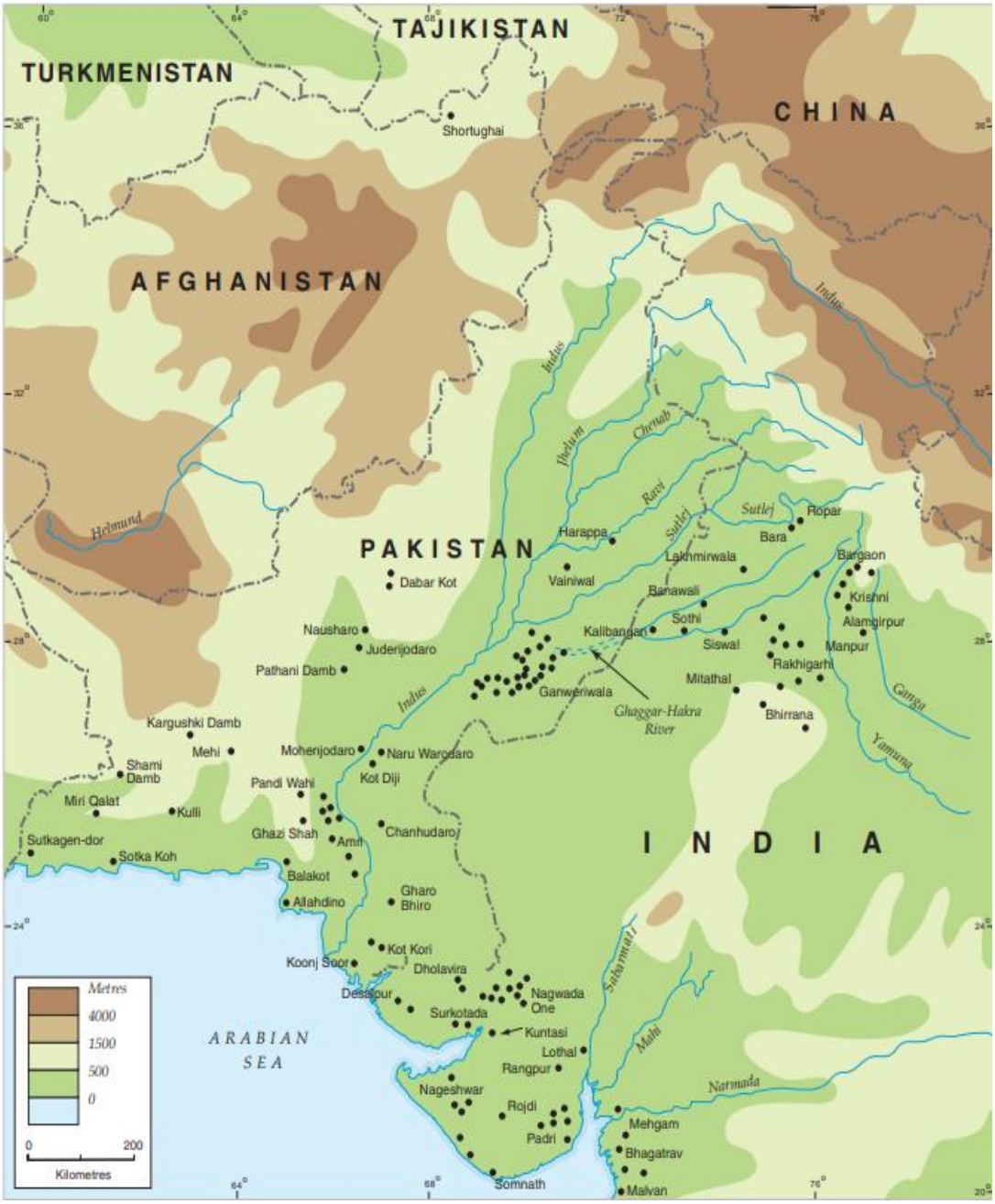
Sharma (2016) corrobora com a análise acima quando menciona no seu texto que a maioria das aldeias Harappan estavam localizadas nas proximidades das planícies aluviais e produziam grãos que supriam as necessidades da sua população e o excedente era comercializado com outras cidades vizinhas. As ligações comerciais não se restringiram ao mercado interno, elas se alastraram para além das suas fronteiras geográficas, pois tinham relações comerciais com o norte do Afeganistão, Rajastão e Irã onde estabeleceram colônias comerciais, facilitando o escoamento da produção para o resto da Ásia. Destaca-se também, que nas cidades de Mohenjo-Daro e na Harappa foram construídos armazéns para guardar a produção de grãos que vinham das aldeias mais distantes desses centros urbanos. Em troca desse armazenamento, a administração financeira dessas cidades usava o grão como uma mercadoria-moeda que poderia ser paga como impostos a essas autoridades que, por sua vez, seriam usados para pagamento de salários do funcionalismo público.

Com relação às dimensões políticas, Stein (2010, p.22) realizou uma análise indicando a prevalência de "comunidades sem estados", significando a ausência de um estado centralizado. Por outro lado, a autoridade era exercida por chefias, supervisionando várias famílias que residiam em comunidades que constituíam clãs. Esses clãs, por sua vez, compreendiam "a unidade fundamental de poder dentro da família patriarcal (*kula*) que residia em aldeias (*grama*) sob o governo de um chefe (*gramani*)". O planejamento de assentamentos foi proeminente nessas comunidades, com a maioria situada nas proximidades de planícies agrícolas férteis, rios, regiões costeiras, áreas de pesca, pastagens para gado e florestas densas.

Além dessas atividades econômicas, Burjor Avari (2007) ressalta que os artesãos Harappianos possuíam o conhecimento para fabricar bronze por meio da fusão de cobre e estanho, ambos metais escassos. Em contraste com as observações de Stein (2010) sobre a ausência de uma estrutura estatal na civilização Harappiana, Singh (2016) postula a existência de um estado rudimentar caracterizado por uma figura soberana associada a uma personalidade mítica benevolente, com um aparato militar subdesenvolvido e distinções de classe econômica. Além disso, Singh sugere que a governança poderia ter sido atribuída às assembleias das aldeias, abrangendo diversos estratos sociais, incluindo elites urbanas, como comerciantes, praticantes religiosos e indivíduos que controlavam recursos essenciais, como terra e gado.

De acordo com as descobertas de Singh (2016), os sítios arqueológicos iniciais dessa civilização foram descobertos no Vale do Indo, também conhecido como civilização do Indo, com um total de aproximadamente 1.022 sítios, 406 no Paquistão e 616 na Índia. Abrangendo

uma vasta extensão geográfica, essa civilização contemplou diversos terrenos, incluindo planícies aluviais, montanhas, planaltos e regiões costeiras, apresentando uma rica base de recursos capaz de sustentar os rendimentos agrícolas, bem como apoiar a pecuária e as atividades de caça. O posicionamento geográfico da civilização Harappiana está representado no Mapa 5.



Mapa 5: Distribuição dos principais locais da civilização Harappa
Fonte: Singh (2016, p.136).

Após o colapso da civilização Harappiana (c.1500 a.C), temos a chegada dos povos de estepes asiáticas, os indo-arianos na Era Védica (c.1300 a.C). Esses povos foram os portadores da língua Indo-Europeia original que na Índia é conhecida como sânscrito e que ao longo do tempo impactou diretamente no desenvolvimento da sociedade indiana. A entrada desses povos na Índia com as suas crenças, cultura e economia vai colidir com a então civilização das cidades de Mohenjo-Daro/Harappa. Para entender o termo "ariano" no contexto da história indiana, Burjor Avari (2007) recomenda que se explore o estudo das línguas, tendo como ponto de partida, o sânscrito. Foge ao nosso escopo de análise, tratar dos estudos das línguas indo-europeias na Índia em sua totalidade, por isso, faremos apenas uma breve exposição da língua sânscrito.

Posto isso, o autor fez um breve relato sobre a dimensão dos povos indo-arianos[56] no subcontinente indiano que trouxeram consigo a língua indo-europeia, e neste contexto, o sânscrito, que marcou a estrutura e a formação da sociedade indiana:

> Uma compreensão mais profunda do termo "ariano" pode ser obtida estudando os costumes e tradições religiosas que prevaleciam entre dois grupos particulares de indo-arianos no leste do Irã e no Afeganistão. Entre 1700 a.C e 1400 a.C coexistiam, naquela área, dois povos: a Avestan e o Rig-Védico. Eles representam os dois braços mais importantes da tradição indo-iraniana como um todo. Em suas crenças e práticas religiosas, eles adoravam vários deuses juntos. O sânscrito está muito próximo da língua dos *Yashts*, os primeiros hinos do *Avesta*, o texto sagrado dos atuais zoroastrianos do Irã e Índia. O povo Rig-Védico foi culturalmente falando, o mais influente dos Arianos, e foi sua grande obra literária e espiritual, o *Rig-Veda* que forneceu insights úteis sobre a cultura védica da Índia (Burjor Avari, 2007, p.70).

Em relação a reconstrução histórica de vida e das instituições arianas e o seu impacto na sociedade indiana antiga, a análise de Burjor Avari (2007) será complementada com a visão de Romila Taphar (1966) e Fischer (2018) e outros autores que serão inseridos no contexto como forma de complementar a análise dos três autores principais. As fontes de informações sobre a civilização ariana usadas pelos autores foram as encontradas na literatura mais antiga dos livros Rig-Vedas, sendo que os dois épicos desta coleção são o *Ramayana* e o *Mahabharata*, e posteriormente, a obra *Arthashastra* de Kautilya que analisou as questões políticas e econômicas no Império Mauryan.

[56] Sobre a expansão ariana no subcontinente indiano, Burjor Avari (2007, p.66-68) discorre que por volta de 2000 a.C havia duas regiões principais dentro do Afeganistão aonde os arianos se estabeleceram. A primeira área se refere ao redor da moderna Cabul que se estendia no Leste em direção à moderna Peshawar. A outra área igualmente importante estava situada ao redor de Kendahar, com ligações a Quetta através do Bolan Pass. O autor menciona em sua análise que muitos estudiosos acreditam que os arianos do Rig-Vedic se mudaram para esta localização por volta de 1400 a.C, atravessando os vários rios e depois prosseguindo em direção ao vale do Swat ou ao Punjab.

Para Romila Taphar (1966, p.70) a principal ocupação dos arianos na Índia estava na criação de gado (atividade pastoril). Para esses povos a criação de vaca dava-lhes prestígios pois era considerada uma mercadoria muito preciosa. Isto pode ter desencadeado a atitude dos indianos mais tarde de considerar este animal como sagrado. As terras usadas para a criação de gados, no início era de propriedade coletiva das tribos, no entanto, quando elas ficaram escassas foram divididas entre as famílias da aldeia, surgindo assim a propriedade privada e os problemas decorrentes dessa ação, tais como, as disputas por terras e herança, a busca de poder econômico no âmbito das tribos e o mais importante, o uso da terra para a produção agrícola.

Ao contrário da civilização de Harappa que foi classificada como "comunidades sem Estados" por Stein (2010), a Civilização Ariana foi vista como uma "Comunidade com Estados", conhecidas como "a era das grandes comunidades". É neste contexto que o autor discorre sobre as *Janapadas* como um regime político que surgiu no final do primeiro milênio que perdurou de 800 a 300 a.C. No Quadro 7 estão as informações sobre os Arranjos políticos e atividades econômicas predominantes nos territórios das Mahajanapadas que serão discutidas neste capítulo.

Quadro 7: Arranjos Políticos e econômicos predominantes nos territórios das Mahajanapadas

ARRANJOS POLÍTICOS	CENTRO DO PODER	ATIVIDADES ECONÔMICAS	LÍNGUA E RELIGIÃO
-"Comunidades com Estados" (Stein, 2010) -Era das Grandes Comunidades -Surgimento do Regime Político conhecido como Janapadas, uma espécie de pequenas Repúblicas -Existiam as Tribos e os Clãs -Governo colegiado -Mudança das pequenas repúblicas (Janapadas) para a Monarquia (Mahajanapadas)	16 Territórios de Mahajanapadas (Estados de Clãs) -Desses, o destaque foi para Magadha	-Controle da principal rota comercial da Bacia do Ganges, beneficiando Magadha com arrecadação de tributos deste comércio - Criação de gado (atividade pastoril) -Propriedade privada da terra com o seu uso para a produção agrícola -Riqueza com depósitos de minério de ferro	-Língua: Indo-Europeia (Sânscrito) -Religião: Jainismo e Budismo em Magadha -Havia Repúblicas leais ao Budismo -Monarquias leais ao Hinduísmo (Sistema de Castas na sociedade)

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010) e Romila Thapar (1966, 1991), Sen (2022)

Stein (2010) adverte que as *Janapadas* poderiam ser chamadas de uma espécie de "Repúblicas" de acordo com as fontes de informações de Pali, livro budista e dos textos jainistas, assim como *Arthashastra* de Kautilya e Mahabharata. Neste tipo de política, a chave social estava nas Tribos ou clãs. A forma política desta tribo era caracterizada por um "governo

colegiado" cujos membros principais foram recrutados por nascimento em um determinado lugar. A elegibilidade deste "governo" dependia de dois fatores, a saber, o primeiro exigia que seus membros fossem filiados ao clã e dos direitos corporativos a status e propriedade e o segundo da realização das suas tarefas individuais na comunidade que estavam residindo.

Quadro 8: Linhagem, Clã e Tribos

Os historiadores usam vários termos e conceitos sociológicos para descrever as culturas antigas. Parentescos referem-se as relações sociais e culturalmente reconhecidas entre as pessoas, comumente baseadas em laços naturais ou biológicos. Esses laços podem ser baseados em nascimento/descendência (relações consanguíneas), casamentos, adoção e acolhimento. O parentesco é tão importante na sociedade indiana que a sua língua se espalhou por toda parte. Os sistemas de parentescos podem ser unilineares ou multilineares. Os sistemas de parentescos unilineares que reconhecem relações de descendência através do pai são conhecidos como patrilinear ou agnático. Os sistemas de parentescos unilineares que reconhecem a descendência através da mãe são conhecidos como matrilineares. Uma Linhagem é um grupo de parentes unilineares. Tendo em vista o problema de traçar a linha divisória entre família e linhagem, o último termo pode ser usado para relacionamento. Além da família de três ou quatro gerações existem vários grupos de descendência unilinear que a traçam a partir de um ancestral, real ou mítico formando um Clã. Os membros de um Clã as vezes reivindicaram um local de origem comum e pode ter a propriedade de um Clã ou um deus de Clã. Vários Clãs relacionados constituem uma Tribo. Tribo é um termo problemático. Tem sido frequentemente usado por antropólogos para se referir as pessoas consideradas primitivas que vivem economicamente menos desenvolvidas e sem escrita. Hoje em dia os Sociólogos têm o cuidado de evitar termos carregados de valores, como "primitivo", e estão conscientes das armadilhas na definição de uma Tribo. André Beteille (1960, 1977) sugere que uma Tribo pode ser definida como uma sociedade com uma fronteira política, linguística e, de certa forma, cultural definida baseada no parentesco e carente de estratificação social. No contexto da História inicial da Índia, os Historiadores costumam usar o termo "tribal" para se referir às sociedades pré-chefias e pré-estatais.
Fonte: Singh (2016, p.189).

Karam Tej (2013) advoga que algumas *janapadas*[57] se transformaram em Mahajanapadas pois apresentavam muitos assentamentos urbanos. Portanto, o que significa o termo *janapada* no contexto da *Mahajanapada?* De acordo com o autor, esse termo significava "uma terra onde as pessoas viviam por muitas gerações e estavam ligadas umas às outras não apenas pelo sangue e pela geografia, mas também pelos costumes, rituais religiosos e dialetos"[58]. Isto significa que no contexto do período *Mahajanapada*, as *janapadas* podem ser tomadas como "terras desmatadas" com fortes laços de parentescos e geográficos.

[57] J*ana* se refere a um membro de um clã na sociedade védica primitiva. Nesta sociedade, os seus membros eram grupos pastorais que perambulavam em busca de pastagens, sendo que eles começaram a se estabelecer no território e formar assentamentos agrícolas no final do período védico. Esses assentamentos, por sua vez, foram chamados de Janapadas (Karam Tej, 2013).

[58] *Ibidem*, 2013, p.183.

Burjor Avari (2007) vai observar de que forma os Mahajanapadas poderiam ser classificadas como "Estados de Clãs":

> Eles estavam classificados em dois grupos. O menor grupo estava composto por estados de clãs e o maior formado por vários reinos. Os estados de clãs estavam situados principalmente na periferia dos reinos, ou seja, no sopé do Himalaia, noroeste da Índia, Punjab, Sindhi e Índia central e ocidental. As pessoas que viviam nos estados de clãs que moravam nas colinas distantes do centro eram mais resistentes as ordens e costumes vindos do centro, por isso, continuaram com as suas antigas tradições de trabalhar em conjunto com outras pessoas que consideravam parte de uma família maior que era o clã. Dos 16 Mahajanapadas, dois deles, Mallas e Vriji, tornaram-se os estados de clãs mais importante (Burjor Avari, 2007, p.88).

É neste contexto de "Estados de Clãs" e na vertente das Mahajanapadas que Kautilya[59], considerado um grande escritor indiano, cientista político da Índia Antiga, escreveu a sua obra "*The Arthashastra"* onde *Artha* na língua sânscrito significa "riqueza" ou "prosperidade" e *Shastra* que se refere ao fato de se tratar de uma "ciência ou conhecimento dos princípios e procedimentos adequados que devem ser exercidos pelos governantes" (Rangarajan, 1987, p.12).

De uma forma geral, o autor mostrou nesta obra como seria o Estado ideal indiano, partindo do pressuposto de que a riqueza de uma nação seria composta pelo Estado, o seu território e os seus habitantes. Para isso, o Estado ou governo teria que desempenhar um papel crucial na manutenção do bem-estar material da nação e do seu povo, ou seja, implementar políticas econômicas bem-sucedidas, especialmente por meio de empresas produtivas que proporcione o aumento das receitas do Estado e assim financiar o bem comum à sua população (Shah, 2012).

Além disso, essa obra que foi escrita em sua forma original em sânscrito provavelmente entre os séculos IV e III a.C, representa a primeira ideologia (Hinduísmo ou religiões védicas) que regeu a geopolítica da Índia Antiga. Embora Kautilya não seja tão conhecido no ocidente, os seus feitos sobre a constituição de um Estado, a sua idealização da figura de um rei e a sua teoria de comércio exterior são bastantes difundidas entre os governantes na Índia Moderna. É preciso ter em mente que este tratado político se limita à cultura e à civilização indiana, questão

[59] Existem controvérsias em relação ao verdadeiro nome de Kautilya, Regiani (2018) discorreu sobre essas polêmicas, advertindo o leitor para os diversos nomes do autor que poderiam ser assimilados nas literaturas indianas e ocidentais. É neste sentido, que Regiani (2018, p.20) mostra que alguns autores podem adotar os nomes Cãnakya ou Visnugupta para se referir a Kautilya que é o mais conhecido. Rangarajan (1987) e Bath (1998) discorrem em suas respectivas obras que o nome Kautilya se originou da tribo chamada *Kutila* onde ele viveu e Cãnakya seria o derivado do sobrenome do seu pai, Acarya Canak. Autores como Shamasastry (1915) e Rajiv Ahir (2017) informam que Kautilya nasceu em 340 a.C, em Pataliputra, a atual cidade indiana de Bihar, falecendo em 280 a.C em Shravanbelgola, atual cidade de Karnataka, também na Índia. Apesar de existirem poucos registros sobre a vida de Kautilya, esses autores narram em suas respectivas obras que ele pertenceu à Casta chamada Brâmane e foi um renomado professor de Economia e Ciências Políticas na Universidade de Taxila, um dos mais importantes centros político, econômico e intelectual da antiguidade.

colocada pelo autor ao estabelecer os limites do que constitui para ele "o mundo conhecido" que seria localizado ao norte da cordilheira do Himalaia, ou seja, na área geográfica do subcontinente indiano, que na época abrangia os territórios do que hoje compreende a Índia, Paquistão, Nepal, Butão e Bangladesh (Fraíz, 2016, p.11).

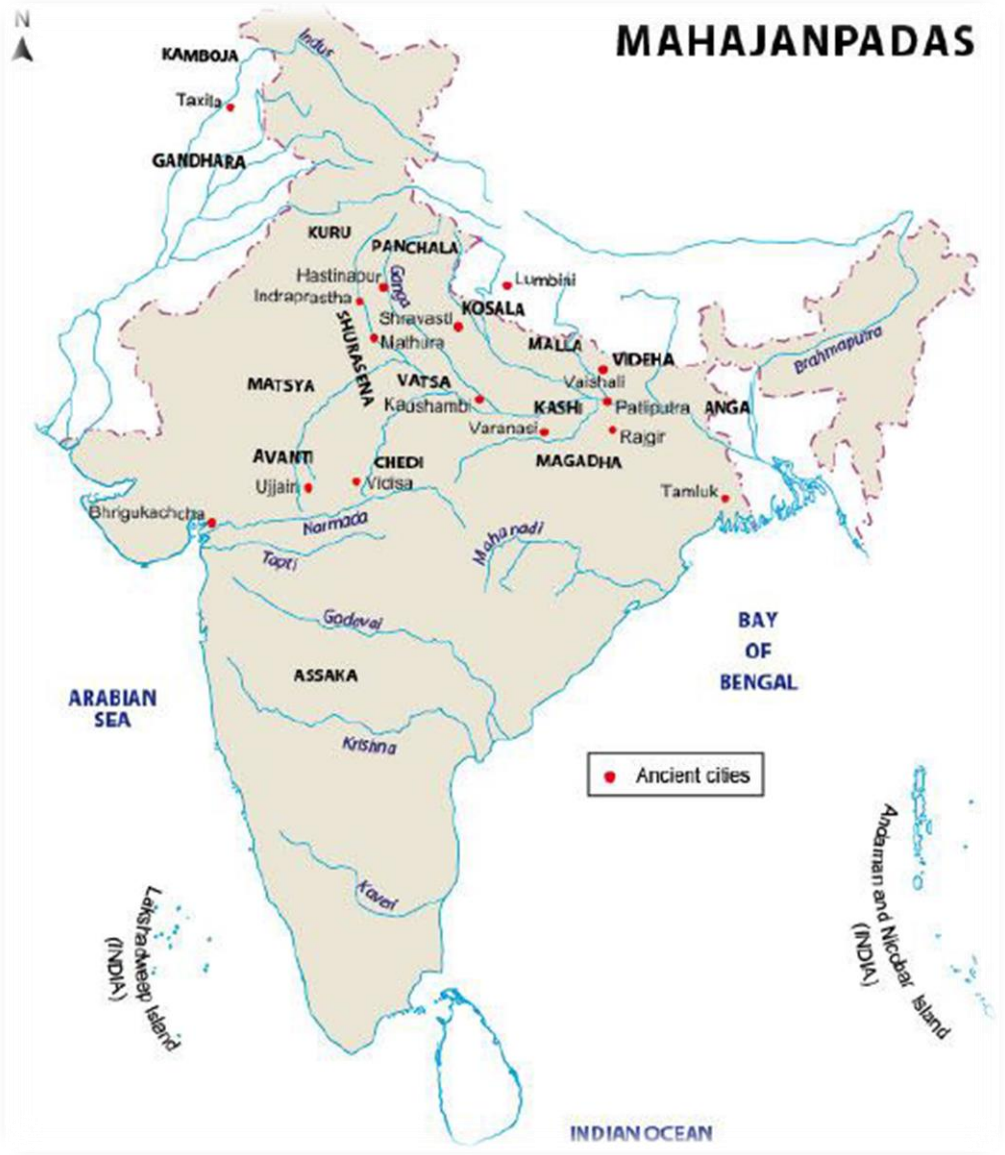
Esta obra é vista também como a "ciência da política" (Pradeep Kumar, 2015) e como arte do governo, pois aborda em seus capítulos assuntos como a administração do governo; leis, ordem e justiça; tributação, receitas e despesas; política estrangeira; defesa e guerra. Portanto, o seu objetivo consiste "na promoção do bem-estar dos súditos que leva a aquisição de riquezas que, por sua vez, possibilita a expansão do território através da conquista" (Rangarajan,1987, p.14).

Ela é vista também como um tratado sobre a cultura corporativa e espiritualidade como observou Rangajaran (1987, p.67) embora a palavra "corporativo" não existisse naquela época. No entanto, o sentido dela está presente nos escritos de Kautilya quando mostra aos governos como se deve organizar a máquina pública e a arrecadação de impostos de áreas consideradas estratégicas naquela época, tais como, as minas de ferro, ouro, comércio, têxteis, produtos florestais e artesanais.

E, por fim, Fraíz (2016, p.14) traduz esta obra como um autêntico manual de estratégia militar[60], pois ajuda-nos a compreender como um Estado deve ser governado e administrado por um rei. Além disso, descreve soluções para os vários problemas associados à forma de governo monárquico, incluindo a diplomacia, guerra e táticas militares. O autor finaliza a sua posição afirmando que a obra de Kautilya é um dos documentos mais relevantes relacionados às habilidades diplomáticas, economia política e conhecimentos seculares da Índia Antiga.

[60] Neste contexto, Kautylia escreveu a Teoria do Raja Mandala onde pressupôs a existência de um círculo ou órbitas de Estados em torno de um reino. Este círculo normalmente consistia em doze Estados, já incluindo o reino dominante. O pressuposto desta Teoria afirmava que "Estados vizinhos são inimigos naturais, e que os vizinhos do outro lado, pelo mesmo motivo, também o são" (Regiani, 2018, p.34), em outras palavras, "o inimigo do meu inimigo, é meu amigo" (Boesch, 2003, p.18). Em síntese, "um rei vizinho era chamado de "o inimigo" e outros reis vizinhos como aliados; um Rei cujo reino se encontrava no meio da Mandala era considerado neutro" (Fraíz, 2016, p.31). Em síntese, a Teoria do Raja Mandala de Kautilya, nos permite compreender a natureza dos laços políticos entre os Estados na antiguidade. Esta formulação teórica e abstrata recebeu uma clara influência das ideias religiosas hindus, como os reflexos da educação recebida por Kautilya e da casta que pertencia do que das observações direta da realidade geopolítica que vivia no Império Maurya. Como visto, estamos diante de uma obra que representa a Teoria do Realismo Político, pois nos oferece as chaves para que um rei possa tomar medidas necessárias para preservar o Estado e o bem comum da sua população. Por isso, foi considerada como o primeiro tratado escrito sobre política, e resumi-la neste trabalho de tese foi sem dúvida, um trabalho árduo, mas prazeroso também, pois a partir deste conhecimento será possível entender a dinâmica do pensamento político-estratégico na Índia, desde a sua história antiga representada pela geopolítica védica Hindu, regida pela geoideologia do Raja Mandala e pela geoestratégia dos seis pontos da política externa de Kautilya, até a Índia Moderna com a geopolítica da Índia Independente.

No período de Kautilya, segundo Regiani (2018, p.23), o Subcontinente Indiano encontrava-se fragmentado politicamente em torno de 16 territórios, tornando iminente uma guerra civil entre eles. O autor ainda acrescenta que este Subcontinente estava sofrendo ameaças externas do exército do Imperador Macedônico Alexandre, "O Grande"[61] (327 a.C). O Mapa a seguir ilustra a disposição desses dezesseis territórios no Subcontinente Indiano durante a Era dos *Mahajanapada*.



Mapa 6: Disposição dos Dezesseis territórios da Era Mahajanapada no Subcontinente Indiano
Fonte: Regiani (2018, p.23).

[61] De acordo com Sen (2022, p.57) "a invasão de Alexandre "O Grande" deixou pouco impacto permanente na Índia. Isto porque a campanha de Alexandre durou apenas dois anos e limitou-se ao Punjab, onde hoje faz parte do Paquistão. No entanto, durante o Império Britânico, a incursão de Alexandre na Índia recebeu atenção considerável de historiadores, funcionários públicos e administradores britânicos. Isto se dá porque eles buscavam se espelhar em exemplos clássicos que provassem a sua superioridade enquanto civilização ocidental a conquistar a Índia".

Karam Tej (2013) destaca que entre os 16 Mahajanapadas, o estado de Magadha foi o mais importante, não apenas porque tornou-se uma grande unidade territorial estabelecida, mas também adquiriu a capacidade de coletar impostos para pagar as suas obrigações e financiar a sua expansão territorial no subcontinente. Ligado a esta expansão, observamos uma mudança na postura política deste estado, haja vista que passa a existir a figura de um rei, deixando de ser uma pequena república que caracterizavam os estados de clãs, para assumir a forma de uma monarquia. Mesmo que seja difícil caracterizar a política e os seus arranjos institucionais na Índia nos períodos antigo e médio, os textos védicos do período Mahajanapadas indicam que sob a direção do rei Ajatasattu, o estado de Magadha tornou-se desenvolvido em termos de máquinas administrativas, judiciais e exércitos profissionais que foram usados em sua política de expansão territorial.

O núcleo deste estado está atualmente localizado na área da moderna Bihar ao sul do Ganges. Resumindo, as atividades políticas nos séculos VI e V a.C estavam concentradas no controle do Vale do Rio Ganges dado o seu potencial natural e econômico, por isso, os estados de Kashi, Koshala, Vrijjis e Magadha lutaram por esse controle por mais de um século até que este último saiu vitorioso. Sendo que, mais tarde, Magadha lutou e anexou Kashi e Koshala ao seu reino como parte da sua política de expansão territorial (Karam Tej, 2013).

O Quadro 9 mostra uma visão geral sobre esses 16 estados maiores chamados de Mahajanapadas, de acordo com a organização estabelecida por Karam Tej (2013).

Quadro 9: Visão geral sobre os 16 Mahajanapadas na Índia Antiga

16 Mahajanapadas	**Capital**	**Localização moderna**	**Fatos sobre Mahajanapadas**
Anga	Champa	Munger e Bhagalpur	-Anga Mahajanapadas encontra referência nos livros de Mahabharata e Atharva Veda; -Durante o Governo de Bimbisara, Anga foi tomado pelo Império Magadha; -Situa-se na atual Bihar e Bengala Ocidental.
Magadha	Girivraja Rajagriha	Gaya e Patna	-Magadha encontra menção no Atharva Veda que informa que esta era uma habitação semi-bramanica; -Localiza-se na atual Bihar perto de Anga, dividida pelo rio Champa; -Mais tarde, Magadha tornou-se um centro do Jainismo e o primeiro Concílio Budista foi realizado em Rajagriha.
Kasi	Kasi	Banaras	-Localiza-se em Varanasi; -Esta cidade recebeu o nome dos rios Varusa e Asi, conforme citado no épico Matsya Purana
			-Vatsa também é conhecido como Vamsa; -Este Mahajanapada seguiu a forma monárquica de governo;

Vatsa	Kausambi	Allahabad	-A capital é Kausambi; -Esta era uma cidade central para atividades econômicas; -Havia um cenário de comércio e negócios próspero no século VI a.C. Após a ascensão de Buda, o governante Udayana tornou o Budismo uma religião estatal; -Vatsa estava localizada em torno da atual Allahabad.
Kosala	Sravasti	Leste de Uttar Pradesh	-Localizava-se na moderna região de Awadh, em Uttar Pradesh; -Sua capital era Sravasti.
Saurasena	Mathura	Oeste de Uttar Pradesh	-Este lugar era um centro de adoração a Krishna na época da Megastenes. Além disso, havia um seguidor dominante de Buda aqui.
Panchala	Ahichchatra e Kampliya	Oeste de Uttar Pradesh	-Sua capital para o Norte de Panchala era Ahichchatra e Kampilaya para as regiões do sul; -Situava-se no atual oeste de Uttar Pradesh; -Mais tarde, a natureza do governo mudou da monarquia para a república.
Kuru	Indraprastha	Meerut e sudeste de Haryana	-A área ao redor de Kurukshetra foi aparentemente o local de Kuru Mahajapada; -Mudou para uma forma republicana de governo.
Matsya	Viratnagar	Jaipur	-Situava-se a Oeste dos Panchalas e ao Sul dos Kurus; -A capital estava em Viratnagar; -Situa-se em torno da atual Jaipur.
Chedi	Sothivati	Jaipur	-Foi citado no épico Rigveda; -A capital era Sothivati; -Localiza-se na atual região Bundelkhand.
Avanti	Ujjaini ou Mahismati	Malwa e Madhya Pradesh	-Avanti foi significativo em relação à ascensão do Budismo; -A capital de Avanti estava localizada em Ujjaini ou Mahishmati; -Situava-se em torno dos atuais Malwa e Madhya Pradesh.
Gandhara	Taxila	Rawalpindi	-A capital estava em Taxila; -Gandhara é citada no épico Atharva Veda -As pessoas eram altamente treinadas na arte de guerra -Foi significativo para as atividades comerciais internacionais
Kamboja	Pooncha	Rajori e Hajra	-A capital de Kamboj é Poonch; -Situa-se na atual Caxemira e Hinduhush; -Várias fontes literárias mencionaram que Kamboja era uma república.
Ashmaka e Assaka	Pratisthan/ Paithan	Bank de Godavari	-A capital deste Mahajanapada estava localizada em Pratishthan ou Paithan; -Localizava-se na margem do Godavari.
Vajji	Vaishali	Bihar	-É a capital de Vajji foi Vaishali; -As principais raças residenciais neste Mahajanapadas eram Licchavis, Veteranos, Jnatrika e Vajjis; -Malla

Malla	Kusinara	Deoria e Uttar Pradesh	-Encontra uma referência na cultura budista e textos jainista e Mahabharata; -Malla é uma República; -Sua capital era Kusinara situada ao redor da atual Deoria e Uttar Pradesh.

Fonte: Karam Tej (2013).

Outro ponto importante a ser destacado em relação ao Mahajanapada Magadha foi a sua relação com as religiões jainismo e budismo[62], sendo que os principais discípulos do Buda, chamados de Sariputta e Moggallana, eram nativos deste estado. Por causa desta devoção ao budismo, a relação política e social deste estado era desprezada pela cultura ariana que tinha o sistema de casta como definidor das questões hierárquicas da sua sociedade, por isso, os escritores bramânicos desprezavam a cultura, política e religião de Magadha. Neste contexto, temos que ressaltar que a história política e social de Magadha foi narrada através dos textos budistas enquanto a história da cultura ariana ou dos povos arianos estão presentes nos livros sânscritos brâmanes (Karam Tej, 2013).

Associado a isto, o desenvolvimento da religião budista durante o seu período inicial, fez de Magadha um importante centro político e comercial, pois era visitada por pessoas de todas as partes do norte da Índia que vinham em busca de comércio e aprendizagem. Logo, observou-se a sua supremacia em termos econômicos quando integrou Bihar ao seu reinado conhecida por sua riqueza em depósitos de minérios de ferro. O controle da principal rota comercial da Bacia do Ganges que levava à Baía de Bengala trouxe benefícios em termos de arrecadação de receitas para este estado. Em termos de segurança, formaram-se as grandes cidades de Magadha constituídas por Rajagriha e Pataliputra, conhecidas como as cidades fortalezas. Esses fatores foram essenciais para garantir a prosperidade desse estado, ao ponto de ser chamado de Império Magadha que ao longo do tempo foi composto por vários reis (Karam Tej, 2013).

De uma forma geral, Sen (2022, p.33) destaca que os povos indo-arianos adoravam divindades relacionadas aos Vedas que regiam as forças da natureza: panteão védico que governava o céu; *Agni*, o deus do fogo; *Varuna*, deus do trovão; *Rudra*, deus do relâmpago; *Vayu*, deus do vento e *Surya*, deus do sol. Esses povos acreditavam que a vida e a natureza eram grandezas incertas, portanto, a melhor maneira de apaziguar os deuses era conquistar o seu favor por meio do sacrifício ritual, conhecido como *yajna* em sânscrito. Havia também, algumas

[62] É importante salientar que a Mahajanapada Magadha foi o berço de duas das maiores religiões da Índia, o jainismo e o budismo. A partir deste estado, essas duas religiões começaram a se espalhar para diferentes partes do subcontinente indiano (Karam Tej, 2013).

divindades femininas, tais como, *Aditi* e *Usha* que representavam o amanhecer. No entanto, dada a sociedade patriarcal desta época, o que prevalecia eram os deuses masculinos.

Segundo Burjor Avari (2007), Burton Stein (2010) e Karam Tej (2013), no reinado de Bimbisara que foi o fundador do Império de Magadha, a sua estrutura política para obter expansão territorial seguiu três frentes principais: a primeira corresponde a alianças que foram realizadas através de matrimônios, sendo que Bimbisara se casou com a princesa de Kosala para expandir os seus domínios no norte da Índia; a segunda frente política consistia na amizade com governantes forte para estreitar seus laços comerciais; e a terceira referente a conquista de vizinhos mais fracos, em termos militares, mas nas questões econômicas tinham a oferecer vantagens para Magadha, foi o caso da conquista da Mahanajapada Anga que era um importante centro comercial. Frisa-se que a religião seguida por esse rei era o Budismo e Mahavira que influenciaram direta e indiretamente as questões políticas deste império, fundando no período, o primeiro Conselho Budista em Rajagriha logo após a morte de Buda. Com o rei Ajatshatru, a política do Império Magadha foi semelhante à do rei anterior, pois seguia com a sua política expansionista conquistando vários reinos e espalhando a religião budista em seu reinado. O rei seguinte, *Udayin*, fundou a nova capital deste império em Pataliputra e patrocinou o Segundo Conselho Budista em Vaishali.

Em suma, Romila Taphar (1966) faz um breve relato sobre a constituição da história política da Índia nos períodos antigo e medieval que vai corroborar com as análises já realizadas pelos autores Burjor Avari (2007), Burton Stein (2010) e Karam Tej (2013). De forma geral, essa autora relata que a primeira organização política a se estabelecer ao norte da Índia foram as organizações tribais. Essas tribos se estabeleceram em diversos assentamentos permanentes e ali criavam a sua identidade com a área geográfica a qual dava nomes as suas tribos. No entanto, para manter a posse dessas áreas era necessário que essas tribos se organizassem politicamente, seja tomando forma de uma república ou de um reino (monarquia). Neste aspecto, deve-se considerar um elemento segregador e excludente que predominava na Índia antiga referente a localização espacial das repúblicas e das monarquias.

Sobre isso, Romila Taphar (1966) disserta que as áreas com maiores prestígios, ou seja, aquelas mais férteis em termos de riqueza mineral e econômica como a Planície dos Ganges eram ocupadas pelos grandes reinos (forma de governo monárquica), ao passo que a periferia dos reinos que ficava ao redor da porção norte da Índia considerada um lugar desfavorável em termos de economia e riqueza estavam destinadas as repúblicas, ou as comunidades tribais. Essas áreas eram menos férteis e montanhosas e distantes dos grandes centros urbanos,

possibilitando a formação de pequenas repúblicas que poderiam ser compostas por uma única tribo, a exemplo, das Shakyas, Koliyas e Mallas, ou consistir em uma confederação de tribos tais como ocorreu em Vrijjis e Yadavas.

Além da diferença de localização entre repúblicas e monarquias (reinos) no norte do subcontinente indiano mencionado acima por Romila Taphar (1966), outras, foram narradas pela autora. Uma delas se refere ao funcionamento de um governo popular mais eficaz nas tribos do que nas monarquias. Essa eficácia se refere ao sistema de lealdade que existia entre os membros da tribo com o seu chefe escolhido pela comunidade por meio de assembleias corporativas. No entanto, quando ocorre a transição da tribo para o sistema político regido pelas repúblicas esse padrão democrático essencial das tribos foi se desfazendo, mesmo com a manutenção da ideia de um governo representado por assembleias tribais. Isto se deve as questões religiosas que permeavam as questões políticas na Índia antiga, sabendo-se que a lealdade tribal estava curvada para o budismo enquanto nas monarquias, a figura do rei estava sujeita às lealdades do sistema de casta bramânico da era védica.

Devido a este fato, Romila Taphar (1966) deduz que a sociedade indiana foi se tornando mais complexa e excludente, ao mesmo tempo que a junção entre política e religião foi se alastrando e incorporando várias tribos que pelas circunstâncias do momento foram obrigadas a se submeter as determinações dos grandes reinos. Isto, por sua vez, também enfraqueceu os status das assembleias populares[63] que caracterizaram a democracia nas tribos, dando lugar ao sistema monárquico cuja divindade do rei "com seu corolário de poder do sacerdote e do ritual védico regia a política, haja vista que no sistema de castas a figura do rei estava submissa aos brâmanes que ocupava o ápice da hierarquia na era védica" (Romila Taphar, 1966, p.65).

Outro aspecto relevante a acrescentar se refere ao declínio da cultura tribal, combinado com uma crescente dependência das tribos de uma economia agrária, que consequentemente, estimulou o crescimento da política monárquica no subcontinente indiano. A partir deste momento quando a figura do rei prevalece no cenário político da Índia antiga começando no

[63] O aspecto corporativo do governo nas tribos foi considerado a maior força das repúblicas. O próprio procedimento do governo envolvia a reunião dos representantes das tribos ou dos chefes de famílias na Assembleia pública ou *Moot Hall* na capital. Esta assembleia era presidida por um dos representantes que assumia o título de *rajá*. Este cargo não era hereditário, logo o *rajá* era considerado um chefe e não um rei. Os assuntos colocados em pauta nessas reuniões eram debatidos entre os presentes, caso não houvesse uma decisão unânime entre eles, a pauta era colocada em votação. A administração desta assembleia estava nas mãos de funcionários como os auxiliares do chefe, tal como, o tesoureiro e o comandante das forças armadas. O procedimento judicial era extremamente elaborado: o suspeito criminoso tinha que enfrentar uma hierarquia composta por sete funcionários. O poder social e político estava com os *kshatriyas* em primeiro lugar e os brâmanes em segundo lugar na hierarquia de castas, uma vez que os budistas estavam mais familiarizados com o contexto republicano. Pelo menos no começo, as tribos podiam se dá o luxo de não aceitar plenamente as teorias dos brâmanes, pois não estavam incorporados ao sistema monárquico (Romila Taphar, 1966, p.69 a 71).

período védico, observamos a prevalência do sistema de castas na sociedade começando na porção norte e depois se alastrando para todas as partes do subcontinente.

Neste contexto, Romila Taphar (1966, p.80) argumenta sobre essa nova fase da estrutura política da Índia baseada na monarquia, onde a relação política e religião fica mais evidente:

> Nesta nova fase política da monarquia, a realeza já havia se tornado hereditária com preferência por governantes da casta *Kshatriya*, embora esta preferência permanecesse no campo teórico, uma vez que reis de todas as castas eram conhecidos por terem governados de acordo com as suas conveniências políticas. Neste âmbito, a natureza divina da realeza era uma ideia estabelecida dentro da lógica da religião védica, sendo, portanto, reforçado ao longo do tempo por meios de sacrifícios rituais iniciados pelos reis, haja vista que após a coroação, quando o status de rei foi estabelecido, começava a consagração real aos deuses pelo poder dos sacerdotes, os brâmanes. Este ritual era altamente simbólico, onde o rei passava por purificação e renascimento místico como um rei divino. Talvez o mais popular dos maiores sacrifícios tenha sido o *Ashvamedha* ou os sacrifícios de cavalos, onde o rei reivindicava todo o território sobre o qual vagava. Esses procedimentos aconteceram nos reinos de Magadha, Kosala e outros (Romila Taphar,1966, p.80).

No entanto, Romila Thapar (1966, p.41-42) nos adverte que a ascensão de Magadha não foi devida às ambições políticas de Bimbisara e Ajatashatru seu filho, pois, embora o último tenha sido sucedido por uma série de governantes insatisfatórios, Magadha permaneceu poderoso. Magadha teve a sorte de estar localizada em uma posição geográfica que lhe dava controle sobre a planície do baixo Ganges, incluindo o rio, com sua receita do comércio fluvial advinda, principalmente da produção de ferro.

A conquista de Anga tornou esse comércio interno e externo, ainda mais lucrativo. Os recursos naturais também eram favoráveis a Magadha, tais como, o solo rico para o cultivo, as florestas vizinhas forneciam madeira para construção e elefantes para o exército, e os depósitos de ferro locais possibilitavam instrumentos e melhores armas e um comércio lucrativo de ferro[64]. Todos esses fatores "possibilitaram o avanço da política externa de Bimbisãra que consistia na expansão territorial e econômica por meio da conquista militar" (Thapar, 1966, p.43).

[64] Burjor Avari (2007, p.90) "o maior de todos os reinos da Índia seria Magadha, isso porque a sua localização demonstrava um aspecto interessante da geografia histórica da Índia. Embora toda a Bacia Gangética seja geralmente considerada como a região onde a civilização do norte da Índia cresceu e floresceu desde 600 a.C, o coração político dela durante os primeiros mil anos, aproximadamente até o século VI d.C, estava localizado em uma área no Sudeste daquela Bacia. Esta é a área onde o Mahajanapada de Magadha se tornou um grande Estado e, posteriormente, um grande Império. Certas vantagens importantes deram-lhe a supremacia diante dos seus rivais. Até hoje, Bihar é rica em depósitos de minérios de ferro. O ferro foi o principal recurso que deu aos Magadhans a supremacia em termos de tecnologia agrícola quanto militar. Além disso, Magadha também controlava a principal rota comercial da Bacia do Ganges, que levava à Baía de Bengala, gerando receitas substanciais para o Estado. As duas grandes cidades de Magadha, primeiro Rajagriha e depois Pataliputra, eram cidades-fortalezas maciças, imunes à ataques externos".

Apesar da prosperidade reinar sobre Magadha, havia uma ameaça externa em curso contra o Império Nanda referente ao exército do Imperador Macedônio Alexandre "O Grande". Os autores Romila Thapar (1966) e Chapman (2009) descrevem que ele tinha um sonho de conquistar a Planície Indo-Gangética, também conhecida como Planície Indo-Ganges porque era muito extensa e englobava as partes mais populosas do Paquistão, toda a região Norte da Índia onde estava situada Magadha e quase a totalidade do território de Bangladesh localizado no extremo nordeste do Subcontinente Indiano. Depois de várias conquistas, entre elas do Império Arquemênida da Pérsia, Alexandre se empenhou na conquista do Subcontinente Indiano, mais exato, nas áreas correspondentes aos atuais países do Sul da Ásia, Afeganistão e Paquistão.

No entanto, de acordo com Chapman (2019), as conquistas deste imperador na Índia foram limitadas à área da Bacia do Rio Indo, compostas por diversos Estados pequenos governados por chefes de tribos, como a chamada Tribo Puru. Foi contra o rei regional desta tribo, o rei de Porus do Punjab, que Alexandre travou a Batalha do Hydaspes que tinha por objetivo conquistar os territórios de Punjab e Sindhi, os mais importantes da Ásia Central, aumentando a sua influência no Subcontinente Indiano. Apesar desta batalha ser considerada a mais dispendiosa já travada por ele, haja vista que, o seu exército enfrentou uma grande resistência dos homens do rei Porus, Alexandre saiu vitorioso usando táticas, disciplina e tecnologias superiores de combate (Chapman, 2019). A consequência desta batalha foi "o fim da política Mahajanapada e a sua substituição por uma nova e poderosa monarquia, o Império Maurya" (Stein, 2010, p.70).

4.2 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO IMPÉRIO MAURYA

O Império Maurya (322 a.C e 185 a.C), disposto no Mapa 7, surgiu com poder econômico e militar de um Estado central com objetivos de expandir a sua hegemonia para o Sul da Ásia. Quem sucedeu ao trono neste Império foi Chandragupta Maurya, com a ajuda do *brahman* Kautilya, seu mentor intelectual e ministro-chefe do seu reinado. Entre os feitos de Kautilya para impor e manter Chandragupta Maurya ao trono, Burjor Avari (2007, p.50) descreve que o primeiro passo foi a aquisição de Magadha, como visto anteriormente. É interessante observar que Chandragupta pertencia à tribo Moriya centralizada na hierarquia mais baixa do sistema de castas no período Védico da Índia Hindu. Isso o tornava inferior à Dinastia dos Nandas, em termos de forças armadas.

É neste momento que a estratégia de Kautilya foi útil, ou seja, o seu plano político de derrotar a Dinastia dos Nandas estava sendo posto em prática. De acordo com o plano arquitetado por ele, no primeiro momento, pretendia-se conquistar diretamente o núcleo do Império Nanda localizado em Pãtaliputra, mas não obteve êxito. Então mudaram de plano e passaram a atacar esse Império pelas bordas, movendo-se, gradualmente em direção ao centro. Assim, "a fundação territorial do Império Maurya havia sido lançada, com o Chandragupta controlando as planícies do Indo e do Ganges e o extremo noroeste do Subcontinente Indiano" (Burjor, 2007, p.52).

:

Mapa 7: O Império Maurya (322 a.C e 185 a.C)
Fonte: Villas Boas (2021, p.69).

Como analisado anteriormente, a força motriz deste Império estava concentrada no estado de Magadha[65]. Nele, os seus primeiros imperadores foram capazes de centralizar o estado na força econômica e militar que foi planejada para expandir as suas influências além das suas fronteiras. Esta centralização se refere ao quadro político simplificado que este Império estabeleceu quando impôs o seu poder em uma vasta área geográfica, ou seja, quase três quartos da massa de terra do subcontinente indiano e da metade oriental do Afeganistão. Neste âmbito, Sharma (2009, p.4) reforça a centralização de poder que o rei Chandragupta Maurya[66] detinha neste Império, o que o caracterizava como um autocrata.

De acordo com Burjor Avari (2007, p.105) essa centralização de poder foi exercida através de métodos de governos que para o autor soava como contraditório, mas que serviu para manter os diversos povos unidos. Esse "soar contraditório" no qual o autor se refere diz respeito aos ditames administrativos do Império e das suas instituições burocráticas que gerava na população uma sensação de pertencimento e segurança no governo, mas, ao mesmo tempo, o governo exigia que esta população fosse obediente ao Imperador. Desta forma, o Império foi mantendo o povo unido em função desses fatores o que lhe proporcionava o avanço em suas políticas de expansão territorial.

Segundo as informações de Sen (2022, p.9 e 10) no período de expansão territorial e econômica deste Império, datado por volta de 250 a.C, estima-se que existia uma população total de 50 a 60 milhões de pessoas habitando uma área de 5 milhões de quilômetros quadrados. Este território abrangia toda a área da Índia moderna, exceto uma pequena área no extremo sul do Paquistão e partes do Afeganistão até a fronteira iraniana.

De antemão é salutar que saibamos que este Império é conhecido como pertencente a um Clã Kshatriya (se refere a terceira classe da hierarquia do Sistema de Castas) chamado Moriya. Como anteriormente descrito, o primeiro passo para se estabelecer essa dinastia foi a conquista de Magadha e, com o decorrer do tempo, a sua política de expansão territorial alcançou "os territórios de Arachosia (que hoje se localiza na área de Kandahar no sudeste do Afeganistão), Gedrosia (no sul do Baluchistão) e Parapomisadai (área entre o Afeganistão e o subcontinente

[65] Chandragupta (320-298 a.C) foi quem liderou uma rebelião que resultou na tomada de poder do estado de Magadha fundando, em seguida, o Império Maurya. A capital desse estado chamada de Pataliputra (hoje é o estado de Patna) foi localizada em uma posição estratégica comercial e defensiva na margem sul do Rio Ganges onde o Rio Son se juntava a ele (Fischer, 2010).

[66] O Império Maurya foi construído sobre as bases lançadas pelos Nandas. Os três primeiros governantes da dinastia foram Chandragupta (324/321-297 a.C), Bindusara (297-273 a.C) e Ashoka (268-232 a.C), segundo as informações de Satish Chandra (2016, p.330).

indiano)" (Satish, 2016, p.330). As conquistas desses territórios se devem ao conflito entre Chandragupta e Seleuco Nikator[67].

4.2.1 Dimensões Religiosas versus Políticas no Império Maurya

No quadro 10 consta as principais informações sobre os Arranjos Políticos e Econômicos predominantes no Império Maurya, no que tange ao centro de poder político, organização das atividades econômicas, aspectos linguísticos, étnicos e religiosos.

Quadro 10: Arranjos Políticos, econômicos e religiosos predominantes no Império Maurya

ARRANJOS POLÍTICOS	CENTRO DO PODER	ATIVIDADES ECONÔMICAS	LÍNGUA E RELIGIÃO
-Forma de Governo: Monarquia -Quadro político simplificado; -Expansão territorial e econômica do Império; -Império pertencente ao Clã Kshatria da Tribo Morya.	-Estado de Magadha; -Localização privilegiada; -Controle das Planícies dos Rios Indo e do Ganges e do extremo noroeste indiano.	-Índia como uma potência global mantendo relações comerciais com países como a Grécia, Egito, Europa Central; -Controle da principal rota comercial da Bacia do Ganges que concentrava grandes depósitos de ferro e água para a irrigação da agricultura. -Atividades econômicas: agricultura; economia agrária; criação de rebanhos; atividades comerciais interna e externa; -Fonte de receita do Império: arrecadação de imposto sobre o uso da terra; sobre os rendimentos obtidos dela; impostos sobre o uso da água.	-Religião: Budismo e -Hinduísmo -Sistemas de Castas na estrutura econômica da sociedade;

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010) e Romila Thapar (1966, 1991); Sen (2022); Burjor Avari (2007).

Em termos de dimensões culturais e religiosas, Sen (2022) argumenta que a diversidade religiosa era ampla, pois haviam religiões e seitas, tais como, o culto popular à Mahavira no Jainismo, além dos seguidores de Makkhali Gosala da seita dos Ajivikas, somando-se os adeptos ao Siddhãrtha Gautama dos Budistas, e sem esquecer dos Hinduístas, com a dominância dos Brâmanes do sistema de castas, que passou a ter concorrências dessas religiões, em termos de número de fiéis, donativos arrecadados, posição política e social na Índia. Salienta-se que Mahavira (Jainismo) quanto Gautama (Buda) pertenciam à casta aristocrática militar e demonstravam a mesma tendência anti-bramântica, ou seja, não cultuavam os sacrifícios

[67] Seleuco Nicator foi general de Alexandre "o grande". Em 305 a.C, "Seleuco invadiu o Punjab onde enfrentou um oponente formidável em Chandragupta Maurya. No fim deste confronto, os dois lados chegaram a um acordo pelo qual o Seleuco trocou os seus territórios indianos por 500 elefantes de guerra" (Sen, 2022, p.39).

védicos pregados pelos hinduístas. Apesar da existência de tantas religiões durante esse Império, Sen (2002) discorre que era notável a grande aceitação do hinduísmo entre as comunidades e governantes. Em muitas tribos védicas, onde a diversidade cultural e religiosa era uma característica bem presente, o bramanismo lutava para se impor na localidade, por meio de seus costumes, rituais e tradições.

É importante destacar nesta temática que coube à Chandragupta Maurya a propagação da religião Jainismo na região de Karnataka, no entanto, autores como Sharma (2005) atribuem à expansão desta religião no sul da Índia à grande fome que ocorreu em Magadha 200 anos após a morte de Mahavira. Por outro lado, o Budismo de Gautama foi se alastrando pelo Norte da Índia, regiões aonde o Brâmismo do Hinduísmo era menos presente. E no Sul da Índia, a dominância religiosa cabia ao Hinduísmo que dava o sustento religioso e político ao Sistema de Casta e a sua divisão de trabalho e de classe social.

Segundo os relatos de Romila Taphar (1966) no século VI a.C., a sociedade indiana estava profundamente influenciada pelo sistema védico, que era dominado pelos brâmanes (a classe sacerdotal). O sistema de castas (varnas) e os rituais complexos eram vistos como opressivos por muitas pessoas, especialmente as classes mais baixas. Tanto o Jainismo quanto o Budismo surgiram como alternativas a esse sistema, oferecendo caminhos espirituais mais acessíveis e igualitários. A expansão do comércio e a urbanização na região do Ganges levaram ao surgimento de uma nova classe mercantil (vaishyas). Esses comerciantes e artesãos buscavam novas formas de expressão religiosa que não estivessem vinculadas ao rígido controle dos brâmanes. Tanto o Jainismo quanto o Budismo atraíram essa classe emergente. Os rituais védicos frequentemente envolviam sacrifícios de animais, o que gerava críticas de grupos que defendiam a não violência (ahimsa). Tanto o Jainismo quanto o Budismo enfatizavam a ahimsa, atraindo aqueles que rejeitavam a violência ritualística.

Um dos fatores que impulsionaram o avanço do Jainismo no norte da Índia foram os ensinamentos de Mahavira, que pregava a não violência, a austeridade e a renúncia aos bens materiais. Sua mensagem de libertação espiritual (moksha) através da conduta ética e da meditação atraiu muitos seguidores, especialmente entre os comerciantes. Além disso, recebeu apoio de vários governantes, como o rei Bimbisara de Magadha e, posteriormente, a dinastia Maurya. Com isso, os monges jainistas (sadhus) e as monjas (sadhvis) desempenharam um papel crucial na disseminação da religião. Eles viajavam por toda a Índia, pregando e estabelecendo comunidades.

Por outro lado, o budismo ofereceu um caminho espiritual que não dependia de rituais complexos ou do sistema de castas. Sua ênfase no Caminho do Meio (equilíbrio entre a austeridade extrema e a indulgência) e nas Quatro Nobres Verdades atraiu pessoas de todas as classes sociais. Recebeu um impulso significativo com o apoio de governantes como o rei Ashoka, da dinastia Maurya. Após a Guerra de Kalinga, Ashoka adotou o Budismo e promoveu sua disseminação por toda a Índia e além, enviando missionários para outras regiões da Ásia. Outro fator de impulso desta religião, foi a linguagem acessível nos seus ensinamentos, ou seja, enquanto os textos védicos eram escritos em sânscrito, uma língua restrita à elite, os ensinamentos budistas eram transmitidos em línguas vernáculas, como o páli, tornando-os mais acessíveis às massas. Outro fator importante de atração do Budismo se refere a não discriminação com base em casta ou gênero, o que atraía pessoas marginalizadas pelo sistema védico. Mulheres, por exemplo, podiam se tornar monjas e buscar a libertação espiritual, algo que não acontece no sistema de castas (Sharma, 2005; Taphar, 1966).

Voltando aos aspectos políticos, ressaltamos que entre as suas diversas conquistas territoriais, a mais importante foi a aquisição de Magadha. Isto se justifica pelo fato dele se localizar nas zonas de confluências ribeirinhas, haja vista que, naquela época a agricultura era a atividade econômica de grande prestígio para a sociedade. No entanto, esta atividade dependia das bases tecnológicas da agricultura irrigada, logo, a proximidade deste estado de grandes rios na região facilitava a produção e a comercialização dos produtos agrícolas. Outra questão econômica a mencionar é que a capital de Magadha, a Pataliputra, estava situada em um local privilegiado, rico em depósitos de ferro no Sul do Rio Ganges. Com o ferro em abundância o poderio militar do Império aumentava gradativamente, o que era vantajoso para a sua política de expansão territorial. Assim, Chandragupta controlou as planícies do Indo e do Ganges e o extremo noroeste indiano (Stein, 2010; Satish, 2016; Romila (1966)).

Romila (1966, p.90) ressalta que os depósitos de minérios de ferro encontrados em abundância em Magadha "foi o principal recurso que deu aos seus conterrâneos a supremacia em tecnologias agrícola e militar. Além disso, esta cidade controlava a principal rota comercial da bacia do Ganges trazendo receitas para os reis através da comercialização do ferro". Para se proteger das constantes invasões pelos quais a Índia já estava acostumada a enfrentar, as duas principais cidades deste reino, a saber, Rajagriha e Pataliputra, foram construídas para servirem como cidades-fortalezas.

Em função dessas riquezas, a administração política do Império Maurya foi estabelecida. Alguns autores, tais como Romila (1966) acreditava que este Império se constituía em uma

nova forma de governo marcada pelo controle e planejamento centralizados. No entanto, no ano de 1983, a autora reconsiderou seus estudos e sugeriu em suas análises que este Império não possuía por completo a centralização de poder, pois no âmbito interno, principalmente nas aldeias mais distantes do centro do reino existia diferentes tipos de políticas, ora República, ora Monarquias, economia e estrutura da sociedade diversos.

Se apropriando da Teoria dos Sistemas Mundiais de Wallerstein (2000), Romila (1966, 1983) sugere que o Império Maurya tinha uma estrutura política e administrativa formada por três áreas distintas: a metropolitana, centrais e periféricas. Neste caso, é pertinente que se entenda que os *impérios-mundo* na visão de Wallerstein (2000, p.75), eram considerados uma das variações do Sistema-Mundo, que seriam aqueles sistemas sociais calcados em mecanismos econômicos redistributivos (tributários), encontrados em seus períodos históricos nas grandes civilizações pré-modernas como a China, Egito e Roma. Ao terem seu sistema de acumulação interna calcado numa máquina administrativa e militar centralizada e capaz de coletar recursos e administrar territórios com diferentes formações socioculturais, em geral conquistados em guerras e ocupações, os impérios-mundo desintegraram-se, sendo superados por uma forma menos dispendiosa, mais flexível e mais abrangente de divisão do trabalho e de sistema político. Isso porque, quando os impérios-mundo ampliavam seus territórios, eram forçados a submeterem diferentes culturas e formações políticas a uma unidade política central, com custos crescentes de ocupação e manutenção desses novos territórios.

É neste contexto que Romila Taphar (1966, 1983) vai analisar o estado de Magadha que ocupava a área metropolitana e as áreas centrais abrigavam os demais estados, as áreas de formação estatal incipientes e os centros de comércio do Império. Nas áreas periféricas estavam inclusas várias sociedades pré-estatais. A autora chama a atenção que a relação entre o estado de Magadha (metropolitano) com as áreas centrais e periféricas variava muito, mas basicamente envolvia a exploração dessas últimas pela metrópole. Sendo assim, o estado Maurya foi considerado uma Monarquia com um Rei no centro do poder político.

Este Império se organizava em torno de uma economia agrária que predominava o norte da Índia no século III a.C. Sendo que a principal fonte de receita governamental deste Império provinha da terra. Logo, o aumento desta arrecadação de impostos estava condicionado à expansão da economia agrária, o que gerava a sensação de segurança fiscal para o Império. Além desta fonte de receita, outras eram cobradas, a exemplo, a produção de rebanhos nas

aldeias, as atividades comerciais das empresas, destacando as localizadas nas regiões costeiras que estavam sob a supervisão do governo[68].

Cabe aqui ressaltar que neste Império a maioria da sua população era agricultor e habitavam nas aldeias, muitas vezes distantes do centro do reino. Logo, o que prevalecia era a ideia de que as terras pertenciam ao rei, algo que raramente foi questionado pela população. Em função disso, a administração pública do Império estabelecia metas a procura de novas áreas de assentamento. Os serviços braçais para desmatar as florestas e limpar os terrenos para o plantio da agricultura eram exercidos pelos colonos ou os chamados *shudras* (relacionados a classe inferior do sistema de castas). Além de trabalhar na lavoura de suas terras, o governo Maurya se apropriava dos excedentes gerados por essa classe social. Isso se configurava uma situação de escravidão[69], mas Romila (1966) destaca que os *Sudras* não eram considerados escravos, haja vista que pelos status gerados na hierarquia do sistema de castas (estratificação econômica), cada classe social sabia das atividades que desempenharia aqui na terra, pois acreditavam que essa era a vontade divina. Nesta crença religiosa aclamada pelo Hinduísmo, os reis exploravam essa população que somava a maioria da mão de obra no reino.

Em síntese, "a unidade-chave na paisagem agrícola era a Aldeia, logo, o esforço coletivo das pessoas que ali habitavam sustentavam a economia do Império" (Burjor Avari, 2007, p.115). Isto presume que as riquezas geradas da terra era a base econômica do Império. Por isso, o estado era proprietário de uma grande quantidade de terra, sendo elas altamente produtivas e férteis, mas também havia uma minoria localizadas em terrenos baldios que eram utilizadas para o pousio. Nessas terras consideradas férteis, os seus proprietários eram chamados de *gahapati* ou *gramabhojakas* pertencentes a classe dos ricos e poderosos do Império.

Assim, a organização administrativa do Império Maurya estabeleceu duas formas de arrecadar as receitas provenientes da terra, a saber: a do aluguel pelo uso da terra e a avaliação da produção colhida. A primeira, o indivíduo alugam uma determinada área de terras agricultáveis, produz e vende a sua produção, e paga os impostos devidos ao Império. Esses proprietários de grandes extensões de terras, arrendava-as para os meeiros em troca de um

[68] Cf. Romila Taphar (1966, p.56).

[69] Segundo Romila Taphar (1966) existia na Índia a figura do escravo doméstico que moravam nos palácios das famílias ricas. Esses escravos pertenciam ao status mais baixo da hierarquia de castas, porém não eram considerados *sudras* ou intocáveis, que são aqueles que são rejeitados pela população indiana. No livro de Kautilya "*Arthashastra*" consta que um homem pode ser escravo por nascimento quando vende a sua força de trabalho voluntariamente, mas também pode adquirir esse status quando é capturado na guerra ou como uma punição judicial. Portanto, a escravidão era uma instituição reconhecida e a sua relação jurídica entre o senhor e o escravo era claramente definida.

aluguel pelo seu uso. A segunda consiste na avaliação da produção realizada na terra que o indivíduo pagou tributos de aluguel para realizar o seu plantio. Neste caso, a avaliação da produção se diferenciava de uma região para a outra, por isso, a incidência de impostos também variava entre um sexto a um quarto da produção obtida na terra. Além desses tributos, a administração do tesouro do Império tinha plenos poderes para tributar "os pastores e criadores de gado localizados nas aldeias ou não sobre o número de cabeças de gados existentes e na produção dos animais" (Romila, 1966, p.65).

Os agentes públicos que foram designados para fiscalizar e arrecadar impostos nas terras da coroa foram os Superintendentes da agricultura. Em suma, qualquer que fosse a forma de propriedade da terra, "uma série de impostos e taxas rurais tornavam o estado Mauryiano um grande beneficiário da produção agrícola. Esses impostos incluíam os cobrados sobre as áreas cultiváveis ou sobre o valor dos rendimentos adquiridos com a venda da produção" (Burjor Avari, 2007, p.117).

Outra forma de arrecadação de receitas neste Império foi a cobrança sobre o uso da água. Isso se deve a importância que a irrigação tinha no cultivo e na produção agrícola, por isso, que Magadha tinha a sua localização privilegiada por estar nas proximidades dos grandes rios, a exemplo, do Ganges. No entanto, para as áreas distantes dos grandes rios fazia-se necessário a água para irrigar as suas terras, neste caso, o governo a distribuía nas aldeias, mas cobrava pelo seu uso. Romila (1966, p. 66) cita que no governo de Chandragupta foi construída "uma barragem em um rio próximo de Ginar, no Oeste da Índia facilitando a irrigação na atividade agrícola da região".

Nesta nova fase de governo do Império Maurya regido pelo Imperador Ashoka, a administração pública foi pautada no modelo de vida e de civilização budista, da qual se construíram as bases do Império e se formaram exércitos e instituições públicas. Com o propósito de instigar o desenvolvimento do comércio e assim os seus oficiais e exércitos, este novo Imperador investiu na construção de estradas para o escoamento do comércio lucrativo de animais, plantas, minerais valiosos e produtos derivados dentro do território e para o comércio exterior que englobava a Europa, Ásia Central, China, Sudeste Asiático e África Oriental. Para amenizar o problema do abastecimento de água para irrigar as terras para a produção agrícola, Ashoka investiu na construção de reservatórios para o uso doméstico e para lavouras (Fischer, 2016, p.65).

Assim, observamos uma alteração na estrutura espacial do Império Maurya, ou seja, o desenvolvimento do comércio provocou o surgimento de vários assentamentos que cresceram

e se espraiaram para além do escopo das aldeias, formando as chamadas Vilas ou *nigama* que tinham como função específica ser o centro administrativo do mercado. Para a execução dessas atividades comerciais era necessário um certo controle por parte do governo, principalmente no que tange ao controle administrativo exercido sobre esse vasto território e as funções administrativas delegadas aos funcionários do Império. Deve-se ter em mente que não existia uniformidade nesse vasto espaço territorial da Índia em sua totalidade, logo, o que imperava era "uma diversidade cultural e econômica que impedia o controle administrativo do governo" (Fischer, 2016, p.69).

Levando em consideração o relato acima, a administração política de Maurya consistia em três zonas de cultura e economia. A primeira refere-se ao centro do Império que estava em Magadha e na planície gangética onde se localiza grandes fontes de riquezas minerais e agricultáveis. Aqui a autoridade política era centralizada e rígida na pessoa de Ashoka, o imperador do período. A segunda zona de poder estava estabelecida nas áreas conquistadas pelo Império: Gandhara localizada no noroeste da Índia, Karnataka, Kalinga ou Saurashtra. De acordo com Burjor Avari (2007, p.119):

> Essas áreas tinham um grande potencial em termos de comércio, receitas e estratégias, mas como áreas trazidas para o âmbito do Império Maurya, elas experimentaram a formação de um estado em segundo plano. Como áreas conquistadas, elas carregavam o risco para os governadores Mauryan de serem regiões voláteis. Em virtude disso, fazia-se necessário um estilo de governo mais suave e sensível as condições políticas e econômicas das áreas.

A terceira zona política do Império consistia em áreas isoladas e tampão que abrigava os povos nômades, das florestas ou tribos das colinas. Dessa porção de terra vieram os recursos valiosos que sustentaram esse Império, a exemplo dos elefantes usados nos exércitos, a madeira e as pedras preciosas. No contexto desta terceira zona política era necessário:

> Que os agentes do Império criassem condições em que uma oferta abundante de mão de obra fosse capaz de explorar e ordenar os recursos naturais em benefício econômico do Império. Neste âmbito, o Império Maurya tentou garantir a máxima submissão e subserviência do povo de todas as três zonas, mas os meios empregados variavam naturalmente (Burjor Avari, 2007, p.119).

Outro ponto importante da política do Império Maurya estava na sua divisão administrativa em várias províncias que foram subdivididas em distritos. Quem governava as províncias era um príncipe ou um membro da família real, enquanto a burocracia era controlada por uma hierarquia de oficiais do reino, sendo os mais importantes o tesoureiro responsável pela cobrança dos impostos e dos cobradores que iam até as aldeias para arrecadar as receitas do estado. Destacamos que este Império tinha uma qualidade muito especial, a de conseguir arrecadar impostos de todas as classes sociais, isto porque, "o departamento de impostos do

Império escrupulosamente exigia cada *pana* (moeda de prata daquele período) e cada *masaka e kanini* (moedas de cobre) que lhes eram devidas em termos de receitas arrecadadas no campo e na cidade" (Burjor Avari, 2007, p.120).

Para entender como se estruturava esse arranjo político administrativo deste Império, Romila (1966) descreve que cada província tinha a sua subdivisão em distritos, sendo que cada distrito era formado por um conjunto de aldeias. Para cada conjunto de aldeia tinha um agente público chamado de contador que tinha como função registrar todas as terras e as suas respectivas escrituras junto ao erário do Império, ou seja, a sua tarefa era análoga a que o censo demográfico realiza. Tudo isso para arrecadar mais impostos para financiar os gastos da família real e das suas despesas militares. Para facilitar o serviço do contador, cada aldeia tinha seus próprios funcionários, "tal como os chefes, que eram responsáveis perante o contador e o cobrador de impostos das terras existentes na aldeia. O pagamento desses funcionários atuantes no nível de administração rural foi realizado por remissão de impostos ou por concessões de terras" (Romila Taphar, 1966, p.112).

Assim, deve-se sintetizar, à luz da contribuição teórica abordada para analisar a dinâmica política e econômica do Império Maurya, que depois da morte de Ashoka, este império começou a se desintegrar. Romila Taphar (1966) comenta uma das causas que pode ter contribuído para o colapso deste Império que é a questão da extensão territorial dele. Para esta autora, era quase impossível manter a comunicação entre o Império e as diversas províncias, distritos, aldeias e vilarejos. Há de se registrar que as áreas periféricas que ficavam distantes do reino, geralmente localizadas nas aldeias tinham a intenção se manter afastados do centro do poder, haja vista que as determinações arbitrárias do rei contribuíram para o empobrecimento e exploração da população que trabalhava nas lavouras e pecuárias, principalmente com as cobranças de impostos excessivos.

A burocracia excessiva do Império não conseguiu estabelecer instituições populares duradouras que pudesse atrair a população ao governo, isso foi agravado, pelo sistema de espionagem que foi utilizado na tentativa de estabelecer um vínculo de confiança com os seus súditos. Outra questão que contribuiu para a queda deste Império foi colocada por Burjor Avari (2007) referente às políticas do Imperador Ashoka ser respaldadas nas questões religiosas ligadas ao Budismo, do qual era devoto. Isto causou revoltas nos adeptos do Hinduísmo, principalmente nos Brâmanes, membros das castas superiores. No entanto, o autor relata que não havia por parte de Ashoka a perseguição em cima dos brâmanes, o que estava acontecendo é que esses haviam perdidos poder neste império. Mas, por outro lado, a religião budista pregava

o não confronto direto com os seus inimigos, falava-se em diálogo para não desgastar o governo. Essa pregação de não confronto do budismo e muitas vezes foi seguida por Ashoka foi questionada pela sociedade, posto que, o exército indiano ficou quase obsoleto, deixando o país aberto a novas invasões estrangeiras, foi o que aconteceu com as áreas do nordeste indiano que foram perdidas para os gregos por volta de 180 a.C.

Isso se refletiu no panorama geral da economia da região, pois uma estrutura imperial do tamanho dos Maurya, requer uma administração bem-organizada e a lealdade dos seus súditos, fatores esses que os Imperadores estavam perdendo. Soma-se a isso a constante necessidade de arrecadação de receitas da população para manter o exército e financiar os salários dos funcionários e assentamentos em terras recém-desmatadas para o avanço da produção agrária (Burjor Avari, 2007).

Assim o Império Maurya foi desintegrado e as questões políticas na Índia se tornaram cada vez mais difusas aonde pequenos reinos, invasões constantes marcaram o cenário geopolítico da região. Com o passar do tempo, entre as constantes disputas pelo poder na região de reinos pequenos, temos a chamada "Era de ouro" na Índia que marca a administração política do Império Gupta, é o que veremos a seguir.

4.3 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO IMPÉRIO GUPTA

Por este prisma constata-se que a Era dos Impérios havia começado na Índia, a formação do Império Gupta[70] (240-280 d.C), por exemplo, começou por volta dos séculos IV e V d.C, de acordo com a cronologia apresentada por Burton Stein (2010). A época do Império Gupta foi chamada de Idade de Ouro em termos de ciência, matemática, astronomia, religião e filosofia. De acordo com Kumar (2024, p.1-5) a desintegração da Dinastia Kusãna, que antes havia mantido o controle no norte da Índia, criou um vácuo de poder no final do terceiro século d.C. Logo, esse espaço vazio foi eventualmente preenchido por uma série de estados monárquicos ou republicanos no norte e no oeste da Índia. No entanto, o autor, enfatiza não estar esclarecido quem realmente estava no controle na região de Magadha, no leste da Índia. Com o passar do tempo, os reis Guptas preencheram esses espaços. Assim, a Era Gupta começa com a chegada

[70] De acordo com a pesquisa realizada por Mookenji (1959, p.6-8), "as primeiras evidências sobre o Império Gupta e da sua conexão com Magadha vem de fontes estrangeiras, ou seja, dos escritos de um viajante chinês I-tsing, que veio para a Índia em 672 d.C que ouviu falar de Mahãrãja Sri-Gupta que construiu um templo perto de Mrigaskhãvana para os peregrinos chineses e o dotou com 24 aldeias. Isto foi realizado, segundo os relatos a 500 antes, alguma margem de erro pode ser adotada.

da família imperial sob o comendo de Chandragupta I, no entanto, a ascensão ao período de glória começa com o reinado de Samadrupta.

Quadro 11: Arranjos Políticos, econômicos e religiosos predominantes no Império Gupta

ARRANJOS POLÍTICOS	ATIVIDADES ECONÔMICAS	LÍNGUA E RELIGIÃO
-Desintegração da Dinastia Kusãna; -Reinados de Chandragupta I e Samadrupta; -Unificação política no Norte da Índia; -Sociedade organizada no sistema de castas; -Administração dos distritos por oficiais nomeados pelo governo central; -Administração das aldeias sob o controle de chefes e anciões; -Administração política nas cidades formada por representante-chefe da Guilda dos Comerciantes.	Agricultura: cultivo de arroz, trigo e algodão; -Rotas comerciais conectando a Índia ao Sudeste Asiático, Oriente Médio e Mediterrâneo; -Questão da terra: arrecadação de impostos -Frentes de regionalização ligadas aos componentes religiosos e culturais	-Vaisnavismo, Saivismo, Saktismo e Budismo, Jainismo -Templos religiosos e culturais ligados a regionalização na idade média indiana

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010) e Romila Thapar (1966, 1991); Sen (2022); Burjor Avari (2007).

Nas pesquisas realizadas por Khandalavala (1991, p.1-5), após assumir o trono, Samadragupta realizou diversas atividades administrativas com o objetivo de promover a unificação política do norte da Índia, o que incluía a conquista das terras do sul. Após a sua morte, Chandrugupta II consolidou o Império trazendo a paz que tornou possível o progresso da cultura, o que rendeu ao governo Gupta a descrição de "Era do Ouro". Isto se deve a vastas "quantidades de moedas de ouro que foram cunhadas durante seu longo reino de aproximadamente 30 anos, durante o qual introduziu tipos de moedas em ouro, prata, cobre e chumbo" (Kumar, 2024, p.5).

Quanto aos aspectos culturais e religiosos, Khandalavala (1991), Mookenji (1959) e Kumar (2024) analisaram que os governantes Guptas seguiram o caminho tradicional da tolerância religiosa e, portanto, a religião jainismo prosperou neste império. O Império Gupta parecia estar no centro da confluência de quatro das cinco principais religiões que estavam ganhando força durante os séculos IV e V d.C, são elas: Vaiṣṇavismo, Śaivismo, Śaktismo e Budismo que foram impostas principalmente no atual estado de Uttar Pradesh e Bihar. As moedas e esculturas Gupta dessas regiões refletem todos esses mesmos temas. Apesar disso, o hinduísmo foi a religião dominante, com o culto a deuses como Vishnu e Shiva ganhando proeminência. Os reis Gupta eram patronos do hinduísmo, mas também toleravam outras religiões, como o budismo e o jainismo.

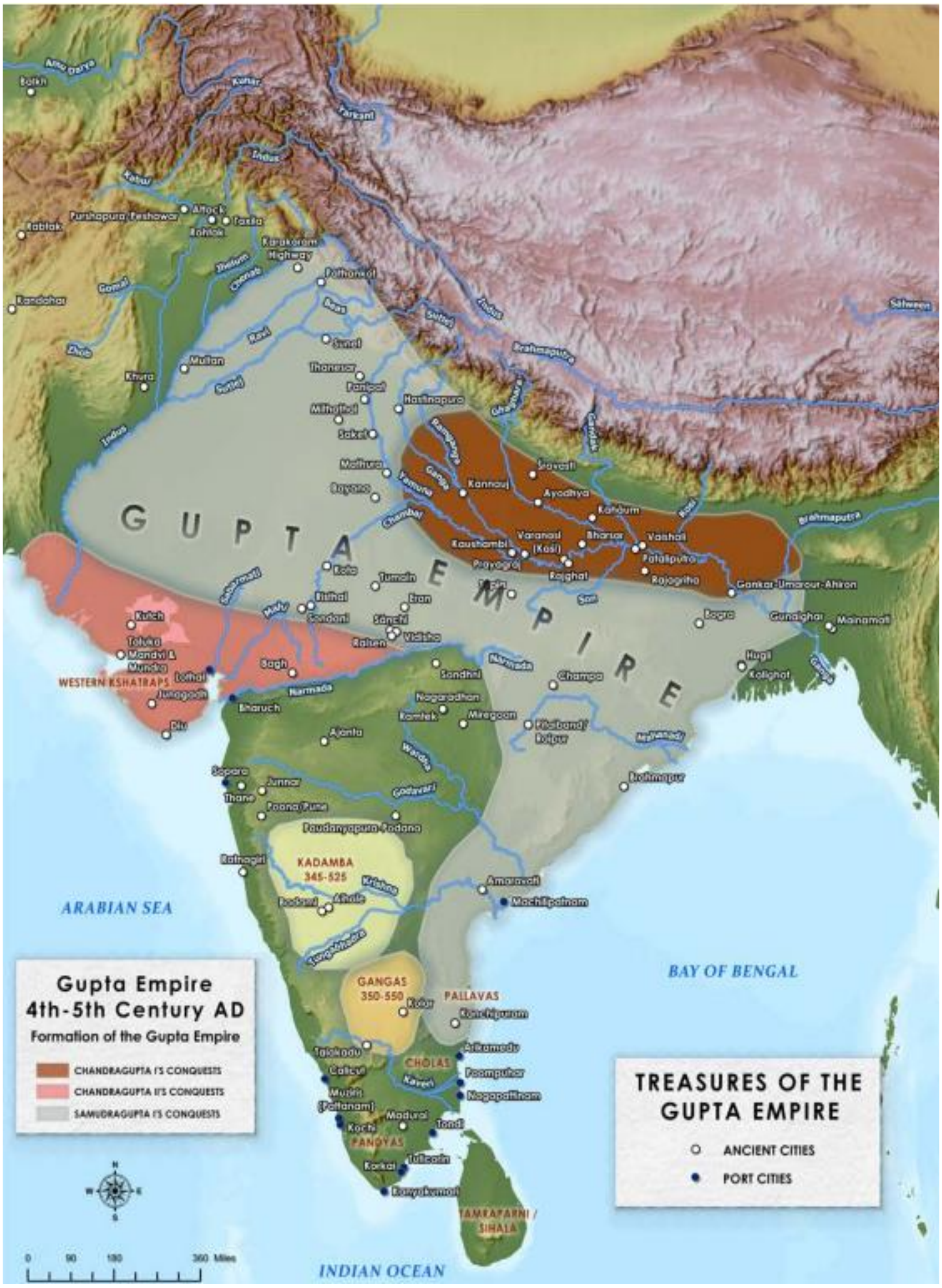
Isso se refletia em uma sociedade organizada em um sistema de castas, com os brâmanes (sacerdotes) no topo da hierarquia social. A vida rural era a base da sociedade, com a maioria

da população vivendo em aldeias e dependendo da agricultura com o cultivo de arroz, trigo e algodão. Desta forma, o comércio floresceu, tanto interno quanto externo, com rotas comerciais conectando a Índia ao Sudeste Asiático, Oriente Médio e Mediterrâneo. A moeda de ouro, como o dinar, foi amplamente utilizada, refletindo a prosperidade econômica do império. Acrescenta-se que a produção artesanal, especialmente de tecidos de algodão e seda, também era uma importante atividade econômica (Khandalavala, 1991).

Quanto aos aspectos políticos do Império Gupta, Romila Taphar (1966) analisou que havia uma hierarquia administrativa no Vale do Ganges marcando o controle direto dos Guptas. No centro desta hierarquia estava o rei que recebia ajuda do seu príncipe herdeiro, sendo que, os demais reis receberam nomeações de vice-reis das províncias que pertenciam ao reino. O rei recebia ajuda administrativa para diversos assuntos dos seus Ministros e Conselheiros. No contexto das províncias (*desha ou bhukti*) observou-se que esta foi dividida em vários distritos (*pradesha ou vishaya*) onde cada um tinha seus próprios escritórios administrativos. As decisões de políticas das provinciais ou as de cunho individual eram geralmente tomadas localmente, exceto para casos específicos que demandassem a intervenção do governo central. Neste caso, quem fazia a intermediação com o governo central eram os oficiais encarregados de administrar os distritos (*ayukta*) e um oficial provincial de alto escalão (com o título de *Kumaramatya*). Romila Taphar (1966, p.86) discorre que essa era a diferença entre a administração política do Império Maurya e a dos Guptas: "enquanto Ashoka insistia que ele deveria saber das ações até mesmo dos funcionários menores nos distritos, os Guptas estavam satisfeitos em deixar isso para os *Kumaramatyas* e os *ayktas*".

Quanto a administração das aldeias, Romila Taphar (1966, p.86-88) informa que estas ficaram sob o controle de chefes e anciãos, isto se justifica segundo a autora, porque a intenção dos governantes Guptas era introduzir uma administração que representasse o interesse da população que vivia nas aldeias, ao invés de instalar um sistema que fosse realizado pelo governo central. O mesmo raciocínio foi observado na administração política das cidades. Neste caso, na administração urbana foi imposta um conselho composto pelo presidente da corporação da cidade, representante-chefe da Guilda dos Comerciantes, um representante dos artesãos e o escriba-chefe. Eis aqui mais uma diferença entre a administração política dos Mauryas e a dos Guptas. Segundo Romila Taphar (1966, p.89) "a diferença entre o Conselho e o Comitê é que o governo Maurya nomeou os Comitês, enquanto no sistema Gupta foi implantado o Conselho que consistia em representantes locais, nos quais, curiosamente, predominavam os interesses comerciais".

Outra característica significativa deste período foi em relação a questão das terras. Neste caso, as terras eram de três categorias, pousios ou terrenos baldios de propriedade do Estado que geralmente eram usadas como pagamento dos salários; as terras cultivadas pertencentes ao Estado e tratadas como terras da coroa que podiam ser doadas e finalmente as terras de propriedade privada. Dessas terras, o governo central abastecia seus cofres de impostos, mais também as receitas vinham das atividades comerciais, principalmente do sudeste asiático. Destaca-se em termos comerciais que as Guildas eram a principal instituição na fabricação de bens e na empresa comercial. Em sua organização interna, elas permaneciam quase autônomas haja vista que as suas leis internas eram respeitadas pelo governo central Gupta. Frisa-se que a igreja budista ou *Sangha* que enriqueceu neste reinado começou a participar das atividades comerciais. Em certas áreas, os *Sangha* atuavam como banqueiros e emprestavam dinheiro a juros, adiciona-se a isto, o fato deles alugarem as suas terras que haviam recebidos como donativos. Esta prática se estendia também aos brâmanes privilegiados que assim como os budistas viviam de doações ou concessões de terras (Romila Taphar, 1966, p.90).



Mapa 8: Reinos Vizinhos e o Império Gupta
Fonte: Kumar (2024, p.37).

Com a passagem do poder e influência dos Guptas e seus sucessores imediatos no norte da Índia, o centro de interesse muda para o sul do subcontinente indiano, onde se observa diversos conflitos políticos e comerciais dos pequenos e médios reinos desse período, além da ascensão do Império Munghal e da assimilação do padrão ariano com a cultura dravidiana na cultura da região e o Islã como religião.

Assim como na Índia Antiga, a idade medieval também foi definida por novos estados e ideologias religiosas. Segundo Stein (2010, p.115), o sistema político medieval estava estruturado por um conjunto de centros regionais de poder que travaram guerras entre si em busca de controle nas partes norte e sul da Índia. Cada um desses reinos formavam um sistema político bem estabelecidos e contavam com alimentos, população excedente para compor os seus exércitos para formar o campo de defesa dos seus reinos contra invasores que visavam a conquista de vastos territórios, principalmente na porção sul da Índia.

Mas o que chama a atenção na análise de Stein (2010, p.116) foi o processo de regionalização que estava se formando e posteriormente se consolidou na Índia medieval. O autor discorre que no centro desse processo estavam atuando duas forças, a saber:

> Uma era socioeconômica e tinha a ver com o deslocamento generalizado da pastorícia por economias agrárias e sociedades menos estratificadas por outras hierarquias de castas; a outra era cultural, envolvendo deuses, templos, poetas e filósofos inspirados. Mas as formas políticas mediaram essas influências diretivas do mundo pós-clássico da Índia. É impossível decidir qual dos componentes do processo de regionalização foi o mais importante ou determinante: o político, religioso ou cultural. Não se pode dizer que o surgimento de monarquias menores e mais compactas tenha causado os desenvolvimentos religiosos, linguísticos e literários desses séculos. De qualquer forma, não há evidências de tais intenções por parte dos novos monarcas, e parece que esses reis foram tanto feitos por quanto criadores desses desenvolvimentos. Possivelmente, os três aspectos da regionalização estavam relacionados de forma complexa a outros fatores causais. Especulativamente, pode-se sugerir que esta foi uma época de desenvolvimento rápido e generalizado da produção de mercadorias e da vida nas cidades, os quais contribuíram para a reputação da Índia de fabulosa riqueza e elegância (Stein, 2010, p.117).

No tocante a esses dois aspectos da regionalização, frisam-se os componentes religioso e cultural que tiveram efeitos estimulantes sobre a urbanização da idade média na Índia, mais precisamente, a presença dos templos religiosos e dos reis que foram instituições cruciais das culturas regionais durante este período. Stein (2010, p.118) coloca como exemplo, os principais templos de Shiva de Tanjavur e Madurai que se tornaram grandes capelas reais para os reis Chola e Pandya, respectivamente. Essas famílias imperiais esbanjavam as suas riquezas e tesouros nessas capelas que as usavam também para adorar seus deuses. Isto, por sua vez, atraia muitas pessoas, tanto sacerdotes para os templos, quanto peregrinos, que, consequentemente, geravam demandas de produção nas cidades onde esses templos sagrados estavam construídos. Por este prisma constata-se que a urbanização liderada pela Idade Média, seja comercial e religiosa trouxe um novo prisma para a história da Índia:

> Isso porque em todo o subcontinente indiano outras cidades foram criadas como centro de senhorios, mas também como um meio de atração para invasores turcos das estepes. Para esse grupo de invasores, as cidades tinham como função fornecer os meios para sustentar as novas instituições do Islã e uma nova elite de guerreiros e governantes muçulmanos. Essa foi classificada como a terceira fase da urbanização da Índia, se consideramos que a primeira foi a do Indo e do noroeste indiano e a

> segunda a da planície gangética nos tempos pré-maurianos. Em contraste, com os dois primeiros momentos de desenvolvimento urbano, quando as cidades eram esparsas e exclusivamente os locais de autoridade em nível estadual, as do início da era medieval apareceram rica em profusão, refletindo uma ampla dispersão de autoridade e relações estreitas entre os centros políticos e a base comunitária sob a qual os estados foram fundados (Stein, 2010, p.121).

O que chama a atenção na citação de Stein (2010) foi a forma que se deu a relação entre o desenvolvimento urbano, regime político estabelecido e a comunidade existente. Estas relações foram se espraiando de forma diferenciada no espaço do subcontinente indiano. O autor cita vários exemplos desta diferenciação: por exemplo, em lugares considerados relativamente menos dotados de natureza, tais como o Rajasthan no Noroeste ou Karnataka na península central, a forma política era mista, pois havia pequenos reinos contendo várias comunidades, predominando a cultura hierárquica das castas atenuadas pelos princípios de organizações de clãs das comunidades agrícolas, dos seus clientes artesãos e sacerdotais. Esta organização política e da sociedade em lugares de pequenas extensões de terras se diferenciavam das zonas centrais do início da era medieval.

Segundo Stein (2010, p.120), "nas cidades e comunidades gangéticas dos séculos VI ao XII, poderosos grupos de fundiários separaram suas identidades das coletividades dos clãs mais antigas de onde emergiram e conquistaram", neste caso, grandes propriedades de terras foram concedidas aos adeptos brâmanes eruditos e aos sacerdotes. Em outros lugares, grandes assentamentos rurais foram criados em locais ribeirinhos medievais nas bacias Palar e Kaveri no sul do subcontinente. Esses assentamentos foram criados durante os reinados dos reis Pallava e Chola pelos próprios reis e por grupos de proprietários ricos e poderosos.

Sobre o processo de regionalização observado por Stein (2010), a autora indiana Romila Taphar (1966) chama de "*feudalismo nos estados regionais*" para esse ponto importante da história da Índia. Ela atribui ao feudalismo a mudança significativa que ocorreu na estrutura político-econômica na Índia medieval, ou seja, com o desaparecimento dos primeiros estados maiores e altamente centralizados, o sentimento político e os interesses foram nascendo por parte dos líderes locais. Um ponto que quero chamar a atenção é para o termo "feudalismo" usado por Romila em sua análise. Muitos historiadores questionaram a aplicação desse termo para o caso da Índia, entre eles Stein (2010), que justificou a sua contestação dizendo que o "feudalismo" indiano não enfatizou a questão do contrato econômico no mesmo grau que certos tipos de feudalismo europeu, por isso, preferem usar os termos "quase-feudalismo" para se referir a esta parte da regionalização indiana.

Em uma concepção diferente da orientada pelo autor ocidental Stein (2010), Romila Taphar (2010) fez algumas justificativas para explicar que os requisitos básicos do feudalismo

estavam presentes na Índia. O primeiro deles diz respeito a concessão de proporções de receitas variadas de terras por parte do rei aos seus oficiais ou proprietários selecionados que eram equivalentes aos vassalos em outras partes do mundo. Por outro lado, a tendência de conceder terras em troca de salários em dinheiro se intensificou no processo feudal, e isto foi observado na Índia em vários reinos. Quanto aos trabalhos de cultivo, quem os realizava eram os camponeses, geralmente os *shudras* (pertencentes a escala inferior do sistema de castas), que de fato estavam ligados à terra e que eram obrigados a entregar uma parte fixa da sua produção ao proprietário de terras. Além disso, Romila Taphar (1966) acrescenta que os feudatários podiam alugar as suas terras a lavradores de quem recebiam a receita acordada entre as partes, sendo que parte dela eram enviadas para o tesouro real. Para finalizar a autora acrescenta o aspecto militar da relação feudal na Índia, na qual tinha-se a obrigação por parte do senhor feudal de fornecer homens de armas quando solicitados pelo rei para lutar nas constantes guerras que os reis medievais travavam.

Sobre a administração das províncias e aldeias no sistema feudal indiano, Romila Taphar (1966) faz uma breve análise:

> Para fins administrativos, os reinos medievais foram divididos em províncias, e estas, por sua vez, foram subdivididas em unidades que consistiam em um número específicos de aldeias. Uma província poderia conter tanto terras da coroa quanto terras mantidas em feudos. Os poderes e deveres dos oficiais administrativos do rei em relação aos feudatários foram claramente definidos e observados. A autonomia da aldeia em questões administrativas era naturalmente prejudicada pelos privilégios e poderes dos proprietários de terra. A relação entre o proprietário da terra e as autoridades da aldeia variavam. As assembleias de aldeias continuaram em algumas áreas, mas perderam muito os seus poderes. Dentro das aldeias detidas por feudatários, elas gradualmente se extinguiram e foram ineficazes como instituições políticas representativas. Nas aldeias administradas diretamente, eles auxiliavam na administração. Em um caso específico, a assembleia da aldeia consistia em pessoas eleitas de cada distrito da aldeia, mas os indicados para a eleição tinham que ser aprovados pelo governante, de modo que eram, em essência, meros instrumentos da administração. Um grupo menor da assembleia, conhecido como comitê *panchakula*, arrecadava as receitas do estado, registrava as doações religiosas e seculares, supervisionava a venda de bens. A aristocracia consistia nos feudatários, incluindo os brâmanes. Subsídios para os brâmanes eram obviamente baseados no desejo de adquirir mérito religioso e eram uma categoria à parte (Romila Taphar, 1966, p.162).

Outro ponto forte dos reinos medievais foram as influências políticas, religiosas e comercial que a Índia causou sobre o Sul da Ásia, usando os benefícios que o mar poderia lhe proporcionar em termos de conquistas comerciais exteriores. Sobre esses benefícios, Stein (2010, p.222) narra o seguinte:

> Em uma direção estava a Ásia ocidental e as energias dos comerciantes muçulmanos que penetraram nos mercados do subcontinente durante o século VIII. De outro estava o comércio com o Mediterrâneo oriental que continuava intenso, aonde cavalos de guerras e produtos de metal foram importados; além de pimenta preta, madeira de sândalo e têxteis foram exportados; e a seda e a porcelana chinesas que foram obtidas no sudeste asiático foram reexportadas para o ocidente. Perigosas viagens individuais

> entre os portos da Ásia Ocidental e da Índia Ocidental durante os séculos VIII e IX acabaram dando lugar a um sistema de comércio entre empórios estabelecidos, habitados por comunidades cosmopolitas de árabes, judeus e armênios da Ásia ocidental. Estes forneceram ligações econômicas convenientes através do Mar Arábico que enriqueceram os mercadores de ambos os lados (Stein, 2010, p.123).

Por meio dessas expansões comerciais e conquistas territoriais de vários assentamentos agrícolas na porção sul do subcontinente, uma dinastia de reis medievais que se autodenominavam Satavahanas[71] também chamados de Dinastia Andhra estabeleceram o seu poder no Oeste durante a conturbada confusão política que se espraiava com a dissolução do Império Maurya. Com o estabelecimento desta dinastia, os primeiros reis Satavahanas a receber amplo reconhecimento foi Satakarni, dada a sua política de expansão militar em todas as direções do subcontinente. O território deste reino foi dividido em pequenas províncias, cada uma sob um governador civil (*amatya*) e um governador militar (*mahasenapati*). No entanto, essa dinastia não se prolongou por muito tempo, e assim que entrou em colapso, esses governadores se estabeleceram como independentes, sendo que a administração política da dinastia foi deixada em grande parte nas mãos dos chefes locais, embora estivesse sob o controle geral dos oficiais reais (Romila, 1966, p.76-78).

Na passagem do tempo, por volta 1200-1526 d.C, observamos a introdução de um novo fator político no subcontinente indiano referente ao início do domínio dos turcos e dos afegãos na região que se concentraram e se estabeleceram na região de Delhi de onde governaram. A escolha de Delhi se deve a sua posição estratégica que permitia o acesso tanto ao vale dos Ganges quanto ao centro e oeste da Índia, além disso, Delhi era um ponto conveniente na rota para o Afeganistão. É o que veremos a seguir.

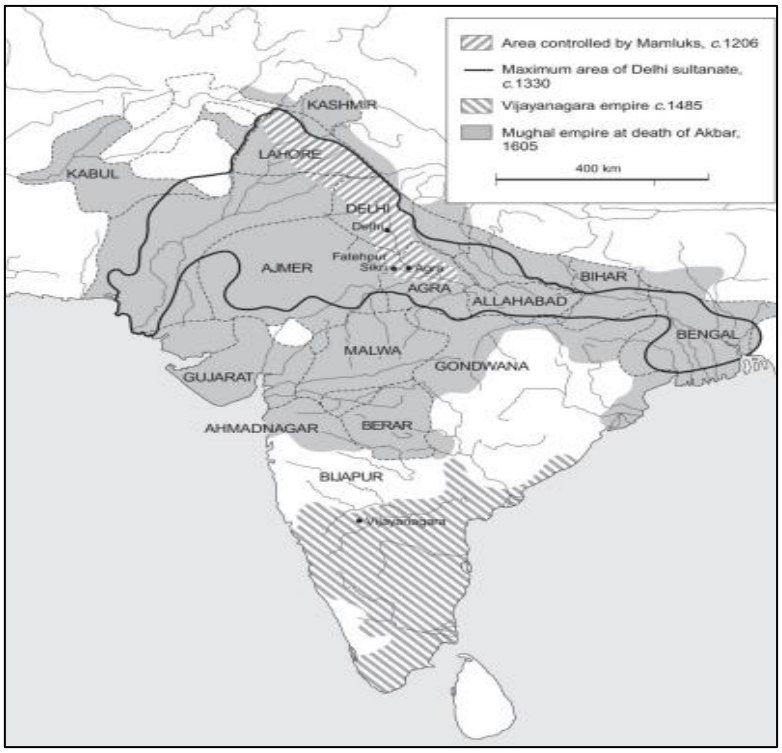
[71] O reino Satavahanas surgiu em uma época em que os contatos entre o norte e o sul do subcontinente indiano ainda eram de natureza limitada, desta forma, este reino tornou-se um transmissor inicial de bens e ideias dessas duas partes deste subcontinente (Romila Taphar, 1966).

4.4 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO SULTANATO DE DELHI

O Sultanato de Delhi foi um importante período na história da Índia, marcando a consolidação do poder islâmico no subcontinente indiano. Ele surgiu no final do século XII, após a invasão de Muhammad de Ghor, um governante turco-afegão, que derrotou os reinos hindus do norte da Índia. Seu general, Qutb-ud-din Aibak, fundou o Sultanato de Delhi em 1206, após a morte de Muhammad de Ghor, tornando-se o primeiro sultão de Delhi. Esse período durou até 1526, quando foi substituído pelo Império Mogol. De acordo com Metcalf e Metcalf (2013, p.30) "esses turcos e afegãos, como outros invasores, entraram inicialmente no subcontinente pelas passagens montanhosas do Nordeste, eles procuravam acima de tudo sucessos militares para assegurar os excedentes agrícolas".

Por outro ângulo de análise, os autores Romila Taphar (1966) e Stein (2010) referem-se, também a este período como Sultanato de Delhi[72], apesar dos autores não acharem conveniente o seu uso, pois transmite a impressão de um reino unificado estendendo-se por todo o norte da Índia, o que não era o caso, embora o Sultanato fosse certamente o fator político dominante da época, no entanto a sua autoridade política era fragmentada. Na realidade o impacto inicial do domínio turco e afegão na Índia começou na parte norte, mais precisamente em Gujarat, Malwa, Janpur, Bengala e norte do Deccan aonde a influência da cultura islâmica na cultura indiana encontrou abrigo. O Mapa 9 mostra o Sultanato de Delhi no Império Mughol e o Quadro 12 sintetiza as principais informações dos arranjos políticos, econômicos e religiosos.

[72] O Sultanato de Delhi foi um império islâmico que ficou concentrado em Delhi e depois se estendeu por grande parte do subcontinente indiano por 320 anos (1206-1526). Cinco dinastias governaram o Sultanato de Delhi sequencialmente: a dinastia mameluca (1206-1290), a dinastia Khalji (1290-1320), a dinastia Tughlaq (1320-1414), a dinastia Sayyid (1414-1451) e a dinastia Lodi (1451-1526) (Romila Taphar, 1966; Metcalf; Metcalf, 2013).



Mapa 9: Sultanato de Delhi no Império Mughal
Fonte: Stein (2010, p.137).

Quadro 12: Arranjos Políticos, econômicos e religiosos predominantes no Sultanato de Delhi

ARRANJOS POLÍTICOS	ATIVIDADES ECONÔMICAS	LÍNGUA E RELIGIÃO
-Sultanato de Delhi: autoridade política fragmentada; -Turcos e Afegãos eram invasores -Estrutura política de Estado: monarquia -A administração do Sultanato foi baseada nas leis da Shariat ou nas leis do Islã; -Dinastias Turco-afegãs: Dinastia dos Escravos (Mamelucos), a Dinastia Khalji, a Dinastia Tughlaq, a Dinastia Sayyid e a Dinastia Lodi; -Poderes do sultão: políticos, legal e militar	-Agricultura e a posse das terras pelos sultões; -Introdução de novas técnicas de cultivo e a irrigação; -Sistema de cobrança de impostos sobre a terra (kharaj); -Florescimento do comércio, tornando Delhi um importante centro comercial. -Uso de moedas de prata e cobre facilitavam as transações econômicas e comerciais.	-Religião do Islamismo -Os Sultões não eram líderes religiosos -Influência da cultura islâmica na cultura indiana - leis da Shariat ou nas leis do Islã -Dialeto persa

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010) e Romila Thapar (1966, 1991); Sen (2022); Meltcalf e Meltcalf (2013).

Desta forma, o Sultanato de Delhi foi governado por cinco dinastias turco-afegãs, a saber, Dinastia dos Escravos (Mamelucos), a Dinastia Khalji, a Dinastia Tughlaq, a Dinastia Sayyid e a Dinastia Lodi e tinham como estrutura política de Estado, a monarquia dinástica. A partir do ano de 1.210 d.C, quando este Sultanato foi fundado formalmente, os sultões aumentavam constantemente o seu poder na região, sendo caracterizado por muitos historiadores como os governantes mais poderosos da Índia quando se compara o poder exercido pelos governantes

hindus nos séculos anteriores. Esses sucessivos regimes turco-afegãos dominaram a vida política no Norte, com incursões periódicas no Sul. Eles eram invasores e “entraram inicialmente no subcontinente pelas passagens montanhosas no Noroeste e procuravam acima de tudo sucessos militares para assegurar o acesso aos excedentes agrícolas do interior” (Metcalf e Metcalf, 2013, p.30).

A administração neste Sultanato foi baseada nas leis da Shariat ou nas leis do Islã. E no centro deste aparato administrativo estava o sultão que governava todo o reino com poderes políticos, legal e militar em suas mãos. Assim, a força militar foi o principal fator na sucessão do trono. Além disso, desempenhava outras funções como, por exemplo, a de comandante supremo do exército, e era ele, ou oficiais nomeados por ele, que lideravam os exércitos para conquistar outras áreas. Assim, o sultão era, de muitas maneiras, o chefe do sistema administrativo. Isso é aplicável a quase todos os sultões do sultanato de Delhi, com algumas exceções como o sultão Ruknuddin Firuz, o sultão Muizzunddin Bahran, o sultão Alauddin Masud e o sultão Nasiruddin Mahmud. Mesmo nesses casos raros, o sultão permaneceu o chefe cerimonial de todo o estabelecimento político do Império (Riazul, 1996, p. 283).

Como vimos acima, durante o Sultanato de Delhi, a sua administração governamental era completamente dependente das leis muçulmanas baseadas nas leis da Shariat ou as leis do Islã, sendo que, o principal dever dos sultões e dos nobres era observar essas leis e aplicá-las nos assuntos do estado, ficando evidente uma relação de dependência entre política e religião, assim como aconteceu anteriormente na Índia, mas desta vez, o hinduísmo fica de lado para a ascensão do Islã no cenário religioso da região. Segundo relatos de Singh (2002) no sistema judicial do sultanato de Delhi, o sultão era o juiz supremo do Estado, sendo que nesta época as leis islâmicas eram baseadas no Alcorão Shari’a e Hadith.

Quadro 13: Ascensão e expansão do Islã

Ascensão e expansão do Islã

No século VII d.C., uma nova religião chamada “ISLAM” nasceu na Arábia e em um período muito curto esculpiu um império que se estende desde o norte da África até a Península Ibérica, Irã e Índia. O Islã foi fundado e pregado pelo profeta Muhammad (570-632 d.C.). Essa religião transformou a vida religiosa, política e social não apenas do povo da Arábia, mas também de muitas partes do mundo. O Islã enfatizou a crença em um Deus e seu livro sagrado como o “QURAN”. Os muçulmanos acreditam que o Alcorão foi revelado por Deus ao profeta Muhammad. O Alcorão é respeitado como a fonte suprema de autoridade no Islã. Cada muçulmano era convidado a rezar cinco vezes por dia, jejuar durante o mês de Ramzan, distribuir esmolas e fazer uma peregrinação, se possível, a Meca. Após a morte do Profeta (632 d.C.), a tarefa de fornecer liderança religiosa e política aos muçulmanos passou para os califas. (Califa é derivado da palavra árabe 'Khalifa' que significa 'vice'. Este é um título dado aos governantes que sucederam o profeta Muhammad). Entre 632-661 d.C. havia quatro califas piedosos, todos companheiros íntimos do Profeta. O Califado Omíada (661-750 d.C.) sucedeu os califas piedosos. A dinastia omíada deu estabilidade e prosperidade ao califado. A dinastia omíada foi seguida pelo califado abássida (750-1258 d.C.). Durante o tempo dos abássidas posteriores, os califas começaram a perder o controle político e governantes muçulmanos independentes (sultões) surgiram em várias regiões.

Fonte: Stein (2010).

Embora o Islã fosse a religião oficial dos reis do Sultanato de Delhi, Metcalf e Metcalf (2013) alegam que as instituições militares e econômicas centrais dessas dinastias não eram especificamente “islâmicas”, pois os próprios sultões não eram líderes religiosos. Os autores acrescentam que “eles não conquistavam sua autoridade por meio da santidade ou ensino sagrado, mas através de sua habilidade militar e de governo” (p.30). Contudo, eles patrocinavam os eruditos jurídicos, ou *ulama*, que dominavam os textos árabes sagrados, assim como os guias morais e intermediários espirituais, os sufis *shaikhs*. Essa mesma concepção, religião versus política foi vista anteriormente quando analisamos a Índia Antiga, ao mencionarmos que os brâmanes cultivavam o ensino tanto religioso quanto jurídico registrados nos textos sagrados em sânscritos, assim como, “desempenhavam papeis nos cultos dos templos, onde a piedade devocional (*bhakti*) floresceu nos séculos de domínio do Sultanato” (p.31).

Apesar de todas essas semelhanças institucionais entre Estados muçulmanos e não muçulmanos, as dinastias muçulmanas efetivamente desbravaram em novas direções e trouxeram grandes inovações para a teoria política da Índia medieval. Sobre essa temática, cabe mencionar que:

> Por mais de 600 anos após o estabelecimento da primeira dinastia túrquica em Delhi pelo mameluco ou governante escravo Qutbu’d-din Aibak, em 1206, o dialeto da elite governante muçulmana foi o persa. Na condição de participantes de uma cultura de língua persa que se estendia para o centro e o sudoeste da Ásia, essas dinastias foram um canal para a introdução de inovações nas instituições de governo, assim como de tradições culturais distintas no Direito, na teoria política e nos estilos literários e

> religiosos. Elas também trouxeram inovações práticas na guerra a cavalo, nos padrões de cultivo e nas técnicas de irrigação, como a roda "persa", muito difundida. Elas fomentaram o crescimento urbano e as redes viárias que incentivaram o comércio dentro e além da região. Nos anos de aproximadamente 1200 a 1500, o movimento de bens e pessoas pelos portos do oceano Índico, bem como por terras através dos países de língua persa, era tão expressivo que Janet Abu-Lughod caracterizou esse período como um "sistema mundial islâmico" de interação econômica e política. Nesse sistema, o subcontinente indiano desempenhou um papel significativo. A participação nessas redes de governo e comércio não exigia que os indivíduos fossem muçulmanos, mas a expansão política muçulmana facilitou o sucesso contínuo (Metcalf e Metcalf, 2013, p.31).

Outro padrão fixado no início do período do Sultanato foi o pluralismo étnico e linguísticos duradouro tanto nas elites governantes como dos governados, pois entre os seus governantes incluíam não apenas os de origem túrquica, mas também afegãos, persas e nativos. Neste prisma, Singh (2002) e Josh (2021) descrevem com precisão as características gerais da administração política do Sultanato de Delhi. Segundo esses autores, a administração central deste sultanato seguiu um procedimento administrativo muito sistemático e bem planejado, dirigido por diferentes ministros que tinham trabalhos específicos atribuídos a eles. Além disso, havia também outros departamentos e o Sultão nomeava os seus oficiais para exercer as suas funções específicas. Eles citam os elementos que formavam esta administração, a começar pelo *Sultan* (sultão) que era o chefe de Estado e gozava de poderes ilimitados em todas as esferas da atividade estatal; em seguida, o *Naib* que também desfrutou de uma posição equivalente à do Sultão; o *Wazir* exercia a função de primeiro-ministro do estado e chefiava o departamento financeiro do sultanato; o *Diwan-i-Ariz* era o chefe do departamento de Diwani-i-Ariz e nesta qualidade foi também o controlador-geral do departamento militar; o *Diwan-i-Risalat*, era o departamento que cuidava dos assuntos religiosos; o *Amir-i-Majlis-Shahi* era o ministro nomeado para cuidar das festas do estado e assegurar todas as conveniências e arranjos públicos durante o período das festas; e por fim, o *Diwan-i-insha*, que era o ministro que cuidava da correspondência local e dos diferentes escritórios (Singh, 2002; Josh, 2021).

Em termos de administração espacial ou geográfica, o sultanato de Delhi foi dividido em províncias, cada uma sob um governador, geralmente denominado *muqti* que era o responsável pela administração da província e pela arrecadação de receitas dos camponeses que pagavam seus impostos diretamente ao estado. A nomeação do *muqti* não era permanente, pois estava sujeito a ser transferido para qualquer parte do reino se o sultão assim desejasse. Uma parte fixa desta receita constituía o salário do *muqti,* e o restante seria remetido ao sultão. A maior parte da terra ainda estava disponível para o sultão conceder ou atribuir a seus oficiais como recompensa por serviços prestados ou em vez de salário em dinheiro. Esse processo era conhecido como *Iqta* ou sistema de concessão de terras e era, em muitos aspectos, semelhante

ao sistema agrário predominante no norte da Índia no período pré-sultanato (Romila Taphar, 1966).

De acordo com Josh (2021), esses lotes de terras foram atribuídos a vários nobres, oficiais e soldados para recompensá-los pela boa administração das províncias e arrecadação de receitas. No entanto, o autor destaca que durante este sultanato houve diversas mudanças nos *Iqtas*, já que inicialmente era um pedaço de terra que gerava receita e depois foi usada como pagamento de salários, mais tarde, no ano de 1.351 d.C, durante o reinado de Firuz Shah Tughlaq, a terra tornou-se hereditária.

Sobre a estrutura do estado do sultanato de Delhi referente ao sistema *Iqtas* e a sua relação com a sobrevivência do exército de sultão, Romila Taphar (1966, p.230) faz a seguinte observação:

> Sabe-se que o Sultanato era composto por uma variedade de tropas. O exército permanente do sultão consistia em seu guarda-costas, muitas vezes selecionados de seus escravos pessoais, e vários outros regimentos, alguns na capital e outros postados em fortes e guarnições ao longo da fronteira. Esses soldados recebiam salários em dinheiro ou pequenas *iqtas.* As contribuições mantidas pelos detentores de *muqtis e iqta* superavam em número o exército permanente. Estes eram teoricamente leais ao sultão, mas tendiam a ser independentes e as vezes leais ao *muqtis*. Isto mostrou que o sultão estava confiante em sua autoridade, pois atribuiu várias mudanças no sistema agrário, destinadas a fortalecer a posição do sultão às custas dos detentores da *iqta*. O reflexo disto, foi o aumento da participação do estado nas receitas coletadas sobre a terra.

Romila Taphar (1966) menciona em sua análise que o aumento da renda da terra determinado pelo sultão se fazia necessário para aumentar a força militar do Império. A renda gerada deste aumento servia para o imperador enfrentar a ameaça de invasão pelos mongóis e *rajputs*, assim como as tensões das campanhas no Deccan que exigiam a presença de um grande exército permanente para essas missões, mas para obter o sucesso dessas campanhas, deveria ser mantido receita excedentes de impostos, principalmente os derivados da terra.

Em termos econômicos, o Sultanato de Delhi promoveu a integração de diferentes regiões da Índia através de uma rede de comércio e comunicação. A agricultura era a base da economia, com a introdução de novas técnicas de irrigação e cultivo. O sistema de cobrança de impostos, como o *kharaj* (imposto sobre a terra), foi amplamente implementado, garantindo receita para o Estado. O comércio também floresceu, com Delhi se tornando um importante centro comercial que conectava a Índia à Ásia Central, ao Oriente Médio e ao Sudeste Asiático. A moeda de prata, o *tanka*, e a moeda de cobre, o *jital*, foram amplamente utilizadas, facilitando as transações comerciais (Romila Taphar, 1966).

Culturalmente, o período foi marcado por uma síntese entre as tradições hindus e islâmicas, resultando em uma rica troca cultural que se refletiu na arquitetura, literatura e artes.

A língua persa tornou-se a língua da corte e da administração, enquanto o urdu emergiu como uma língua franca que combinava elementos persas, árabes e locais. No entanto, o Sultanato também exacerbou as divisões religiosas e sociais, criando tensões que persistiram ao longo da história indiana. A imposição de políticas discriminatórias contra os hindus e outras comunidades não-muçulmanas gerou ressentimentos que, em alguns casos, persistem até hoje, e que resultou na partilha do seu território na independência da Índia em 1947 (Romila Taphar, 1966).

Nos séculos XV e XVI, o Sultanato cedeu lugar a uma série de reinos regionais no Norte, a exemplo de Guzerate, Malwa, Jaunpur, Déli e Bengala. Além disso, no Decão e na Índia peninsular, as incursões do Sultanato haviam derrubado os regimes existentes, abrindo caminho para o surgimento de novos reinos, com autoridade política fragmentada que caracteriza a complexidade política da história da Índia, assim, surge no ambiente político da Índia, o Império Mughal (Metcalf e Metcalf, 2013).

4.5 ARRANJOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E RELIGIOSOS NO IMPÉRIO MUGHAL

Na sequência da história dos arranjos políticos da Índia na Idade Moderna, observa-se a última e mais bem-sucedida dinastia da Índia, trata-se do Império Mughal (1526-1707). Este foi fundado por Zahir-ud-Din Muhammad, mais conhecido como Babur em 1526, a partir de uma base em Cabul (atual Afeganistão), quando então, ganhou o controle do Norte da Índia através de uma vitória em Panipat e da captura de Delhi. Segundo Streusand (1989, p.23):

> Akbar criou o império Mughal a partir de dois conjuntos de componentes, o que ele encontrou no Hindustão e o que ele, ou melhor, seu pai, havia trazido com ele da Ásia Central. Ele sintetizou esses dois legados para produzir uma política e cultura distintamente mogóis. A fusão envolveu indivíduos, instituições, padrões de comportamento e estilos literários e artísticos. Entender a síntese Mughal requer examinar seus componentes como Akbar os encontrou. Os precedentes políticos e as circunstâncias são discutidos sob dois títulos, islâmico e indiano.

Para Ibn Hasan (1932), após a morte de Babur depois de quatro anos de reinado, deixou o seu reinado para o seu filho Humayun (1508-1556) cujo governo foi considerado muito fraco, e consequentemente, forçado a deixar o reino e quem assumiu o império foi Akbar em 1556. Sob o seu comando, este império floresceu e se espraiou para o centro, oeste e norte da Índia, assim como, para o oeste até os atuais países Paquistão e Afeganistão. Entre uns dos seus feitos, ressaltamos a tolerância religiosa que era peculiar a sua administração, abolindo um imposto

que incidia sobre a população não-muçulmana conhecido como o *jaziyya,* além de saudar a construção de templos hindus na Índia.

O Quadro 14 sintetiza as informações pertinentes aos arranjos políticos, econômicos e religiosos predominantes no Império Moghol.

Quadro 14: Arranjos Políticos, econômicos e religiosos predominantes no Império Mughol

ARRANJOS POLÍTICOS	ATIVIDADES ECONÔMICAS	LÍNGUA E RELIGIÃO
-Controle do Norte da Índia -Sistema administrativo com características herdadas do Sultanato de Delhi -Forma de Governo: Monarquia - Sistema Mansabdani -Centralidade do poder nas mãos do Imperador -Menos interferências do Imperador nas aldeias	-Agricultura, comércio, manufaturas; -Redes comerciais internas e externas (Europa, Oriente Médio, Sudeste asiático e China); - Produtos como tecidos de algodão, especiarias, índigo e ópio, além da importação de metais preciosos, cavalos e artigos de luxo	-Islã, Hinduísmo, Zoroastricismo, Cristianismo e outras religiões; -Conflitos religiosos

Fonte: Elaboração própria a partir de informações retiradas das Obras de Fisher (2018), Stein (2010) e Romila Thapar (1966, 1991); Sen (2022); Meltcalf e Meltcalf (2013).

Os arranjos políticos do Império Mughal mostram que o seu sistema administrativo herdou muitas características do Sultanato de Delhi. No centro desta administração estavam as figuras dos reis ou imperadores. Os principais oficiais do governo central eram os seguintes: Os *Mir Bakshi, Sadr*, *Diwan e Mir Saman*. Quem exercia a função de ministro-chefe era o *Diwan* ou *Wajir* que cuidava das finanças e das receitas do Império. Com o exercício desta função, o *Diwan* tinha o controle de diversos departamentos ligados a questão das finanças do Império, por isso, todas as ordens imperiais deveriam ser registradas em primeiro lugar no seu escritório, e depois, seriam emitidas as ordens de pagamentos. Em função deste controle, os governadores provinciais, os chamados *faujdars distritais*, e os líderes das expedições se dirigiam aos Diwan para obter instruções financeiras antes de exercerem as suas funções nas províncias, isto porque, todos os departamentos do reino e das províncias estavam sob o seu controle (Ibn Hasan, 1932).

O *Mir Bakshi* desempenhava os deveres que eram de responsabilidades do ariz-i-mamalik, ou seja, as atividades ligadas à organização dos serviços civis na área militar. Desta forma, o seu poder se estendia muito além do escritório de guerra. Os *Mir Saman* cuidavam da família real em seus deveres específicos enquanto o *Sadr* ficava encarregado dos assuntos religiosos, caridades e doações (Ibn Hasan, 1932).

Outro grande destaque no Império Mughal foi a organização dos serviços públicos que foram aperfeiçoadas no reinado de Akbar e baseou-se no Sistema Mansabdari, originário da

Pérsia. Segundo Ibn Hasan (1932, p.45), Mansabdari ou Mansab "é uma palavra de origem árabe que significa posição, ou seja, o detentor de um ofício".

Ibn Hasan (1932, p.46) cita alguns méritos do Sistema Mansabdari para o Império Mughal:

> Esse sistema era único e distinto que formava a espinha dorsal da administração Mughal. Diz-se que, até que o sistema funcionasse, o estado Mughal estaria bem. Outro mérito deste sistema estava relacionado a introdução do conceito de uniformidade na administração que conduziu à unificação política. Este sistema enfraqueceu os sistemas de casta e feudal da Índia moderna, quando o Império tornou obrigatório que os mansabdars nomeassem soldados de todas as castas e religiões. Assim, Shiva ji e Sher Shah aplicaram esse sistema. Não havia discriminação por causa de casta e religião e agora eles foram colocados no pé de igualdade. Assim, o governante foi capaz de obter a lealdade de todos os seus súditos. Acrescenta-se também, que este sistema conseguiu frear o poder da classe feudal e da classe nobre. Agora, eles não pertenciam à classe da nobreza, mas passaram a ser reconhecidos como classe administrativa. Outro feito positivo deste sistema se refere ao aumento do poder governante, consolidando e cristalizando ainda mais a política da forma monárquica de governo e desde a época do estado Mughal de Akbar mudou-se para uma forma intensa de administração.

Para esse sistema de Mansabdars, Metcalf e Metcalf (2013) chamou de reformas administrativas que foram essenciais para o sucesso do governo de Akbar. No entendimento deste autor, não havia nada especificamente "islâmico" nas estratégias traçadas desse sistema mencionadas pelo autor Ibn Hasan (1932). Essas estratégias baseavam-se em preceitos do Sultanato de Delhi e, de modo geral, elas eram comuns aos impérios agrários do início da era moderna em toda a Ásia. Neste sistema Mansabdars, "os nobres recebiam patentes, conhecidas como mansab, demarcadas por contagem decimal e eram incumbidos de fornecer cavaleiros para uso do imperador conforme o número de patentes"[73]. Além disso, os mansab eram nomeados "para cargos em duas hierarquias paralelas, uma com a responsabilidade civil e a outra, militar, de modo que uma era contrapeso da outra. Aos nobres cabiam o direito de arrecadar a receita fiscal calculada sobre o território, *jagirs*, como base da sua remuneração"[74].

Ainda em relação à administração do governo no Império Mughal, Ibn Hasan (1932, p.100) destaca a organização das administrações provinciais e locais. Sobre isso, o autor menciona que, na administração central dos governantes Mughal, assim como nos tempos modernos, não havia um sistema ministerial. O que havia era a presença de diversos departamentos prestando serviços de assessoria ao imperador. Para cada um dos departamentos foram nomeados oficiais específicos sendo chamados de Ministros. Esses, por sua vez, não receberam o direito de tomar as suas decisões nas províncias de forma independente, pois

[73] *Ibidem*, 2013, p.44.
[74] *Ibidem*, 2013, p.45.

executavam as ordens e a vontade do imperador, posto isso, os ministros não tinham mandatos fixos, já que poderiam ser substituídos de seus cargos a qualquer momento desde que essa fosse a vontade do imperador.

Assim, conforme observa Ibn Hasan (1932), o governador (*sipah solar*) de uma província era nomeado pelo imperador, do mesmo modo, quase todos os chefes dos departamentos foram nomeados por ele também, mostrando a centralidade do seu poder. Ao lado do governador no posto oficial estava o *diwan* provincial que era o responsável pela arrecadação das receitas da província. Geralmente o *diwan* era um mamsabdar de status muito inferior ao do governador. Outro funcionário da província foi o *bakhshi* ou o tesoureiro. Este exercia diversas funções, incluindo, ocasionalmente, as funções de redator provincial. O *diwan-i-buyutat* era o representante provincial do *khan-i-saman* que exercia a função de zelar pelas estradas e prédios do governo, além de supervisionar as lojas imperiais e dirigir as oficinas estatais. Assim como na administração central, nas províncias o *sadr* e o *gazi* foram incumbidos de realizar os deveres religiosos, educacionais e judiciais.

Ibn Hasan (1932) menciona também o *faujdar* e o *kotwal*, dois importantes oficiais das províncias. O primeiro era o chefe administrativo do *sarkar* (distrito) que foi nomeado pelo imperador, mas estava sob a supervisão e orientação do governador provincial. Enquanto o segundo não eram oficiais provinciais, em sua plenitude, isto porque, eles foram nomeados pelo governo central nas capitais provinciais e outras cidades importantes para desempenhar diversas funções executivas e ministeriais semelhantes aos comissários de polícia durante o domínio britânico em Bombaim, Calcutá e Madras. No contexto das aldeias, os imperadores Mughal interferiram muito pouco na vida das pessoas que viviam em comunidades nas aldeias, pois não tinham funcionários residentes nelas. Aqui, o *Muqaddam* era normalmente o *sarpanch* ou chefe do panchayat da aldeia, ou conselheiros, e estes, por sua vez, continuaram a lidar com as disputas locais, já que o poder central não se estabeleceu de forma sólida nas aldeias.

Sobre o departamento de finanças do Império Mughal, Ibn Hasan (1932) ressalta que a estrutura tributária deste império era relativamente simples em sua formulação teórica, por mais complicada que fosse pelas necessidades mutáveis e pelas circunstâncias locais. Tanto as receitas quanto as despesas foram divididas entre os governos central e provincial. O governo central reservou para si receitas fundiárias, alfândegas, os lucros advindos da casa da moeda, direitos de herança e monopólio. O autor destaca que a fonte de renda mais importante do Império vinha da terra, e a sua arrecadação dobrou de valor nos reinados de Akbar e Shah Jahan. Neste âmbito, o sistema de receita Mughal foi baseado na divisão do Império em “subas” ou

governadorias, *sarkars* ou distritos e *parganas*. A cobrança da receita fundiária foi baseada em assentamentos que foram calculados após uma mediação detalhada e classificada das áreas cultivadas.

Segundo Ibn Hasan (1932, p.289), a natureza das culturas cultivadas e os preços médios de mercado prevalecentes também foram levados em consideração na fixação dos impostos finais. Esse sistema de avaliação, desenvolvido após muitos experimentos, tornou-se a base do assentamento de pesquisa do período britânico. O sistema de receita de Akbar na maioria das áreas era chamado de *raiyatwari*, a receita sendo coletada diretamente do cultivador individual, tanto quanto possível, e era paga em dinheiro. Akbar introduziu o sistema na maior parte do norte da Índia e, durante o vice-reinado de Aurangzeb, foi estendido até o Decão. O sistema de receita desenvolvido sob o governo de Akbar era completamente sólido, mas a demanda do governo era grande e correspondia a um terço da produção.

Por outro lado, as principais despesas do governo central consistiam nos gastos com defesa, administração civil geral do império (incluindo as organizações religiosas), a manutenção da corte e do palácio real, os custos dos edifícios e com obras públicas tais como os referentes aos serviços de manutenção, pagamentos de impostos, e outras (Ibn Hasan, 1932, p.291).

Outra parte significativa da administração pública do Império Mughal foi a sua organização militar. Stein (2010) discorre que esta era a parte mais fraca da administração desse império, já que se esperava que o imperador concentrasse seu poder nesta área a fim de torná-la mais eficiente. No entanto, o que se viu, segundo Stein foi um grau de dependência muito grande do exército de quatro classes diferentes de tropas para que a ordem e a defesa fossem mantidas nas fronteiras do império. Nesta organização militar dependente e fraca, havia, em primeiro lugar, os soldados fornecidos pelos *mansabdars*; a outra classe de tropas sob o comando de *mansabdar* era conhecida como *dakhili,* cujos serviços eram pagos pelo estado. A terceira classe eram os *ahadis* ou "cavalheiros da tropa" que recebiam salários mais altos do que os do serviço comum.

Ainda sobre a organização militar do Império Mughal, Ibn Hasan (1932) e Stein (2010) concordam que havia a necessidade de melhorar a artilharia e os armamentos do exército Mughal. A fraca organização do exército, a escassez de oficiais, o fracasso em construir uma organização piramidal bem unida e ativa, reduziram a eficiência deste exército. Essa foi uma das causas do declínio deste império, encerrando, portanto, o recorde de vitórias que durante um século acrescentaram novos territórios para a exploração do império.

Os autores Ibn Hasan (1932) e Stein (2010) discorrem também sobre a parte econômica deste Império. Segundo as análises proferidas por eles, a economia era diversificada, dinâmica e altamente organizada, sustentada por uma combinação de agricultura, comércio, manufaturas e um sistema fiscal sofisticado. Esse sistema agrícola era considerado altamente produtivo pois, as suas terras eram férteis, sendo controladas pelo Império, especialmente as localizadas nas planícies do Indo e do Ganges. O resultado obtido eram uma base de produtos diversificados como o trigo, arroz, milheto, além das culturas comerciais como o algodão, índigo, cana-de-açúcar e especiarias. É importante salientar que o uso de técnicas avançadas como a irrigação por poços e canais favoreceram a produtividade agrícola. Dada a alta produtividade e controle majoritário das terras pelo Estado, este ente público arrecadava receitas desta atividade.

Com essa produção agrícola em grande escala, a sua distribuição se dava através de redes comerciais internas, que contava com uma extensa rede de estradas e rotas comerciais que conectavam as cidades e os vilarejos, além das feiras. No que se refere ao mercado externo, escoava-se essa produção com as redes comerciais com a Europa, Oriente Médio, Sudeste asiático e China. Por essas redes de comércio interno e externo aconteciam as trocas através de produtos como tecidos de algodão, especiarias, índigo e ópio, além da importação de metais preciosos, cavalos e artigos de luxo (Ibn Hasan, 1932).

Quanto aos aspectos religiosos, é salutar destacar que os Mughals eram adeptos ao islamismo e trouxeram os seus costumes para a Índia que era dominada pela região hinduísta baseada no sistema de castas. Isto nos mostra o desafio político e religioso que este Império vai gerar para a história da Índia. Diante deste cenário, a postura desses imperadores foi a adoção da pluralidade religiosa, ou seja, a política de tolerância religiosa adotando elementos que sintetizam o Islã, Hinduísmo, Zoroastricismo, Cristianismo e outras religiões. A intenção dos imperadores era reduzir as tensões religiosas na população indiana e integrá-las ao seu Império. Porém, de acordo com os relatos de Metcalf e Metcalf (2013), sob o reinado de Aurangzed, essa política de apaziguamento religioso foi modificada, haja vista que a postura desse ditador foi mais ortodoxa e conservadora, pois adotou políticas que privilegiavam a sua religião, o Islã, em detrimento das demais, acirrando a revolta das comunidades indianas devotas do hinduísmo. Uma das suas ações foi a atribuição de impostos seletivos chamado de jizya que deveria ser pago por pessoas que não proferiram a fé islâmica, além disso, ordenou a destruição de templos hinduístas, gerando resistências e revoltas desses fiéis.

Os autores Metcalf e Metcalf (2013) sintetizam que a questão da religião no Império Mughal teve um impacto significativo nas questões sociais. A política de tolerância de Akbar,

por exemplo, permitiu que hindus e muçulmanos coexistissem de maneira relativamente harmoniosa, promovendo a integração social. Hindus ocupavam cargos importantes na administração e no exército, e casamentos entre membros das elites muçulmanas e hindus eram comuns, fortalecendo laços políticos e sociais. Por outro lado, as políticas mais rígidas de Aurangzeb criaram divisões sociais. A reintrodução da jizya e outras medidas discriminatórias levaram ao ressentimento entre a população hindu, exacerbando as tensões religiosas e sociais. Essas divisões contribuíram para o declínio do império, à medida que movimentos de resistência, como os dos Marathas e dos Sikhs, ganharam força.

A religião também influenciou profundamente a cultura Mughal. A arquitetura é um dos exemplos mais marcantes dessa influência. Monumentos como o Taj Mahal, construído por Shah Jahan, combinam elementos islâmicos, persas e indianos, refletindo a síntese cultural promovida pelos Mughals. A arte e a literatura também floresceram, com a tradução de textos hindus para o persa e a criação de obras que celebravam a diversidade religiosa e cultural do império. A música e a dança também foram influenciadas pela interação entre as tradições hindus e muçulmanas. A corte Mughal era um centro de patronato artístico, onde músicos e artistas de diferentes origens religiosas colaboravam, criando formas artísticas únicas que refletiam a pluralidade do império (Metcalf e Metcalf, 2013).

Os autores Metcalf e Metcalf (2013) finalizam a sua análise mostrando que a religião também teve implicações econômicas no Império Mughal. A política de tolerância de Akbar, por exemplo, facilitou o comércio e a cooperação entre diferentes comunidades religiosas, impulsionando a economia. A abolição da jizya e a promoção de políticas inclusivas ajudaram a integrar a população hindu na economia do império, aumentando a produtividade e a arrecadação de impostos. No entanto, as políticas de Aurangzeb, que privilegiavam os muçulmanos, tiveram um impacto negativo na economia. A reintrodução da jizya e outras medidas discriminatórias desencorajaram a participação de hindus e outras comunidades não-muçulmanas na economia, levando ao declínio econômico em algumas regiões. Além disso, os conflitos religiosos e as revoltas internas drenaram os recursos do império, contribuindo para sua fragmentação e eventual colapso.

O declínio do Império Mughal, que outrora foi uma das maiores e mais poderosas dinastias do subcontinente indiano, foi resultado de uma combinação de fatores internos e externos que se intensificaram ao longo do século XVIII. Metcalf e Metcalf (2013), Ibn Hasan (1932) e Stein (2010) apontaram alguns fatores que levaram a ruína deste império. O primeiro fator apontado por eles seria a fragilidade sucessória e conflitos internos, isto é, após a morte

do imperador Aurangzeb em 1707, o império enfrentou uma série de crises sucessórias. A falta de um mecanismo claro de sucessão levou a disputas internas entre os herdeiros, enfraquecendo a estrutura política e administrativa do império. Guerras civis e rebeliões tornaram-se frequentes, arruinando os recursos do Estado.

A centralização excessiva e a administração ineficiente é o segundo fator apontado pelos autores Metcalf e Metcalf (2013), Ibn Hasan (1932) e Stein (2010). Isto se deve ao sistema administrativo Mughal ser altamente centralizado, dependendo fortemente da figura do imperador. Com a morte de Aurangzeb, a administração tornou-se cada vez mais ineficiente, com governadores regionais (subahdars) ganhando autonomia e, em muitos casos, rebelando-se contra o poder central. Isso fragmentou o império em regiões semi-independentes.

Além disso, houve a pressão fiscal e o declínio econômico do Império, isto é, a política fiscal de Aurangzeb, que aumentou impostos para financiar suas campanhas militares, gerou descontentamento entre a população, especialmente entre os camponeses. A economia do império começou a declinar, com a agricultura, base da riqueza Mughal, sofrendo com a exploração excessiva e a falta de investimentos. Além disso, a corrupção e a má gestão dos recursos agravaram a crise econômica. Com isso, o reinado de Aurangzeb enfrentou várias rebeliões, incluindo a resistência dos Marathas, dos Sikhs e dos Rajputs. Esses grupos, aliados a outros poderes regionais, desafiaram a autoridade Mughal e gradualmente minaram seu controle sobre vastas áreas do império. A longa guerra contra os Marathas, em particular, drenou os recursos militares e financeiros do império (Metcalf e Metcalf (2013); Ibn Hasan (1932) e Stein (2010)).

O império também enfrentou ameaças externas, como as invasões do líder persa Nadir Shah em 1739, que saqueou Delhi e levou consigo imensas riquezas, incluindo o famoso Trono do Pavão. Posteriormente, as incursões do afegão Ahmad Shah Durrani further enfraqueceram o império. Essas invasões não apenas causaram destruição material, mas também minaram o prestígio e a autoridade dos Mughals. Em síntese, o declínio do Império Mughal foi um processo multifacetado, resultante de uma combinação de fatores internos, como a fragilidade sucessória, a administração ineficiente e as rebeliões regionais, e externos, como as invasões estrangeiras e a ascensão das potências europeias (Stein, 2010).

Esses elementos, somados à crise econômica e ao declínio cultural, levaram à gradual fragmentação e queda de um dos maiores impérios da história da Índia, que se agravou com a crescente influência das Companhias das Índias Orientais britânica, francesa e holandesa no subcontinente indiano. Essas potências europeias exploraram as divisões internas do império

para estabelecer seu controle sobre regiões estratégicas, especialmente a *British East India Company*, que gradualmente assumiu o poder político e econômico na Índia.

4.6 ARRANJOS HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA ÍNDIA DURANTE O IMPÉRIO BRITÂNICO

A Companhia das Índias Orientais Inglesa (EIC)[75] obteve concessão para operar na Índia em 31 de dezembro de 1600, sendo constituída pela Rainha Elizabeth como uma empresa comercial cujo objetivo era explorar as riquezas existentes na Índia (Metcalf; Metcalf, 2013, p.70). Nos primeiros anos, a Companhia estabeleceu uma série de postos comerciais costeiros (fábricas) na Índia, como em Surat, Bombaim (Mumbai), Madras (Chennai) e Calcutá (Kolkata). Com o tempo, passou de uma entidade comercial para uma força política, particularmente após a Batalha de Plassey, em 1757. Nesse confronto, sob a liderança de Robert Clive, a Companhia derrotou o Nawab de Bengala e começou a controlar territórios substanciais na Índia. Esse evento marcou o início do domínio britânico direto no país (Sekhar, 2006).

Com a Declaração de Diwani[76] em 1765, a Companhia obteve o direito de arrecadar impostos em Bengala, Bihar e Orissa, consolidando ainda mais seu poder. A partir daí, sua influência não parou de crescer, impondo-se sobre os governantes locais e expandindo seu controle sobre grande parte do subcontinente indiano. Essa Declaração foi emitida após a Batalha de Buxar em 1764, onde a Companhia das Índias Orientais derrotou uma coalizão composta pelo Nawab de Bengala, o Nawab de Awadh e o imperador mogol, Shah Alam II. A vitória consolidou o poder militar da Companhia na região. Como resultado, em 12 de agosto de 1765, o imperador mogol Shah Alam II, sob pressão e em troca de proteção e uma pensão anual, concedeu à Companhia os direitos de "*diwani*", ou seja, o direito de coletar impostos e administrar as finanças das províncias mencionadas (Sekhar, 2006).

Essa Declaração deu poder financeiro e administrativo a Companhia, transformando-a de uma entidade puramente comercial em uma potência governamental, pois passou a controlar a arrecadação de receitas em grande parte do leste da Índia, incluindo a rica região de Bengala. Embora o governante nominal de Bengala ainda fosse o Nawab, o verdadeiro poder econômico

[75] A EIC foi criada por meio de uma carta real em 1600 como uma sociedade anônima limitada (as pessoas investiam capital e recebiam parte dos lucros) administrada por um grupo de 215 comerciantes e investidores chefiados pelo Conde de Cumberland. O foral concedeu ao EIC o direito exclusivo de comércio exclusivo com a Índia, além de conceder o monopólio de todo o comércio a leste do cabo da Boa Esperança (Cartwright, 2002).

[76] A Declaração de Diwani de 1765 foi um marco crucial na história da presença britânica na Índia, representando uma transferência significativa de poder para a Companhia das Índias Orientais. Ela concedeu à Companhia o direito de arrecadar impostos e receitas (diwani) nas províncias indianas de Bengala, Bihar e Orissa, três das mais ricas regiões do subcontinente indiano na época (Durga, 2011).

e político estava agora nas mãos da Companhia. Além disso, a Companhia passou a explorar intensamente os recursos da região para maximizar seus lucros. O objetivo principal era enviar riqueza para a Grã-Bretanha. Como resultado, houve uma desintegração gradual das indústrias locais e uma série de crises econômicas e sociais, como a Grande Fome de Bengala (1770), na qual milhões de indianos morreram devido à má gestão e à prioridade dada à arrecadação de impostos em vez de à sobrevivência da população (Durga, 2011).

Essa Declaração de *Diwani* promoveu um sistema de "soberania dual" que foi estabelecido na prática. Enquanto os governantes Mogóis e os Nawabs mantinham o título nominal de governantes, a Companhia exercia o verdadeiro controle sobre as finanças e a administração. A estrutura política era disfarçada para não parecer um domínio colonial direto, mas, na realidade, a Companhia tinha o controle efetivo (Durga, 2011).

No campo político-administrativo, o poder do Império Britânico se desenvolveu por meio de uma séri8e de atos e leis que foram estabelecidos com o intuito de tornar possível os ditames deste Império, a começar pela Ato Regulador de 1773 que foi aprovado pelo Parlamento britânico para estabelecer um sistema administrativo central na Índia Britânica, ou seja, para regular os territórios indianos pertencentes à Companhia Britânica das Índias Orientais, especialmente Bengala. Segundo Durga (2011) este Ato de 1773 tem um valor simbólico para a história constitucional da Índia, pois foi a primeira vez que uma carta de cunho administrativo e regulador foi redigida pelo Império britânico para regular os territórios pertencentes a Companhia (EIC), marcando, portanto, o primeiro passo para a centralização da administração na Índia.

No escopo desta Lei reguladora de 1773, temos as principais disposições-chave que marcaram os arranjos administrativos institucionais no âmbito dos territórios indianos acoplados à EIC:

> O principal objetivo da promulgação desta Lei reguladora foi acompanhar as operações da Companhia na Índia e na Inglaterra. Para isso, foi instituído o cargo de Governador-Geral de Bengala, principal território da EIC, com a responsabilidade de supervisionar as presidências de Madras e Bombaim; sendo que foram nomeados quatro membros do Conselho de Administração em Bengala com mandatos de cinco anos. Um Supremo Tribunal foi inaugurado em Calcutá, com quatro juízes, incluindo o Chefe de Justiça; proibia-se o uso de subornos e presentes, doações ou prêmios de empresas privadas aos oficiais militares e civis da Empresa. Além disso, a autoridade da Coroa foi reforçada pelo “Tribunal de Administração” através deste ato. Os assuntos civis e militares da Índia, bem como suas receitas deveriam ser divulgados à Coroa Britânica (Durga, 2011, p.56).

É neste contexto que Sekhar (2006) observa que este Ato Regulador de 1773 foi o passo importante para controlar a administração da Companhia na Índia, pois reconhecia formalmente o direito parlamentar de controlar os assuntos indianos. Tomando como exemplo a citação

acima de Durga (2011) sobre o arranjo político deste Ato e somando às observações realizadas por Sekhar (2006, p.77), entendemos que a instituição do Tribunal de Administração da Companhia seria obrigada, segundo os ditames deste Ato, a submeter todas as informações recebidas de Bengala sobre as questões civis, militares e fiscais na Índia ao controle central do parlamento britânico. Para concretizar este objetivo, o status de governador de Bengala foi alterado para uma posição mais elevada passando a atuar como Governador Geral que seria assistido por um conselho composto por quatro membros, esses por sua vez, estavam submetidos ao controle do governo britânico ao qual deveriam enviar seus relatórios de atividades para a devida apreciação.

Ainda no contexto deste Ato, mencionamos as chamadas Reformas Cornwallis. Esta se deu quando o primeiro Governador-Geral nomeado foi Warren Hatings que assumiu este cargo com a visão de que as instituições históricas já desenvolvidas na Índia forneciam a melhor base para o domínio britânico. No entanto, ao longo do seu mandato, Warren foi acusado de corrupção e violação dos direitos dos indianos a quem havia extorquido ilegalmente grandes somas de dinheiro. Quem o substituiu foi Lord Cornwallis "que começou a criar um estado emplumado e um serviço europeizado na Índia" (Stein, 2010, p.206).

Dentro do nosso entendimento, torna-se fundamental relatar as reformas que foram criadas por Cornwallis no âmbito da Companhia das Índias Orientais e consequentemente para ampliar o poder do governo britânico na Índia:

> Sobre as Reformas Administrativas, a conquista mais importante de Cornwallis foi a "purificação" do serviço público por meio da contratação de servidores públicos capazes e honestos. Ele buscava simplicidade, economia e pureza. Em suas investigações, descobriu que os funcionários da Companhia eram mal pagos, enquanto a alta cúpula recebia comissões de receitas altíssimas. Além disso, eles se envolveram em comércio privado ilegal, mas lucrativo, em nome de parentes e amigos. Em decorrência disso, Cornwallis queria limpar a administração, para isso, aboliu esse sistema hediondo de pagar salários baixos aos funcionários e os privilégios generosos que recebiam a alta cúpula da Companhia. Uma das reformas obrigava os Diretores da Companhia a pagar bons salários aos empregados para que eles ficassem livres de atividades comerciais e corruptas, para isso, estabeleceu a política de fazer nomeações principalmente por méritos, lançando as bases para o *Indian Civil Service*, instituindo a separação dos três ramos de serviços, ou seja, comercial, judicial e receita.
>
> Nas questões judiciais, ele instituiu mudanças significativas na administração judicial e tentou concluir os negócios inacabados de Warren Hastings. Durante o seu mandato, o número de Distritos fiscais na Presidência de Bengala foi reduzido de 35 para 23. O cobrador era o administrador do Distrito. O coletor presidiu os tribunais distritais em 1787. Os coletores receberam poderes magistrais e autoridade para administrar a justiça criminal. As reformas judiciais de Cornwallis tomaram forma final em 1793, quando foram incorporadas no famoso código de Corwallis.
>
> Nas reformas policiais, a implementação efetiva das reformas judiciais exigiu uma reestruturação da administração policial. A polícia estava sob o controle do juiz distrital. Cada distrito foi dividido em *thanas*, ou círculos policiais.

> Outras reformas foram observadas no âmbito de *Board of Trade*, responsável pelos investimentos comerciais da Companhia. Ele foi capaz de eliminar inúmeros abusos e práticas corruptas com a ajuda de Charles Grant (Sekhar, 2006, p.47).

Um dos legados importantes desta Reforma de Lord Cornwallis foi o estabelecimento do domínio britânico na Índia, principalmente quanto a renovação do estatuto da Companhia por vinte anos dando-lhes a posse de todos os territórios da Índia durante este período. No que tange a administração indiana, o poder do Governador-geral sobre o Conselho foi ampliado, sendo que os governadores de Bombaim e Madras foram colocados sob seu controle de forma mais decisiva. Sobre o aumento de poder de controle sobre os territórios indianos Sekhar (2006, p.79) descreve o seguinte:

> A Lei de 1773 impôs o monopólio comercial da Companhia com a Índia. Isto se deu por meio da elaboração de um código regular em Bengala de todos os regulamentos que poderiam ser promulgados para o governo interno do território britânico. Este regulamento se aplicava a todos os direitos, pessoas e propriedade do povo indiano e obrigava os tribunais a regular suas decisões pelas regras e diretivas contidas nele. Além disso, todas as leis deveriam ser impressas com traduções nas línguas indianas para que as pessoas pudessem conhecer seus direitos, privilégios e imunidades. A Lei assim introduziu na Índia o conceito de lei civil promulgada por uma agência humana secular.

De uma forma geral, percebe-se que esta Lei reguladora tinha boa intenção sobre a administração da empresa britânica, porém o sistema que o estabelecia era imperfeito, já que ele foi uma mistura de inconsistências com numerosas deficiências. A respeito dessa inconsistência Sekhar (2006, p.78) observa o seguinte:

> Esta Lei não foi de forma alguma satisfatória, pois falhou em agilizar a administração indiana, enquanto a supervisão do governo britânico permaneceu ineficaz devido a problemas de comunicação. A administração na Índia foi prejudicada pela desunião no conselho e desarmonia entre o conselho e o governador-geral. Os governadores provinciais aproveitaram-se do amplo espaço de manobra que lhes foram oferecidos pelos vagos termos da Lei e as ambiguidades na jurisdição do Supremo Tribunal e do Conselho e criaram sérios conflitos entre as autoridades concorrentes. Todas essas obscuridades e caráter indeterminado do ato, ao que parece, surgiram da incapacidade do Parlamento de definir adequadamente a questão da soberania da Índia.

Deve-se considerar ainda, o fato de que o controle parlamentar estabelecido nesta Lei era ineficaz no sentido de que não havia arranjos concretos para estudar os relatórios que os Governadores enviavam para a apreciação do Conselho da Companhia. Por último, cabe mencionar que não havia nada de concreto nesta Lei direcionada ao povo da Índia que tinha a obrigação de pagar suas receitas tributárias à Companhia, ao mesmo tempo que a população de Bengala, Bihar e Orissa estavam passando fome (Durga, 2011).

Segundo os relatos de Durga (2011) as condições da população de Bengala, Bihar e Orissa durante o domínio da Companhia das Índias Orientais na Índia, especialmente após a Declaração de Diwani em 1765, foram marcadas por extrema exploração econômica, crises

sociais e catástrofes humanitárias. A administração da Companhia priorizava seus interesses comerciais, frequentemente à custa das condições de vida da população local. Após obter os direitos de arrecadação de impostos (*diwani*), a Companhia das Índias Orientais implementou políticas fiscais extremamente rigorosas. Os impostos sobre a terra, principal forma de subsistência da população rural, foram aumentados significativamente. Camponeses e agricultores, que já viviam de forma precária, enfrentaram grande pressão para pagar tributos elevados, mesmo em anos de más colheitas. O resultado disso foi o aumento da pobreza, pois a política da Companhia priorizava o lucro e não oferecia suporte adequado aos agricultores em tempos de crise. Com altos impostos e preços controlados de commodities, os camponeses foram empurrados ainda mais para a pobreza. Além desses malefícios, houve também o sufocamento das indústrias locais, pois as indústrias artesanais, particularmente a de tecidos de algodão, sofreram um colapso devido à concorrência desleal. A Companhia favorecia a exportação de matérias-primas indianas e a importação de produtos britânicos, prejudicando a economia local.

No entanto, a crise mais devastadora durante o controle da Companhia foi a Grande Fome de Bengala de 1770, que resultou na morte de cerca de 10 milhões de pessoa, ou seja, aproximadamente um terço da população da região. Um dos fatores que culminaram para esta catástrofe, foi a combinação de más colheitas, inundações, pragas e a exploração desenfreada pela Companhia. Mesmo durante a fome, a Companhia continuou a exigir altos impostos dos agricultores e priorizou o comércio de exportação, incluindo a venda de grãos para fora da Índia. No entanto, a Companhia não fez esforços significativos para aliviar o sofrimento da população porque a sua principal preocupação era manter a arrecadação de receitas, o que agravou a situação humanitária. A escassez de alimentos aumentou drasticamente, e milhões morreram de fome ou doenças associadas (Durga, 2011).

Para corrigir os defeitos apresentados nesta Lei Reguladora de 1773, o Parlamento Britânico aprovou a Lei Pitt's, também conhecida por Lei da Companhia das Índias Orientais de 1784. Esse nome se deve ao jovem, primeiro-ministro da Grã-Bretanha chamado William Pitt que estava neste cargo quando esta nova Lei foi estabelecida. Esta lei foi uma legislação britânica fundamental para reformar a administração da Companhia das Índias Orientais e regular seu governo na Índia. Ela foi motivada pela crescente preocupação com a corrupção e a má administração nas colônias, além da crise financeira da Companhia e as críticas ao seu comportamento explorador (Durga, 2011).

As principais provisões desta Lei foram as seguintes: a) Divisão de poderes entre a Companhia e o Governo Britânico: ela estabeleceu um sistema de supervisão dual, dividindo a autoridade entre a Companhia das Índias Orientais e o governo britânico. A Companhia ainda mantinha o controle sobre as operações comerciais, mas a administração política da Índia passou a ser supervisionada diretamente pelo governo britânico. O governo britânico criou o *Board of Control*, um órgão que supervisionava a administração da Índia, garantindo que as políticas seguissem os interesses britânicos. Esse órgão tinha o poder de vetar decisões da Companhia e coordenar suas políticas relacionadas à Índia. b) Reforma na Administração da Índia: esta Lei fortalecia o papel do Governador-Geral da Índia (com sede em Calcutá), que foi dotado de maior autoridade sobre os outros governadores das presidências regionais (Bombaim e Madras). Isso centralizava o poder e promovia uma administração mais uniforme. O *Lord Cornwallis* foi nomeado Governador-Geral em 1786, sob as novas disposições da Lei, e sua administração posterior foi moldada por essas reformas. c) Esforço para reduzir a Corrupção: a Lei de 1784 foi projetada para reduzir a corrupção entre os funcionários da Companhia. Políticas mais rígidas foram implementadas para supervisionar os oficiais britânicos na Índia, na tentativa de melhorar a administração e reduzir o abuso de poder. d) Comércio e interesse econômico: embora a Lei focasse na administração, ela também reafirmou o monopólio comercial da Companhia sobre o comércio indiano, garantindo que os interesses econômicos britânicos na Índia continuassem a ser explorados para o benefício da Grã-Bretanha (Durga, 2011).

Cabe mencionar quais foram os impactos desta Lei sobre a população indiana. De início, Durga (2011) destaca que, embora ela tenha estabelecido reformas na administração da Índia, os seus impactos foram limitados quanto a melhoria das condições de vida da população indiana. Em muitos aspectos, a Lei reforçou o controle britânico sobre a Índia, com consequências profundas para a sociedade e economia locais. Em decorrência disso, podemos afirmar que a reforma administrativa não alterou substancialmente o regime de exploração econômica imposto pela Companhia. O monopólio comercial britânico foi mantido, e as políticas fiscais que afetavam diretamente os camponeses, especialmente em Bengala, Bihar e Orissa, continuaram. A coleta de impostos ainda era uma prioridade, e o sistema de exploração da terra, com altos tributos, permaneceu em vigor, mantendo a população rural sob forte pressão financeira.

Para corrigir esta anomalia, um Ato de Emenda de 1786 foi instituído, dando ao governador-geral o direito de anular seu conselho em sessões extraordinárias (Sekhar, 2006).

No entanto, este Ato vigorou até 1858, quando finalmente o domínio da Companhia sobre os territórios britânicos na Índia terminou e foram repassados diretamente para as mãos do Governo Britânico. O pano de fundo para essa transferência de poder foi o Motim ou a Revolta de Plassey de 1858[77], decorrentes dos descontentamentos da população indiana em relação as políticas opressoras implementadas pela Companhia.

Stein (2010) e Metcalf e Metcalf (2013) argumentam que a promulgação desta Lei deu início a uma nova Era na história moderna da Índia, marcada por períodos de transformações políticas, econômicas e sociais que trouxeram prosperidades concentradas a uma parcela minúscula da sociedade e desarranjos, discriminações, problemas sociais acentuados para a maioria da população, entre os quais, o aumento da segregação da sociedade indiana e o acirramento das questões étnicos-políticas-religiosas. Se tem uma frase que sintetiza esta Lei de Governo da Índia de 1858, eu diria: "esta Lei centralizou os poderes dos britânicos na Índia, tornando-a oficialmente uma colônia britânica".

As principais disposições desta Lei estão expressas a seguir:

> Esta Lei transferiu poderes da Companhia para a Coroa britânica que assumiu também as responsabilidades relacionadas a tratados, contratos entre outras atribuições. Desta forma, a Índia foi governada em nome de um soberano através de um dos principais Secretários de Estado (*Secretary of State of India*), assistido por um Conselho de 15 membros. Esta Lei substituiu o Presidente do Conselho de Controle por um Secretário de Estado para a Índia, que se tornou "subordinado ao gabinete, a fonte de autoridade, bem como o diretor de política na Índia. Constatou-se nessa Lei que um membro do Parlamento Britânico foi nomeado Secretário de Estado da Índia para exercer poderes em nome da Coroa e era responsável perante o parlamento britânico. Dos 15 membros do Conselho do Secretário de Estado, 8 seriam nomeados pela Coroa e 7 seriam escolhidos do agora extinto Tribunal de Administração. O Conselho deveria ser consultivo, na maioria dos casos a iniciativa e a decisão final ficavam com o Secretário

[77] "Foi uma grande revolta que foi um produto do caráter e das políticas do domínio colonial após 1757, as quais propuseram a ocorrência de mudanças nas formas como as políticas britânicas passaram a ser implementadas na Índia. Os efeitos cumulativos das políticas expansionistas britânicas, a exploração econômica e as inovações administrativas ao longo dos anos afetaram negativamente as posições da população na Índia, sejam eles governantes dos estados indianos, sipaios, zamindars, camponeses, artesãos, panditas, etc. Assim, o descontentamento latente explodiu na forma mais violenta possível que abalou os alicerces do Império Britânico, já que no período de 1757 a 1857 uma série de explosões populares esporádicas surgiram na forma de violência político-religiosa, movimentos tribais, revoltas camponesas, distúrbios agrários e rebeliões civis. Além disso, as interferências britânicas nos costumes religiosos e tradicionais nativos causaram ressentimentos e revoltas na população indiana. São várias causas que contribuíram para a eclosão dessa Revolta de 1858: no que tange as causas econômicas, as justificativas se concentraram nas políticas coloniais da Companhia das Índias Orientais que destruíram o tecido econômico tradicional da sociedade indiana. Neste caso, o campesinato nunca se recuperaria das deficiências impostas pelo novo e altamente impopular acordo de renda. Em decorrência disso, os camponeses empobrecidos pela pesada tributação cobrada pela Companhia, recorriam, constantemente a empréstimos de agiotas, resultando, muitas vezes na expulsão das suas terras por falta de pagamento de suas dívidas. Esses agiotas e comerciantes surgiram como novos proprietários dessas terras, enquanto o flagelo do camponês sem terra e do endividamento rural continuaram a atormentar a sociedade indiana, soma-se a isso, a desintegração do antigo sistema de zamindars. As políticas britânicas também desencorajavam o artesanato indiano para promover os produtos britânicos, prejudicando o comércio indiano e a classe mercantil quando esses britânicos impuseram altas taxas de tarifas alfandegárias sobre os produtos fabricados na Índia. Assim, a ruína da indústria indiana aumentou a pressão sobre a agricultura e a terra que não podiam sustentar todo o povo, gerando, portanto, em desenvolvimento desigual e consequentemente na pauperização do país" (Rajiv, 2007, p.179-183).

> de Estado que recebeu os poderes há muito exercidos pelo Tribunal de Administração e pelo Conselho de Controle. Assim, o Sistema de Governo duplo introduzido pela Índia de Pitt em 1784 foi abolido. A Coroa tinha poderes para nomear um Governador-Geral e os Governadores das Presidências. O Governador Geral da Índia recebeu o título de vice-rei, se tornando o representante direto da Coroa, mantendo em sua posse todos os poderes (RAJIV, 2007, p.29).

Em síntese, como bem observado, esta Lei marcou o início de uma nova Era para a história política indiana, sendo diretamente governada pelo Império Britânico que não hesitou em usar os seus poderes para explorar mais do que nunca as riquezas da Índia e drenar as receitas obtidas em favor da Coroa em Londres, isto fortaleceu toda a maquinaria burocrática deste governo que estava baseado no controle absoluto por parte do parlamento britânico, cujas ações estavam totalmente desvinculadas das opiniões públicas (Rajiv, 2007).

De uma forma geral, a organização governamental da Índia no período de 1858 a 1909 foi marcada por um despotismo paternal cada vez mais centralizado formando a maior burocracia imperial do mundo. A Lei dos Conselhos Indianos de 1861, por exemplo, contribuiu para a intensificação deste cenário quando pôs em prática importantes mudanças no Conselho do Governador Geral, quando então, converteu o Conselho do Vice-rei em um pequeno gabinete no sistema de pasta e todos os cinco membros ordinários se tornariam encarregados de diferentes departamentos, incluindo, o militar, direito, finanças e receitas de governo do Calcutá. Um dos resultados do Motim de 1858 foram vistos no contexto desta Lei, já que um dos seus objetivos de implementação foi o de envolver o povo indiano no processo legislativo, restaurando os poderes legislativos das presidências de Madras e Bombaim que foram retirados pela Lei de 1833. Em síntese, o elemento mais significativo desta Lei foi a participação indiana no processo legislativo, pois a revolta de 1858 obrigou o governo britânico a fazer isso. Agarwal (2005, p.56) cita as principais disposições da Lei dos Conselhos Indianos:

> A primeira disposição se refere ao estabelecimento do sistema de portfólio que o vice-rei Lord Canning e o governador geral estabeleceram no qual cada membro era empregado com um portfólio de um departamento. Para os trabalhos do Conselho executivo e para fins legislativos deveriam ser nomeados membros não inferiores a 6 e não superiores a 12. Esses membros foram nomeados como membros adicionais do conselho executivo. O poder da nomeação daqueles membros vinha sendo conferidos pelo governador-geral por dois anos. Diferentes projetos de lei diziam respeito à dívida pública, religião, relações exteriores e militares. Esses projetos de lei só poderiam ser aprovados pelo governador-geral. De uma forma geral, esta Lei foi um ponto de virada na história da constituição e da política indiana. A formação do Conselho do governador-geral foi alterada para o processo legislativo. Ali começou um novo procedimento para as instituições representativas, empregando os índios no processo de legislação. O poder de execução e legislação das presidências de Madras e Bombaim foi restaurado por meio desse ato, além de conceder à presidência de Calcutá o poder de fazer leis para a Índia Britânica.

Além dos méritos impostos por esta Lei para os arranjos institucionais e políticos da Índia britânica, algumas críticas foram impostas a ela, entre as quais destacamos o limitado papel do

conselho de Legislação na área das finanças, pois decisões desta natureza geralmente era de caráter consultivo; apesar do caráter descentralizador do poder que a Lei impôs na versão escrita, na prática o poder principal permanecia apenas com o Governador Geral; outro ponto a destacar é sobre os diversos projetos de lei que foram aprovados de forma centralizadora sem a discussão dos seus pormenores com os representantes dos interesses sociais da Índia (Agarwal, 2005).

A ampliação da base e a expansão das funções do Governo da Índia com o objetivo de dar mais oportunidades aos elementos não oficiais e nativos da sociedade indiana de participar do governo britânico indiano foi formalizado pela Lei de Conselhos Indiano de 1892. Por meio desta Lei foi possível aumentar o número de membros nomeados no Conselho Executivo do Governador Geral. Já no Conselho Legislativo, embora a maioria seja de membros oficiais, a quantidade de membros não oficiais se expandiu. Esta lei introduziu também um sistema de eleições indiretas para o Conselho legislativo, onde os Conselhos Legislativos Provinciais elegeram alguns membros não oficiais (Agarwal, 2005).

Por detrás desta Lei está a formação do Congresso Nacional Indiano (INC) em 1885, com amplos sentimentos nacionalistas por parte da maioria do povo indiano, levando-o, consequentemente a fazer diversas exigências para o governo britânico, uma delas corresponde a reinvindicação da reforma dos conselhos legislativos, além disso, o INC queria o direito de manter discussões sobre as questões financeiras que até então não era permitida.

Rajiv (2007) destaca que a formação do Congresso Nacional Indiano (*Indian National Congress - INC*) em 1885 foi um evento marcante na história política da Índia e um ponto de partida para a luta pela independência do domínio britânico. O INC foi criado como uma plataforma para discutir questões políticas e sociais que afetavam a Índia sob o Raj Britânico, o governo colonial britânico que substituiu a Companhia das Índias Orientais após a Revolta dos Sipaios (1857) e a Lei do Governo da Índia de 1858.

Destacamos que nas décadas que precederam 1885, a Índia passava por profundas transformações políticas, econômicas e sociais. O controle direto da Coroa Britânica sobre a Índia trouxe novas políticas econômicas e administrativas, mas também aumentou o descontentamento entre os indianos. A elite educada da Índia, especialmente os intelectuais formados nas universidades britânicas, começou a se envolver mais ativamente na política e a expressar sua insatisfação com as práticas coloniais. É neste contexto que o Congresso Nacional Indiano foi fundado em 28 de dezembro de 1885, em Bombaim (atual Mumbai), por Allan Octavian Hume, um ex-funcionário do Serviço Civil Indiano (ICS). Hume foi inspirado pela

necessidade de criar uma plataforma onde os indianos pudessem expressar suas preocupações de forma pacífica e dialogar com o governo britânico. A ideia de Hume era evitar que a crescente insatisfação política resultasse em revoltas violentas, como havia acontecido em 1857 (Rajiv, 2007).

Embora Hume fosse britânico, Agarwal (2005) destacou que o Congresso Nacional Indiana rapidamente se tornou um fórum de representação da elite indiana, com líderes como Dadabhai Naoroji, Surendranath Banerjee, Womesh Chunder Bonnerjee e Gopal Krishna Gokhale desempenhando papéis de liderança. Esses líderes representavam a classe média urbana, composta por advogados, professores, jornalistas e outros profissionais formados em instituições britânicas, e sua estratégia inicial era buscar reformas políticas e econômicas por meio de petições e negociações com o governo colonial.

Apesar disso, nos primeiros anos de sua existência, o INC adotou uma postura moderada. Seus objetivos principais incluíam, reformas políticas que consistiam na inclusão de mais indianos no serviço civil e nas instituições governamentais, com o objetivo de aumentar a representação local no processo de tomada de decisões. Citamos também, a proteção dos direitos civis, haja vista que o Congresso buscava garantir direitos básicos para os indianos, como liberdade de imprensa e expressão. E por fim as reformas econômicas aonde os membros do INC criticavam a política fiscal britânica, que impunha altos impostos sobre os indianos, ao mesmo tempo em que escoava a riqueza do país para a Grã-Bretanha (Agarwal, 2005).

Os impactos sobre a sociedade indiana com a criação do Congresso Nacional podem ser analisados em várias dimensões, de acordo com os relatos dos autores Agarwal (2005), Rajiv (2007) e Durga (2011). O primeiro impacto citado por esses autores foi o desenvolvimento de uma consciência nacional na população indiana. Embora o INC inicialmente representasse a elite educada, ele foi responsável por articular as demandas por reformas que transcendiam as divisões regionais, linguísticas e religiosas, fomentando uma consciência de unidade nacional. Ao promover debates sobre questões políticas e sociais, o Congresso ajudou a criar uma visão de um nacionalismo indiano, o que se tornaria crucial nas décadas seguintes para o movimento de independência.

Embora nos primeiros anos o INC tenha se concentrado em reformas moderadas, suas demandas foram ficando mais assertivas com o tempo. A partir do final do século XIX, o Congresso começou a atrair ativistas mais radicais que exigiam autonomia maior e, eventualmente, a independência completa da Índia. Acrescenta-se neste contexto, a insatisfação da população com a lentidão das reformas britânicas, isto, por sua vez, levou ao crescimento de

facções mais militantes dentro do INC, o que culminaria na ascensão de líderes como Bal Gangadhar Tilak e, posteriormente, Mahatma Gandhi, que revolucionariam o movimento com a resistência não violenta (Satyagraha) (Agarwal, 2005; Rajiv, 2007; Durga, 2011).

Neste segmento final deste capítulo é pertinente tecer alguma discussão sobre como os Britânicos lidavam com as questões relacionadas à heterogeneidade da sociedade indiana, no que tange, aos aspectos da religião, sistema de casta, etnias e diversidade linguística. É salutar resgatar que o governo britânico na Índia, durante o período do Raj Britânico (1858–1947), enfrentou grandes desafios ao lidar com a extraordinária heterogeneidade da sociedade indiana. Ao longo de seu domínio, os britânicos adotaram uma combinação de políticas de controle, cooptação e divisão para governar essa complexa sociedade, utilizando a fragmentação social a seu favor para garantir sua autoridade colonial (Burjor Avari, 2007).

Nas questões voltadas a religião, a política adotada pelos Britânicos foi a de divisão e conquista. Isto foi pensado, pois a Índia era (e é) um país extremamente diverso em termos religiosos. A maioria da população era hindu, mas havia uma grande e significativa minoria muçulmana, além de outras comunidades religiosas, como sikhs, cristãos, jainistas e budistas. O governo britânico adotou a política de "dividir para governar**"** (*divide et impera*) ao lidar com essas diferenças. Desta forma, a Religião se tornou uma ferramenta política, haja vista que, os britânicos inicialmente tentaram se manter neutros em questões religiosas, apresentando-se como protetores das diferentes comunidades religiosas. No entanto, conforme sua dominação se consolidava, começaram a instrumentalizar as divisões religiosas para enfraquecer a unidade entre os indianos. Um exemplo disso foi a criação de representações separadas para hindus e muçulmanos nas instituições políticas locais a partir de 1909 (sob o Ato de Reforma Morley-Minto), que semeou a divisão entre as duas principais comunidades religiosas (Burjor Avari, 2007).

Além disso, houve o Fomento de tensões hindu-muçulmanas, ou seja, a partir do início do século XX, os britânicos começaram a promover a ideia de que hindus e muçulmanos eram grupos naturalmente opostos e que as suas diferenças culturais e religiosas eram irreconciliáveis. Essa política foi particularmente visível na criação da Liga Muçulmana em 1906, que foi encorajada pelos britânicos como um contrapeso ao Congresso Nacional Indiano, predominantemente hindu. Burjor Avari (2007) nos notifica sobre a Política de apaziguamento, que em algumas ocasiões, o governo colonial adotava para as elites religiosas e líderes comunitários para garantir o apoio local. Os britânicos, por exemplo, concederam privilégios

especiais para as lideranças muçulmanas em algumas regiões, como na questão da educação islâmica.

Nas questões voltadas a estratificação de classes promovidas pelo Sistema de Castas, os britânicos utilizaram este sistema para facilitar o controle administrativo e social da Índia, dividindo a população de acordo com suas categorias tradicionais. Para isso, usou o recurso de coleta de dados promovidos por Censo e Classificação racial, a partir de 1871, classificando a população com base na casta, etnia e religião. O censo colonial rigidificou o sistema de castas, formalizando-o de uma maneira que não existia antes. As castas foram usadas como um mecanismo para segregar e dividir a sociedade, intensificando as divisões e solidificando as identidades de casta de maneira oficial. Isto era perceptível na Cooptação de elites de castas superiores, ou seja, o governo colonial se aliou frequentemente com as elites das castas superiores, especialmente os brâmanes e os kshatriyas, garantindo-lhes posições de poder e status em troca de apoio político. Isso ajudou a sustentar a ordem social existente, mas também criou ressentimento entre as castas inferiores e as classes marginalizadas. É o caso das castas "intocáveis", aonde a administração britânica também reconheceu e manipulou a posição. Embora alguns britânicos tivessem simpatia pela situação dessas comunidades marginalizadas, as reformas reais eram raras. Na prática, a estrutura de castas foi mantida, e os britânicos não fizeram esforços significativos para combater a discriminação (Agarwal, 2005; Rajiv, 2007; Durga, 2011).

Além desses tipos de heterogeneidades, acrescenta-se que a composição da Índia conta com uma grande variedade de grupos étnicos e tribos que habitavam diferentes regiões, especialmente nas áreas montanhosas e florestais. Esses grupos tribais, conhecidos como “tribos programadas**”** (*Scheduled Tribes*) no sistema colonial, eram frequentemente vistos pelos britânicos como fora da civilização e submetidos a políticas de controle e marginalização. Essas políticas eram as chamadas administração indireta, isto é, em muitas regiões tribais, os britânicos adotaram este tipo de política que consistia na governabilidade por meio de líderes locais ou chefes tribais em troca de sua lealdade ao governo colonial. Isso ajudou a reduzir a resistência e a garantir o controle sobre regiões remotas, mas também perpetuou o isolamento dessas comunidades. Além disso, os britânicos exploraram os recursos naturais das regiões tribais, frequentemente forçando o deslocamento de tribos para permitir a extração de madeira, mineração e agricultura comercial. Isso marginalizou ainda mais as comunidades tribais, que perderam terras e recursos tradicionais, enquanto suas vozes eram pouco ouvidas no sistema político colonial (Agarwal, 2005; Rajiv, 2007).

Quanto a diversidade linguística, sabemos que a Índia era, e ainda é, um país extremamente diverso em termos linguísticos, com centenas de idiomas e dialetos falados em diferentes regiões. Os britânicos viram a diversidade linguística como uma barreira ao controle eficaz e, por isso, usaram a língua como uma ferramenta de dominação. A partir da primeira metade do século XIX, o inglês foi adotado como a língua oficial do governo e do sistema educacional nas escolas ocidentais, muitas vezes em detrimento das línguas locais. Isso teve um impacto significativo ao criar uma classe de indianos educados em inglês, que se tornou intermediária entre os britânicos e o resto da população. Essa elite educada em inglês teria um papel crucial no movimento pela independência, mas também reforçou a divisão linguística entre a elite e as massas que não tinham acesso à educação em inglês. Desta forma, embora as línguas regionais como o hindi, o bengali, o tamil e o urdu tivessem grande relevância cultural e literária, os britânicos não investiram fortemente em promover essas línguas no sistema educacional colonial, além do nível básico. O inglês permaneceu a língua de prestígio e administração, o que reforçou as divisões sociais baseadas na educação e no idioma (Rajiv, 2007).

Em suma, ao lidar com a diversidade social, cultural e religiosa da Índia, os britânicos adotaram uma política de balanço delicado entre cooptação e divisão. O objetivo principal era garantir que nenhuma unidade ou identidade coletiva forte surgisse para ameaçar o controle colonial. As Políticas de divisão para conter o nacionalismo fomentadas para divisões internas – religiosas, de casta e regionais – os britânicos enfraqueceram as tentativas de unificação nacional, particularmente dentro do Congresso Nacional Indiano. Ao promover representações separadas para hindus, muçulmanos, sikhs e outras comunidades, o governo colonial tentava garantir que as diferentes facções da sociedade indiana competissem entre si, em vez de se unirem contra o domínio britânico (Rajiv, 2007).

Esta forma peculiar de governar dos britânicos e das suas políticas para lidar com a diversidade da sociedade indiana foram vistas em diversos aspectos na formação do atual Estado indiano, levando Kohli (2004) a rotulá-lo como um modelo de estado multiclasse fragmentado. Para uma compreensão abrangente da argumentação do autor, é essencial fornecer uma visão geral sucinta da essência desse modelo de Estado. Dentro dessa estrutura, o autor faz referência aos Estados que governam economias altamente industrializadas e dinâmicas, conhecidos como Estados-Nação. Por outro lado, vários países periféricos de origem asiática, africana e latino-americana testemunharam sua progressão industrial em um estágio posterior, após a Segunda Guerra Mundial. Essa mudança ocorreu quando o Estado assumiu um papel

econômico ativo para acelerar a metamorfose industrial enquanto se esforçava para aumentar a equidade na distribuição de recursos. Os resultados de tais intervenções estatais e medidas políticas variam em termos de alcance de metas estabelecidas; em alguns casos, os Estados enfrentaram com sucesso desafios econômicos significativos, embora desconsiderando outros devido a restrições de recursos. É nesse contexto que o conceito de um Estado multiclasse fragmentado foi atribuído ao estado indiano. Notavelmente, no final do século XX, a Índia permaneceu uma economia consideravelmente empobrecida, apesar de sua base industrial substancial.

Kohli (2004) atribui a lentidão de crescimento econômico na Índia, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, ao Estado colonial britânico que ele chamou de "laissez-faire" pautado nas bases da economia clássica de crescimento econômico, sendo as empresas britânicas de exploração de riqueza na Índia, o fio condutor das políticas econômicas neste período. Apesar disso, o autor considera este estado britânico moderno e democrático, mas ineficaz como ator econômico para promover políticas de desenvolvimento econômico e social na Índia. É neste ponto que a Índia herdou do Estado britânico o seu Estado fragmentado e de multiclasses.

Para entender as linhas de raciocínio traçadas pelo autor para explicar o impacto do colonialismo na formação do Estado Indiano e da sua economia industrial, é preciso entender que o colonialismo na Índia durou mais de dois séculos, ou seja, até meados do século XX. Neste espaço caracterizado por constantes lutas e conflitos históricos de diversos reinos e impérios fazia-se necessário a urgência da unificação política do território. No entanto, temos exceções a este caso, é o exemplo do Império Mughal que antecedeu o Império Britânico colonial.

Segundo Kohli (2004) aquele império controlou grandes extensões de terras no Norte e no Centro da Índia, sendo a sua forma de governo considerada eficaz no que tange a sua administração pública, isto é, no seu sistema jurídico que foi estruturado nos moldes das leis persas, além disso, havia uma espécie de burocracia que organizava os seus funcionários com nomeações atribuídas pelos tribunais para atuar desde o centro até a periferia do Império. Por outro lado, a organização administrativa estatal deste Império garantia a extração de impostos principalmente das atividades agrárias que era a base econômica na época. Essa base de receita foi importante para financiar as atividades burocráticas do Império, além do emprego desses recursos em monumentos de luxos e estilo de vida da elite nas cortes e entre a aristocracia. Existia também como base econômica um setor comercial bastante sofisticado que incluía no

seu escopo o comércio ultramarino de têxteis durante os séculos XVI e XVII, no entanto, "esta economia não se movia na direção de uma revolução industrial espontânea por várias razões, uma delas, não havia nenhuma agricultura anterior à revolução industrial e a tecnologia utilizada era primitiva" (Kohli, 2004, p.224). Em síntese, na primeira metade do século XVIII, o Império Mughol desintegrou-se, como resultados de "guerras religiosas inter-regionais, incompetência judicial, faccionalismo e invasões tradicionais"[78].

É interessante frisar que antes da desintegração do Império Mughal, os britânicos já estavam na Índia disfarçados pela Companhia das Índias Orientais lucrando com o comércio na região. Foram nessas condições que o Estado Britânico foi sendo construído sob uma forte tendência para ser um governo centralizador e unificado. Notadamente, os controles políticos e econômicos desta empresa britânica se deram em três áreas distintas, a saber, Bombaim, Madras e Bengala, ambas estavam sujeitas ao controle do governador de Bengala em 1773, que foi designado como Governador-Geral. Ao passar dos anos, o poder dos britânicos foi crescendo, sob a orientação da Companhia, especialmente após a promulgação da Lei da Índia chamada PITT de 1784, a qual aumentou os poderes do Parlamento Britânico sobre a nomeação do Governador-Geral na Índia (Kohli, 2004).

Vale o registro importante de Kohli (2004, p.126-127) sobre os mecanismos usados pelos britânicos para centralizar e manter os seus poderes na Índia:

> O crescente controle britânico sobre a Índia foi facilitado e mantido por um exército considerável, incluindo unidades britânicas, mas composto principalmente por indianos recrutados e treinados localmente. Mais uma vez, por exemplo, os exércitos das três presidências em 1824 incluíam 170 regimentos de sipaios (sepaio era o termo usado para designar os soldados indianos) e dezesseis regimentos britânicos, totalizando cerca de 200.000 soldados, o maior exército da Ásia. Uma espécie de governo central foi estabelecida em 1833 e a administração das receitas públicas foi centralizada. A administração de rotina no topo era realizada por funcionários públicos nomeados principalmente por recomendações pessoais dos chefes das empresas na Inglaterra. Enquanto estas nomeações serviam de função de patrocínio, houve repetidos esforços para aumentar os salários dos funcionários públicos, de modo a torná-los menos nepotistas e menos propensos à corrupção. A criação de um ambiente mais profissional e baseados em exames de serviços públicos em 1853 foi o culminar desse esforço.

Portanto, por este prisma e visão do autor, a crescente centralização política britânica, apoiada por exércitos organizados e por uma espécie de função pública caracterizou o ápice do estado colonial emergente. Para garantir a execução de suas políticas, os britânicos firmaram vários acordos com os "nativos" da região formados em sua maioria pelos grupos tradicionais que formavam a classe dominante na Índia. Tudo isso para facilitar a tarefa da administração pública britânica de cobrar os impostos e garantir a ordem. Tomamos como exemplo de acordo

[78] *Ibidem*, p.225.

entre britânicos e os nativos da região, as alianças estabelecidas com os chamados Zamindars que eram os grandes proprietários de terras na Índia. Esse acordo foi firmado da seguinte forma: os britânicos criaram a propriedade privada da terra e introduziram o direito consuetudinário para se respaldarem nas vendas de tais propriedades. Em troca de direitos de propriedades de terras mais seguras, os proprietários de terras indianos transferiram uma determinada quantia na forma de impostos agrários para o governo britânico. É óbvio que os britânicos saíram ganhando com este acordo quando o seu arranjo de governo lhe proporcionou a arrecadação de receitas garantindo também aliados indianos (Kholi, 2004).

Todo esse arranjo político estabelecido com os grandes proprietários de terras era para garantir a execução de políticas governamentais britânicas em solos indianos, já que a garantia de um comércio lucrativo era o objetivo central da empresa imperial britânica. Isto porque a "busca sistemática de lucro não exigia apenas o controle político, mas também o início de mudanças econômicas na Índia com impactos de longo prazo"[79]. No escopo dessas mudanças estavam as relacionadas aos métodos de produção agrícola com consequências sobre a produtividade agrícola. Essas mudanças consideradas mínimas, Kholi (2004) associa ao papel limitado que o Estado colonial laissez-faire tinha na Índia e aos incentivos concedidos pelo governo britânico aos potenciais investidores privados. Tudo isso levou este governo a cobrar de forma excessiva os seus impostos na Índia prejudicando a produção agrária e consequentemente o lucro dos proprietários de terras indiano. O não atendimento a essa demanda do Estado britânico teve como consequência a rotatividade considerável entre os proprietários de terras, em muitos casos, esses foram substituídos por proprietários de terras que não tinham o conhecimento prévio da produção agrária, em outros casos, os agiotas financeiros passaram a controlar todo excedente agrário produzido.

Outro fato explícito por Kohli (2004), como mudanças estruturais de políticas britânicas na Índia foi o desenvolvimento de um padrão de troca colonial que foi estabelecido à medida em que a Índia exportava cada vez mais matérias-primas e importava produtos manufaturados da Inglaterra. Esse padrão de troca trouxe duas consequências para a estrutura produtiva da Índia: a primeira é que os rendimentos de alguns produtores e empresários indianos aumentaram com o estabelecimento deste padrão de troca, pois eles passaram por um processo de mudança produtiva, ou seja, saíram da produção alimentar de subsistência para a produção comercial de exportação. Ao mesmo tempo que ocorriam na prática esse padrão de troca muitos produtores pré-modernos de produtos manufaturados, tais como os produtores de têxteis domésticos

[79] *Ibidem*, 2004, p.226.

faliram porque não aguentaram a concorrência dos produtos britânicos intensivos em tecnologias e inovação produtiva. Frisa-se que os produtos da Inglaterra começaram a entrar livremente na Índia quebrando várias indústrias domésticas. Observa-se que esta tendência de livre mercado na Índia acelerou após as décadas de 1830 e 1840 quando cresceu a força política dos empresários britânicos na Índia respaldados pela ideologia liberal de uma economia aberta que passou a ser decisiva na orientação de políticas econômicas do Império britânico.

A fim de consolidar o poder econômico e político na Índia, os britânicos propuseram uma política de desenvolvimento de infraestrutura na região com o intuito de facilitar o comércio com outros países no mundo. Sobre esse conjunto de obras de infraestrutura, Kohli (2004, p.227-228) narra o seguinte:

> Dada a necessidade de consolidar as regras e facilitar o comércio, os britânicos iniciaram o desenvolvimento de infraestrutura. Durante a década anterior ao "motim" de 1857, os britânicos estabeleceram um sistema postal e telegráfico nacional na Índia e começaram a construir caminhos-de-ferro, desenvolvimento que deram à Índia uma unidade orgânica. Surgiu um mercado nacional, as tropas podiam viajar facilmente de uma parte do país para a outra. Além disso, a elite indiana que começou a emergir das novas instituições educativas de Calcutá, Bombaim e Madras poderiam viajar para partes desconhecidas na Índia.

Nesta direção podemos constatar que o desenvolvimento de infraestrutura na Índia foi operacionalizado por uma economia nacional com o estabelecimento de um padrão de intercâmbio colonial. É neste sentido que Kohli (2004, p.228) relata que o Estado indiano herdou do seu passado colonial um Estado moderno, porém, "limitado". Essa ideia de modernidade preconiza três sentidos, o primeiro se refere ao Estado centralizado, detendo o monopólio do uso da coerção no território que governava. Em segundo lugar, os britânicos estabeleceram vários tipos de alianças governamentais com as elites tradicionais indianas o que limitava o alcance descendente deste Estado. Em terceiro, temos a reação do Estado colonial limitado quando os líderes nacionalistas indianos mobilizaram diversas classes sociais para as questões políticas do governo britânico na Índia que martirizavam a sociedade indiana.

Ao contrário de muitas colônias britânicas africanas, a Índia desempenhou um papel essencial para o desenvolvimento da Grã-Bretanha como potência global no século XIX e na primeira metade do século XX. Isto porque os excedentes do balanço de pagamentos da Grã-Bretanha que foram alcançados com a exploração econômica da Índia permitiram que esse país incorresse em déficit com outros países, além disso, a Índia "forneceu uma segunda base militar a partir da qual as ambições imperiais britânicas na África Oriental e no extremo Oriental poderiam ser prosseguidas de forma mais econômica" (Kohli, 2004, p.229).

Para garantir esse êxito financeiro para os cofres públicos britânicos fazia-se necessário esmagar todo tipo motim que porventura viessem a ocorrer. No entanto o Motim de 1857, ajudou os britânicos a entenderem que tipo de Estado Colonial os indianos queriam. Com o propósito de suprimir os motins e rebeliões na Índia, os britânicos impuseram regras que foram sentidas no campo político, significando que o domínio britânico tinha de ser centralizado, eficiente, e se fosse necessário, despótico. Esse sentido do Estado britânico colonial ser déspota, caberia um certo limite por parte dessa autoridade para não incorrer a um novo motim por parte da sociedade indiana. Isso implicava no respeito pelas instituições tradicionais, tal como o sistema de casta, as elites indianas tradicionais com suas culturas e religiosidades, especialmente a pequena nobreza e os aristocratas. Em função disso, percebe-se a formação de um Estado indiano fragmentado e limitado com heranças permanentes do colonialismo britânico (Kohli, 2004).

Por outro prisma, o Estado colonial sofreu constantes oposições por parte dos movimentos de massas da Índia que estavam descontentes com os rumos das políticas estabelecidas pelos britânicos baseadas na exploração e apropriação das riquezas locais. Esse processo político ajudou "a criar um sentido de nação na Índia e gerou valores políticos que valorizaram simultaneamente a democracia e o desenvolvimento estadista" (Kholi, 2004, p.222).

Outro autor que coaduna com a análise acima foi Chandra *et.al* (2000, p.7) quando analisou a presença dos britânicos em solos indianos. Para este autor, o domínio britânico significou a miséria para os artesãos indianos, isto se deve, a entrada de produtos industrializados dos ingleses na região que tiveram apoio político e patrocínio das empresas britânicas. Essa alta concorrência desencorajava o artesanato indiano que foram forçados a procurar fontes de alternativas de renda, já que "a destruição do artesanato indiano não foi acompanhada de políticas de desenvolvimento da modernização desta produção por parte dos britânicos" (Chandra, et.al., 2000, p.7). Consequentemente, isso levou à ruína das indústrias de artesanatos indiana, como resultado da imposição de livre comércio na Índia e cobranças de tarifas discriminatórias contra os produtos indianos na Grã-Bretanha que empobreceu milhões de artesãos. Esta situação de miséria foi agravada "pelo desaparecimento de seus patronos e compradores tradicionais, os príncipes, chefes e zamindars"[80].

Por isso, o sentido "multiclasse" que Kholi (2004) atribuiu ao Estado indiano se refere a base social que formou o movimento político nacionalista na Índia para derrotar o Estado

[80] *Ibidem*, p.15.

colonial. Ele argumenta que este movimento foi uma força poderosa contra os ditames dos britânicos, no entanto, em termos de estrutura organizacional não existia coesão política pois na sua composição continham forças concorrentes que divergiam em suas posições ideológicas e estratégias políticas dificultando as tomadas de decisões sobre as prioridades de reivindicações da sociedade que deveriam ser levadas ao congresso. Somando esses problemas de ordem interna com os inseridos pelo Estado colonial, o resultado foi a formação de um Estado indiano independente fragmentado e multiclasse, com ineficiência em termos de desenvolvimento das suas políticas sociais e econômicas com reflexos no fraco desempenho econômico do país.

Isto se confirma no baixo desempenho econômico que o Subcontinente Indiano sofreu durante o século XVIII e início do século XIX em função da instabilidade política do período. De acordo com Kholi (2004, p.222):

> Os britânicos, neste cenário do século XIX, proporcionaram unidade política, um mercado "nacional" e infraestruturas, mas estes desenvolvimentos foram insuficientes para o crescimento econômico sustentado de qualquer tipo, incluindo a industrialização. Entre os fatores imediatos que militaram contra a industrialização durante a fase colonial estavam considerações de oferta e procura: baixas taxas de poupança e investimento, tecnologias primitivas e uma economia pobre interna e limitada.

Neste rol de fatores negativos entre o Estado colonial britânico e as ações de desenvolvimento industrial na Índia, acrescentamos que este não estimulou o acúmulo de poupanças para novos investimentos no território que ocupava para fins de exploração de suas riquezas, portanto, não incentivou investimentos em atividades propulsoras de crescimento, como por exemplo, os incentivos tecnológicos para o desenvolvimento de indústrias na Índia. Ao invés de propor e executar políticas de desenvolvimento para dentro incentivando as empresas e indústrias nacionais, o Estado britânico colonial abriu as portas do mercado interno indiano para a entrada de empresas britânicas e outras estrangeiras, as quais ofereciam melhores produtos sufocando qualquer dinamismo que as indústrias indianas poderiam ter planejados. Ao contrário dessa política de cunho liberal, os capitalistas e a elite política nacionalista da Índia "concordaram que a rápida industrialização da Índia exigia a proteção e a intervenção do Estado para propor políticas de desenvolvimento econômico de absorção de renda para dentro do país" (Kholi, 2004, p.223).

Esse tipo de política adotada pelo Estado colonial britânico é a respaldada pelos ditames do Liberalismo, do laissez-faire e do livre comércio. Entende-se por liberalismo, um tipo de regime político regido pela democracia, que nesta época era praticamente impossível ser aplicado no contexto de uma colônia como a Índia, pois esta deveria ser governada para atender

aos interesses da metrópole (britânicos) e muitas vezes contra os desejos da colônia (Índia). Neste contexto, não enxergamos uma democracia e sim um governo autocrático com sérios afastamentos da crença liberal. Mas, o que chama a atenção é que as ideologias do laissez-faire e do livre comércio "refletiram tanto na posição vitoriosa do capital britânico quanto na economia britânica como a nação líder na produção e comercialização industrial"[81]. Isso nos mostra que o Estado colonial britânico sempre teve a intenção de ser um Estado limitado na Índia, haja vista que o seu interesse sempre foi de explorar as riquezas da região e cobrar impostos suficientes para garantir os seus domínios nos territórios indianos. Logo, os britânicos construíram estradas e investiram em algumas áreas industriais da Índia, mas o objetivo de atender os interesses próprios, ou seja, de escoar a produção gerada para o mercado exterior rumo a Londres e outros mercados consumidores.

Em função de tudo isso que foi explanado acima que surgiram movimentos sociais e políticos em prol da independência da Índia dos domínios britânicos. Chandra *et.al* (2000, p.68) relata que o domínio colonial britânico na Índia estava estruturado em três aspectos: comércio, indústria e finanças. Para os autores, o domínio britânico estava sendo operacionalizado através do disfarçado e complexo mecanismo do livre comércio e do investimento do capital estrangeiro. Isto significava que os britânicos queriam transformar a Índia em uma grande fornecedora de produtos alimentícios e matérias-primas para a metrópole, ao mesmo tempo, que era vista como um campo fértil para os investimentos do capital britânico.

Sobre esta vertente econômica exploradora que os primeiros movimentos nacionalistas na Índia lutam contra. Chandra *et.al* (2000, p.70) narram em sua obra, que os nacionalistas não negavam a necessidade da Índia ser agraciada por políticas de industrialização, o que eles reivindicavam era que o capital necessário para financiar este tipo de política deveria ser exclusivamente indiano, e não capital estrangeiro, tal como pensavam os economistas estadistas britânicos que viam neste capital o principal instrumento de desenvolvimento da Índia. Para os nacionalistas indianos o capital estrangeiro era visto como um mal absoluto que não tinha como finalidade desenvolver o país, mas sim, de explorá-lo e empobrecê-lo.

Nas palavras de Chandra *et.al* (2000, p.70):

> Os nacionalistas indianos argumentavam ainda que o capital estrangeiro ao invés de encorajar o aumento do capital indiano, ele a substituía e suprimia, levando a fuga de capital da Índia, e assim, fortalecendo o domínio britânico sobre a economia indiana. Para tentar desenvolver um país por meio de capital estrangeiro, os nacionalistas entendiam que isso significava permutar todo o futuro do país por ganhos internos insignificantes. Ou seja, a introdução do capital estrangeiro, principalmente o britânico, explorando os recursos naturais do país, ao invés de ser uma ajuda é, na

[81] *Ibidem*, p. 231.

> verdade, o maior obstáculo para as verdadeiras melhorias que a Índia precisa. Logo, é um perigo político e econômico para a sociedade indiana.

Se por um lado, havia estas reivindicações por parte do movimento nacionalista em prol de uma sociedade indiana mais justa e livre dos britânicos, por outros, eles, os administradores britânicos se orgulhavam das construções das ferrovias que estavam se estabelecendo na Índia, pois, através delas, houve um rápido crescimento do comércio exterior local e, portanto, crescimento da renda auferida para os britânicos. No entanto, por causa dos impactos negativos que as ferrovias e a expansão do comércio exterior provocaram sobre as indústrias indianas, os nacionalistas interpretavam que esta "prosperidade" não representava ganhos econômicos para o povo indiano e, sim, colonização e subdesenvolvimento, pois, neste modelo de comércio exterior, a tendência seria da Índia se especializar na exportação de matérias-primas e importadora de bens manufaturados (Chandra *et.al*, 2000).

Complementando a análise, Bandyopadhyay (2006, p.127) discorre que os ingleses se vangloriavam que as ferrovias implantadas por ele na Índia contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura econômica na região, pois alegavam que a Índia se tornou uma nação com os seus centros ligados por ferrovias de um canto para o outro no mundo. Desta forma, surgiram outros motivos para que o mercado indiano se integrasse a fim de facilitar as importações britânicas, conectando as cidades portuárias aos mercados internos, fontes de matéria-prima. Sendo assim, "o efeito do boom da construção ferroviária beneficiou a economia britânica, como máquinas, equipamentos, linhas ferroviárias, e até certo ponto, a importação do carvão da Inglaterra"[82].

Ainda neste campo de análise, Bandyopadhyay (2006) questionou se a Índia, sob o domínio dos britânicos experimentou algum tipo de desenvolvimento econômico. Para explicar esta temática, ele resgata as obrigações econômicas que a Índia tinha com o Império Britânico e como ela as conseguiu cumprir. Neste âmbito, de acordo com o autor, esta relação econômica clássica de colônia e metrópole foi evoluindo ao longo do tempo, isto é, os recursos produtivos da Índia deveriam estar disponíveis para serem explorados pela Grã-Bretanha. Nesta relação, a "Índia precisava fornecer um mercado para os produtos manufaturados inglês e servir como fonte de matérias-primas agrícolas". Até o final do século XIX e início do século XX, a Índia conseguiu cumprir essa tarefa, haja vista que serviu como o principal entreposto comercial para as indústrias britânicas comercializando o algodão, ferro e aço, ferrovias e maquinários.

[82] *Ibidem*, p.122.

Além da produção agrícola, assim como Chandra *et.al* (2000) mencionou os investimentos em capital pelos britânicos, Bandyopadhyay (2006, p.122), reitera "que a Índia também era um campo para investimentos de capital britânico em ferrovias e agências". Além disso, o governo da Índia tinha que garantir o pagamento de juros sobre ações ferroviárias e títulos da dívida e pagar suas despesas domésticas anuais. Como consequência, a dívida pública da Índia aumentou consideravelmente. Se a Índia estava arrolada em dívidas, a Grã-Bretanha conseguiu financiar os seus déficits no seu balanço de pagamentos através do comércio exterior da Índia, por meio da expropriação dos excedentes agrícolas e de capital da colônia. Por outro lado, a Grã-Bretanha usava o exército indiano para manter seu vasto império no mundo, haja vista que todas as despesas recorrentes deste processo eram pagas pelas receitas extraídas dos contribuintes dos indianos.

Bandyopadhyay (2006, p.123) relata as diversas formas que os recursos materiais, humanos e financeiros da Índia foram drenados pelos britânicos:

> No processo de cumprir essas obrigações imperiais, a Índia foi sendo drenada de sua riqueza, assim reclamaram os primeiros nacionalistas. Havia vários oleodutos através dos quais esta drenagem teria ocorrido, e estes eram juros sobre a dívida externa incorrida pela Companhia das Índias Orientais, despesas militares, juros garantidos sobre investimentos estrangeiros em ferrovias, irrigação, transporte rodoviário e várias outras instalações de infraestrutura, a compra do governo por meio da política de importar todos os seus artigos de papelaria da Inglaterra e, finalmente, as "despesas domésticas" ou pagar pelo Secretário de estado e seu estabelecimento na India Office em Londres, bem como os salários, pensões e custos de treinamentos para o pessoal civil e militar. A transferência real de dinheiro ocorreu por meio da venda de "Contas de Conselhos" que foram vendidas em Londres em Libras Esterlinas para compradores de produtos indianos que receberam em troca rúpias indianas.

Essa drenagem de capital indiano para fora das suas fronteiras foi acentuada pelas reclamações dos movimentos nacionalistas que estavam despontando como os maiores opositores dessa "desindustrialização"[83] que os ingleses estavam promovendo na Índia. Neste cenário, essa drenagem foi se contornando quando, inicialmente, os produtos britânicos

[83] Bandyopadhyay (2006, p.129) argumenta que "alguns historiadores econômicos modernos questionaram a tese nacionalista que pregava contra as políticas industriais britânicas. Eles argumentaram, em primeiro lugar, que a taxa de desindustrialização, se é que ocorreu, é difícil de quantificar, devido à escassez de dados confiáveis e as múltiplas ocupações dos artesãos indianos, muito dos quais frequentemente envolvidos na agricultura. E se os tecelões de algodão supostamente são as principais vítimas dos ataques de tecidos de algodão baratos em produzidos em Manchester, existem evidências suficientes para sugerir que os teares manuais indianos continuaram a produzir tecidos de algodão grosseiros para os consumidores mais pobres em casa até a década de 1930, quando eles foram superados, apenas, pelos bens produzidos pelas usinas indianas. Logo, isso não levou ao debate da "desindustrialização" a uma conclusão conveniente, pois foi demonstrado ainda que, o emprego declinava, a renda real do trabalhador na indústria aumentava de 1900 a 1947, e isto não indicava uma regressão geral na situação industrial. Essa renda industrial crescente não se deveu certamente à intervenção das indústrias modernas na Índia, mas ao aumento da produtividade por trabalhador nos ofícios. Isso foi alcançado por meio da inovação tecnológica e da reorganização industrial, como a substituição da mão de obra familiar, por mão de obra assalariada na indústria de pequena escala, o que ocorreu, principalmente no setor têxtil de teares manuais".

importados, principalmente os tecidos de lã, tinham um mercado muito pequeno na Índia. Com a Revolução Industrial, esse mercado se expandiu, resultando no "desaparecimento da demanda por exportação, bem como a invasão do mercado doméstico por produtos manufaturados baratos na Inglaterra, resultando na destruição das indústrias artesanais"[84]. O resultado óbvio desta relação foi o aumento da pressão por terras e a pauperização da população mais carente.

Mais tarde, com a Índia independente, a constituição do país sofreu muitas influências do Império Britânico. Isso custou a Nação indiana, a grande repartição do seu território, assim como conflitos geopolíticos com o Paquistão e investimentos em armas nucleares pelos dois países, sendo isto considerado uma grande contradição da Índia, haja vista que as relações exteriores do país seguem a Doutrina da pacificação de Nehru. Essa discussão será realizada no próximo capítulo.

[84]*Ibidem*, p.128.

5. HETEROGENEIDADES RELIGIOSAS E A REPARTIÇÃO DO TERRITÓRIO INDIANO

Para entender a diversidade linguística e religiosa que resultou na repartição do território indiano em 1947, é necessário analisar a estrutura política da Constituição Indiana. Nesta percepção, os autores Bipan Chandra, Mridula Mukherjee e Aditya Mukherjee (2007) defendem a ideia de que a Constituição indiana não se enquadra em nenhuma definição rígida de federal ou unitária. Para eles, a estrutura política desta Constituição é tão incomum que é impossível descrevê-la, os próprios membros da Assembleia constituinte da Índia, em sua fase de formulação, se recusaram a aderir qualquer teoria ou dogma relativo ao federalismo. Eles acreditavam que a Índia era um país que tinha problemas únicos, tal como, a diversidade da sua sociedade, em termos sociais e geográficos, que até então, não tinham sido confrontados em outra nação que aderiu o federalismo como a sua forma política, tais como, Estados Unidos, Canadá, Suíça e Austrália. Para acoplar a diversidade da sua sociedade em seus textos constitucionais, os seus formuladores adotaram o chamado "federalismo cooperativo", para aderir a crescente interdependência dos governos federal e regional sem destruir o princípio do federalismo que regia a sua Constituição.

Por isso, a Constituição indiana[85] é do tipo federalismo, ou seja, formada por uma dupla política ou duplo sistema governamental: o primeiro se concentra no Governo central[86] e o segundo a nível de Estados. Para a efetivação desse sistema duplo de governo, a constituição contemplou a distribuição de poderes legislativos, administrativos e financeiros entre o Centro de poder e os Estados. Sendo que o Governo central possui uma ampla esfera de ação para a consecução desses poderes, exercendo, portanto, um papel dominante em relação a esfera dos Estados. Temos que entender que a existência de um sistema duplo de governo na Índia, não significa que o país seja, em seu sentido estrito, um país dividido. O Centro e os Estados possuem pautas em comuns, o que os faz unidos no federalismo indiano para estabelecer o bem comum ao seu povo.

É neste contexto que a Índia fornece um tipo de política de federalismo cooperativo, significando a existência de uma única cidadania, a indiana. Isto contrasta com o padrão

[85] A Constituição da Índia é um documento longo, elaborado e detalhado. Originalmente, consistia em 395 artigos organizados em 22 parte e 8 anexos. Hoje depois de muitas alterações, conta com 441 artigos e 12 anexos. É provavelmente a mais longa das leis orgânicas atualmente existentes no mundo (Chaudhry, Khosla e Methta, 2016, p.65).

[86] O Governo da Índia em Nova Delhi é referido como Centro, Governo Central, Governo federal ou Governo da União. Com a independência, em agosto de 1947, este governo tornou-se na verdade um Governo de domínio e assim permaneceu até que a Índia se tornou uma república com a adoção da Constituição em 26 de janeiro de 1950. Desde então, o termo apropriado tem sido Governo da União (Austin, 1999, p. 10).

americano de dupla cidadania, ou seja, a cidadania dos Estados Unidos e a de cada Estado; lembrando que nos EUA o tipo de política é o federalismo, tal qual a Indiana. Outro ponto de contraste entre o federalismo indiano e o americano, é que neste, os Estados são livres para redigir a sua própria Constituição, ao passo que na Índia isto não acontece, já que a Constituição é única, lógico, com aplicação para o Governo central e Estados, mantendo dessa forma, a uniformidade nas leis civis e criminais básicas. Por este prisma, constata-se que a Constituição indiana tem um significado histórico, prático e teórico, haja vista, que através dela foi criada a maior e uma das mais controversas democracias do mundo, isto é, uma civilização antiga e diversa foi colocada no caminho da modernidade e da reforma social radical (Chaudhry, Khosla e Methta, 2016, p.65).

Se faz necessário resgatar que antes da promulgação desta Constituição, a Índia era regida pela Lei de Governo da Índia de 1935, que entrou em vigor em 1937. Esta Lei previa o estabelecimento de uma Federação de toda a Índia composta por províncias e estados principescos como unidades. Desta forma, esta Lei, limitava o direito de autogoverno dos indianos, já que a autoridade nas províncias era exercida por um governador devidamente nomeado pela coroa. Este governador deveria agir de acordo com o Conselho de Ministros do Império Britânico que tinha como função organizar a Legislatura provincial em seus processos eleitorais com direito a voto limitado.

Outro ponto em destaque dessa Lei, foi a mudança que ela promoveu no caráter de governo que antes era unitário e, depois, passou a ser federalizado. Por isso, a federação indiana consistiria nas províncias em que a Índia britânica estava dividida e nos estados que estavam governados pelos príncipes nativos, ou seja, os Estados principescos. No entanto, essa noção de federalização na Índia, durante o Império Britânico foi parcialmente implementada porque esses Estados principescos não aderiram a esta concepção de governo, logo, nestas condições, ficou nítido a dualidade de poder entre o centro governado pelo Império Britânico e os Estados ou províncias como alguns autores chamaram (Austin, 1999).

Sintetizando, o arranjo político do governo inglês na Índia, consistia no Governador-Geral representado pelo Governo central e pela nomeação de um Conselho Executivo nas províncias ou Estados. Nesta estrutura político-institucional, a posição chave de poder estava concentrada nas mãos do Governo central que detinha o poder de anular o Conselho executivo nas províncias, se porventura, os seus atos e determinações, fossem interpretados pelo Governo britânico como ameaças aos seus interesses. Tudo isso, mostra que a participação dos indianos

na política britânica era mínima, desencadeando, diversos descontentamentos por parte da sociedade em todos os aspectos, principalmente os políticos e sociais (Austin, 1999).

Complementando as informações condensadas nos estudos de Austin (1999), o autor Laxmikanth (2004, p.31) acrescenta que esta Lei ampliou ainda mais o princípio da representação comunal, ou seja, a reserva de assentos nas legislaturas com base nas religiões, quando proporcionou às castas programadas, mulheres e trabalhadores o direito de participarem das eleições locais com o objetivo de dar-lhes representatividade no pleito eleitoral, mesmo que fosse de forma limitada.

No entanto, não podemos ignorar que apesar dos avanços observados na sociedade indiana em prol de uma sociedade mais igualitária, a Índia ainda continua sendo um país segmentado ao longo das linhas de religião, castas, idiomas e região (Srinivas, 1966, p.87). A existência de um considerável grau de sobreposição entre as velhas e as novas elites e a consequente exclusão de grupos tradicionalmente desprivilegiados dos novos benefícios, juntamente com a presença de um governo estrangeiro e poderoso (governo Britânico) que naturalmente se aproveitou das profundas divisões dentro da sociedade resultou na divisão do subcontinente indiano entre a Índia e o Paquistão, e depois da independência desses dois países, seguem-se os conflitos em torno das superioridades das suas religiões, hinduísmo e islamismo, o que implica em ameaças as suas sobrevivências e desenvolvimento (Srinivas, 1966, p.88).

É neste contexto que as nações independentes, Índia e Paquistão nasceram, ou seja, de um ato negociado de transferência de poder dos governantes britânicos a esses dois países soberanos, significando que os territórios da Índia britânica foram divididos com base no princípio de maioria religiosas. De acordo com Chatterjee (1998, p.14), as províncias de maioria mulçumana constituíam os territórios do Paquistão, que foram divididos em duas alas, uma no Oeste e a outra no Leste da Índia. Era notório que essa repartição territorial não aconteceu de forma branda, os dois lados, Índia e Paquistão, estavam preocupados em aderir o máximo possível de Estados recém independentes da tutela britânica para as suas respectivas nações. Lembrando que antes, Índia e Paquistão estavam unidos na luta contra o domínio colonial britânico no território indiano. Embora o movimento em prol da independência tenha sido liderado por uma organização política que abrangia toda a Índia, o Congresso Nacional Indiano, o território indiano foi dividido devido as lutas pelo poder entre as elites hindus e muçulmanas[87].

[87] "Nascido na Península Arábica em 622 d.C., o Islã chegou pela primeira vez ao Sul da Ásia em 660, quando Umar, o segundo Califa, enviou uma expedição árabe a Sindh. A conquista da província por Mohammad ibn Qasim do Califado Omíada em 712 foi a primeira grande expansão do Islã no subcontinente indiano que gerou um influxo de missionários e comerciantes, desencadeando a conversão ao Islã. No final do século XIII, a maior parte da Índia estava sob o controle dos governantes muçulmanos. No início do século XVI, grande parte do subcontinente

Posto isso, a trajetória da Índia independente começou na meia noite do dia 15 de agosto de 1947 com o discurso do primeiro-ministro, Jawaharlau Nehru na Assembleia Constituinte da Índia ressaltando que o momento tão desejado pelos indianos havia chegado e que a nação deveria ser governada por meio de uma estrutura política democrática que alcançasse toda a população, principalmente os pobres e os grupos socialmente desfavorecidos. Portanto, esse discurso de inclusão social que foi usado intensamente nos movimentos pró-independência deveria, a partir desse momento, ser colocado em prática nas políticas da Índia independente. No entanto, não seria tão fácil cumprir essa missão, haja vista que nenhum país nasceu com as circunstâncias difíceis tal como a Índia, ou seja, com o preço da sua liberdade custando a divisão do seu território. Isto nos lembra um dos trechos do discurso de Mahatma Gandhi no dia 14 de agosto de 1947 em Calcutá que diz o seguinte: "*Amanhã estaremos livres da escravidão da dominação britânica. Mas à meia noite a Índia será dividida. Amanhã será, portanto, um dia de regozijo, bem como de luto*". Isto demonstra a perpetuação de uma trajetória adversa e contraditória da Índia e que apenas ganhou novos contornos após a sua independência (NCERT, 2007).

Figura 2: Primeiro Ministro Jawahal Nehru discursando no Forte Vermelho no dia 15 de agosto de 1947
Fonte: NCERT, 2007, p.3

indiano ficou sob o domínio do Império Mulçumano Mughol. No entanto, as raízes da divisão da Índia e da rivalidade Índia-Paquistão que se seguiu remontam principalmente a meados do século XIX, quando a Grã-Bretanha assumiu o controle direto da Índia" (Meirav, 2019, p.28).

The Hindustan Times

LARGEST CIRCULATION IN NORTHERN, NORTH-WESTERN AND CENTRAL INDIA

NEW DELHI: SATURDAY, JULY 19, 1947.

END OF 200-YEAR-OLD BRITISH RUL

IN INDIA

ROYAL ASSENT TO INDEPENDENCE BILL

BRIEF BUT COLOURFUL CEREMONY IN LORDS

Two Dominions Created

Provisional Govt. For Burma

ANNOUNCEMENT LIKELY NEXT WEEK

Return Of Bollaert To Viet-Nam Welcomed

FREE INDIA FLAG

MESSAGE FROM PREMIER

CONSTITUENT ASSEMBLY

UNION'S RELATIONSHIP WITH RULERS

PROVISION FOR PROVINCES' JURISDICTION IN STATES

(By Our Special Representative)

Sir Shafaat Ahmad Khan Dead

Figura 3: Manchete do jornal "*The Hindustan Times*" sobre o fim do domínio britânico na Índia
Fonte: NCERT, 2007, p.4

Vamos recapitular os principais desafios que a Índia enfrentou no começo da sua trajetória como nação independente que foi a questão da unidade e segurança nacional em relação as suas fronteiras. Quando se debate o assunto Unidade Indiana, estamos nos referindo as problemáticas relacionadas a repartição do seu território em duas nações independentes, a Índia e Paquistão.

Após essa divisão, caberia a Índia propor uma política de agregação do seu território à Unidade federativa Indiana. Esses territórios eram díspares desde as suas origens, ou seja, eram compostos por regiões que abrigavam diversos povos com etnias, língua, cultura e percepções políticas e sociais diferentes que, portanto, seriam uma espécie de ameaça à construção da Unidade indiana. Este é um exemplo que podemos aplicar ao caso dos Estados principescos. Vamos entender como eles foram constituídos e em seguida analisar a problemática da divisão territorial da Índia com o Paquistão (NCERT, 2007).

De uma forma geral, os Estados indianos governados por príncipes, ou Estados Principescos, compreendiam dois quintos do território do Sul da Ásia e cerca de um quinto da sua população na época em que a Coroa Britânica assumiu o controle das províncias restantes da Companhia Inglesa das Índias Orientais em 1858 (Ernst e Pati, 2007, p.3). Cabe ressaltar que cada um desses Estados tinha a sua própria história cercada de diversidades regionais e culturais e, isso, refletia nas formas de governar, que as vezes, poderíamos chamar de autogoverno, ou seja, de acordo com Ramusack (2008, p.2), esses estados tinham estruturas administrativas próprias para arrecadar receitas dos seus súditos e plenos poderes judiciais criminais e civis para manter a lei e a ordem nas tribos e províncias a eles ligados, patrocinavam atividades e instituições culturais tradicionais e modernas, em resumo, todos esses atributos

sintetizaram forças políticas na Índia, que os Britânicos não poderiam desprezar e, sim, preocupar com as reações que poderiam acontecer quando fossem ocupar os territórios pertencentes a esses Estados.

Na época existiam mais de 600 estados principescos[88] adotando essa forma de governar, podemos imaginar que o processo de negociação de domínio de fronteiras entre eles e o Império Britânico não foi algo fácil. Ernst e Pati (2007) citam como exemplo, o caso dos Estados principescos que estavam localizados nas áreas Oeste e Sul da Índia que entraram em conflitos devastadores no momento de grande expansão do Império Britânico. O que está por trás desse conflito? Os autores comentam que este conflito se deu em torno das rotas comerciais de ópio que estavam estabelecidas ao longo da costa ocidental do subcontinente. É importante destacar que já havia disputas territoriais e comerciais nesta rota entre outras potências europeias, tais como, Holanda, França e Portugal.

A Índia estava praticamente dividida durante o domínio colonial entre uma Índia "indiana" e a Índia "Britânica", segundo a classificação de Singh (2007, p.15). Segundo este autor, a Índia "indiana" abrangia dois quintos do território da Índia, ou seja, um quarto da população de todo país estava fora da jurisdição direta do Estado britânico. Assim nasce a relação dos Britânicos com os Estados principescos, que na percepção do autor, serviram de objetos coloniais para que os propósitos de política e exploração colonial acontecessem na Índia.

Resgatando a história de formação desses estados principescos constatamos que essas formações políticas surgiram com a derrocada de poder do Império Mughol. Eles mostraram que eram mais eficazes do que este Império para controlar a riqueza e os recursos do campo e assim atrair mais receitas para financiar as suas ambições de poder territorial, econômico e militar na região. Esses desafiantes do Império Mughol foram principalmente os estados de Awadh, Bengala e Hyderabad, mais tarde, juntaram-se a eles, os estados de Maratha localizados na porção Oeste, Maysore, no Sul, e os Sikhs, no Norte, entre outros. A partir dessa junção, formaram-se as redes comerciais inter-regionais compostas por comerciantes hindus, como os Jagat Seths, em Bengala e Marwaris no Rajastão. Esses aspirantes a rei desses principados receberam financiamentos dos agricultores muçulmanos que estavam interessados em participar desses reinados vendendo a sua produção e arrecadando receita e acumulando capital.

[88] Segundo Ribeiro (2019, p. 103), "o primeiro grande desafio da Índia Independente foi gerenciar a partição e reconstruir a nação. Mais de 600 principados – desde as regiões de Caxemira e Hyderabad até pequenos vilarejos – poderiam escolher a adesão à Índia, ao Paquistão ou declararem as suas independências. Juntos, estes principados continham 40% do território e um terço da população da Índia".

Assim temos uma Era pós-Império Mughol que foi formada por Estados fortes, com teor capitalista e dispostos a enfrentar o poderio britânico para proteger os seus territórios (Ramusack, 2008). Em virtude desse cenário, o Império Britânico tomou algumas providências para que a sua governança no território indiano fosse efetivada. Para isso, assumiu compromissos e tratados militares, além de alianças subsidiárias e a "doutrina do lapso" para diversos Estados indianos, as exceções foram para Bengala, Bihar e Orissa onde a hegemonia colonial havia sido estabelecida no final do século XVIII.

Deve-se registrar que Rajiv (2017, p.75 a 77) e Ernst e Pati (2007, p.13 a 15) classificaram esses Estados principescos em três categorias: Estados antigos, Estados sucessores e Estados guerreiros ou conquistadores. Os Estados antigos foram incorporados no sistema administrativo e militar durante o Império Mughal. Os Estados governados pelos *Rajput* (que em sânscrito significa filho de um rajá ou rei) dominavam essa categoria.

Os Estados principescos classificados como sucessores tem a sua origem pré-Império Mughal. Eles possuíam certas autonomias dentro do território que ocupavam tais como: o seu governador provincial ou oficial militar imperial do pequeno reino nomeava os seus oficiais, enquanto os governadores regionais nomeavam os seus sucessores. As receitas arrecadadas nesses Estados eram efetivadas na região, sendo que apenas, as arrecadadas em eventos cerimoniais se direcionavam para o governo central. As atividades diplomáticas e militares nesses pequenos reinos eram exercidas de forma autônoma. Citamos como esse exemplo desse tipo de Estado, o Awadh e Bengala (Ernst e Pati, 2007).

Os Estados principescos classificados como guerreiros ou conquistadores são aqueles que foram "estabelecidos por grupos guerreiros que disputaram uma autoridade abrangente para formar novas entidades políticas, oferecendo proteção militar à população local" (Ernst e Pati (2007, p.17). Um exemplo deste tipo de estado foi Vijayanagara que serviu como precursor estrutural dos estados de Maratha. Os autores citados acrescentam que os fundadores desses estados guerreiros eram geralmente os líderes de clãs que prestavam serviços extraordinários a um governante dominante, neste propósito, se propuseram aos serviços do Império britânico na Índia. Para isso, os britânicos estabeleceram uma relação complexa com os Estados principescos caracterizada por trocas de alianças, compromissos e cooperação. No Sistema de Suserania, por exemplo, os estados principescos eram, em grande parte, autônomos em seus assuntos internos, mas mantinham uma relação de suserania com o governo britânico com o objetivo de garantir proteção militar em troca de lealdade e cooperação. Para que houvesse essa troca, alguns estados recebiam subsídios financeiros do governo britânico.

Essa relação foi expirada pouco antes da independência da Índia quando os britânicos anunciaram o fim do seu domínio sobre a Índia. Isso significou que todos os estados principescos se tornariam legalmente independentes, ou seja, livres para escolher ingressar na União Indiana ou ao Paquistão (Rajiv, 2017). Porém, essa decisão não cabia a população desses Estados, mas sim aos seus governadores.

Aqui se encontra o principal problema enfrentado pela Índia independente, isto é, o perigo do seu território ser dividido em vários estados que tinham a intenção de ser independente. Para entender que a independência da Índia significou a repartição do seu território com o Paquistão. De início, é salutar entender as diferenças que existem entre Índia e Paquistão e os preâmbulos que envolvem os conflitos entre esses dois países. Pelos relatos de Austin (1999, p.34):

> Na verdade, as comunidades hindus e muçulmanas do subcontinente indiano viveram juntas há muito tempo, partilhando a mesma história política e traços culturais entrelaçados. No entanto, após a Índia Britânica, a história dos estados independentes da Índia e do Paquistão divergiu acentuadamente. Nos primeiros anos após a independência, a Índia adotou uma constituição que incorporava o legado do domínio britânico, com um sistema de administração e um governo democrático secular baseado na Lei do Governo da Índia de 1935. No entanto, a nova constituição, que foi adotada pelo Constituinte em novembro de 1949 e que entrou em vigor em janeiro de 1950, introduziu um novo modelo de governo parlamentar, diferente do sistema autoritário misto parlamentar-burocrático da Índia Britânica.
> O Paquistão, por outro lado, passou a confiar nos militares para lidar com as tarefas esmagadoras de construir um novo Estado e defender a ordem política. Para um país que nasceu da sua identidade religiosa, era contraditório, mesmo para os modernistas paquistaneses, ignorar o papel do Islã e desenvolver um Estado secular semelhante aos ocidentais. Assim, a Assembleia constituinte do Paquistão procurou um modelo constitucional que incorporasse o Islã numa estrutura política moderna.

Esse raciocínio, coaduna com a observação de Cohen (2013) quando narra as diferenças entre Índia e Paquistão sob o ponto de vista geográfico e geoestratégico no Sul da Ásia:

> As diferenças entre a Índia e o Paquistão na partição foram importantes, embora às vezes ignoradas em meio a retórica de uma cultura, geografia, clima e localização geoestratégica compartilhadas, ou o mito fabricado do eterno conflito hindu-muçulmano. Por um lado, a divisão das duas principais províncias da Índia britânica, Punjab e Bengala, produziu províncias sucessoras muito diferentes (no Paquistão) ou estados (na Índia). Primeiro, o Paquistão Oriental manteve uma grande população Hindu, enquanto o Punjab Ocidental expurgou suas minorias hindus. Segundo, o Punjab do Paquistão era o coração do exército cada vez mais poderoso, mas muito poucos soldados vinham do Paquistão Oriental predominantemente bengali. Terceiro, o Paquistão Oriental era uma grande parte rural, tendo sido cortado da grande área metropolitana de Calcutá, outrora a cidade mais industrializada da Índia. Como resultado, havia uma grande lacuna econômica entre o Paquistão Oriental e Ocidental, principalmente o próspero Punjab (Cohen, 2013, p. 17).

As diferenças entre essas duas nações se encontram no âmbito religioso, ou seja, a Índia tem a maioria da população adepta ao Hinduísmo e o Paquistão ao Islamismo. Resgatando um pouco da história, nota-se que desde o movimento pela Independência da Índia que vinha crescendo desde o início do século XX, liderado por figuras como Mahatma Gandhi e

Jawaharlal Nehru, que defendiam uma Índia unificada, já existia a Liga Muçulmana, sob a liderança de Muhammad Ali Jinnah que temia que a Índia independente pudesse ser governada por uma maioria hindu, e assim, marginalizar a população muçulmana. Para proteger os interesses dos muçulmanos, a Liga Muçulmana pressionou pela criação de um estado separado, o Paquistão. Assim, a solução encontrada pelo governo britânico foi dividir a Índia em duas nações: a República da Índia, com uma maioria hindu, e o Paquistão, criado para ser um lar para os muçulmanos do subcontinente (Cohen, 2013).

Essa divisão foi baseada nas linhas religiosas e envolveu as regiões de Punjab e Bengala, que foram partidas entre os dois novos países. O processo de delineamento das fronteiras, conhecido como "Linha Radcliffe", foi realizado em apenas cinco semanas durante o verão de 1947, sob intensa pressão política e com um prazo extremamente curto. Segundo Cohen (2013) Radcliffe se baseou em critérios de distribuição religiosa das populações, além de fatores econômicos e administrativos. No entanto, os dados utilizados foram muitas vezes desatualizados ou incompletos, e as decisões foram tomadas de forma apressada, sem considerar as complexidades locais, como o impacto nas redes de comércio, nas rotas de transporte ou nas divisões tradicionais das comunidades. Os mapas e estatísticas disponíveis eram apenas guias básicos, e Radcliffe relatou acesso direto à população que seria afetada pelas decisões. Como resultado, a divisão acabou sendo arbitrária e ignorando as relações sociais, culturais e históricas que uniam as comunidades locais.

Fischer (2008, p.163) aponta que a parte que coube ao Paquistão foi dividida em duas regiões não contíguas, localizadas a milhares de quilômetros uma da outra, refletindo a concentração da população muçulmana, são elas: Paquistão Ocidental que inclui a província de Punjab Ocidental, Sindh, Baluchistão e as Províncias da Fronteira Noroeste. Essa área era predominantemente muçulmana, com uma presença significativa de hindus e sikhs, especialmente em Punjab. E o Paquistão Oriental, conhecido posteriormente como Bangladesh após sua independência em 1971, essa região correspondia à parte oriental da província de Bengala, onde a população muçulmana também era majoritária.

A República da Índia ficou com as regiões de maioria hindu, ou seja, Punjab Oriental e Bengala Ocidental onde predominava a população hindu e sikh. Isso dividiu as antigas províncias de Punjab e Bengala, resultando na separação de cidades, vilas e até de famílias que viviam em harmonia antes da Partição. A Índia também manteve outras províncias e estados principescos com maioria hindu, incluindo Rajastão, Gujarat, Uttar Pradesh, Maharashtra, e outros territórios importantes (Fischer, 2008).

Punjab e Bengala, duas das maiores províncias da Índia britânica, foram divididas entre a Índia e o Paquistão, causando uma migração massiva e uma onda de violência. Punjab, em particular, teve seu território cortado quase ao meio, com o Punjab Ocidental se tornando parte do Paquistão e o Punjab Oriental ficando com a Índia. Da mesma forma, Bengala foi dividida em Bengala Ocidental, que ficou com a Índia, e Bengala Oriental, que se tornou o Paquistão Oriental. A região de Caxemira foi uma exceção notável. O estado príncipe de Jammu e Caxemira tinha uma população majoritariamente muçulmana, mas era governado por um marajá hindu. A decisão sobre a Caxemira ficou em aberto, e o conflito resultante entre a Índia e o Paquistão pela posse da região levou a uma série de guerras e ainda é uma questão pendente entre os dois países (Mahajan, 2000).

Mahajan (2000) salienta que a linha traçada por Radcliffe levou a uma divisão abrupta que não considerou especificamente os impactos sociais e econômicos sobre as comunidades locais, resultando em uma deslocação em massa de aproximadamente 15 milhões de pessoas, além da violência inter-religiosa que ceifou a vida de até dois milhões de pessoas. A divisão traçou fronteiras que separavam aldeias, fazendas, rotas de comércio e comunidades historicamente ligadas, o que aprofundou o esforço entre os dois novos países e contribuiu para a hostilidade contínua que ainda persiste na região.

É sobre essa questão que Fischer (2008) complementa as análises dos autores Mahajan (2000) e Austin (1999), quando aponta as problemáticas geradas no ecossistema do subcontinente indiano por conta dos critérios inconsistentes que delinearam as decisões de Radcliffe para a grande repartição territorial da Índia. Ele argumenta que Radcliffe seguiu a risca a ideia de repartir os territórios de acordo com os critérios religiosos, hindus e muçulmanos, o que não satisfez os dois países, haja vista que ambos permaneceram em conflitos por território e todas as riquezas naturais, econômicas e populacionais que havia nele. Isso mostra que em alguns lugares a demarcação de territórios protegeu os principais sistemas de canais, ferrovias e estradas, em outros, a linha de repartição cortava os ecossistemas, infraestrutura, até mesmo no meio de rios, o que gerou disputas entre Índia e Paquistão, para dominar essas áreas. Um exemplo dessa disputa territorial gira em torno da Caxemira.

A disputa por Caxemira entre a Índia e o Paquistão é uma das mais complexas e prolongadas questões geopolíticas do mundo, marcada por conflitos armados, políticas tensionadas e uma série de tentativas fracassadas de mediação internacional. A região de Jammu e Caxemira é extremamente estratégica, situada ao norte do subcontinente indiano e compartilhando fronteiras com Índia, Paquistão e China. Recapitulando a história dessa disputa,

Mahajan (2000) enfatiza, quando o Império Britânico se desvinculou da Índia, ele ofereceu a cerca de 560 estados principescos da colônia a opção de se juntarem à Índia ou ao Paquistão, ou permanecerem independentes. O marajá Hari Singh, governante hindu de Jammu e Caxemira, hesitou em tomar uma decisão imediata, pois a população do estado era predominantemente muçulmana (cerca de 77%), enquanto ele era hindu. Sua ideia inicial era permanecer independente, mantendo Caxemira como um estado neutro entre a Índia e o Paquistão.

No entanto, as extensões logo aumentaram. Em outubro de 1947, grupos tribais apoiados pelo Paquistão invadiram Caxemira com a intenção de fixação na região ao recém-formado Paquistão. O Marajá, sem forças suficientes para enfrentar uma invasão, pediu ajuda militar à Índia. Na troca da assistência, o marajá assinou o "Instrumento de Acessão", unindo a Caxemira à Índia. A Índia aceitou, mas logo um conflito armado estourou entre as forças indianas e paquistanesas, resultando na Primeira Guerra da Caxemira (1947-1948). A guerra terminou em janeiro de 1949, após uma intervenção da ONU, que propôs um cessar-fogo e localizada a Linha de Controle (LoC), dividindo a região em duas partes: cerca de um terço da Caxemira passou a ser administrado pelo Paquistão (conhecido como Azad Caxemira e Gilgit-Baltistão), enquanto o restante ficou sob controle da Índia (Jammu e Caxemira). A ONU também recomendou um plebiscito para determinar a vontade do povo de Caxemira, mas esse plebiscito nunca foi realizado, principalmente devido à falta de consenso entre a Índia e o Paquistão sobre as condições para sua realização (Mahajan, 2000).

A Caxemira foi palco de mais dois grandes conflitos armados entre a Índia e o Paquistão. A Segunda Guerra da Caxemira, em 1965, que foi provocada por outra tentativa do Paquistão de tomar o controle da região por meio da infiltração de forças e guerrilheiros. Esse conflito resultou em um impasse, que de acordo com Mahajan (2000), os países reivindicaram vitórias, mas sem mudanças significativas no status da região. Em 1971, ocorreu uma terceira guerra entre os dois países, relacionada à independência de Bangladesh (antigo Paquistão Oriental), e embora não tenha se centrado na Caxemira, como acréscimo ainda mais. Em 1999, um novo confronto, conhecido como Conflito de Kargil, ocorreu quando tropas paquistanesas e militantes cruzaram a Linha de Controle, tomando posições estratégicas em Kargil, uma área montanhosa da Caxemira controlada pela Índia. A guerra de Kargil durou de maio a julho de 1999, e terminou com a retirada das tropas paquistanesas, devido à pressão militar da Índia e à pressão internacional, especialmente dos Estados Unidos.

Além dos conflitos diretos com o Paquistão, a Caxemira apresentou problemas internos, com uma insurgência crescente a partir da década de 1980. Muitos habitantes da Caxemira, que são majoritariamente muçulmanos, ressentem-se da administração indiana e apoiam a independência ou uma unificação com o Paquistão. A situação piorou após a controversa eleição de 1987 em Jammu e Caxemira, que se mostrou fraudulenta e levou a uma revolta armada reforçada por grupos militantes paquistaneses (Mahajan, 2000).

Desde então, a região tem sido marcada pela violência entre insurgentes, forças de segurança indianas e civis. A Índia mantém uma presença militar significativa na região, e acusa o Paquistão de apoiar e armar os grupos militantes, enquanto o Paquistão argumenta que apenas oferece apoio político e moral aos "combatentes da liberdade". O conflito gerou muitas vítimas, com milhares de mortos e desaparecidos ao longo das décadas, e os direitos humanos visíveis foram relatados em ambos os lados (Mahajan, 2000).

No dia 5 de agosto de 2019, a administração da Índia, sob a liderança do primeiro-ministro Narendra Modi e do partido nacionalista hindu BJP, anulou o Artigo 370 da Constituição indiana, que assegurava um status privilegiado para Jammu e Caxemira. Este dispositivo dava autonomia à região, permitindo-lhe possuir sua própria constituição, bandeira e certa independência em assuntos internos, com a exceção de defesa, comunicações e relações externas. A retirada também inclui a bifurcação do estado em dois territórios federais: Jammu, Caxemira e Ladakh; ambos são governados diretamente por Nova Delhi. A operação, que levou à violência na Caxemira e no Paquistão, viola agora as resoluções das Nações Unidas (ONU) e visa mudar a população da região para beneficiar a população hindu. A Índia disse que a retirada visava fortalecer toda a região e promover o crescimento económico. A decisão foi seguida por um aumento da presença militar e bloqueios de comunicações, incluindo interrupções no acesso à rede e severas restrições à circulação de pessoas (Mahajan, 2000).

A batalha pela Caxemira também é disputada pela China, que detém uma porção da região denominada Aksai Chin. Aksai Chin foi conquistado pela China após o conflito sino-indiano de 1962, e ainda é reivindicado pela Índia. Portanto, o problema da Caxemira não se restringe apenas à Índia e ao Paquistão, mas também abrange a China, que mantém uma presença relevante na área. A comunidade internacional, incluindo a ONU, solicita frequentemente negociações entre Índia e Paquistão para solucionar o problema, porém o avanço é quase nulo. Os vínculos entre os dois países, potências nucleares, são tensos, e qualquer incidente na região da Caxemira pode se agravar rapidamente, como ocorreu em fevereiro de 2019, quando um atentado suicida em Pulwama, na Caxemira, ganhou grandes proporções (Mahajan, 2000).

O impacto da Partição foi devastador. Estima-se que cerca de 15 milhões de pessoas cruzaram as novas fronteiras em uma das maiores migrações da história. Hindus e Sikhs que viviam nas regiões designadas ao Paquistão se deslocaram para a Índia, enquanto muçulmanos que viviam na Índia foram para o Paquistão. Essa deslocação massiva foi acompanhada de uma onda de violência sectária que resultou na morte de até dois milhões de pessoas. Houve massacres, saques, estupros e uma profunda ruptura do tecido social, com comunidades que viviam em relativa harmonia de repente se tornando inimigas (Cohen, 2004).

Para Cohen (2024), Punjab, uma das regiões mais afetadas, viu vizinhos se voltarem uns contra os outros em meio ao caos. Milhares de aldeias foram queimadas, famílias foram isoladas, e as feridas deixadas por essa violência afetaram as gerações seguintes dos dois lados da fronteira. O trauma da Partição moldou profundamente as identidades nacionais da Índia e do Paquistão, resultando em um relacionamento de hostilidade e desconfiança mútua que persiste até hoje. Além disso, a criação do Paquistão trouxe consigo uma questão geopolítica que ainda está longe de ser resolvida: a disputa pela região da Caxemira, que levou a múltiplas guerras entre os dois países e continua sendo uma fonte constante de conflito.

A Partição da Índia não apenas marcou o fim do domínio colonial britânico no subcontinente, mas também plantou as sensações de uma divisão de tensão entre Índia e Paquistão, que teve implicações para a política, cultura e relações internacionais da região. O processo violento e o sofrimento humano envolvido deixaram cicatrizes profundas, e essas lembranças são um tema sensível tanto na Índia quanto no Paquistão, moldando suas narrativas históricas e as percepções mútuas até os dias de hoje.

Autores como Cohen e Dasgupta (2010) dissertam que investimentos em questões militares não devem ser negligenciadas, haja vista que a Índia está se posicionando como uma das propensas potência econômica mundial, por isso, precisa investir na indústria de armamentos, já que a sua fronteira com o Paquistão é um “barril de pólvora”, ou seja, o subcontinente indiano continua vulnerável ao extremismo religioso entre hinduístas e muçulmanos, além da sua rivalidade militar com a China. Os autores alertam que a Índia sempre teve um histórico de invasões em seu território, o que a levou a ser denominada como uma sociedade altamente diversa e heterogênea.

Subrata Mitra (2017, p.26) discorre sobre essa contradição da sociedade indiana que valoriza legados não violentos tais como de Gautama Buda e Mahatma Gandhi, no entanto, se orgulha de ser um possuidor de armas nucleares de longo alcance, o que nos leva a indagar quais seriam as verdadeiras intenções do país.

Por esses motivos a Índia vive uma contradição notável entre os ideais pacifistas da doutrina de Jawaharlal Nehru, seu primeiro-ministro fundador, e seu crescimento como potência nuclear. Nehru, que liderou a Índia após a independência em 1947, defendia uma política de não-violência e neutralidade, inspirada nos princípios de Mahatma Gandhi. Sua visão era de uma Índia que usasse seu poder para promover a paz e a cooperação internacional, mantendo-se longe de alianças militares e conflitos globais. Nehru acreditava que, ao adotar uma postura neutra e pacífica, a Índia poderia concentrar-se em resolver seus problemas internos, especialmente na luta contra a pobreza e o desenvolvimento econômico (Cohen, 2010).

Desta forma, a Doutrina de Nehru, Paz e Não-Alinhamento, baseava-se na convicção de que o país poderia se tornar uma ponte entre o Oriente e o Ocidente em um mundo polarizado pela Guerra Fria. Por isso, Nehru foi um dos fundadores do Movimento dos Países Não Alinhados, que buscava manter uma posição neutra entre as potências ocidentais lideradas pelos Estados Unidos e o bloco comunista liderado pela União Soviética. A doutrina defendia o desenvolvimento econômico autossustentável, enfatizando a necessidade de priorizar questões internas, como a erradicação da pobreza, e minimizar o investimento em gastos militares (Tellis, 2005).

No contexto nuclear, Nehru era um crítico firme das armas nucleares, defendendo a necessidade de um desarmamento global e posicionando a Índia como um país que usaria a tecnologia nuclear exclusivamente para fins pacíficos. Por isso, Tellis (2005) o considerava cético quanto ao papel das armas nucleares para a segurança e acreditava que, ao evitar o desenvolvimento dessas armas, a Índia mostraria ao mundo que um caminho alternativo e pacífico era possível.

Contudo, nas décadas que se seguiram, a Índia enfrentou pressões regionais e conflitos que transformaram sua postura estratégica. De acordo com Cohen (2013), as tensões com o Paquistão e a China, duas potências nucleares vizinhas, foram fatores críticos para uma mudança de posicionamento. Desde a guerra com a China em 1962 e, especialmente, os conflitos constantes com o Paquistão (como as guerras de 1947, 1965 e 1971), a Índia começou a ver a necessidade de uma dissuasão militar, levando-a a questionar a doutrina pacifista de Nehru. A competição com o Paquistão, que realizou seu primeiro teste nuclear em 1998, foi um fator importante para que a Índia investisse em armamento nuclear para assegurar sua segurança regional e influência geopolítica.

Os relatos de Cohen (2013) mostram que, esses conflitos foram um ponto de inflexão na política externa e de defesa da Índia. Em 1974, a Índia realizou seu primeiro teste nuclear, denominado "*Smiling Buddha*", sob o governo da primeira-ministra Indira Gandhi, sucessora de Nehru. Esse teste foi apresentado como uma "explosão nuclear pacífica", mas marcou a entrada da Índia no clube dos países com capacidade nuclear. Embora a política oficial ainda mantivesse uma posição pacifista e auto defensiva, o teste sinalizava a transformação do país em uma potência nuclear em potencial, contrariando os princípios de não-proliferação defendidos por Nehru. O investimento em armamento nuclear, ao mesmo tempo em que a Índia mantém uma retórica de paz, reflete uma complexa adaptação aos desafios da geopolítica. A Índia busca um equilíbrio entre manter sua independência diplomática e garantir que suas fronteiras estejam protegidas contra ameaças regionais. Este paradoxo reflete a tensão entre os princípios originais de Nehru e as demandas do cenário internacional e regional.

Portanto, o posicionamento indiano na atualidade revela que, embora a Índia tenha herdado de Nehru a busca pela paz e a autodeterminação, o contexto geopolítico a levou a um investimento significativo em armamentos nucleares como forma de garantir sua segurança e estabilidade. Assim, de acordo Tellis (2005), a Índia vive uma contradição: é uma nação que, enquanto prega a paz e a cooperação internacional, mantém um arsenal nuclear para assegurar sua soberania e dissuadir potenciais ameaças.

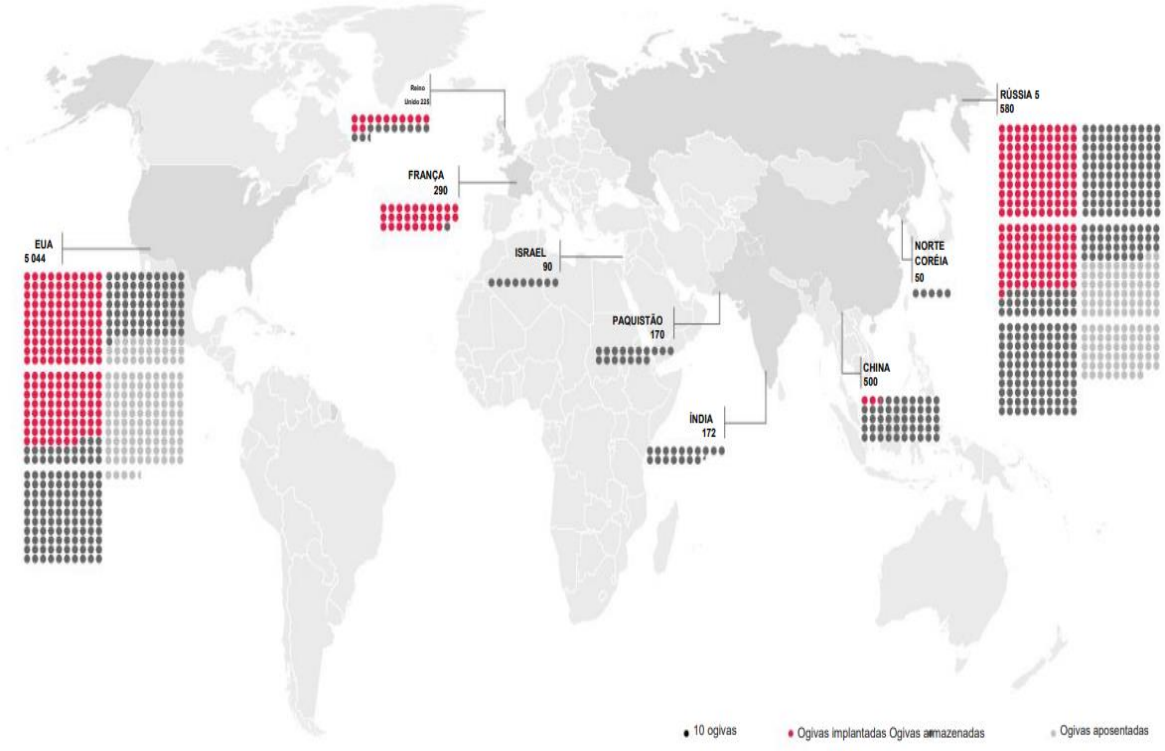
Essa contradição também foi analisada por Stephen Cohen (2013). De acordo com o autor, na década de 1990, com o agravamento das tensões regionais e o desenvolvimento do programa nuclear paquistanês, a Índia sentiu a necessidade de consolidar sua posição nuclear como uma dissuasão estratégica. Em 1998, sob o governo de Atal Bihari Vajpayee, a Índia realizou uma nova série de testes nucleares, conhecidos como "Pokhran-II", declarando-se oficialmente uma potência nuclear. A decisão foi motivada pela necessidade de garantir a segurança contra ameaças regionais e de afirmar sua soberania estratégica.

No entanto, os autores Tellis (2005) e Cohen (2010, 2013), reafirmaram em seus estudos que a transformação da Índia de uma nação pacifista para uma potência nuclear revela um paradoxo na doutrina de Nehru. Embora ele tenha defendido o não-alinhamento e o desarmamento, a realidade geopolítica da região asiática e os conflitos com vizinhos levaram a Índia a adotar uma política mais pragmática em termos de defesa. Em um ambiente em que tanto o Paquistão quanto a China possuem armas nucleares, a Índia passou a considerar que sua própria segurança e estabilidade dependiam de um programa de dissuasão nuclear.

Esse paradoxo mostra a complexidade das relações internacionais da Índia e a dificuldade de manter uma política idealista em um cenário de tensões geopolíticas. O país busca conciliar sua herança pacifista com a necessidade de proteger seus interesses estratégicos. Embora a Índia tenha investido em armas nucleares, ela ainda enfatiza a importância do uso responsável e a defesa de uma política nuclear minimalista, refletindo os princípios pacifistas que Nehru originalmente defendia (Cohen, 2010, 2013).

Apesar disso, a Índia continua a investir na modernização da sua indústria militar e se encontra no *ranking* das nove nações com forças nucleares do mundo em 2024, segundo o Relatório da *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI). Os dados contidos neste relatório mostram que Estados Unidos, Rússia, Reino Unido, França, China, Índia, Paquistão, República Popular Democrática da Coreia (Coreia do Norte) e Israel, possuem, aproximadamente 12.121 armas nucleares, das quais, 9.585 eram consideradas potencialmente disponíveis operacionalmente. Destacando que 90% dessas armas nucleares então concentradas nos Estados Unidos e Rússia, tais como mostra o mapa abaixo:

Mapa 10: Inventários Globais de Armas Nucleares em Janeiro de 2024



Fonte: SIPRI, 2024, p.12.

Tanto a Índia quanto o Paquistão estão ativamente envolvidos em tentativas contínuas de atualizar seus arsenais nucleares. Historicamente, a política nuclear da Índia se concentrou no Paquistão; no entanto, houve uma mudança perceptível na ênfase em direção ao aprimoramento de capacidades de longo alcance, que incluem alvos dentro da China. De acordo com Sheikh (2024) o contexto do maior programa nuclear da Índia e a posição geopolítica apoiam essa perspectiva. A Índia naturalmente nunca ficaria atrás do Paquistão — uma nação com um programa nuclear muito mais jovem — dado que testou sua primeira arma nuclear em 1974 e tem uma tríade nuclear completa.

A Índia tem uma forte capacidade nuclear apoiada por capacidades de entrega nuclear por ar, terra e mar e um dos maiores estoques indígenas de urânio do mundo. Além disso, a isenção do *Nuclear Suppliers Group* (NSG) de 2008 permitiu que a Índia importasse quantidades significativas de combustível nuclear, protegendo seu urânio doméstico para possível uso no desenvolvimento de armas. A doutrina militar do Paquistão não segue a política de não primeiro uso; em vez disso, reserva-se o direito de lançar ataques nucleares preventivos, especialmente à luz das disparidades percebidas com as forças armadas convencionais e nucleares da Índia (Sheikh, 2024).

A ênfase em armas nucleares não estratégicas como um contraponto à estratégia da Índia, de acordo com a análise do SIPRI (2024), prevê que o Paquistão tenha gastado US$ 1 bilhão em seu desenvolvimento nuclear em 2023, ou US$ 1.924 por minuto, de acordo com uma análise separada da Campanha Internacional para Abolir Armas Nucleares (ICAN). Em janeiro de 2024, o SIPRI estimou que o arsenal nuclear da Índia tinha 172 ogivas, um pequeno aumento em relação ao ano anterior.

A crescente tríade nuclear da Índia consiste nessas armas, além de aeronaves, mísseis terrestres e submarinos de mísseis balísticos movidos a energia nuclear. A Índia historicamente manteve suas armas nucleares e lançadores separados durante tempos de paz, mas desenvolvimentos recentes indicam uma mudança na política em relação ao acoplamento de algumas ogivas com lançadores durante tempos de paz. A Índia está geralmente deixando suas forças nucleares mais prontas e pode estar se movendo em direção a uma postura de contraforça, que tenta atacar o arsenal nuclear de um inimigo antes que ele tenha a chance de atacar. De acordo com a pesquisa do ICAN, o programa nuclear da Índia deve custar US$ 2,7 bilhões em 2023. China e Paquistão são os principais alvos da dissuasão nuclear da Índia. Com o

desenvolvimento de mísseis de longo alcance, a China também entrou em foco para a Índia, que originalmente tinha como alvo o Paquistão com suas armas nucleares de curto alcance[89].

O relatório também destaca a ênfase da Índia no desenvolvimento de armas de longo alcance, particularmente aquelas que podem atingir alvos em qualquer lugar na China e no Paquistão, sugerindo um aumento em seu poder de dissuasão. A estabilidade estratégica do Sul da Ásia e o precário equilíbrio de poder na área estão em risco devido à modernização das forças armadas indianas. O desejo da Índia de fortalecer seu poderio militar é ainda mais apoiado por seu interesse nacional em emergir como uma hegemonia regional. O enigma da segurança do Sul da Ásia está sendo exacerbado pelo programa de modernização militar da Índia, enquanto o Paquistão busca contrabalançar o crescente poderio militar da Índia fortalecendo suas próprias forças armadas. Isso pode desencadear uma corrida armamentista furiosa para preservar o frágil equilíbrio de poder do Sul da Ásia (Sheikh, 2024; SIPRI, 2024).

Como analisado neste capítulo, a Índia é um país de contrastes marcantes. Enquanto se destaca como uma das maiores economias emergentes do mundo e um importante ator geopolítico, enfrenta desafios sociais profundos, como a pobreza extrema e desigualdade. Este paradoxo é especialmente evidente quando analisamos os maciços investimentos do governo indiano em armamento militar e a condição de vida de grande parte da sua população.

Nos últimos anos, a Índia tem sido uma das nações que mais investem em defesa. O orçamento militar indiano para 2024 ultrapassa os 70 bilhões de dólares, posicionando o país entre os maiores gastos militares do mundo. Esse investimento inclui a aquisição de tecnologias de ponta, como caças, sistemas de defesa antimísseis, submarinos nucleares e o desenvolvimento de armamentos próprios. A justificativa do governo está ligada a questões de segurança nacional, incluindo tensões históricas com vizinhos como o Paquistão e a China, além da necessidade de proteger suas fronteiras e seus interesses estratégicos no Oceano Índico[90].

No entanto, esse foco em modernizar e expandir as capacidades militares contrasta com os desafios sociais enfrentados internamente. Dados recentes indicam que cerca de 25% da população indiana vive abaixo da linha de pobreza, com milhões de pessoas lutando para acessar serviços básicos como saúde, educação e saneamento. Em áreas rurais e urbanas marginalizadas, a falta de investimentos governamentais em infraestrutura social mantém

[89] Cf. SUPRI (2024).
[90] Cf. Sheikh, 2024; SIPRI, 2024.

comunidades inteiras presas a ciclos de pobreza intergeracional. Esse desequilíbrio levanta questionamentos sobre as prioridades políticas e econômicas do país.

Em função disso, no próximo capítulo faremos uma síntese analítica sobre o desenvolvimento econômico da Índia e as suas contradições e exclusão social. Sabemos que a relação entre o desenvolvimento econômico e a exclusão social na Índia é paradoxal. Desde as reformas econômicas de 1991, a Índia experimentou uma transformação estrutural marcada pela liberalização, privatização e abertura ao mercado global. Isso resultou em um crescimento expressivo em setores como tecnologia, serviços e fabricação, colocando o país no mapa como um polo de inovação e investimentos. Além disso, a Índia emerge como um dos maiores produtores agrícolas e industriais, com um mercado interno massivo impulsionado por uma população jovem. No entanto, esse progresso não foi igualmente distribuído. Enquanto cidades como Bangalore, Mumbai e Nova Delhi prosperam como centros financeiros e tecnológicos, vastas áreas rurais permanecem em condições de subdesenvolvimento. Esse contraste reflete as falhas de um modelo econômico que privilegia o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) sem garantir o patrimônio social. É o que veremos a seguir.

6. HETEROGENEIDADE ESTRUTURAL ECONÔMICA NA ÍNDIA: UMA PERSPECTIVA ANALÍTICA

Nos capítulos anteriores entendemos as diversas formas de manifestações da complexidade da sociedade e Estado indiano. Neste, o objetivo é mostrar que a economia indiana é marcada também por profundas heterogeneidades estruturais. Por isso, é importante salientar que após a independência da Índia em 1947, o país formulou estratégias de desenvolvimento voltada para a construção de uma economia autossuficiente e industrializada, que buscava reduzir as desigualdades sociais e regionais, além de tentar romper com as estruturas herdadas do período colonial. Para isso, optou por um modelo de desenvolvimento baseado no planejamento centralizado com uma forte intervenção do Estado na economia e influenciado pelo socialismo e experiência soviética. Esse modelo foi formalizado com a criação da Comissão de Planejamento (*Planning Commission*) em 1950 e a implementação do primeiro Plano Quinquenal em 1951. Durante esse período, que perdurou até o início das reformas em 1991, a economia indiana passou por mudanças estruturais importantes (McCartney, 2019).

Antes de expor essas estratégias de desenvolvimento, é importante destacar que havia duas abordagens sobre o desenvolvimento da Índia que foram colocadas em pauta pós 1947, a saber, a abordagem gandhiana e a modernizadora de Jawaharlal Nehru. Eram visões contrastantes sobre o futuro econômico e social do país, embora ambos compartilhassem o objetivo de fortalecer a nação e melhorar as condições de vida da população. Essas duas abordagens divergiram fundamentalmente em seus métodos e filosofias, refletindo visões distintas sobre o papel do Estado, da tecnologia e do desenvolvimento econômico (Chakravarty, 1987).

Na Abordagem Mahatma Gandhi temos a defesa de um desenvolvimento baseado no conceito de *Swaraj* (autossuficiência) e na descentralização econômica. Ele acreditava que o futuro da Índia deveria ser enraizado em suas vilas e na preservação de sua cultura tradicional. Para Gandhi, a economia rural e a pequena produção artesanal eram centrais para a construção de uma sociedade justa e sustentável. Ele defende o *khadi* (tecelagem manual) e outros modos de produção artesanal como formas de empoderamento econômico das comunidades rurais e uma alternativa ao capitalismo industrial. Em consonância com essa ideia de desenvolvimento, esta abordagem enfatizou a harmonia com a natureza, o uso de tecnologias simples e relacionadas ao contexto rural, e a exclusão ao consumismo e ao materialismo do Ocidente. Para Gandhi, a industrialização em larga escala levaria à exploração dos trabalhadores e à

destruição do tecido social tradicional da Índia. Sua visão de desenvolvimento focava no fortalecimento das pequenas comunidades, promovendo uma economia descentralizada e autossustentável (Chakravarty, 1987).

Em contrapartida, Jawaharlal Nehru, o primeiro-ministro da Índia após a independência, tinha uma visão modernizadora e industrial para o país. Influenciado pelo socialismo e pelo planejamento estatal, Nehru acreditava que o progresso da Índia dependia da rápida industrialização e da construção de uma infraestrutura moderna. Ele via a ciência, a tecnologia e a industrialização como os principais motores para transformar a economia indiana e erradicar a pobreza. Esta abordagem se baseou no fortalecimento do Estado como o principal agente de desenvolvimento, com a criação de grandes indústrias públicas, especialmente em setores estratégicos como aço, energia e telecomunicações. Ele promoveu a melhoria de planos quinquenais para coordenar o crescimento econômico e contribuir para a industrialização pesada. Para Nehru, o desenvolvimento rural e a produção artesanal eram importantes, mas não suficientes para levar a Índia ao status de potência econômica moderna. Portanto, Nehru rejeitou a visão de Gandhi de uma economia predominantemente rural e acreditava que a Índia precisava de uma transformação profunda em sua estrutura econômica para competir globalmente. O Estado teria um papel fundamental para garantir que os recursos fossem direcionados para a modernização da economia, com forte intervenção nos setores industriais e financeiros (Chakravarty, 1987).

É neste contexto que Chakravarty (1987, p.7) mostra “que as diferenças entre essas duas abordagens giravam em torno do papel do sistema de mercado em trazer o salto quântico desejado no volume de acumulação e sua distribuição entre os setores”. Neste sistema, discutiam-se quais seriam as reformas orientadas para o mercado que promovessem o crescimento econômico do país, tais como os planejadores socialistas da década de 1980 pensavam em termos de estratégias de crescimento na Hungria, China[91] e na URSS.

[91] “A China sob a liderança de Deng é um exemplo particularmente interessante, onde os objetivos da modernização foram intimamente ligados à introdução de reformas orientadas para o mercado por meio da introdução de “sistemas de contratos” em várias esferas importantes da atividade econômica, notadamente a agricultura. Em contraste com o princípio básico da política econômica maoísta que foi apresentada como o desenvolvimento de “um homem socialista” com base em orientações de valor cooperativo (...). Em termos marxistas, o impulso sociológico por trás das mudanças pode, com alguma justificativa, ser descrito como a introdução de uma forma de "fetichismo da mercadoria". Embora seja possível oferecer opiniões divergentes quanto à compatibilidade da mudança atual na China com os ideais da construção socialista (alguns tratariam a coisa toda como uma aberração). No clima atual de opinião, em contraste com o que o próprio Marx pode ter pensado sobre os objetivos do socialismo, a ideia do que constitui uma "boa vida" parece não ser significativamente diferente entre modernizadores socialistas e capitalistas. Consequentemente, todo o debate, pelo menos na China, foi reduzido por enquanto de como melhor promover o "crescimento da produtividade" — um conceito que se torna cada vez mais complexo à medida que se passa de uma economia de subsistência para uma economia moderna com uma variedade cada vez mais diversa de bens disponíveis para consumo. Isso é igualmente

Para Chakravarty (1987) as principais diferenças entre as duas abordagens podem ser resumidas em três pontos: o primeiro relacionado ao ruralismo e o industrialismo, sendo que a abordagem gandhiana era centrada nas vilas e no desenvolvimento rural, enquanto Nehru via a industrialização urbana como o principal motor do crescimento econômico; o segundo ponto de diferença está na oposição entre descentralização e centralização, ou seja, Gandhi acreditava em um desenvolvimento descentralizado, com poder e recursos distribuídos localmente, enquanto Nehru era a favor de uma economia centralmente planejada, com o Estado desempenhando um papel de liderança no direcionamento do desenvolvimento. O terceiro ponto de divergência se concentra no emprego de tecnologia simples e a tecnologia moderna na produção. Neste ponto, Gandhi defende o uso de tecnologias simples no contexto rural para serem controladas pelas comunidades locais. Nehru, em contrapartida, promove a adoção de tecnologias avançadas e a criação de uma infraestrutura industrial moderna, como um caminho para o progresso.

Embora a abordagem gandhiana tenha recebido uma certa medida de apoio em escritos recentes de ecologistas e economistas com mentalidade ecológica, no início dos anos 1950 tais posições pareciam carecer de qualquer fundamento teórico. Gandhi e seus discípulos pareciam mais velhos moralistas do que pessoas que poderiam mudar a direção da sociedade, tal como explicitou Chakravarty (1987). Assim, a escola modernizadora de Nehru venceu, pois seu "cientificismo" parecia mais compatível com as prioridades ideológicas envolvidas na construção de um estado-nação pós-colonial, embora alguns traços vestigiais da abordagem alternativa permaneçam na atitude em relação a certas indústrias de pequena escala, como a fiação manual, geralmente conhecida na Índia como o "setor minúsculo".

Apesar disso, inúmeros obstáculos econômicos impediam o desenvolvimento econômico da Índia que, portanto, seriam as causas subjacentes do atraso estrutural do país:

> As causas subjacentes do atraso estrutural foram percebidas como segue. Primeiro, a restrição básica ao desenvolvimento foi vista como sendo uma deficiência aguda de capital material, que impediu a introdução de tecnologias mais produtivas. Em segundo lugar, a limitação na velocidade de acumulação de capital foi vista como estando na baixa capacidade de poupar. Terceiro, foi assumido que mesmo que a capacidade doméstica de poupar pudesse ser aumentada por meio de políticas fiscais e monetárias adequadas, havia limitações estruturais impedindo a conversão de poupança em investimento produtivo. Quarto, foi assumido que enquanto a agricultura estava sujeita a retornos decrescentes seculares, a industrialização permitiria que o trabalho excedente atualmente subempregado na agricultura fosse empregado de forma mais produtiva em indústrias que operavam de acordo com retornos crescentes de escala. Uma quinta suposição era que se o mecanismo de mercado recebesse primazia, isso resultaria em consumo excessivo pelos grupos de renda mais alta, juntamente com relativo subinvestimento em setores essenciais para

verdadeiro para o "socialismo de mercado" que tem sido praticado por planejadores húngaros desde o final dos anos 60 com uma certa medida de sucesso" (Chakravarty,1987, p.8-9).

> o desenvolvimento acelerado da economia. Em sexto lugar, enquanto a distribuição desigual de renda era considerada uma 'coisa ruim', uma transformação precipitada da propriedade de ativos produtivos era considerada prejudicial à maximização da produção e da poupança. Em outras palavras, havia uma tolerância em relação à desigualdade de renda, desde que não fosse excessiva e pudesse ser vista como resultando em uma taxa de crescimento maior do que seria possível de outra forma (Chakravarty, 1987, p.9-10).

É observado acima que os planejadores indianos cultivaram uma visão basicamente do lado da oferta do problema de planejamento. Segundo o autor, eles argumentaram que a demanda doméstica poderia possivelmente ser uma restrição ao processo de crescimento. A razão, presumivelmente, foi a crença de que com uma política estatal ativa sobre investimento, toda a folga possível no sistema econômico seria utilizada. Havia pouco desemprego do tipo keynesiano na Índia no início dos anos cinquenta. Consequentemente, havia justificativa para se concentrar em fatores que promoviam poupança ou acumulação produtiva.

Chakravarty (1987, p.10-11) argumenta que os planejadores indianos poderiam sustentar a importância do crescimento no nível agregado de investimento e que, desproporcionalidades à parte, o processo de crescimento dificilmente perderia força enquanto o investimento público estivesse crescendo em ritmo acelerado. Isso os levou a procurar áreas onde o investimento público poderia ser implantado de forma mais proveitosa, a longo prazo. Para isso, haveria três possibilidades principais que poderiam ser esperadas para equilibrar a oferta com a demanda ao longo de uma linha de tendência crescente. Primeiro, o investimento público seria concentrado na área de infraestrutura. Segundo, o investimento público poderia ser direcionado principalmente para a agricultura. Terceiro, o investimento público poderia ser direcionado para o desenvolvimento industrial. Os planejadores indianos obviamente tentaram todos os três, como qualquer planejador razoável pode ser esperado em tais situações. O Primeiro Plano Quinquenal (1950-5) focou nos dois primeiros tipos de investimento.

Krueger e Chinoy (2002, p.11) reforça a análise acima acrescentando que, os primeiros documentos de planejamento consideraram a principal barreira ao crescimento acelerado como a então baixa taxa de poupança indiana. Isto está explicito nos documentos da Comissão de Planejamento que declararam que um grande desafio era aumentar a taxa de poupança indiana para 20% e concluíram que, se isso pudesse ser alcançado, o crescimento econômico indiano poderia atingir uma taxa satisfatória de 5% ao ano. Já no Segundo Plano Quinquenal (1957–1962) articulou uma filosofia de responsabilidade estatal pelo desenvolvimento e estabeleceu grande parte da estratégia que seria seguida na política econômica indiana até a década de 1990. A meta de aumentar a poupança permaneceu, embora o próprio plano previsse mais gastos do que poderiam ser financiados por fontes de receita previsíveis. O Segundo Plano reconheceu a

importância da educação, infraestrutura e assim por diante, mas se concentrou em uma estratégia para rápida industrialização por meio do desenvolvimento da indústria pesada, especialmente para a produção de bens de capital.

Sintetizando a análise, é pertinente que se entenda que a primeira etapa do desenvolvimento econômico na Índia, que foi chamado de período de Economia Planificada (1947-1991), como denominou os autores Amartya Sen e Jean Drèzen em sua obra "*Índia: Economic Development and social Opportunity*" (1995), foi uma tentativa de conciliar crescimento econômico com justiça social, haja vista que, houve a nacionalização de setores estratégicos, o controle estatal sobre os preços com foco na industrialização pesada e a substituição de importações. Sendo assim, no entendimento deles o crescimento do PIB do país é necessário, mas, não é suficiente para garantir o desenvolvimento humano e a justiça social.

Neste foco da garantia do desenvolvimento humano e a justiça social, Amarthya Sen e Drèzen (1995, p.22) teceram alguns comentários sobre o processo de desenvolvimento da Índia em comparação ao crescimento econômico que alguns países apresentaram. Eles falam da Coreia do Sul, Taiwan e Tailândia que adotaram políticas econômicas capitalistas orientadas para o mercado. Por outro lado, Cuba, Vietnã e China na fase pré-reforma, tiveram suas políticas de desenvolvimento ligadas ao socialismo com a liderança do partido comunista. No caso da Coreia do Sul, a sua política de desenvolvimento foi pensada para a industrialização planejada direcionada pelo Estado desenvolvimentista. É importante salientar que nos anos 1960, o país iniciou o seu processo de industrialização liderado pelo Estado, com forte planejamento central e apoio financeiro institucional de grandes empresas nacionais, os chamados *chaebols* (como exemplo, a Samsung, Hyndai e LG). Para direcionar essas políticas, o governo sul coreano formulou planos quinquenais que direcionavam os investimentos públicos e privados para setores estratégicos, especialmente os de exportação. Além disso, houve investimento em educação, infraestrutura e tecnologia, com ênfase na disciplina fiscal, estabilidade macroeconômica e a inserção competitiva no comércio internacional.

Em outro ângulo, temos o desenvolvimento econômico de Taiwan, que se diferenciou da Coreia do Sul em alguns aspectos, embora ambos tenham seguido a lógica de mercado capitalista. Então, Taiwan, seguiu a lógica do desenvolvimento orientado pela inovação e reforma agrária. De acordo com os autores Amarthya Sen e Drèzen (1995), o "carro-chefe" desse desenvolvimento foi a adoção de uma industrialização exportadora, mas com características distintas. Após a Segunda Guerra Mundial e a Revolução Chinesa, o governo do *Kuomintang* promoveu uma profunda reforma agrária, redistribuindo terras para os pequenos

agricultores. Isso gerou aumento da produtividade agrícola, redução das desigualdades e formação de um mercado interno consumidor. Neste prisma, o Estado taiwanês também desempenhou papel central na formulação de políticas econômicas, criando instituições de pesquisa e desenvolvimento e incentivando pequenas e médias empresas (PMEs) com base tecnológica. A ênfase estava na inovação, educação técnica e flexibilidade produtiva, o que permitiu a Taiwan se tornar um polo global de componentes eletrônicos e semicondutores.

Diferente das duas nações acima, Amarthya Sen e Drèzen (1995) analisaram que a Tailândia seguiu um modelo mais liberal e menos intervencionista, com destaque para políticas de abertura ao investimento estrangeiro direto (IED). Desde os anos 1980, o país passou a atrair fábricas de multinacionais, especialmente do Japão, que buscavam mão de obra mais barata para montagem de bens industriais. Esse modelo exportador impulsionou o crescimento econômico tailandês, mas com menor participação do Estado na formulação estratégica do desenvolvimento em comparação com Coreia e Taiwan. Embora tenha investido em infraestrutura e educação básica, a Tailândia enfrentou limitações institucionais e desigualdades regionais, o que dificultou a criação de um ecossistema tecnológico próprio. Seu crescimento esteve mais atrelado a setores como turismo, agroindústria e manufaturas leves, com menor densidade tecnológica.

Prosseguindo a comparação de desenvolvimento econômico entre os países, sintetizaremos a seguir, os casos de Cuba, Vietnã e China que seguiram a orientação do socialismo. Em Cuba, a política de desenvolvimento deu ênfase ao aspecto social e a restrição econômica, ou seja, após a Revolução de 1959, Cuba adotou o modelo socialista centrado no planejamento, com ações de nacionalização de empresas, reforma agrária e ênfase na reforma agrária. Por isso, como destacam Amarthya Sen e Drèzen (1995), o Estado assumiu controle total da economia, priorizando setores como saúde, educação e igualdade social, contando também, com o apoio da URSS, que naquele período, fornecia petróleo, alimentos e apoio técnico em troca de apoio geopolítico.

No caso do Vietnã, a política adotada foi o socialismo de mercado com ênfase na exportação. Amarthya Sen e Drèzen (1995) destacam que nos anos 1980, após décadas de guerra e crise econômica, o Vietnã iniciou o processo de renovação econômica (Đổi Mới) em 1986. O governo manteve o controle político do Partido Comunista, mas introduziu reformas pró-mercado, como liberalização agrícola, abertura ao investimento estrangeiro direto (IED), incentivo às exportações e legalização de pequenas empresas privadas.

No caso da China[92], a partir de 1978, sob a liderança de Deng Xiaoping, houve o lançamento das reformas de mercado que marcaram o início do chamado "socialismo com características chinesas". O Estado manteve o monopólio político, mas promoveu descentralização econômica, abertura ao capital estrangeiro, criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) e liberalização agrícola e industrial gradual. Os autores Amarthya Sen e Drèzen (1995) sintetizam que, desde 1978, o país passou de uma economia agrária e planificada para o que é hoje, uma potência industrial, comercial e tecnológica (Xioqin, 2003).

Os autores Amarthya Sen e Drèzen (1995); Maitra (2011) e Misra (2023) chamam a atenção da importância de comparar as experiências de desenvolvimento de outros países com os obtidos pela Índia. Eles analisaram que o Estado indiano controlou setores considerados estratégicos como energia, siderúrgica, transportes, mineração, comunicações e bancos. Por outro lado, a Índia adotou como estratégia de desenvolvimento, a industrialização voltada para a substituição de importações, buscando reduzir a dependência externa. Isso implicou a imposição de tarifas altas sobre os produtos importados e o incentivo à produção interna de bens de consumo e de bens de capital.

[92] No caso da China é importante mencionar que o desenvolvimento econômico foi marcado por transformações estruturais que foram conduzidas pelo Estado sob a liderança do Partido Comunista Chinês (PCC). De acordo com Xiaoqin (2003) os fundamentos do Estado Socialista foram implementados na Era Maoísta (1949-1976). O autor analisa que após a Revolução de 1949, que foi liderada por Mao Zedong, a China adotou o modelo socialista inspirado na União Soviética. Neste período, as políticas da Era Maoísta focaram na coletivização da agricultura e eliminação da propriedade privada rural; nacionalização da indústria e do comércio urbano; houve campanhas de mobilização social como “o Grande Salto adiante” (1958-1962) que buscava rápida industrialização, porém causou desorganização produtiva no campo e fome. O autor destaca que apesar dos erros graves, o período maoísta consolidou as bases do Estado, promoveu a educação e estabeleceu a soberania chinesa. Na segunda fase de desenvolvimento da China, houve Reformas e Abertura (1978–1992), conhecido como “Socialismo com Características Chinesas”. Isto mostra que sob a liderança de Deng Xiaoping, a China iniciou em 1978 um processo de reformas econômicas graduais, mantendo o controle político do Partido Comunista Chinês (PCC). As principais medidas incluíram: descoletivização da agricultura: introdução do sistema de responsabilidade familiar, com incentivos de mercado; criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), ocasionando a abertura ao investimento estrangeiro com regime fiscal e regulatório diferenciado (Shenzhen é o caso mais emblemático). Somam-se a isto, a autonomia empresarial onde as empresas estatais ganharam maior liberdade de gestão, ao lado da emergência do setor privado, além do desenvolvimento das exportações, com foco em manufaturas leves, mão de obra barata e vantagens comparativas dinâmicas. Os principais resultados obtidos nesta fase foram: crescimento acelerado do PIB, aumento da produtividade agrícola, expansão do setor manufatureiro, controle da inflação e início da inserção global. Na terceira fase, Xiaoqin (2013) e Amarthya Sen e Drèzen (1995) houve a expansão e Consolidação (1992–2012) da Industrialização, Urbanização e Globalização. A partir dos anos 1990, com Jiang Zemin e Hu Jintao, a China aprofundou seu modelo de desenvolvimento, entrando numa fase de crescimento sustentado com base em: Massiva urbanização, com migração rural-urbana, construção de infraestrutura e estímulo ao consumo; fortalecimento das empresas estatais estratégicas e promoção de campeões nacionais em setores industriais e de tecnologia; acúmulo de reservas cambiais e forte superávit comercial, com a China se tornando "fábrica do mundo".

É importante salientar que no período pós-independência até a abertura da economia indiana em 1991, o Estado indiano assumiu um papel centralizador e intervencionista no processo de desenvolvimento da Índia como dissertado no começo deste capítulo. Maitra (2011) chamou o primeiro período de desenvolvimento da Índia (1947-1991) de economia fechada e planejada, pois o objetivo do Estado era construir uma economia industrializada, mas com estilos democráticos, enquanto Chakravarty (1987) se referiu a este período como "estratégia de desenvolvimento para dentro". Destacam-se, neste contexto, que o primeiro Plano Quinquenal que vigorou no período de 1951 a 1956, teve como foco a agricultura e investimentos em infraestrutura rural, já que a inspiração política estava em volta do modelo soviético. Lembrando quando a Índia conquistou a sua independência em 1947, a economia estava em situação frágil com forte dependência da agricultura tradicional, baixa produção industrial, carência de infraestrutura como transporte, energia e irrigação, além de alta taxa de pobreza principalmente na área rural. Por esses motivos este plano quinquenal foi estruturado para promover o desenvolvimento econômico na Índia tomando como prioridade a agricultura.

De acordo com as análises dos autores, Amarthya Sen e Drèzen (1995); Maitra (2011) e Misra (2023), o Estado indiano através da liderança do primeiro ministro Jawaharlal Nehru, assumiu o papel de planejador e executor do primeiro Plano Quinquenal, tendo como prioridade máxima a agricultura e a irrigação, já que esta atividade representava mais de 70% da força de trabalho do país, desta forma, grandes investimentos em projetos de irrigação foram direcionados a esta área, assim como, as melhorias de sementes, fertilizantes e técnicas agrícolas. Além deste setor, o de transporte foi beneficiado com a expansão da ferrovia e melhorias das estradas para integrar o país ao mercado nacional. Com o propósito de incentivar a produção agrícola, as áreas rurais foram beneficiadas com a construção de usinas hidrelétricas, além da construção de habitações, escolas, hospitais, entre outros benefícios. Um dos pontos fracos desse plano, segundo as pesquisas dos autores foi o pouco desenvolvimento ao setor da indústria, que continuou a apresentar a sua estrutura pequena e deficiente em termos de produtividade.

As demandas deste setor foram atendidas no Segundo Plano Quinquenal (1956-1961), também chamado de Plano de *Mahalanobis*, em homenagem ao seu idealizador, estatístico e economista indiano Prasanta Chandra Mahalanobis. Este plano representou uma mudança decisiva na estratégia de desenvolvimento do país. Como visto, o foco do primeiro plano foi basicamente o fortalecimento da agricultura, neste segundo, a aposta foi na industrialização pesada como motor de crescimento a longo prazo. Desta forma, o plano priorizou os setores

como a siderurgia, mineração, energia elétrica, fabricação de maquinários considerados fundamentais para construir a base produtiva necessária para o desenvolvimento. A ideia dos planejadores era reduzir a dependência de importações, produzindo internamente os equipamentos de capital necessários para o progresso econômico (Maitra, 2011; Misra, 2023). Nas análises dos autores, Ahmed, Kundu e Peet (2011, p.2) "o Segundo Plano Quinquenal articulou uma filosofia de responsabilidade estatal pelo desenvolvimento e estabeleceu grande parte da estratégia a ser seguida na política indiana até a década de 1990".

É neste prisma que entramos na análise de desenvolvimento experimentado pela Índia a partir da década de 1991. Neste período, P.V. Narasimba Rao foi o primeiro-ministro da Índia. Sobre essa década, os autores Krueger e Chinoy (2002), tecem alguns comentários sobre as condições econômicas e geopolítica que a Índia enfrentou. Eles destacam que nessa década teve a Guerra do Golfo (1990-1991) e a queda da União Soviética (1991) que tiveram efeitos negativos sobre a economia e a política externa da Índia. Ambos os eventos ocorreram em um momento crítico para o país, que já enfrentou desafios econômicos internos e uma necessidade urgente de redefinir sua posição geopolítica. As repercussões desses eventos aceleraram mudanças estruturais na economia indiana e forçaram um realinhamento de sua política externa. Em relação à Guerra do Golfo, que começou com a invasão do Kuwait pelo Iraque e culminou numa intervenção militar dirigida pelos Estados Unidos, teve como consequências crise no abastecimento do petróleo, sendo a Índia, grande importador desse produto, foi severamente afetada pela alta súbita dos preços globais do petróleo provocada pela guerra. A interrupção no fornecimento e o aumento dos custos de importação agravaram a já frágil oscilação de pagamentos do país, levando a uma crise de divisas.

Em 1991, a Índia tinha reservas de câmbio suficientes para apenas algumas semanas de abastecimento deste insumo. Outro impacto sentido pela Índia foi em relação aos trabalhadores indianos no Oriente Médio. Isto se deve ao fato de a guerra provocar o retorno massivo de trabalhadores indianos, particularmente aqueles que viviam em países do Golfo como Kuwait e Iraque. Cerca de 170 mil trabalhadores indianos foram repatriados durante o conflito, resultando em uma queda nas remessas, que eram uma importante fonte de divisas estrangeiras para o país. As consequências foram crises de divisas desencadeada pela alta dos preços do petróleo e pela queda nas remessas que agravou a dívida externa da Índia, empurrando o país para uma crise econômica aguda. Em 1991[93], o governo indiano foi solicitado a buscar

[93] De acordo com Rao (1994, p.4), em junho de 1991, "a Índia enfrentou uma séria crise em seus pagamentos externos, enquanto a inflação atingiu um nível em agosto de 1991 de cerca de 16%. A resposta política imediata o governo foi efetuar um aperto drástico nas importações, desvalorização maciça na rúpia provocando o aumento

assistência financeira do Fundo Monetário Internacional (FMI), conduzindo reformas econômicas estruturais e à liberalização da economia (Paranagariya, 2004).

Daí, deve-se levar em conta que, embora a liberalização em torno dos setores produtivos da indústria e do comércio fossem eficientes para promover o crescimento do PIB do país na década de 1991, as questões referentes aos empréstimos exteriores, tais como as mencionadas acima, somando aos gastos governamentais, desempenharam um papel importante para financiar esse impulso produtivo e industrial para a economia indiana. De acordo com o autor Paranagariya (2004), o empréstimo externo ajudou a reduzir as disparidades entre as exportações e as importações. Com base nos dados comerciais, a relação total de importações para o PIB excedeu a relação total de exportações para o PIB em 2,5 a 3 pontos percentuais ao longo da década de 1980. Consequentemente, o nível mais alto de importações foi financiado parcialmente por meio de empréstimos externos.

Frente aos dados apresentados acima, os autores Joshi e Little (1994, p.186) salientam que "embora o empréstimo estrangeiro tenha feito uma contribuição positiva para o crescimento, também levou a uma rápida acumulação de dívida externa, que aumentou de 20,6 bilhões de dólares em 1980-1981 para US$ 64,4 bilhões em 1989-1990". Os autores ainda acrescentam que a acumulação foi especialmente rápida durante a segunda metade da década, com o empréstimo de longo prazo aumentando da média anual de US$ 1,9 bilhão durante 1980-1981 a 1984-1985 para US$ 3,5 bilhões de 1985-1986 a 1989-2000. A relação dívida externa/PIB aumentou de 17,7% em 1984-85 para 24,5% em 1989-90. No mesmo período, a taxa de serviço da dívida aumentou de 18% para 27%.

Para essa nova fase de crescimento econômico da Índia, a partir de 1991, Kohli (2006, p.1251) chamou de "pró-mercado" para enfatizar a adoção de políticas neoliberais pelo Estado em prol do processo de liberalização econômica na Índia. Em consonância com essa linha de pensamento econômico, o lento crescimento econômico experimentado pelo país na década de 1980 se devia, em grande parte, a intervenção do Estado na economia e ao regime adotado de substituição de importação.

Sobre essa questão, os autores Krueger e Chinoy (2022, p.22) destacam que "em 1991, o setor público ainda dominava a atividade econômica, não apenas nas empresas estatais que estavam sobrecarregadas e ineficientes, como também os controles sobre o setor privado haviam se intensificado". Os autores salientam que o Estado exigia licenças de importação e de

---

dos preços dos produtos importados, além do aperto acentuado no crédito ao consumidor, juntamento com o aumento nas taxas de juros. Desta forma, a taxa mínima de empréstimo em junho de 1991 era de 18,15%, no entanto, ela saltou para 20% em 9 de outubro de 1991".

investimentos para todas as empresas que atuavam no setor privado. Isto quer dizer que a obtenção de uma licença de importação era acompanhada de considerável burocracia e atrasos, e havia proibições à importação de muitos bens, incluindo uma proibição quase total da importação de bens de consumo e de bens cuja capacidade produtiva local fosse considerada disponível. As taxas de proteção eram extremamente altas, mesmo para os bens cuja importação era permitida. A Índia apresentou, em média, uma das maiores taxas médias de proteção contra importações do mundo, mesmo sem tomar medidas. Algumas atividades manufatureiras eram reservadas para pequenas empresas; outras ainda eram reservadas ao setor público; e algumas podiam ser realizadas tanto por entidades públicas quanto privadas. Praticamente todo o setor financeiro era de propriedade pública, incluindo o de seguros. Em muitos aspectos, a Índia permanecia fortemente controlada e proporcionava um ambiente difícil para os negócios. No entanto, aos poucos, o governo da Índia adotou uma série de medidas voltadas ao benefício do mercado que "liberalizou sua estrutura regulatória interna, reduziu tarifas, adotou políticas de taxa de câmbio apropriadas e permitiu que investidores estrangeiros desempenhassem um papel significativo na economia" (*Ibidem*, p.52).

Nessa fase de liberalização da economia indiana, Forbes (2002) salienta que entre os anos de 1991 e 1996 foi o período considerado o "boom" dos investimentos industriais, haja vista que houve a suspensão dos controles que haviam sobre a importação de tecnologias e investimentos estrangeiros. Essa grande liberalização do mercado de capitais indiano impulsionou os investimentos industriais privados, pois:

> liberou as empresas para precificar suas próprias emissões de capitais, em vez de serem restringidas por preços determinados por um regulador governamental, e essa liberdade combinada com um forte fator de bem-estar de operar em uma nova era que só poderia ser boa para a indústria. O resultado foi um boom de investimentos e um grande aumento no investimento estrangeiro, todos impulsionados pelo setor privado. O investimento industrial aumentou dramaticamente, com intenções de investimento, conforme indicado pelo arquivamento de memorandos de empreendedores industriais com o governo, atingindo o pico de 6.900 propostas no valor de US$ 42 bilhões em 1995, e então caindo em dois terços em 1998 (Forbes, 2002, p.132).

Deve-se considerar ainda que as regulamentações restritivas sobre as compras de tecnologias importadas foram amenizadas, sendo permitido, o aumento do pagamento de royalties junto com a livre contratação de técnicos estrangeiros para as indústrias indianas. Essas mudanças observadas pelo lado privado, seguiu-se, no lado dos investimentos públicos. Neste caso, os investimentos públicos voltados para a indústria indiana de baixa tecnologia e produtividade foram incentivados por meio do mercado de crédito bancário. Para este propósito, as taxas de juros sobre os empréstimos a prazo em instituições financeiras foram reduzidas, embora essas taxas fossem maiores na Índia quando comparado aos demais países do continente

asiático. Outro conjunto de ações governamentais que afetaram o crescimento das empresas está relacionado a impostos direto e indireto. Nesta ação, os impostos corporativos caíram e houve reduções bastantes acentuadas em impostos sobre o consumo e tarifas de importação. Isso resultou "na maior competição por clientes entre fabricantes nacionais e fornecedores estrangeiros" (Rao, 1994, p.3).

Todas essas reformas na política industrial da Índia foram necessárias para permitir que elas desenvolvessem uma orientação para o exterior por meio de um jogo de livre mercado. Com isso, acreditava-se que elas poderiam se tornar mais competitivas, adquirir tecnologias modernas, ao mesmo tempo que controlava seus custos apresentando produtos com melhores qualidades nos mercados interno e externos. Para atingir a esses objetivos, essa nova política industrial indiana colocava as suas empresas como dependentes da iniciativa privada e no empreendedorismo, ao passo que, os investimentos públicos desempenhariam, com o tempo, o papel secundário neste processo (Rao, 1994).

Em suma, o crescimento econômico observado durante a década de 1990 foi possível, devido a essas reformas que aconteceram neste período. Krueger e Chinoy (2022, p.28-29) ilustram algumas estatísticas econômicas deste período, uma delas diz respeito a porcentagem das despesas do governo central da Índia em relação ao PIB que caiu de 20,4% do PIB em 1991 para 18,4% em 1997, e 17,6% em 1998. As receitas do governo também diminuíram, embora em proporções menores, o que resultou na queda do déficit orçamentário de 7% do PIB em 1993 para 5,3% em 1998. Outras estatísticas macroeconômicas para esta década mostram que após 1991 a taxa de crescimento do PIB real aumentou significativamente em 1994. Ela cresceu 7,4% neste ano, ao mesmo tempo que a taxa de inflação cai de 13,5% em 1991 para 7,5% em 1994, subindo um pouco, para 10,5% em 1994. O comportamento do componente da demanda agregada externo também foi satisfatório neste período. O volume de exportação cresceu a uma taxa média anual de 11,45% entre 1991 a 1997, quase o dobro da maior taxa alcançada em qualquer década anterior, como enfatizaram os autores.

Sobre a liberalização das importações Krueger e Chinoy (2022, p.29) discorrem o seguinte:

> Refletindo a liberalização das importações, essas também cresceram rapidamente ao longo da década de 1990, aumentando a uma taxa média anual de 14,36%, para uma participação de 10,61% do PIB. A liberalização das importações sem dúvida serviu para permitir que as empresas indianas competissem mais efetivamente no exterior, bem como para obter o capital necessário e bens intermediários a taxas mais competitivas de forma oportuna. Mesmo assim, houve pouca liberalização das importações de bens de consumo no final da década de 1990.

Quando analisamos a distribuição espacial do crescimento do PIB entre os Estados da Índia, Ahluwalla (2022, p.94) enfatiza que houve variações, sendo que alguns estados cresceram a mais que os outros na década de 1990. Neste caso, apenas quatro Estados alcançaram crescimento relativamente forte, com taxas de crescimento do PIB nesta década acima de 6%. Cabe destacar que esses Estados estavam bastante distribuídos regionalmente, é o caso de Gujarat que obteve crescimento de 8,2% e Maharashtra com 8%, ambos localizados no oeste da Índia. No Leste do país, o estado de Bengala Ocidental cresceu 7% e Tamil Nadu, no Sul, cresceu 6%. Os Estados de Madhya Pradesh e Rajasthan localizados no Norte, assim como, Karnataka no Sul, apresentaram crescimento de 5,9% na década de 1990. O autor justifica o notável crescimento observado em Gujarat e Maharashtra:

> O desempenho notável de Gujarat e Maharashtra que cresceram mais de 8% ao ano na década de 1990, tem a sua taxa normalmente associada a economias de "crescimento milagroso". Esses Estados foram os que mais se beneficiaram no período pós-reforma, mas é importante notar que o seu desempenho superior não foi resultado de qualquer política consciente que limitou os benefícios da liberalização a estes Estados, como foi o caso da China, onde, inicialmente a liberalização foi deliberadamente limitado a zonas costeiras designadas. Seu desempenho superior deve ser atribuído principalmente à capacidade desses Estados de fornecer um ambiente mais propício para se beneficiar das novas políticas (Ahluwalla, 2022, p.95).

A análise acima mostra as desigualdades interestadual em relação ao crescimento econômico dos estados indianos. Enquanto, alguns foram os privilegiados pelas externalidades positivas da liberalização econômica, nos estados mais pobres, testemunhava-se a desaceleração econômica. A preocupação na Índia estava com as acentuadas diferenças regionais nos níveis de rendimentos per capita. Isto se deve as seguintes disparidades: o PIB per capita do Punjab, estado mais rico da Índia, é cinco vezes o de Bihar, que está entre os mais pobres. Ahluwalla (2022, p.98) e Zachariah (2012, p.54) salientam que o coeficiente de Gini interestadual foi bastante estável até os anos de 1986-1987. A partir daí, ele começou a aumentar no final da década de 1980 e continuando neste cenário de alta ao longo da década de 1990.

De uma forma geral, as exportações de serviços da Índia em dólares americanos expandiram a mais de 14% nos últimos 30 anos (entre 1993 e 2022), significativamente maior do que o crescimento das exportações de mercadorias da Índia (10,7%) e do crescimento das exportações mundiais de serviços (6,8%). Consequentemente, a participação das exportações de serviços da Índia nas exportações mundiais de serviços aumentou notavelmente de 0,5% em 1993 para 4,3% em 2022. A Índia é agora o sétimo maior país exportador de serviços globalmente, com um aumento fenomenal de sua 24ª posição em 2001. A Índia ocupa o 2º lugar no mundo em exportações de serviços de telecomunicações, informática e informação, 6º em

exportações de serviços pessoais, culturais e recreativos, 8º em exportações de outros serviços empresariais, 10º em exportações de serviços de transporte e 14º em exportações de serviços de viagens. Conforme observado pelo RBI, o crescimento saudável e constante nas exportações de serviços deu força à posição BoP da Índia ao compensar uma parte significativa do déficit comercial de mercadorias do país (Índia, 2024).

A integração da Índia nas cadeias de valor da indústria global de *software* levou a uma mudança na composição de sua cesta de exportações de serviços. Enquanto o início dos anos 2000 foi um período de terceirização de processos de negócios (BPOs) que fornecia serviços de TI de *back-end* com redução de custos, a Índia agora olha além desses serviços. Dados do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) mostram que a Índia deixou de fornecer serviços de *back-end* em direito, TI e gestão em 2010 para fornecer serviços *upstream* e de alto valor agregado nessas áreas até 2020. O conflito Rússia-Ucrânia e a inflação global pressionaram os salários e encorajaram os participantes globais a olhar para a Índia para estabelecer suas operações de *back-office* para equilibrar seu modelo de custo. Isso deu origem a uma proliferação repentina dos Centros de Capacidade Global (GCCs). O crescimento dos GCCs é refletido no BoP de serviços, com "Outros Serviços Empresariais" sendo o segundo maior contribuinte nas exportações de serviços no terceiro trimestre de 2024 (26%), depois dos serviços de TI (48%), conforme as informações dos estudos da Índia (2024).

Em relação aos indicadores de mercado de trabalho na Índia, os dados mais recentes disponíveis no estudo Índia (2024), mostram que a taxa de desemprego urbano no primeiro trimestre de 2024, foi de 6,7% para pessoas com 15 anos ou mais. Em julho de 2023, muitos trabalhadores rurais enfrentaram desafios, pois a demanda por mão de obra em setores não agrícolas caiu significativamente. Isso levou a uma redução notável nas taxas de emprego nas áreas rurais, com quase 5 milhões de pessoas saindo da força de trabalho rural. Destaca-se que a Índia sempre dependeu muito da atividade agrícola para a geração de empregos. O setor agrícola é, predominantemente na atividade rural. Nas áreas rurais, onde vive cerca de 65% da população indiana, a agricultura constitui a principal fonte de renda para milhões de famílias. No entanto, muitos desses trabalhadores atuam de forma informal, com baixa remuneração e sem segurança no emprego. A maioria das fazendas é de pequena escala e enfrenta limitações como o acesso restrito a tecnologia, crédito e métodos de cultivo modernos. Como resultado, a produtividade agrícola nas áreas rurais ainda é baixa em relação ao potencial do país.

Já nas áreas urbanas, o mercado de trabalho agrícola tem uma presença limitada e está associado principalmente as atividades secundárias relacionadas ao setor, como processamento

de alimentos, logística, distribuição e varejo de produtos agrícolas. Essas atividades geram empregos formais e informais e, em alguns casos, oferecem melhores condições de trabalho e salários mais altos em comparação ao campo. Os centros urbanos também atraem mão de obra rural durante períodos de colheita e plantio, criando uma migração sazonal que liga o campo à cidade (Índia, 2023).

Nas áreas rurais, o mercado de trabalho agrícola está dividido entre pequenos agricultores, trabalhadores assalariados e arrendatários. Os pequenos agricultores enfrentam desafios estruturais, como o acesso limitado a insumos de alta qualidade e dificuldades de armazenamento, o que limita a rentabilidade de suas lavouras. A maioria dos trabalhadores rurais são diaristas, sem vínculos empregatícios estáveis e recebendo baixos salários que frequentemente não cobrem o custo de vida básico (Índia, 2023).

Além disso, a participação feminina no setor agrícola é significativa, mas as mulheres geralmente enfrentam salários mais baixos e condições de trabalho mais precárias. Muitos trabalhadores rurais também dependem de práticas agrícolas tradicionais, que são menos produtivas e mais suscetíveis a mudanças climáticas. Nos últimos anos, o governo indiano tem implementado programas de capacitação e apoio financeiro para modernizar a agricultura rural, mas a eficácia dessas iniciativas varia conforme a região e as condições socioeconômicas locais (Índia, 2023).

No que se refere ao setor industrial indiano, segundo a pesquisa Índia (2023), este é diversificado, abrangendo desde a manufatura de bens de consumo e de alta tecnologia até a mineração, a construção civil e a produção de bens intermediários, como cimento e aço. O mercado de trabalho é composto majoritariamente por trabalhadores semi-qualificados e qualificados, com uma demanda crescente por profissionais em áreas de tecnologia e operações industriais. No entanto, um desafio ainda presente é a informalidade, especialmente nas indústrias de pequena escala, onde muitos trabalhadores atuam sem contrato formal e benefícios sociais.

A estrutura do mercado de trabalho industrial pode ser dividida entre grandes conglomerados, que oferecem empregos formais com benefícios, e pequenas e médias indústrias, onde predominam as relações informais. Nos conglomerados, a rotatividade de emprego é baixa e as condições de trabalho são regulamentadas, mas nas indústrias menores a flexibilidade é maior, com contratos temporários e salários inferiores aos das grandes empresas. As estatísticas da pesquisa econômica da Índia (2023) mostram que o setor industrial gerou aproximadamente 12% do total de novos empregos criados na Índia, refletindo tanto a

recuperação pós-pandemia quanto os incentivos governamentais. Programas como o *Make in India* e o *Production Linked Incentive Scheme* (PLI) impulsionaram a criação de empregos, principalmente nos setores de eletrônicos, têxteis e automotivo, que são estratégicos para o país. As políticas de incentivo atraíram investimentos estrangeiros, com destaque para a fabricação de celulares e semicondutores, onde o governo estabeleceu metas de geração de até 500 mil empregos diretos e indiretos nos próximos anos.

Em termos de números absolutos, a criação de empregos no setor industrial em 2023 foi estimada em cerca de 5 milhões de novas posições, muitas das quais em atividades de manufatura leve, infraestrutura e construção. A construção civil também teve um aumento significativo de empregos devido ao crescimento dos projetos de infraestrutura pública, incluindo a construção de estradas, ferrovias e moradias populares (Índia, 2023).

O setor de comércio, que inclui o varejo, o atacado e o e-commerce, é uma das maiores fontes de geração de empregos na Índia. Em 2023, com o crescimento das plataformas de comércio eletrônico, como Flipkart, Amazon India e JioMart, houve um aumento considerável na demanda por trabalhadores em áreas como logística, atendimento ao cliente e marketing digital. Esse crescimento do e-commerce, segundo a pesquisa Índia (2023) foi impulsionado por uma maior penetração da internet, especialmente em áreas urbanas e suburbanas, o que gerou uma série de empregos na cadeia de suprimentos, centros de distribuição e entrega. Estima-se que o setor de comércio e varejo tenha criado aproximadamente 2 milhões de novas vagas em 2023, com um aumento de oportunidades para trabalhadores não qualificados e semi-qualificados, especialmente em áreas urbanas e periurbanas. No entanto, a maioria desses empregos permanece no setor informal, o que representa um desafio para a formalização e a proteção dos trabalhadores.

O setor de serviços na Índia é ainda mais diversificado e inclui segmentos como tecnologia da informação (TI), finanças, saúde, turismo, hospitalidade e educação, todos com um papel vital na criação de empregos. A área de TI continua sendo uma das mais dinâmicas, com um crescimento estimado de 8% a 10%, segundo a Índia (2023). Esse setor emprega milhões de trabalhadores em funções de alta qualificação, principalmente em tecnologia e desenvolvimento de software, atendendo tanto ao mercado doméstico quanto ao internacional. Com uma forte demanda por trabalhadores qualificados em programação, análise de dados e inteligência artificial, a indústria de TI foi um dos maiores geradores de empregos formais, oferecendo boas condições de trabalho e benefícios.

Em finanças e bancarização, o crescimento dos serviços digitais, como aplicativos de pagamento e fintechs, criou empregos principalmente nas áreas de atendimento ao cliente, desenvolvimento de software financeiro e gestão de risco. No turismo e na hospitalidade, setores que se recuperaram da crise pandêmica, a demanda por empregos cresceu novamente em 2023, especialmente nas cidades turísticas e nas grandes metrópoles, impulsionada pelo turismo doméstico e pela reabertura ao turismo internacional (Índia, 2023).

Como visto nas estatísticas apresentadas neste subcapítulo, o crescimento econômico da Índia nas últimas décadas tem sido um dos mais rápidos e expressivos do mundo, consolidando o país como uma das maiores economias globais e uma força emergente no cenário econômico mundial. Em 2023 e 2024, o PIB indiano continuou a crescer a uma taxa anual entre 6% e 7%, um dos maiores índices entre as principais economias, impulsionado por uma combinação de fatores como aumento do consumo doméstico, investimento em infraestrutura, expansão da classe média e políticas governamentais voltadas para a industrialização e digitalização (Índia, 2023).

O crescimento econômico da Índia é apoiado por uma série de políticas de incentivo e reformas estruturais. Programas como o *Make in India* têm impulsionado o desenvolvimento do setor manufatureiro e buscado atrair investimentos estrangeiros para diversificar a base produtiva do país. A Índia também tem avançado no desenvolvimento de infraestrutura, como rodovias, ferrovias, portos e redes de energia, para melhorar a eficiência logística e atender à demanda crescente por mobilidade e conectividade (Índia, 2023). Outro fator central é o rápido crescimento do setor de tecnologia da informação (TI) e serviços digitais, que fazem da Índia um importante centro de serviços terceirizados e desenvolvimento de software para empresas de todo o mundo. Esse setor emprega milhões de trabalhadores e gera receitas significativas com exportações de serviços digitais, sendo um pilar do crescimento econômico e da competitividade global da Índia.

Além disso, a Índia tem uma população jovem e em crescimento, com mais de 1,4 bilhão de habitantes e uma faixa etária predominante abaixo dos 35 anos, o que representa um potencial para o crescimento do consumo doméstico e a força de trabalho. O aumento da renda média e a expansão da classe média estão impulsionando o consumo interno em setores como varejo, imóveis, saúde e educação (Índia, 2023).

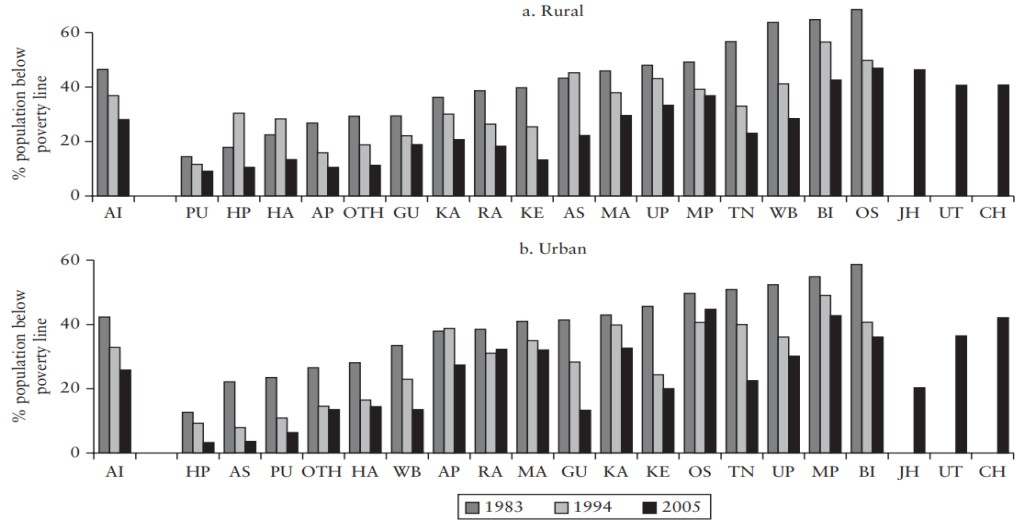
Por fim, a Índia ocupa atualmente o quinto lugar entre as maiores economias do mundo, ultrapassando o Reino Unido e aproximando-se das economias de países como Alemanha e Japão. Em termos de paridade de poder de compra (PPC), a economia indiana já é uma das três

maiores, ao lado de Estados Unidos e China. A sua participação no comércio global também aumentou, especialmente em setores de TI, produtos farmacêuticos, produtos químicos e têxteis. Com a expansão do mercado interno e o fortalecimento das exportações, a Índia está se tornando um ator relevante em cadeias de suprimentos globais, especialmente em produtos de tecnologia e bens manufaturados.

Apesar de esse cenário favorável pelo lado da economia, a Índia ainda enfrenta sérios problemas relacionados a concentração de renda, bolsões de pobreza e exclusão social em sua sociedade. A exclusão social na Índia, por exemplo, é um fenômeno profundamente enraizado, complexo e multifacetado, refletindo aspectos históricos, culturais, econômicos e sociais.

Os dados do Banco Mundial (2011) mostram que a taxa de pobreza rural foi a grande preocupação da Índia entre os anos de 1983 e 2005. Conforme ilustra a figura 4 abaixo, os sete estados rurais mais pobres, a saber, Bihar, Chhattisgarh, Jharkhand, Madhya Pradesh, Orissa, Uttarakhand e Uttar Pradesh, têm taxas de pobrezas situadas entre 33% e 47%. Enquanto Assam e Himachal Pradesh, estados urbanos, têm as suas taxas de pobreza situadas entre 3% a 4%.

Figura 4: Evolução da Pobreza nos Estados Indianos situados nas áreas urbanas e rurais no período de 1983 a 2005



Fonte: Banco Mundial (2005).
Nota: Os Estados são classificados em ordem crescente das taxas de pobreza para o ano de 1983: AI, significa Toda Índia; PU, Punjab; HP, Himachal Pradesch; HA, Haryana; AP, Andhra Pradesh; OTH, Outros Estados; GU, Gujarat; KA, Kamataka; RA, Rajasthan; KE, Kerala; AS, Assam; MA, Maharashtra; UP, Uttar Pradesh; MP, Madhya Pradesh; TN, Tamil Nadu; WB, Bengala Ocidental; BI, Bihar; OS, Orissa; JH, Jharkhand; UT, Uttarakhand; CH, Chhattisgarh.

Os dados acima evidenciam também a heterogeneidade presente entre os estados indianos em relação aos seus níveis de pobreza. No entanto, no período de 1983 a 2005 houve progressos importantes em relação à redução de pobreza em alguns estados indianos, conforme observa a

pesquisa do Banco Mundial. O que chama a atenção é que muitos estados rurais foram os que mais reduziram as suas taxas de pobreza, é o caso de Kerala, por exemplo, aonde a pobreza rural diminuiu 4,5% ao ano nas duas décadas entre 1983 e 2004-2005. Outros Estados importantes onde a pobreza rural diminuiu substancialmente incluem Andhra Pradesh, Tamil Nadu, Bengala Ocidental, Rajastão e Assam. Esses Estados conseguiram reduzir a pobreza a taxas entre 3% a 5% no período.

Uma questão surge quando analisamos esses dados: será que o ritmo rápido de crescimento econômico na Índia desde o início dos anos 1990 ajudou a colocar os pobres da Índia em uma nova trajetória de padrão de vida? Para responder esse questionamento fizemos uma revisão bibliográfica sobre essa temática. Autores como Ahluwalia (1978), Saith (1981), Gaiha (1989), Bhattacharya et.al (1991) e Bell e Rich (1994), ressaltaram em seus estudos que o crescimento da produção agrícola foi a chave para a redução da pobreza rural. Eles ainda ressaltam que o crescimento urbano experimentado pela expansão da industrialização beneficiou a população pobre. No entanto, eles questionam em suas pesquisas a duração desses períodos de prosperidades, ou seja, até que ponto a população pobre da Índia foi beneficiada pelo crescimento pós-reforma.

Em uma visão contrária, Jean Drèze e Amarthya Sen (1998) em seus estudos mostram que o histórico da Índia na redução das suas desigualdades sociais e econômicas deste o período da independência tem sido decepcionante. Diferente de outras análises que discorrem sobre essa temática, os autores não se concentraram somente nas questões econômicas, mas também nas diversas formas de manifestação das desigualdades, tais como, as castas, gênero e educação. Nesta vertente, os autores discorrem o seguinte:

> A redução da desigualdade de renda é um desafio difícil na Índia, assim como em outros lugares, em parte devido aos problemas de incentivo que tendem a surgir quando não há uma ligação forte entre produtividade e recompensa, e em parte por causa da resistência das classes privilegiadas. Mas não há razão para tolerar a discriminação de gênero generalizada, a opressão contínua de castas desfavorecidas, a divisão persistente entre os alfabetizados e os analfabetos, a exploração de crianças trabalhadoras e outras desigualdades sociais destrutivas. Os dilemas que surgem na redução da desigualdade econômica (por exemplo, o possível conflito entre eficiência e equidade) geralmente têm pouca força para lidar com essas desigualdades. Na verdade, em muitas circunstâncias, as preocupações distributivas são congruentes com outros objetivos sociais, incluindo a eficiência econômica. A discriminação de gênero reduzida, por exemplo, expande o escopo da agência das mulheres, que é um fator importante de mudança social e sucesso econômico. Uma parte da tarefa de reduzir as desigualdades sociais e econômicas na Índia envolve a expansão das disposições de seguridade social, amplamente entendidas como arranjos sociais para proteger todos os membros da sociedade de extrema privação e insegurança (Drèze e Amarthya Sen, 1998, p.42-43).

Sintetizando as ideias dos autores acima, a desigualdade entre homens e mulheres é uma das disparidades mais cruciais em muitas sociedades, e isso é particularmente verdade na Índia.

As diferenças nas taxas de alfabetização feminina e masculina, são um aspecto desse fenômeno mais amplo de desigualdade de gênero na Índia. Em grande parte do país, as mulheres tendem, em geral, a se sair muito mal em termos relativos em comparação com os homens, mesmo dentro das mesmas famílias. Isso se reflete não apenas em questões como educação e oportunidade de desenvolver talentos, mas também nos campos mais elementares de nutrição, saúde e sobrevivência.

Esses padrões regionais de proporções entre mulheres e homens são consistentes com o que se sabe sobre o caráter das relações de gênero em diferentes partes do país. Notamos que a Índia tem uma proporção excepcionalmente baixa de mulheres para homens. Este problema não é, é claro, igualmente agudo em todas as regiões da Índia. Conforme observado, há grandes variações na proporção de mulheres para homens entre diferentes estados. A proporção de mulheres para homens é particularmente baixa em grandes partes do norte da Índia, especialmente nos estados do noroeste (por exemplo, 0,87 em Haryana, 0,88 em Punjab e Uttar Pradesh, 0,91 em Rajasthan), e comparativamente alta no Sul (por exemplo, 0,97 em Tamil Nadu e Andhra Pradesh, 0,96 em Karnataka). Em Kerala, a proporção de mulheres para homens está bem acima da unidade; na verdade, é tão alta quanto 1,04, um número comparável ao da Europa e América do Norte. Os estados do noroeste, por exemplo, são notórios por relações de gênero altamente desiguais, alguns sintomas dos quais incluem a prática contínua de reclusão feminina, taxas muito baixas de participação feminina na força de trabalho, uma grande lacuna de gênero nas taxas de alfabetização, direitos de propriedade femininos extremamente restritos, forte preferência por meninos em decisões de fertilidade, negligência generalizada de crianças do sexo feminino e separação drástica de uma mulher casada de sua família natal (Drèze e Amarthya Sen, 1998, p.47).

Um dos indicadores sociais de grande relevância para qualquer país é a taxa de alfabetização da sua população. Esse é um indicador chave para medir o desenvolvimento social e econômico na Índia, pois reflete o acesso da população à educação e está ligado aos indicadores de melhoria de vida. De uma forma geral, os dados apresentados na tabela 1, mostram a espacialização da taxa de alfabetização por Estados e União Territorial (UT) na Índia para os anos de 1951-2011, que se mostrou crescente na Índia durante esses anos. Entre os Estados indianos, este indicador variou significativamente, devido a diferenças em fatores como as políticas educacionais adotadas, infraestrutura, nível de urbanização, investimento em educação, além dos aspectos culturais e socioeconômicos.

Neste escopo de análise, os dados contidos na tabela 1 mostram que a taxa de alfabetização na Índia variou de 18,3% em 1951 para 73% em 2011, segundo as informações do Censo da Índia (1951, 2011). Estados como Kerala, Mizoram, Lakshadweep estão entre os mais alfabetizados da Índia, com taxas de alfabetização acima de 91% em 2011. Em Kerala, por exemplo, esta taxa é a mais alta do país, com 94%. Segundo o Censo (2011), esse desempenho é resultado de políticas governamentais consistentes, com foco em educação universal e programas específicos voltados para a alfabetização e educação de homens, mulheres e jovens. Além de ser um exemplo notável por ter investido em educação desde os anos 1950, o estado de Kerala criou uma cultura de valorização do ensino e ajudou o estado a alcançar uma das menores taxas de desigualdade educacional no país. Além disso, a alta alfabetização de Kerala tem impacto positivo na saúde e bem-estar geral da população, pois os índices de mortalidade infantil são mais baixos e as taxas de fertilidade são controladas.

Com taxas de alfabetização entre 70% e 88% estão os estados Chhattisgarh (70,3%), Odisha (72,9%), Assam (72,2%), Meghalaya (74,4%), Punjab (75,8%), Haryana (75,6%), Manipur (76,9%), entre outros. Destacando o Estado de Chhattisgarh, um dos estados mais novos da Índia, formado em 2000, possui uma taxa de alfabetização de 70,3%, um pouco abaixo da média nacional de cerca de 73%, refletindo os desafios socioeconômicos e de infraestrutura enfrentados na região. Apesar disso, Chhattisgarh apresenta uma disparidade significativa entre as áreas urbanas e rurais. Nas áreas urbanas, a taxa de alfabetização é muito mais alta do que nas áreas rurais, onde a população enfrenta maiores obstáculos de acesso à educação. Grande parte de Chhattisgarh é composta por áreas florestais e regiões tribais, onde as dificuldades de transporte e infraestrutura escolar afetam a educação, especialmente para meninas e mulheres. Chhattisgarh tem uma população tribal específica, com vários grupos indígenas, muitos dos quais têm taxas de alfabetização abaixo da média estadual. Tradicionalmente, essas comunidades enfrentam desafios como a falta de escolas próximas, o baixo número de professores decorrentes da necessidade de apoio econômico, ou que levam as crianças a deixarem a escola para ajudar nas atividades de subsistência (Índia, 2011).

Quanto ao Estado de Odisha, localizado no leste da Índia, a taxa de alfabetização vem melhorando nos últimos anos, mas ainda enfrenta desafios, especialmente em áreas rurais e entre populações vulneráveis. De acordo com o Censo de 2011, a taxa geral de alfabetização em Odisha era de aproximadamente 72,9%, um pouco abaixo da média nacional. Há uma disparidade notável entre a alfabetização nas áreas urbanas e rurais, o que reflete as desigualdades no acesso à educação e nos investimentos em infraestrutura. Nas áreas urbanas

de Odisha, a taxa de alfabetização é significativamente mais alta, próxima de 73%. Essa diferença se deve a melhores infraestruturas educacionais, maior número de professores específicos, e mais oportunidades para que crianças e adultos acessem programas de alfabetização e educação continuada. Nas áreas rurais, a taxa de alfabetização é mais baixa, em torno de 70%, e as dificuldades são mais acentuadas entre mulheres e populações indígenas, conhecidas na Índia como comunidades tribais. Muitos distritos rurais de Odisha são economicamente desfavorecidos, com infraestrutura escolar insuficiente, menos professores, e longas distâncias que dificultam o acesso das crianças à escola. Além disso, a taxa de abandono escolar é relativamente alta nas áreas rurais, onde as crianças, especialmente as meninas, muitas vezes deixam a escola para ajudar nas atividades domésticas ou no trabalho agrícola (Índia, 2011).

Meghalaya, um dos estados do nordeste da Índia, tem uma taxa de alfabetização que está acima da média nacional. De acordo com o Censo de 2011, a taxa de alfabetização em Meghalaya era de aproximadamente 74,4%, com uma leve predominância entre a população masculina em comparação com a feminina. Neste Estado, há uma diferença específica entre a alfabetização urbana e rural. Nas áreas urbanas, a taxa de alfabetização é significativamente mais alta, refletindo o melhor acesso à infraestrutura educacional, escolas, bibliotecas e programas de incentivo educacional. Em contrapartida, nas áreas rurais, a taxa de alfabetização é mais baixa, devido a obstáculos como o acesso limitado às escolas, à escassez de professores e à necessidade de muitas famílias rurais de envolverem seus filhos nas atividades econômicas locais, especialmente nas comunidades agrícolas. Destacamos que este Estado tem uma forte presença de comunidades tribais, como os Khasi, Garo e Jaintia. Em algumas dessas comunidades, o sistema educacional enfrenta dificuldades, especialmente em áreas mais remotas. No entanto, o estado também possui um sistema matrilinear em várias dessas tribos, o que valoriza a posição das mulheres e pode ter um impacto positivo na educação feminina.

Tabela 1: Taxas de alfabetização por estados indianos no período 1951-2011, em (%).

Estados/ União territorial	**1951**	**1961**	**1971**	**1981**	**1991**	**2001**	**2011**
(1)	**(2)**	**(3)**	**(4)**	**(5)**	**(6)**	**(7)**	**(8)**
Andhra Pradesh	na	21,2	24,6	35,7	44,1	60,5	67,0
Arunachal Pradesh	na	7,1	11,3	25,6	41,6	54,3	65,4
Assam	18,5	33,0	33,9	na	52,9	63,3	72,2
Bihar	13,5	22,0	23,2	32,3	37,5	47,0	61,8
Chhattisgarh	9,4	18,1	24,1	32,6	42,9	64,7	70,3
Gujarat	21,8	31,5	37,0	44,9	61,3	69,1	78,0
Haryana	na	na	25,7	37,1	55,9	67,9	75,6
Himachal Pradesh	na	na	na	na	63,9	76,5	82,8
Jammu & Kashmir	na	13,0	21,7	30,6	na	55,5	67,2
Jharkhand	12,9	21,1	23,9	35,0	41,4	53,6	66,4
Karnataka	na	29,8	36,8	46,2	56,0	66,6	75,4
Kerala	47,2	55,1	69,8	78,9	89,8	90,9	94,0
Madhya Pradesh	13,2	21,4	27,3	38,6	44,7	63,7	69,3
Maharashtra	27,9	35,1	45,8	57,2	64,9	76,9	82,3
Manipur	12,6	36,0	38,5	49,7	59,9	70,5	76,9
Meghalaya	na	26,9	29,5	42,1	49,1	62,6	74,4
Mizoram	31,1	44,0	53,8	59,9	82,3	88,8	91,3
Nagaland	10,5	22,0	33,8	50,3	61,7	66,6	79,6
Odisha	15,8	21,7	26,2	33,6	49,1	63,1	72,9
Punjab	na	na	34,1	43,4	58,5	69,7	75,8
Rajasthan	8,5	18,1	22,6	30,1	38,6	60,4	66,1
Sikkim	na	na	17,7	34,1	56,9	68,8	81,4
Tamil Nadu	na	36,4	45,4	54,4	62,7	73,5	80,1
Tripura	na	20,2	31,0	50,1	60,4	73,2	87,2
Uttar Pradesh	12,0	20,9	24,0	32,7	40,7	56,3	67,7
Uttarakhand	18,9	18,1	33,3	46,1	57,8	71,6	78,8
West Bengal	24,6	34,5	38,9	48,7	57,7	68,6	76,3
A & N Islands	30,3	40,1	51,2	63,2	73,0	81,3	86,6
Chandigarh	na	na	70,4	74,8	77,8	81,9	86,0
D & N Haveli	na	na	18,1	32,9	40,7	57,6	76,2
Daman & Diu	na	na	na	na	71,2	78,2	87,1
Delhi	na	62,0	65,1	71,9	75,3	81,7	86,2
Goa	23,5	35,4	52,0	65,7	75,5	82,0	88,7
Lakshadweep	15,2	27,2	51,8	68,4	81,8	86,7	91,8
Puducherry	na	43,7	53,4	65,1	74,7	81,2	85,8
Toda Índia	**18,3**	**28,3**	**34,5**	**43,6**	**52,2**	**64,8**	**73,0**

Fonte: Gabinete do Registrador Geral da Índia, Ministério do Interior

a: Os números da Índia e de Manipur excluem os das três subdivisões, a saber, Mao Maram, Paomata e Purul do distrito de Senapati de Manipur, pois os resultados do censo de 2001 nessas três subdivisões foram cancelados devido a problemas técnicos.

Os dados da Tabela 2 expõem outro indicador social de grande importância para o país que é a expectativa de vida ao nascer e a taxa de fertilidade para os países. De acordo com o IBGE (2023) a expectativa de vida ao nascer é um indicador demográfico que representa a média de anos que uma pessoa nascida em uma determinada região pode esperar viver, assumindo que as taxas de mortalidade observadas ao longo de sua vida se mantêm constantes. Esse indicador reflete o estado geral de saúde, as condições socioeconômicas e a qualidade dos serviços de saúde de um país ou região. Ele é influenciado por fatores como alimentação, saneamento, assistência médica, educação e bem-estar econômico.

Na Índia, a expectativa de vida ao nascer aumentou gradualmente nas últimas décadas, refletindo melhorias significativas nas condições de saúde e de vida. No período entre 2016 a 2020, segundo os dados da tabela 2, a expectativa de vida ao nascer na Índia estava em torno de 70 anos (68,6 para homens e 71,4 para mulheres, aproximadamente). Este indicador varia significativamente entre os estados indianos. Em estados mais desenvolvidos, como Kerala, a expectativa de vida é mais alta, chegando a cerca de 75 anos, sendo 71,9 para homens e 80,0 para mulheres. Isso deve levar em conta fatores como melhores serviços de saúde, saneamento e educação (Índia, 2024).

Em contraste, estados como Uttar Pradesh, Assam e Madhya Pradesh apresentam uma expectativa de vida mais baixa, entre 66; 67,9; 67,4 anos, respectivamente, devido a desafios maiores em áreas como pobreza, acesso limitado a cuidados de saúde e altos índices de mortalidade infantil (Índia, 2024). Em Uttar Pradesh (UP), o estado mais populoso da Índia, possui uma expectativa de vida ao nascer abaixo da média nacional, com cerca de 65,3 anos de idade para os homens e 66,7 para as mulheres. A UP enfrenta desafios significativos em relação à saúde pública: altas taxas de mortalidade infantil e materna, desnutrição e baixa cobertura de saneamento básico, especialmente em áreas rurais. Além disso, a disponibilidade de serviços médicos de interferência e infraestrutura de regiões de saúde é limitada, especialmente em áreas remotas do estado. Programas de saúde materna e infantil e iniciativas de saneamento têm sido implementados, mas o impacto sobre a longevidade ainda é gradual.

No Estado de Assam, localizado no nordeste da Índia, também apresenta uma expectativa de vida ao nascer abaixo da média nacional, em torno de 67,3 anos para os homens e 68,6 anos para as mulheres. O estado lida com uma alta prevalência de doenças transmissíveis, como malária e outras doenças infecciosas, agravada pela localização geográfica e pelas condições climáticas. Assam tem enfrentado desafios relacionados ao acesso limitado a cuidados médicos em áreas rurais e tribais, onde a infraestrutura de saúde ainda é precária. Embora o governo

estadual tenha investido em programas de imunização e saúde infantil, a melhoria na expectativa de vida tem sido lenta (Índia, 2024).

Os dados da tabela 2 mostram que a expectativa de vida ao nascer do estado de Madhya Pradesh (MP) é um pouco baixa, na faixa de 65,5 anos para os homens e 69,5 para as mulheres. O MP enfrenta problemas graves de mortalidade infantil e materna e altas taxas de desnutrição, principalmente entre crianças e mulheres. As áreas rurais, que compõem uma grande parte do estado, têm acesso limitado aos serviços de saúde e saneamento básico. Embora existam programas focados na nutrição infantil e na saúde materna, a infraestrutura e o número de profissionais de saúde ainda são insuficientes para atender à demanda (Índia, 2024).

Outro indicador social presente na tabela 2 é a taxa de fecundidade que representa o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida, considerando as taxas de fertilidade atuais para cada faixa etária. Na Índia, esse indicador é bastante relevante devido ao seu impacto nas dinâmicas sociais e econômicas, bem como nas políticas públicas do país. Nos últimos anos, a taxa de fecundidade na Índia apresentou uma queda significativa, reflexo de avanços econômicos, melhorias no acesso à educação, especialmente para mulheres, e programas de planejamento familiar. Em meados da década de 1960, a taxa era alta, com uma média de 5,7 filhos por mulher. No entanto, o índice caiu para cerca de 2,5 filhos por mulher em 2010, colocando a Índia no próximo nível de reposição populacional, que é aproximadamente 2,1 filhos por mulher, e agora, no ano de 2020, a média de filhos caiu para 2,0 (Índia, 2024).

Tabela 2: Expectativa de vida ao nascer e taxa de fertilidade total para os principais estados indianos para os anos 2014 a 2020

Estados Indianos	**Expectativa de Vida ao nascer (Em anos)**						**Taxa de fecundidade**	
	2014-18			**2016-20**			**2010**	**2020**
	Homem	**Mulher**	**Total**	**Homem**	**Mulher**	**Total**	**Total**	**Total**
(1)	**(5)**	**(6)**	**(7)**	**(5)**	**(6)**	**(7)**	**(8)**	**(9)**
Andhra Pradesh	68,7	71,4	70,0	69,1	72,2	70,6	1,8	1,5
Assam	66,1	67,9	66,9	67,3	68,6	67,9	2,5	2,1
Bihar	69,4	68,7	69,1	69,7	69,2	69,5	3,6	3,0
Gujarat	67,8	72,3	69,9	68,1	73,2	70,5	2,5	2,0
Haryana	67,7	72,3	69,8	67,3	73,0	69,9	2,3	2,0
Himachal Pradesh	69,6	76,8	72,9	70,3	77,5	73,5	1,9	1,5
Jammu & Kashmir	72,2	76,2	74,0	72,6	76,3	74,3	2,0	1,5
Karnataka	67,9	70,9	69,4	67,9	71,9	69,8	2,0	1,6
Kerala	72,5	77,9	75,3	71,9	78,0	75,0	1,8	1,5
Madhya Pradesh	64,8	68,5	66,5	65,5	69,5	67,4	3,2	2,6
Maharashtra	71,3	73,8	72,5	71,6	74,3	72,9	1,9	1,5
Odisha	68,0	70,8	69,3	69,1	71,4	70,3	2,3	1,8
Punjab	71,0	74,8	72,7	70,8	74,5	72,5	1,8	1,5
Rajasthan	66,5	71,6	68,7	67,1	71,7	69,4	3,1	2,4
Tamil Nadu	70,2	74,2	72,1	71,0	75,5	73,2	1,7	1,4
Uttar Pradesh	64,8	65,8	65,3	65,3	66,7	66,0	3,5	2,7
West Bengal	70,7	72,6	71,6	71,1	73,6	72,3	1,8	1,4
Toda Índia	**68,2**	**70,7**	**69,4**	**68,6**	**71,4**	**70,0**	**2,5**	**2,0**

Fonte: Gabinete do Registrador Geral da Índia, Ministério do Interior (2024)
Nota: Andhra Pradesh inclui Telangana até o ano de 2014 e Jammu e Caxemira inclui Ladakh até o ano de 2018

Em termos de Estados indiano, o Bihar apresenta a taxa de fecundidade mais altas do país, o que faz a diferença de outras regiões da Índia, onde a taxa de natalidade caiu significativamente. Bihar, localizada no nordeste da Índia, apresentou uma média de filhos por mulher de 3,6 em 2010, caindo para 3,0 em 2020, taxas superiores as apresentadas na média nacional, refletindo particularidades sociais, econômicas e culturais. Segundo a Índia (2022) Bihar possui uma cultura onde o número de filhos é associado a valores tradicionais e econômicos. Em muitas famílias, os filhos são vistos como um suporte econômico, especialmente em áreas rurais onde a mão de obra familiar é valorizada. Além disso, os serviços de saúde reprodutiva e planejamento familiar são menos acessíveis, especialmente em áreas rurais. Esse acesso limitado dificulta a adoção de métodos contraceptivos modernos, que são importantes para o controle da natalidade. O casamento infantil, embora ilegal, ainda é uma prática presente em Bihar. Casamentos em idade precoce aumentam o período em que as mulheres expostas estão a engravidar, elevando assim a taxa de fecundidade.

Os dados da tabela 3 apresentam mais três indicadores sociais, a saber, a taxa de natalidade, mortalidade e mortalidade infantil. As taxas apresentadas na tabela estão intimamente ligadas a fatores econômicos, sociais e à disponibilidade de serviços de saúde, e revelam as disparidades regionais e socioeconômicas no país. A taxa de natalidade na Índia tem diminuído nas últimas décadas, acompanhando uma tendência global. Atualmente, a taxa de natalidade média nacional é de aproximadamente 19,5 nascimentos por 1.000 habitantes para o ano de 2020, segundo informações da Índia (2022). No entanto, essa taxa varia bastante entre os estados.

Em 2020, por exemplo, as Ilhas Andaman e Nicobar e os Estados Nagaland e Tripura apresentaram as menores taxas de natalidade da Índia, ou seja, respectivamente, 10,8%, 12,5% e 12,6%, respectivamente, conforme os dados contidos na tabela 3. Destacamos que as Ilhas Andaman e Nicobar têm uma importância estratégica para a Índia devido à sua localização mundial próxima ao Estreito de Malaca, uma das rotas marítimas mais movimentadas do país. O governo indiano investiu em infraestrutura e em uma base naval para fortalecer a presença militar e a segurança nas ilhas, tornando-se um ponto crucial para a defesa e segurança marítima do país. Enquanto, que a taxa de mortalidade infantil em 2010 foi de 25,5%, porém, caiu acentuadamente, para 7% no intervalo de dez anos. É importante salientar que embora tenha havido progresso no acesso a cuidados médicos e no controle de doenças, a mortalidade infantil ainda é uma preocupação, especialmente em comunidades indígenas isoladas. A infraestrutura de saúde nas ilhas principais é moderadamente desenvolvida, mas nas ilhas mais remotas, o acesso aos cuidados médicos adequados é limitado, o que afeta o acompanhamento pré-natal e o atendimento neonatal. Nas áreas onde os serviços de saúde chegam com mais dificuldades, as taxas de mortalidade infantil tendem a ser mais altas (Índia, 2022).

No estado indiano de Goa, tanto a taxa de natalidade quanto a taxa de mortalidade infantil refletem padrões relativamente baixos em comparação com outras regiões da Índia, devido ao desenvolvimento socioeconômico avançado do estado, ao acesso consolidado à educação e à infraestrutura de saúde de qualidade. A taxa de natalidade em Goa é uma das mais baixas da Índia. Em 2020, a taxa de natalidade era estimada em aproximadamente 12,1 nascimentos por 1.000 habitantes, significativamente menor do que a média nacional, que é cerca de 19,5 nascimentos por 1.000 habitantes. Essa baixa taxa reflete uma série de fatores, incluindo o elevado nível de educação, especialmente entre as mulheres, e o amplo acesso a métodos de planejamento familiares. As mulheres em Goa tendem a casar-se mais tarde e a ter menos filhos, características que são avaliadas para o declínio da natalidade (Índia, 2022).

A taxa de mortalidade infantil em Goa também é baixa em relação à média nacional. Em 2020, a taxa de mortalidade infantil em Goa foi estimada em cerca de 5,0 mortes de crianças menores de um ano por 1.000 nascidos vivos, enquanto a média nacional da Índia foi em cerca de 28 mortes por 1.000 nascidos vivos. Essa baixa taxa é um reflexo da qualidade dos serviços de saúde infantil e neonatal disponíveis no estado, incluindo bons níveis de nutrição materna e infantil, imunização e acesso a cuidados médicos para gestantes (Índia, 2022).

Segundo informações da pesquisa socioeconômica da Índia (2022), o sistema de saúde de Goa é bem estruturado, com hospitais e clínicas que oferecem cuidados médicos acessíveis e de qualidade, tanto para a população urbana quanto rural. O estado tem programas eficazes de acompanhamento pré-natal e neonatal, reduzindo riscos de complicações no parto e garantindo imunização adequada.

Em contraposição, temos os Estados com as maiores taxas de natalidade em 2020, são eles, Bihar (25,5%), Uttar Pradesh (25,1%) e Madhya Pradesh (24,1%). Para o indicador taxa de mortalidade infantil, a média nacional foi 28% em 2020, uma redução expressiva quando se compara com a taxa de 47% em 2010. Essa redução foi percebida em todos os Estados indianos. Destacamos o caso de Madhya Pradesh que em 2010 a taxa foi de 62%, caindo para 43% em 2020.

Tabela 3: Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de mortalidade infantil por estado indianos para os anos de 2010 e 2020

Estados e União Territorial	**Taxa de natalidade**		**Taxa de mortalidade**		**Taxa de mortalidade infantil**	
	2010	**2020**	**2010**	**2020**	**2010**	**2020**
(1)	**(2)**	**(3)**	**(4)**	**(5)**	**(6)**	**(7)**
Andhra Pradesh	17,9	15,7	7,6	6,3	46,0	24,0
Assam	23,2	20,8	8,2	6,2	58,0	36,0
Bihar	28,1	25,5	6,8	5,4	48,0	27,0
Chhattisgarh	25,3	22,0	8,0	7,9	51,0	38,0
NCT of Delhi	17,8	14,2	4,2	3,6	30,0	12,0
Gujarat	21,8	19,3	6,7	5,6	44,0	23,0
Haryana	22,3	19,9	6,6	6,1	48,0	28,0
Jammu & Kashmir	18,3	14,6	5,7	4,6	43,0	17,0
Jharkhand	25,3	22,0	7,0	5,2	42,0	25,0
Karnataka	19,2	16,5	7,1	6,2	38,0	19,0
Kerala	14,8	13,2	7,0	7,0	13,0	6,0
Madhya Pradesh	27,3	24,1	8,3	6,5	62,0	43,0
Maharashtra	17,1	15,0	6,5	5,5	28,0	16,0
Odisha	20,5	17,7	8,6	7,3	61,0	36,0
Punjab	16,6	14,3	7,0	7,2	34,0	18,0
Rajasthan	26,7	23,5	6,7	5,6	55,0	32,0
Tamil Nadu	15,9	13,8	7,6	6,1	24,0	13,0
Telangana		16,4		6,0		21,0
Uttar Pradesh	28,3	25,1	8,1	6,5	61,0	38,0
Uttarakhand	19,3	16,6	6,3	6,3	37,9	24,0

West Bengal	16,8	14,6	6,0	5,5	31,0	19,0
Arunachal Pradesh	20,5	17,3	5,9	5,7	31,2	21,0
Goa	13,2	12,1	6,6	5,9	10,3	5,0
Himachal Pradesh	16,9	15,3	6,9	6,8	40,4	17,0
Manipur	14,9	13,3	4,2	4,3	13,6	6,0
Meghalaya	24,5	22,9	7,9	5,3	55,4	29,0
Mizoram	17,1	14,4	4,5	4,2	37,2	3,0
Nagaland	16,8	12,5	3,6	3,7	23,3	4,0
Sikkim	17,8	15,6	5,6	4,1	29,9	5,0
Tripura	14,9	12,6	5,0	5,7	27,2	18,0
Andaman & Nicobar Islands	15,6	10,8	4,3	5,8	25,5	7,0
Chandigarh	15,6	12,9	3,9	3,9	22,3	8,0
Dadra & Nagar Haveli	26,6	20,3	4,7	3,7	37,9	16,0
Daman & Diu	18,8		4,9		22,7	
Lakshadweep	14,3	14,6	6,4	6,5	24,9	9,0
Ladakh		14,3		5,0		16,0
Puducherry	16,7	13,1	7,4	5,4	22,2	6,0
India	**22,1**	**19,5**	**7,2**	**6,0**	**47,0**	**28,0**

Fonte: Gabinete do Registrador Geral da Índia, Ministério do Interior (2022).
Nota: Andhra Pradesh inclui Telangana para o ano de 2009 e Jammu e Caxemira inclui Ladakh para o ano de 2019, taxa de natalidade e taxa de mortalidade por 1000 habitantes e IMR são mortes infantis por 1000 nascidos vivos. Dadra e Nagar Haveli também incluem os dados de Daman e Diu para o ano de 2020.

Como visto neste capítulo, os desafios sociais que a Índia ainda enfrenta refletem-se diretamente no seu desenvolvimento econômico. A carência de serviços de saúde e educação limita o crescimento sustentável e afeta a produtividade da força de trabalho. Investimentos em educação e saúde são fundamentais para melhorar a qualidade de vida e a qualificação dos trabalhadores, o que poderá alavancar ainda mais o crescimento econômico do país. A desigualdade econômica e social também tende à vulnerabilidade alimentar e ao estresse social, prejudicando o ambiente de negócios e a estabilidade necessária para um desenvolvimento econômico consistente.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese partiu da premissa segundo a qual a heterogeneidade, diversidade e contradições da sociedade indiana deveria primar por discussões e análises que vão além do Sistema de Castas Hindu. Neste sentido, em vez de reflexões voltadas exclusivamente a este sistema hierárquico e excludente, propusemo-nos a compreender também as raízes históricas desta civilização a fim de entender a sua formação étnica, cultural, social, política e econômica dos diversos povos que ali habitaram e que firmaram diversos impérios e reinos no subcontinente indiano em busca de riqueza e poder, ao mesmo tempo que fragmentavam o território, implantavam seus costumes e religiões, tornando a sociedade indiana um feixe de contradições, de acordo com a hipótese central deste trabalho.

No entanto, a tarefa de explicar a formação da sociedade indiana e, consequentemente a gênese das suas contradições sociais, culturais, econômicas e políticas não se traduz em algo fácil de se decifrar. Não se recomenda a adoção de uma abordagem metodológica disciplinar para analisar a complexidade desta sociedade que se difere em relação às ocidentais em vários aspectos, o que intriga os pesquisadores, principalmente alguns ocidentais, que tentam colocá-la nos parâmetros estéticos, formais e culturais das sociedades ocidentais. Ao fazê-lo, as suas análises produzem resultados inconsistentes a respeito dos reais fatores que impulsionam a sociedade indiana.

Citamos neste ínterim, as análises proferidas por Marx (2007) que foram explanadas neste trabalho para mostrar de que forma este autor enxergava a Índia, é um exemplo de uma análise inacabada, as vezes contraditória sobre a sociedade indiana. Sem uma pesquisa *in loco*, ou seja, a observância dos fatos em sua empiria, o autor atribuiu à Índia os seguintes adjetivos: sociedade estagnada e tradicional, com suas aldeias autossuficientes e estáticas, pois as suas estruturas econômicas e sociais em sua fase pré-colonial, eram incompatíveis com o desenvolvimento capitalista das sociedades ocidentais isso, portanto, impedia o progresso econômico que ele considerava essencial para analisar o desenvolvimento das aldeias. Os respaldos usados para tais observações foi o uso do conceito de modo de produção asiático para descrever as sociedades aonde a propriedade comunal da terra e a centralização do poder estatal inibiam o desenvolvimento das forças produtivas e mudanças sociais.

Na discussão teórica a respeito desta temática neste trabalho, percebemos que o olhar "ocidental" de Marx, e de outros autores aqui citados, são meramente reducionistas, como bem afirmou o antropólogo Bernard Cohen (1996), com foco quase que exclusivo nos aspectos

econômicos da Era colonialista. Com essas "lentes" voltadas à área econômica, eles ignoravam as complexidades culturais, sociais e políticas do colonialismo, falhando em reconhecer que havia uma resistência da população indiana em relação as transformações sociais sob o domínio colonial. Isto se deve a tendência de Marx ver as sociedades colonizadas como passivas e sem agências, simplesmente sujeitas às forças capitalistas global, algo que na Índia não aconteceu de forma tão passiva quanto ele imaginou nos seus escritos.

Em outras palavras, a reprodução de visões ocidentais e eurocêntricas sobre a Índia e outras sociedades asiáticas, com argumentos delas serem "atrasadas" e, que, portanto, deveriam ser "civilizadas" pelo ocidente se perpetua em diversas análises científicas até hoje. Edward Said (1978) categorizou esse tipo de análise como a predominância da visão orientalista, na qual essas sociedades, tal como a indiana, são retratadas como passivas e que necessitam de intervenção externa para torná-las "civilizadas". Nesta visão, Marx não escapou e, de certo modo, perpetuou a lógica imperialista que tanto criticou em suas obras.

Quando analisamos essa lógica "orientalista" proposta por Edward Said nesta pesquisa, percebemos que outros atributos foram designados à esta sociedade por diversos autores na tentativa de explicar as causas da sua heterogeneidade e, portanto, o seu atraso econômico e social em relação às sociedades ocidentais. Os estereótipos frequentemente atribuídos são: misticismo, irracionalidade, atraso e exotismo. No decorrer da pesquisa detectamos que tais análises geralmente são colocadas nos livros através de relatos realizados por viajantes, escritores, acadêmicos que Said (1978) as classificou como construções imaginárias usadas para afirmar a superioridade europeia e que ignoram a diversidade cultural e histórica dessas regiões.

Para não incorrer aos mesmos "descaminhos" retratados acima, delimitamos a problemática central do trabalho para a investigação das raízes históricas, políticas, sociais, culturais, étnicas e econômicas que caracterizam a sociedade e o Estado indiano como um país heterogêneo, diverso e contraditório. Com uma abordagem disciplinar seria impossível realizar tal pesquisa, por isso, partimos de uma abordagem multidisciplinar que contemplou uma rigorosa revisão bibliográfica de diversos autores atuantes nos campos de investigação da Sociologia, Geografia, Antropologia, História e Economia.

Para reforçar essa primeira problematização imposta nesta tese, as leituras foram se ampliando para a visão dos sociólogos indianos foram consultados com o propósito de captar as convergências e as divergências entre as suas análises para explicar o porquê da Índia ser um país tão complexo. Neste caminho da leitura, observamos que a Sociologia enquanto disciplina,

chegou na Índia no período da colonização britânica, logo, o seu campo de estudo foi aprimorado para atender as necessidades dos governadores britânicos que encomendavam pesquisas, através de Censos, para entender a Índia com a finalidade de estabelecer os seus domínios na região. No entanto, de uma forma geral, na visão dos autores Indologistas (uma das linhas de pesquisa da Sociologia), a Índia era uma das nações mais complexas do mundo em termos de singularidade da sua civilização, sistema de castas, multiculturalismo, multilinguística e estruturas políticas multifacetadas em termos de sociedade, Estados, aldeias e tribos.

Foi neste ponto, que surgiu a necessidade de novas "re-problematizações" em torno do tema e do objeto de pesquisa, principalmente quando tive contato com as obras da historiadora indiana Romila Thapar que refutou algumas ideias de Marx e de outros autores ocidentais sobre o caráter estático das aldeias indianas e seu isolamento da área central. Em seus relatos, Thapar (1966) sugeriu que o estudo da formação da sociedade e do Estado indiano fosse analisado sob diversos pontos de vistas, a começar pelo entendimento Histórico, Geográfico e Político da Índia antiga, média, moderna e contemporânea. Por esse motivo, a hipótese deste estudo considerou que a sociedade indiana é complexa, heterogênea e diversa, no entanto, essas características não estavam associadas somente ao sistema de castas, mas também, aos fatores históricos e políticos que marcaram a sua formação desde a Era védica durante a Civilização Harappa, e depois com as invasões de diversos povos no subcontinente indiano formando impérios e reinos, com suas culturas envolventes, religiões vibrantes, entre elas o Hinduísmo e o Islamismo, e a introdução do sistema de castas como o elemento hierárquico da sociedade que se perpetua até hoje, porém, com novos contornos.

É neste sentido e dessa forma que podemos inferir que a pesquisa se tornou ainda mais clara, cujos resultados foram aqui discutidos e que faremos uma breve reflexão sobre eles, para esclarecer se os objetivos propostos, seguidos pelas perguntas-problema e hipótese foram alcançadas neste estudo. De antemão, colocamos como satisfatórios os resultados aqui alcançados, embora tenhamos alguns pontos de entrave no que se refere a literatura atual sobre o funcionamento do sistema de castas na Índia, assim como, a disposição de dados mais atualizado sobre o Censo que nos dá um panorama geral da dinâmica da população que ainda vivem nas aldeias e tribos distantes do centro urbano.

Embora já tenhamos discutido alguns resultados nesta conclusão de tese, podemos salientar que a hipótese aqui delimitada foi apreciada no sentido de mostrar que o sistema de casta na Índia ainda é um fator preocupante para o primeiro-ministro Narendra Modi, sendo

responsável pela maior parte das exclusões sociais existentes no país, embora o governo tenha estabelecido diversos programas de inclusão social em seus textos constitucionais desde a independência do país em 1947. No entanto, este sistema, por si, não explicou a heterogeneidade da sociedade indiana, ou seja, não explicou o porquê de ser rotulada como um feixe de contradições. Neste caso, a análise multidisciplinar foi o campo teórico e metodológico que nos ajudou a decifrar esse enigma chamado "Índia".

Os resultados da pesquisa mostraram que o balanço histórico, político e social da Índia ajudou a compreender a complexidade desta sociedade. A "chave deste enigma", segundo a concepção dos autores pesquisados está enraizada desde a descobertas das suas primeiras civilizações, a chamada "civilização do Indo" ou "civilização Harappiana" que se localizava as margens do Rio Indo. O centro de poder desta civilização estava concentrado nas cidades de Mohenjo-Daro e Harappa, neste período, não existia a figura de um Estado unificado, pois quem chefiava a comunidade eram os clãs que controlavam as aldeias, tendo como unidade básica de poder a família patriarcal (Stein, 2010).

A análise desta civilização antiga da Índia refuta a ideia de que as aldeias eram autossuficientes e estáticas antes do período colonial como assim enxergavam Marx, Durkheim e Weber, e entre outros. Os registros mostram que os Harappans comercializavam ouro, prata, cobre, estanho e produtos de estirpes artesanais em redes comerciais internas e externas com comerciantes do Afeganistão, Turcomenistão, Irã, Mesopotâmia e outros, por vias marítimas que ligava os assentamentos do Vale do Indo com a sul da Mesopotâmia. Acrescenta-se também que havia uma sociedade já estabelecida que incluía a existência de classes sociais, tais como, as elites urbanas, os comerciantes, os religiosos que controlavam os recursos essenciais para a subsistência da comunidade, tais como, os recursos naturais, a terra, e o gado, logo, existia a propriedade privada da terra nesta época (Burjor Avari (2007; Stein (2010); Romila Taphar (1966) e Singh (2016).

As terras usadas para a criação de gados, no início era de propriedade coletiva das tribos, no entanto, quando elas ficaram escassas foram divididas entre as famílias da aldeia, surgindo assim a propriedade privada e os problemas decorrentes dessa ação, tais como, as disputas por terras e herança, a busca de poder econômico no âmbito das tribos e o mais importante, o uso da terra para a produção agrícola.

É nesta civilização que a Índia tem o contato com os seus primeiros povos, os quais foram os portadores da língua Indo-Europeia original que na Índia é conhecida como sânscrito e que ao longo do tempo impactou diretamente no desenvolvimento da sociedade indiana. Eles

trouxeram consigo, além do seu idioma, todas as suas crenças, tradições, práticas religiosas com adoração a vários deuses, textos sagrados, que influenciavam as suas ações no dia a dia.

Com o colapso desta civilização, temos a chegada de outros povos que passaram a disputar o território indiano, os chamados Arianos, que foram rotulados por Stein (2010), como a Era das grandes comunidades, ou comunidades com Estados, surgindo assim, um regime político conhecido como Janapadas, uma espécie de pequenas repúblicas, que mais tarde se transformaram em Monarquias, as Mahajanapadas, que incluía, 16 territórios ou Estados de Clãs, com destaque para Magadha. É pertinente salientar, mesmo que seja repetitivo, refutar novamente a ideia de economia parada e estagnada que muitos autores atribuem à Índia. Neste caso, os arranjos políticos estabelecidos, principalmente em Magadha, mostram que havia um controle da rota comercial da Bacia do Ganges, o que beneficiava este estado com a arrecadação de tributos, além da apropriação de terras voltadas as atividades pastoril e agrícola, logo, existia a expropriação de terras, além dos depósitos de minérios de ferro existentes em Magadha. Assim, a sociedade foi se estabelecendo e fincando suas raízes no território indiano aos moldes comerciais e políticos de um "sistema capitalista".

Além desses fatores econômicos e políticos, menciona-se, a introdução dos fatores religiosos, ligados ao Jainismo e Budismo que eram praticados nos estados-clãs aonde a forma de governo República foi estabelecida e o Hinduísmo, seguidos pelos Estados-clãs, aonde o Sistema de Castas estava presente. Assim, começa a se desenhar a diversidade política, econômica, linguística, religiosa e social da Índia. Esse desenho veio acompanhado das exclusões sociais em termos econômicos, político e social, tal como observaram Romila Taphar (1966) e Burjor Avari (2010). Nesta pesquisa foi relatado que as áreas com maiores prestígios, ou seja, aquelas mais férteis em termos de riqueza mineral e econômica como a Planície dos Ganges eram ocupadas pelos grandes reinos (forma de governo monárquica), ao passo que a periferia dos reinos que ficava ao redor da porção norte da Índia considerada um lugar desfavorável em termos de economia e riqueza estavam destinadas as repúblicas, ou as comunidades tribais. Essas áreas eram menos férteis e montanhosas e distantes dos grandes centros urbanos, possibilitando a formação de pequenas repúblicas que poderiam ser compostas por uma única tribo, a exemplo, das Shakyas, Koliyas e Mallas, ou consistir em uma confederação de tribos tais como ocorreu em Vrijjis e Yadavas.

No entanto, quando ocorre a transição da tribo para o sistema político regido pelas repúblicas esse padrão democrático essencial das tribos foi se desfazendo aos poucos, mesmo com a manutenção da ideia de um governo representado por assembleias tribais. Isto se deve as

questões religiosas que permeavam nas questões políticas na Índia antiga, sabendo-se que a lealdade tribal estava curvada para o budismo enquanto nas monarquias, a figura do rei estava sujeita às lealdades do sistema de casta bramânico da era védica. Isto deduz que a sociedade indiana foi se tornando mais complexa e excludente, ao mesmo tempo que a junção entre política e religião foi se alastrando e incorporando várias tribos que pelas circunstâncias do momento foram obrigadas a se submeter as determinações dos grandes reinos.

Nesta sequência de análise diversos reinos foram se estabelecendo no subcontinente indiano, entre eles o Império Maurya que tinha uma estrutura política e administrativa formada por três áreas distintas: a metropolitana, centrais e periféricas. O estado de Magadha ocupava a área metropolitana e as áreas centrais abrigavam os demais estados, as áreas de formação estatal incipientes e os centros de comércio do Império. Nas áreas periféricas estavam inclusas várias sociedades pré-estatais, sendo que, a relação entre o estado de Magadha (metropolitano) com as áreas centrais e periféricas variava muito, mas basicamente envolvia a exploração dessas últimas pela metrópole. Sendo assim, o estado Maurya foi considerado uma Monarquia com um Rei no centro do poder político.

Com o surgimento dos Impérios Gupta, Sultanato de Delhi e os Mongóis, as rivalidades religiosas entre as duas principais religiões, hinduísmo e islamismos, foram acentuadas. Isso se desenvolveu em uma disputa por fiéis e seus donativos, mas também, por poder, terras e prestígios nesses impérios. O acirramento dessas disputas resultou na repartição do território da Índia em 1947.

É neste contexto que esta tese analisou o mosaico de reinos que antecederam o estado contemporâneo indiano. É de bom alvitre ressaltar que os resultados das análises sobre essa temática mostram uma incompatibilidade de estudos que tentam de forma errônea comparar as estruturas políticas do estado atual indiano com a dinâmica observada dos estados-nações europeus, principalmente no que tange aquelas observadas nos séculos XIX e XX. A sugestão de autores como Sudipta (2010) é que os estudos sobre a formação do estado indiano contemporâneo, tenha como base as análises dos estados imperiais pré-moderno da história indiana, e não a história dos estados europeus pré-modernos, como alguns autores o fazem de forma obsessiva. Ao insistir neste erro, a cronologia desses estudos toma como ponto de partida a Índia independente, pós 1947, para estudar a sua questão política. Outros, começam a cronologia dos seus estudos políticos tomando como base a sua fase imperial. Partindo-se dessas premissas, é praticamente improvável compreender o estado político indiano, sem recorrer à história, atentando para as estruturas de poder social existentes a longo prazo, até

mesmo começar a história estrutural do Estado, não ao mesmo tempo da época da independência, mas desde o início da história do Estado indiano contemporâneo que reside nos acontecimentos e processos políticos de diversos reinos e impérios.

O resultado desta historicização foi uma compreensão mais complexa da constituição do campo político que casualmente chamamos de "Índia". Mas o espaço político indiano também está fragmentado de outras formas que precisam ser incorporadas numa imagem precisa da sua topografia. Por vezes, as regiões podem ser bastante diversas e geograficamente distantes, demonstrando características ou processos em comum. As hierarquias específicas dos grupos de castas são bastante diferentes entre as diversas regiões, mas apresentam propriedades de desigualdade em comum. Alguns processos são, no entanto, mais do que comuns: unem regiões territoriais em fontes unitárias para fins específicos. De certa forma, os processos estatais e a evolução da economia capitalista criaram tais unidades num determinado nível da economia e da política indianas.

É neste contexto que respondemos uma das perguntas-problema estabelecidas nesta tese que se refere a questão de a diversidade da Índia ser acompanhada da exclusão social, a resposta é positiva para todas as fases da história desta sociedade. No momento que analisamos a Índia antiga, a exclusão se manifestou de diversas formas, seja a econômica, política e social, principalmente em função do Sistema de Castas. Cabe aqui ressaltar que neste Império a maioria da sua população era agricultor e habitavam nas aldeias, muitas vezes distantes do centro do reino. Logo, o que prevalecia era a ideia de que as terras pertenciam aos reis, e os serviços braçais para desmatar as florestas e limpar os terrenos para o plantio da agricultura eram exercidos pelos colonos ou os chamados *shudras* relacionados a classe inferior do sistema de castas. Nesta crença religiosa aclamada pelo Hinduísmo, os reis exploravam essa população que somava a maioria da mão de obra no reino. Essa era a divisão social do sistema de castas na Índia antiga que regia as questões políticas, econômicas e sociais da sociedade.

Como bem ressaltou Dumont (1966), dada a posição ou status dos especialistas (artesãos e comerciantes) na hierarquia das castas, eles tinham alguns direitos reservados, a exemplo, os direitos sobre a terra ou sobre a produção agrícola advindas da sua colheita. Da mesma forma, o preço dos produtos vendidos pelos comerciantes não era "o preço comercial" propriamente dito, ou seja, resultantes das forças de mercado (oferta e demanda), mas provinham de acordo com status do comprador na hierarquia das castas. Em síntese, a casta dominante exercia tanto o poder econômico, ou seja, o controle sobre a terra (meio de subsistência da população que vivia no sistema de castas nas aldeias) quanto o poder político. Frisa-se que, a hierarquia

religiosa (sistema de castas) englobava o poder, enquanto o poder político englobava o poder econômico.

Essas questões relacionadas ao sistema de castas foram se aprimorando durante toda fase da Índia média, moderna e contemporânea. Destacamos, a fase da história da Índia no Império Britânico. Neste período, houve avanços em termos de infraestrutura da sociedade indiana em termos de planejamento urbano, novas infraestruturas, administração e tecnologia. Todos esses avanços tornaram a Índia extremamente diferente daquela vivida no passado do período Védico Ghurye (1932).

O que se conclui deste sistema de castas na Índia de hoje, é que o significado de casta está mudando, haja vista que muitos indianos estão adotando cada vez mais pontos de vistas igualitários e ignorando essas classificações. Essas transformações são notáveis porque novas oportunidades de educação e emprego, incluindo os gerados para a classe trabalhadora nos centros urbanos, proporcionam às pessoas das castas inferiores uma maior interdependência das relações de castas baseadas na agricultura, o que os assegurava nas áreas rurais. Isto se baseia nas análises proferidas por Béteille (2012) quando se apropriou da Sociologia e da Antropologia Social para estudar as mudanças ocorridas no interior dessa estrutura social. Haja vista que este autor foi um dos adeptos a incorporação de uma abordagem teórica multidisciplinar que passe pela história econômica, social e cultural, direito, política, educação, religião, demografia e sociologia para entender as mudanças sociais ocorridas na Índia.

Os resultados dessa abordagem multidisciplinar nos mostraram uma sociedade indiana heterogênea com feixes de contradições que perpassam pela existência de 22 línguas oficiais, sendo que a maioria é adepta do Hindi. A junção de fatores étnicos, populacionais e geográficos contribuiu para a Índia, ser hoje, um país de tamanho aproximado ao da Europa Ocidental com uma área geográfica total de 3,3 milhões de acres divididos em regiões que diferem entre linhas geográficas, climáticas, econômicas, linguísticas e/ou étnicas e são, portanto, consideradas diferentes culturalmente. Sendo assim, ela pode ser sintetizada como uma nação plurilíngue, pluriétnica e plurirreligiosa. Os estudos do antropólogo Dube (1990) mostram que a Índia é o resultado de uma composição étnica diversificada que pode ser aglutinada em seis elementos, a saber: os Negrito, Proto-Australoide, Mongoloides, Mediterrâneos, Braquicéfalos ocidentais e os Nórdicos.

Todos esses fatores interferem diretamente na dinâmica da sociedade indiana, haja vista que toda essa diversidade foi levada em consideração nos aspectos políticos da Índia, a exemplo da contemplação dessas diversidades nos quesitos linguísticos e étnico-religioso na

promulgação da Lei de Reorganização dos Estados indianos e da questão das castas e tribos programadas na Constituição indiana.

Com todas essas questões envolta, a Índia permanece sendo a quinta maior economia mundial, ultrapassando o Reino Unido, além de ser uma das nove nações que possuem altos investimentos em armamento nuclear do planeta, destaque também na produção de serviços de alta tecnologia, criação de empregos, principalmente nos setores de eletrônicos, têxteis e automotivo, que são estratégicos para o país.

Ao encerrar este estudo, sintetizamos que a Índia de hoje ainda se apresenta como uma das nações mais contraditórias e diversas do mundo. Pois a modernidade ainda convive com estruturas sociais tradicionais do sistema de castas que, por sua vez, reluzem as contradições sociais existentes em termos de pobreza, concentração de renda e exclusão social, principalmente nas áreas rurais, aonde a taxa de alfabetização é mais baixa, devido a obstáculos como o acesso limitado às escolas, à escassez de professores e à necessidade de muitas famílias rurais de envolverem seus filhos nas atividades econômicas locais, especialmente nas comunidades agrícolas. As diferenças nas taxas de alfabetização feminina e masculina, são um aspecto desse fenômeno mais amplo de desigualdade de gênero na Índia. Em grande parte do país, as mulheres tendem, em geral, a se sair muito mal em termos relativos em comparação com os homens, mesmo dentro das mesmas famílias. Isso se reflete não apenas em questões como educação e oportunidade de desenvolver talentos, mas também nos campos mais elementares de nutrição, saúde e sobrevivência. Enfim, essa é a Índia, o país dos contrastes, feixes de contradições sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHMED, Waquar; KUNDU, Amitabh; PEET, Richard. **India's New Economic Policy: A Critical Analysis**. Routledge Taylor & Francis Group: New York, 2011.

AUSTIN, Granville. **The Indian Constitution: Cornerstone of a Nation.** Oxford: Clarendon Press, 1999.

BANDYOPADHYAY, Sekhar. **From Plassey to Partition: A History of Modern India**. New Delhi: Orient Longman Private, 2006.

BASHAM, A.L. **The Wonder That Was India**. Delhi: Rupla, 1954.

BATH, Sérgio. **Kautilya's.** Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 1998.

BÉTEILLE, André. **Caste, Class and Power:** Changing Patterns of stratification in a Tanjore Village. 3 ed. London: Oxford Academic, 2012. 241p. (Oxford India Perennials Series).

BIPAN, Chandra; MRIDULA, Mukherjee; ADITYA, Mukherjee. **India Since Independence**. London: Penguin Book, 2008. 552p.

BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1987.

BURJOR, Avari. **India:** The Ancient Past. A History of the Indian-Subcontinent from 7000 BC to AD 1200. London: Routledge, 2007. 303p.

CHAKRAVARTY, Sukhamoy. **Development Planning: The Indian Experience**: Oxford, Clarendon Press, 1987.

CHANDRA, Bipan; MUKHERJEE, Mridula; MUKHERJEE, Aditya. **India Since Independence.** London: Penguin Books, 2007.

CHAPMAN, Graham. **The Geopolitics of South Asia:** from early empires to the nuclear age. England: Ashgate, 2009. 383p.

CHATTERJEE, Partha. **State and Political in India**. New Delhi: Oxford University Press, 1998.

CHAUDHRY, Sujit; KHOSLA, Madhav; MEHTA, Pratap Bharu. **The Oxford Handbook of the Indian Constitution**. England: Oxford University, 2016.

CHEEMA, Iqtidar Karamat. Sociocultural Stratification of India. **Policy Perspectives**, v. 8, n.1, 2011, p. 49–63. Disponível: < http://www.jstor.org/stable/42909266>. Accessed 7 Aug. 2021.

COHEN, Bernard. **Colonialism and Its forms of Knowledge: The British in India**. New Jersey: Princeton University, 1996.

COHEN, Bernard; DASGUPTA, Sunil. **Arming Without Aiming: India's Military Modernization**. Washington: Brookings Institutions Press, 2010.

COMTE, August. **Systême de Politique Positive ou traité de Sociologie Instituant la Religion del humanité: Contenant la Statique Sociale ou le Traité abstrait de l'Ordre Human**. 3ed. Paris: Larousse, 1890.

DESAI, A.R. **Social Background of Indian Nationalism**. Mumbai: Popular Prakashan, 1948. 399p.

_____. **Recent trends in Indian Nationalism**. New Delhi: Prakashan Popular, 1960. 149p.

DESAI, Sonalde; DUBEY, AMARESH. Caste in 21st Century India: Competing Narratives. **Economic and Political Weekly.** v.46, n. 11, 2011, p. 40–49. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/41151970>. Acesso em: 12/05/2023.

DIPANKAR, Gupta. Gandhi before Habermas: The Democratic Consequences of Ahimsa. **Economic and Political Weekly**, v.44, n.10, 2009, p. 27–33.
Disponível em: <*JSTOR*, http://www.jstor.org/stable/40278774>. Accessed 7 Aug. 2022.

DUBE, S.C. **India Village**. 2ed. New York: Routledge, 2018, 283p.

DUBE, Charan Dube. **Indian Society**. New Delhi: National Book Trust. 1990. 147p.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus**: The Caste System and Its Implications. Delhi: Vikas Publications, 1966.

DURKHEIN, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. São Paulo: Martins Fontes, 1958.

DURKHEIN, Émile. **Pragmatismo e Sociologia.** Porto: RES Editora, 1999.

DURKHEIN, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DREZE, Jean; SEN, Amarthya. **Economic Development and Social Opportunity**. New York: Clarendon Press, 1995.

ELLIOT, Anthony; TURNEY, Brian. **On Society**. Cambridge: Polity Press, 2012.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ERNEST, Waltraud; PATI, Biswamoy. **India's Princely State: People, Princes and Colonialism**. London: Routledge, 2007.

FORBES, Naushad. Doing Business in India: What has liberalization Changed?. *In*: **Economic Policy Reforms and the Indian Economy.** London: The University of Chicago Press, 2002, p.129-169.

FREITAS, Tales Rabelo. Instituições Sociais e Sistema Econômico: A Perspectiva de Karl Polany. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política,** n.60, maio 2021, p.78-201.

FISCHER, Michael H. **An environmental History of India: From earliest time to the twenty-first century**. New York: Cambridge University Press, 2008.

FRAÍZ, JAVIER. **Arthashastra Kautilya**. Caracas: Venezuela, 2016.

GIDDENS, Anthony. **The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration**. England: Polity Press, 1984.

GONZALO, Manuel. **A Long-term narrative on India from Latin America: Peripherization, national system of Innovation and Autonomous expenditures**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Tese de Doutorado (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia). 358p.

GOVERNMENT OF INDIA. **Economic Survey 2023-2024**. New Delhi, 2024.

_____. **Census India**. New Delhi, 2011.

_____. **Atlas de Linguagem da Índia**. New Delhi, 2011.

_____. **Census India**. New Delhi, 1951.

GHURYE, Shadashiva. Caste in Modern India. **The Journal of Asian Studies**, USA, v.16, n.4, 1936, p.529-548. Disponível em: < http://www.jstor.org/stable/2941637>. Acesso em 16 de jan.2022.

GHURYE, Shadashiva**. Caste and Race in India**. London: Kegan Paul, 1932. 227p.

HOBBES, Thomas. **O Leviatã**. São Paulo: Abril Cultural, 2014.

IBN, HASAN. **The central structure of the Mughal empire in Northern India and its practical working up to the year 1657-1932**. Delhi: Proquest, 1932.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World Economic Outlook**. EUA: IMF, 2023.

JODHKA, Surinder. From "book view" to "field view": Social anthropological constructions of the Indian village. In: **Oxford Development Studies**, USA, v.26, n.3, 1998, p.311-331.

KAUTILYA'S. **Arthashastra**. Mumbai, Índia: Jaico Publishing House, 2012.

KHANDALAVALA, Karl. **The Golden Age Gupta**: Empire, Province and Influence. . State United: University of Michigan, 1991.

KOHLI, Atul. **The State and Poverty in India: The Politics of Reforms**. New York: Cambridge University Press, 2006.

_____. **State-Directed Development: Political power and Industrialization in the Global Periphery**. New York: Cambridge University Press, 2004.

KRUEGER, Anne O; CHINOY, Sajji. The India Economy in Global Context. *In*: **Economic Policy Reforms and the Indian Economy.** London: The University of Chicago Press, 2002, p.19-47.

KUMAR, Sanjeev. **Treasures of the Gupta Empire: A Numismatic History of the Golden Age of India.** New Delhi: Educations, 2024.

LACERDA, Gustavo Biscria. Elementos estáticos da Teoria Política de August Comte: As Pátrias e o poderes temporal. **Revista de Sociologia e Política**, n.23, p.63-78, nov, 2004.

LAXMIKANTH, M. **India Polity for Civil Services Examinations**. 4ed. New Delhi: McGraw Hill Education (India) Private Limited, 2004.

LÊNIN, V. **Teoria e Prática Revolucionária**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 1986.

_____. **O Estado e a Revolução.** 2ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

LOCKE, J. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MADAN, G.R. **Western Sociologists on Indian Society: Marx, Spencer, Weber, Durkhein, Pareto.** Routledge & Kegan Paul, 2010.

MAITRA, Sipra. Economic Liberalization and Urban Governance: Impact on Inclusive Growth. In: **India's New Economic Policy: A Critical Analysis**. Routledge: New York, 2011, p.77-97.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os Agonautas do Pacífico Ocidental: Um relato do empreendimento e da Aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **Dispatches for the New York Tribune: Selected Journalism of Karl Marx**. New York: Penguin Books, 2007.

MARX, Karl. **A Guerra Civil na França.** São Paulo: e-BooksBrasil, 1999.

_____. **Manuscritos Econômicos Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **O Capital: crítica da Economia Política.** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

McCARTNEY, Matthew. **The Indian Economy**. Agenda Publishing: England, 2019.

MEIRAV, Mishali-Ram. **Conflict Change and Persistence: The India-Pakistan and Arab-Israeli conflicts Compared**. Londres: The Rowmam & Littlefield, 2019.

METCALF, Barbara D; METCALF, Thomas R. **História Concisa da Índia Moderna**. 1ed. São Paulo: EDIPRO, 2013 (Série História das Nações).

MITHILESH, Kumar Jha. History of Indian Census and its features. **Journal of Commerce, Economics & Computer Science (JCES)**. Nagalanda, India, v.3, n.3, July-Sept, 2017, p.323-330.

MISRA, Biswa Swarup. **Development and Economic Growth in India: Drives for Indian States**. Routledge: New York, 2023.

MOOKENJI, Radha Kumud. **The Gupta Empire**. New Delhi: Marg Publications, 1959.

MUKHERJEE, Radhakamal. Indian Sociology Historical Development and Present Problems. **Sociological Bulletin**, New Delhi, v.22, n.1, 1973, p. 29-58.

MYSORE, Narasimhachar Srinivas. **Social Change in Modern India**. California: University of California Press, 1966. 224p.

NAGLA, B.K. **Indian Sociological Thought**. Delhi: Rawat Publication, 2008. 439p.

NATIONAL COUNCIL OF EDUCATIONAL RESEARCH AND TRAINING (NCERT). Politics In India Since Independence. New Delhi: NCERT, 2007.

PANAGARIYA, Arvind. **India's Economic Reforms: Whas Has Been Accomplished? What Remains to Be Done?**. New Delhi: Asia Development Bank, 2004.

PATHY, J. Underdevelopment of Indian Sociology. **Social Scientist**, New Delhi, v.4, n.11, 1976, p. 20-31.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As Origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PRADEEP, Kuman Gartam. **Kautilya's Arthashastra:** Contemporany Issues and Comparison. New Delhi: Institute for Defence Studies and Analyses, 2015. 98p.

RAO, S.L. **Industry and Economic Reform (1991-1994)**. New Delhi: NACAER, 1994.

RANGARAJAN, L.N. **Kautilya:** The Arthashastra. New Delhi: Penguin Books, 1987. 871p.

RAJIV, Ahir. **A Brief History of Modern India**. New Delhi: Spectrum Books, 2017. 805p.

REGIANI, Raphael. **Geopolítica e Geoideologia da Índia**: análise das ideias e seus impactos políticos ao longo do tempo. 2018. 225p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-21022019-122948/publico/2018_RafaelRegiani_VCorr.pdf>. Acesso em: 24 out.2020.

RIAZUL, Islam; C.E, Bosworth. **The Delhi Sultanate**. Delhi: Bosworth, 1996.

RIBEIRO, Erick Herejk. **A Grande Estratégia da Índia: Ascensão de uma nova Grande Potência no século XXI**?. Porto Alegre: UFRGS, 2019. (Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos). 639f.

RISLEY, Sir Hebert**. Caste and Tribes of Bengala**. England: Cambridge University Press, 1908.

ROMILA, Thapar. **A History of India**. London: Penguin Books, 1966. 351p.

ROY, Tirthankar. **Ocidental India in the World Economy from Antiquity to the Present**. EUA: Cambridge University Press, 2012.

ROUSSEAU, JJ. **O Contrato Social e Outros Escritos**. São Paulo: Cultrix, 1993.

SAID, Edward. **Orientalism**. London: Penguin, 1978.

SHAMASASTRY, R. **Kautilya's Arthashastra**. Bangalore: Government Press, 1915.

SHAH, Jignesh. **Kautilya's Arthashastra**: The way of Financial Management and Economic Governance. Mumbai, Índia: Jaico Publishing House, 2012.

SHARMA, Amit Kumar. Indology in India: A Sociological Perspective. **Think India Quarterly**, India, v.8, n.4, 2016, p.46-70.

SINGH, Surinder. Political Culture in the Delhi Sultanate: Compulsion of a transitional phase. In: **Proceedings of the Indian history Congress**, v.63, p.251-262, 2002. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44158093>. Acesso: 11 nov.2022.

SOFRI, Gianni. **O Modo de Produção Asiático: História de uma Controvérsia Marxista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

SPENCER, Herbert. **Principi di Sociologia**. Novaro: De Agostini Libri S.p.A, 2013.

SRINIVAS, M. N. **Social Change in Modern India**. Asia Publishing House, Bombay, 1962.

SRINIVAS, M. N. **Caste in Modern India**. Asia Publishing House, Bombay, 1957

SRINIVAS, M.N; PANINI, M.N. The development of Sociology and Social Anthropology in India. **Sociological Bulletin**, India, n.22, 1973, p.179-215.

STEIN, Burton. **A History of India**. 2ed. United Kingdom: Wiley-Blackwell, 2010. 469p.

SUBRATA, Mitra. **Politics in India**: Structure, Process and Policy. 2ed. New York: Routledge, 2017. 354p.

SWENDEN, Wilfried. Centre-State Bargaining and territorial acommodation: Evidence from India. **Swiss Political Science Review**, v.22, n.4, 2016, p.491-515.

VAID, Divya. Caste in Contemporary India: Flexibility and Persistence. **Annual Review of Sociology,** v. 40, 2014, p. 391–410. *JSTOR*.
Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/43049541>. Acesso em: 14 Nov. 2024.

VILAS BÔAS, João Miguel Barcellos. **O Complexo Industrial Militar Indiano como instrumento de sua grande estratégia:** de como a Índia vem buscando ampliar sua capacidade de poder internacional por meio da Indústria de Defesa. Rio de Janeiro: UFRJ/PEPI, 2021. 210p. (TESE DE DOUTORADO. Instituto de Economia – Programa de Economia Política Internacional – PEPI).

WEBER, Marx. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. São Paulo: UNB, 1999.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 2008.

WEBER, Max. **The Religion of India: the Sociology of Hinduísmo and Buddhism**. New York: The Free Press, 1958.

WENDIR, Doniger. **The Hindus: Na Alternative History**. New York: The Pinguin Press, 2009.

WITSOE, Jeffrey. **Democracy Against Development: Lower-Caste Politics and Political modernity in Post Colonial India**. The University of Chicago Press: Chicago, 2013.

YAMASHIRO, José. **Pequena História do Japão**. 2 ed. São Paulo: Editora Herder, 1964.

ZACHARIAH, Benjamin. The Nehruvian State, Developmental Imagination, Nacionalism, and Government. *In*: **Political Transition and development Imperatives in India**. Taylor & Francis: New Delhi, 2012. P.53-84.

XIOQIN, Guo. **State and Society in China democratic transititon: Confucionism, Unimism and economic development**. Taylor & Francis Book: New York, 2003.

GLOSSÁRIO

Agni	deus do fogo
Adhikar	Privilégio
Artha	Refere-se a objetos de uso
Brahmin	Casta superior exercida pelos sacerdotes
Daimyo	Senhores feudais no Japão
Dalits	Categoria de castas considerada intocáveis
Gahapati ou gramabhojakas	Proprietários de terras
Garira	Refere-se ao corpo
Grama	Aldeias indianas
Gramani	Governo de um chefe
Guddhi	Ritual de purificação
Heimin	Classe dos agricultores no Japão
Hinin e Eta	Classe social baixa no Japão
Kshatriyas	Casta dos governantes, políticos e comerciantes
Kula	Família patriarcal
Kuge	Corte no Japão na Era Heian
Yajna	Sacrifício ritual
Jagirdars	Oficiais militares ou membros da nobreza que recebiam concessões de terras
Jagirnar	Arrecadadores de impostos
Jatis	Subgrupo de castas na Índia antiga
Lok Sabha	Câmara dos Comuns do Parlamento da Índia
Moksha	Libertação espiritual
Mosaka e Kanini	Moedas de cobre
Mukha	Boca ou chefe
Pana	Moeda de prata
Panchavimsa Brahmana	Define a posição dos Sudras na hierarquia de castas
Purushasukta	Hino sânscrito
Purolit	Função do sacerdote doméstico
Rajanya	Atividades dominantes dos nobres
Rudra	deus do relâmpago
Sadhus	Monges Jainistas
Sadhvis	Monjas Jainistas
Samhita	Coleção de hinos e orações métricas, feitiços e exorcismo
Samurai	Guerreiro em japonês

Sangha	Igreja Budista
Satya Shodkar Samaj	É uma sociedade dos que buscam a verdade
Sistema Jaijmni	Instituição ideal para caracterizar a relação entre organização econômica e a hierarquia do sistema de castas
Sistema Shõen	Divisão de terras no Japão
Shogun	Guerreiro com patente de general no Japão
Sorya	deus do sol
Sufis Shaiks	Guias morais e intermediários espirituais
Sutaka	Impureza familiar se refere ao nascimento
Taittiriya Sarithita	Obra sânscrita que fala sobre as ordens da sociedade de casta no período védico
Tamul	Refere-se a mão suja
Vaishya	Representando a casta dos comerciantes
Varuna	deus do trovão
Veda	Significa conhecimento
Vlanna	Eruditos Jurídicos do Islã
Vayu	deus do vento
Vajamana	É sacrifício

ANEXOS

ANEXO 1: Cronologia do tempo na Índia Antiga

c. 2500 a.C	Início da Cultura Harappa; Sítios urbanos
c. 1500 a.C	Declínio ou derrubada das cidades Harappianas
c. 1300 a.C	Infiltração ariana no Norte da Índia
c.1200 a.C	Composição dos primeiros Vedas
c.1000 a.C	Uso do ferro
100 – 500 a.C	Mais tarde Vedas e Brahmanas
c.900 a.C	Possível data real da Guerra do Mahabharata
Século VIII a.C	Período de formação dos dezesseis "Mahajanapadas"
Séculos VII a VI a.C	Surgimento dos grandes Estados: Kuru, Panchala, Koshala, Magadha
No final do séc. VI a.C	O rei Dario I ocupa Gandhara e Sind
c.550 a.C	Nascimento de Mahavira
c.480 a.C	Nascimento de Buda; morte de Mahavira
c.400 a.C	Composição do Ramayana e Mahabharata; morte de Buda
c.360 a.C	Fundação do reino Nanda em Pataliputra; declínio de Mahajanapadas
327 a.C	Invasão de Alexandre, o Grande
Final do séc.IV a.C	Chandragupta estabelece o reino Maurya; possível composição do Arthashastra
268-233 a.C	Reinado de Ashoka Maurya
185 a.C	Derrocada do último governante Maurya e a fundação da Dinastia Shunga
Início do séc. IV d.C	Estabelecimento do reino de Pallava
320 d.C	Chandragputa funda a Dinastia Gupta

Fonte: Stein (2010, p.38).

ANEXO 2: Cronologia do tempo para a História da Índia Medieval e Moderna

543-566 d.C	Pulakeshin I, fundador dos Chalukyas de Badami
Séc.VI d.C	Desenvolvimento da adoração de *bhakti;* ascensão dos Pallavas
Séc. VI a VII d.C	Ascensão de vários reinos
606-647 d.C	Reinado de Harsha de Kanauj
609-642 d.C	Pulakeshin II de Badami
630-643 d.C	Hsuan Tsang na Índia para coletar e traduzir escrituras budistas
675-685 d.C	I Tsing chega por mar via Sumatra e fica em Nalanda
Séc.VII a IX d.C	Poeta tâmil – santos; deslocamento do budismo e do jainismo
Início do Séc. VIII d.C	Os árabes conquistam Sind e atacam a Índia
788-820 d.C	Shankara revigora o pensamento Hindu, copia a organização budista
Meados do séc. VIII d.C	Fundação da dinastia Rashtrakuta; derrubada de Chalukyas
871-907 d.C	Aditya I derrota os Pallavas e funda a Dinastia Chola
985-1016 d.C	Rajarajachola funda o Império Chola no sul da Índia
1000-1025 d.C	Mahmud de Ghazni realiza dezessete ataques no norte da Índia
Séc. XI a XIV d.C	Eflorescência dos textos do Dharma
1156 d.C	Muçulmanos turcos sob Mahmud de Ghur destroem Ghazni
1193 d.C	Mahmud de Ghur toma Delhi
1206 d.C	Qutbuddin Aibak funda o Sultanato de Delhi
1206-1290 d.C	"Sultões de escravos"
1290-1320 d.C	Sultões Khalji
1320-1415 d.C	Sultões de Tughluq
1292-1306 d.C	Tentativas de invasão Mongol
1327 d.C	Transferência da capital de Delhi para Daulatabat
1334 d.C	Sultanato independente de Madurai
1336 d.C	Sultanato separado de Bengala. Fundação do reino de Vijayanagara
1345 d.C	Fundação do reino Bahmani
1451 d.C	Bahlul Lodi toma o trono de Délhi
1489-1520 d.C	O Sultanato de Bahmani se desintegra em cinco estados independentes. Apogeu do início do século XVI do reino de Vijayanagara
1526 d.C	Babur derrotou Ibrahim Lodi em Panipat, tornando-se o primeiro imperador Mogol
1540-1555 d.C	Regra dos Surs entre a derrota de Humayun e sua restauração.
1556-1560 d.C	Bairam Khan regente de Akbar
1565 d.C	Queda do reino Vijayanagara
1600 d.C	Carta da Companhia das Índias Orientais concedida pela Rainha Elizabeth I
1601 d.C	Revolta do Príncipe Salim inicia recorrentes lutas internas Mughal
1605 d.C	Adesão de Jahangir
1628 d.C	Adesão de Shah Jahan
1627-1659 d.C	Shah Jahan preso e luta fraterna pela sucessão
1658 d.C	Adesão de Aurangzeb; começa o período da ortodoxia religiosa
1659 d.C	Shivaji, o Maratha, toma o sultanato de Bijapur
1659-1707 d.C	Aurangzeb tenta recuperar o controle do Deccan de Marathas
1685 d.C	Bloqueio de Bombaim pela Companhia das Índias Orientais
1688 d.C	Shambhuji capturado por Aurangzeb; Rajaram escapa
1707 d.C	Morte de Aurangzeb; declínio do Império Mogol
1707-1726 d.C	Regra de Murshid Quli Khan em Bengala, Bihar e Orissa
1720-1818 d.C	Burocracia Peshwa dos Marathas.
1739 d.C	Nadir Shah da Pérsia saqueia Delhi e toma o trono do pavão.
1770 d.C	Grande fome de Bengala.

1784 d.C	Estabelecimento do Conselho de Controle da Companhia das Índias Orientais.
1813 d.C	Abolição do monopólio da Companhia das Índias Orientais sobre o comércio.
1824 d.C	Motim dos Sipaios em Barrackpur.
1829 d.C	Abolição do sati.
1833 d.C	Companhia das Índias Orientais deixa de comercializar
1837-1900 d.C	Sucessão de fomes severas e epidemias
1853 d.C	Início da ferrovia de construção
1857-1859 d.C	Motim e Rebelião no norte da Índia
1858 d.C	Empresa dissolvida; O Parlamento assume o controle direto da Índia britânica. Último imperador Mongol deposto

Fonte: Stein (2010, p.104).

ANEXO 3: LINHA DO TEMPO DA LUTA PELA LIBERDADE DA ÍNDIA

ANO	LOCALIZAÇÃO	EVENTO	PROTAGONISTA
1857	Berhampore	Cipaio da 19ª Infantaria recusaram a prática de rifle	
1857	Meerut	Motim Sipaio	
1857	Ambala	Agitação em Ambala	
1857	Barrackpore	Mangal Pandey atacou oficiais britânicos e depois foi enforcado	Mangal Pandey
1857	Lucknow	48º Motim em Lucknow	
1857	Peshawar	Guarnição indígena foi desarmada	
1857	Kanpur	Motins da 2ºCavalaria, Massacre de Satichaura Ghat, Massacre de mulheres e crianças em Bibighar	
1857	Delhi	Batalha de Badli-ki-Serai	
1857	Jhansi	Direitos de seu filho adotivo e liderou a defesa bem-sucedida de Jhansi contra exércitos e invasores	Rani Lakshmi Bai
1857	Meerut	50 europeus mortos por sipaios e multidão	
1857	Kanpur	Segunda batalha de Cawnpore (Kanpur): Tatya Tope derrotado pelas forças da empresa	Tatya Tope
1857	Jhelum	Motim de tropas nativas contra os britânicos	
1857	Gurdaspur	Batalha de Trimmu Ghat	
1858	Calcutá	Companhia das Índias Orientais abolida	
1858	Gwalior	Batalha de Gwalior quando Rani Lakshmi Bai com rebeldes Maratha capturou Gwalior dos governantes de Scindia	Rani Lakshmi Bai
1858	Jhansi	Rani Laxmi Bai morreu	Rani Lakshmi Bai
1859	Shivpuri	Tatya Tope capturada e executada	Tatya Tope
1876		Rainha Victoria declarada como a “Imperatriz da India”	
1885	Bombaim	Congresso Nacional Indiano (INC) formado por AO Hume	AO Hume
1898		Lord Curzon tornou-se vice-rei	
1905	Surat	O Movimento Swadeshi começou	
1905	Bengala	Partição de Bengala	
1906	Daca	Fundada a Liga Muçulmana de toda a Índia	Aga Khan III
1908		30 de abril: Khudiram Bose foi executado	
1908	Mandalay	Tilak foi condenado a seis anos de prisão por sedição	Bal Gangadhar Tilak
1909		Reformas Minto-Morley ou Lei dos Conselhos Indianos	
1911	Delhi	Delhi durbar realizada. Partição de Bengala foi cancelada	
1912	Delhi	Delhi estabelecida como a nova capital da Índia	
1912	Delhi	Delhi Conspiracy Case para assassinar Lord Hardinge (vice-rei da Índia)	
1914		O Partido Ghadar foi formado em San Francisco	
1914	Calcutá	Incidente Komargara Maru	
1915	Bombaim	Gopal Krishna Gokhale morreu	
1916	Lucknow	Lucknow Pacto Assinado	Muhammad Ali Jinnah

1916	Pune	Tilak fundou a Indian Home Rule League primeiro em Poona (Pune)	Bal Gangadhar Tilak
1916	Madras	Annie Besant liderou a Home Rule League	Annie Besant
1917	Champaran	Mahatma Gandhi lançou a campanha Champaran em Bihar	Mahatma Gandhi
1917		Declaração de Montagu feita pelo Secretário de Estado, Edwin Samuel Montagu	
1918	Champaran	Aprovada a Lei Agrária Champaran	
1918	Kheda	Kheda Satyagraha	
1918		Início do movimento sindical na Índia	
1919	Amritsar	Massacre de Jallianwala Bagh	
1919		Lei Rowlatt aprovada pelo Conselho Legislativo Imperial em Londres	
1919		O Movimento Khilafat começou	
1920		Tilak fundou o Partido Democrático do Congresso	
1920		Movimento de Não Cooperação iniciado	Mahatma Gandhi
1920		Todo o Congresso Sindical da Índia começou	Narayan Malhar Joshi
1920	Calcutá	Gandhiji propôs uma resolução que pedia aos britânicos que concedessem status de domínio à Índia	Mahatma Gandhi
1921	Malabar	Rebelião Moplah	
1922	Chauri Chaura	Incidente Chauri Chaura	
1922	Allahabad	Partido Swaraj formado	Sardar Vallabhbhai Patel
1925		Partido Comunista da Índia foi formado	
1925	Kakori	Conspiração Kakori	Ram Prasad Bismil, Ashfaquila Khan, Chandrasekhar Azad
1925	Bardoli	Bardoli Satyagraha	Vallabhbhai Patel
1928	Bombaim	Simon Commission chega a Bombaim e um hartal em toda a Índia foi observado	Lala Lajpat Rai
1928	Lahore	Lala Lajpat Rai agredida pela polícia em Lahore e depois morreu devido aos ferimentos	Lala Lajpat Rai
1928		O Relatório Nehru propôs uma nova constituição de Domínio da Índia	Motilal Nehru
1929	Lahore	Sessão de Lahore do Congresso Nacional Indiano realizada	Jawaharal Nehru
1929	Lahore	A lutadora pela liberdade Jatindra Nath Das jejuou até a morte exigindo melhores instalações para os prisioneiros	Jatindra Nath Das
1929		A Conferência Muçulmana de Todas as partes formula os “Quatorze Pontos”	Muhammad Ali Jinnah
1929	Delhi	Incidente de lançamento de bomba na Assembleia Legislativa Central	Bhagat Singh, Batukeshwar Dutt
1929		Lord Irwin anunciou que o governo se reuniria para uma mesa redonda com representantes indianos	
1929	Lahore	Jawaharlal Nehru içou a bandeira da Índia	
1930		A declaração de Purna Swaraj foi divulgada pelo Congresso Nacional Indiano	

1930	Sabarmati Ashram	Início do Movimento de Desobediência Civil com a Marcha Dandi ou a Marcha do Sal	Mahatma Gandhi
1930	Chittagong	Invasão do Arsenal de Chittagong	Surya Sen
1930	Londres	Primeira Mesa Redonda começa em Londres para considerar o relatório da Comissão Simon	
1931	Lahore	Bhagat Singh, Sukhdev e Rajguru enforcados	Bhagat Singh, Sukhdev e Rajguru
1931		Pacote Gandhi Irwin assinado por Mahatma Gandhi e Lord Irwin	
1931		Segunda Mesa Redonda	Mahatma Gandhi, Sarojini Naidu, Madan Mohan Malaviya, Ghanshyam Das Birla, Muhammad Iqbal, Sir Mirza Ismail, SK Dutta, Sir Syed Ali Imam
1932		O Congresso Nacional Indiano e suas organizações associadas declararam ilegal	
1932		Gandhiji foi preso por sedição sem julgamento	Mahatma Gandhi
1932		O primeiro-ministro britânico, Ramsay Macdonald, anunciou o "Prêmio Comunal" para conceder eleitorados separados às comunidades minoritárias indianas	
1932		Gandhiji começou seu "jejum até a morte" para melhorar o status das castas intocáveis que durou seis dias	Mahatma Gandhi
1932	Londres	A Terceira Mesa Redonda	
1933		Gandhiji jejua para chamar a atenção para o bem-estar dos intocáveis	Mahatma Gandhi
1934		A Lei do Governo da Índia de 1935 foi aprovada	
1937		Eleições provinciais indianas realizadas sob a Lei do Governo da Índia de 1935	
1938	Haripura	Sessão deHaripura do Congresso Nacional Indiano realizada	
1938		Subhash Chandra Bose foi eleito presidente do Congresso Nacional Indiano	Subhash Chandra Bose
1939	Jabalpur	Tripuri Sessão realizada	
1939		Os ministros do Congresso nas províncias renunciaram para protestar contra a política de guerra do governo britânico. Subhash Chandra Bose renunciou ao cargo de presidente do Congresso Nacional Indiano	Subhash Chandra Bose
1939		A Liga Muçulmana observa "Dia da Libertação" para celebrar a renúncia dos ministérios do Congresso	Muhammad Ali Jinnah
1940		Sessão de Lahore realizada pela Liga Muçulmana para a criação de "Estados Independentes" para os Muçulmanos	
1940		"Oferta de agosto de 1940" feita por Lord Linlithgow que oferecia aos [índios o direito de criar sua própria Constituição	

1940	Wardha	Comitê de Trabalho do Congresso rejeita a "Oferta de agosto" e lança "Satyagraha Individual"	
1941		Subhash Chandra Bose escapa da Índia	Subhash Chandra Bose
1942		Saia do Movimento da Índia ou Movimento de Agosto iniciado	
1942		Churchill anuncia a Missão Cripps	
1942	Bombaim	O Congresso Nacional Indiana adotou a Resolução "Sair da Índia"	
1942		Gandhiji e outros líderes importantes do Congresso foram presos	Mahatma Gandhi
1942		Azad Hind Fauj estabelecido	Subhash Chandra Bose
1943	Porto Blair	Cellular Jail declarada como sede do Governo Provisório da Índia	
1943		Subhash Chandra Bose proclama a formação do Governo Provisório da Índia Livre	Subhash Chandra Bose
1943	Carachi	A sessão de Karachi da Liga Muçulmana adotou o slogan "Dividir para reinar"	
1944	Moirang	O coronel Shaukat Malik do Azad Hind Fauj derrotou os britânicos na região com o apoio japonês	Coronel Shaukat Ali
1944	Simla	Conferência de Simla realizada entre o vice-rei Archibald Wavellin e líderes políticos indianos	
1946	Delhi	Plano de Missão do Gabinete aprovado	
1946	Delhi	Assembleia Constituinte formada	
1946		Motim da Marinha Real Indiana	
1946	Delhi	Missão de Gabinete chega a Nova Delhi	
1946	Lahore	Jawaharlal Nehru assume a presidência do Congresso	Jawaharlal Nehru
1946		Governo interino da Índia formado	
1946	Delhi	Primeira sessão da Assembleia Constituinte da Índia realizada	
1947		O primeiro-ministro britânico, Clement Attlee, declarou que o governo britânico concederia autogoverno total à Índia Britânica	
1947		Lord Mountbatten nomeado vice-rei da Índia e depois se tornou o primeiro governador-geral da Índia Independente	
1947		O Plano Moutbatten foi feito para a divisão da Índia em domínios totalmente soberanos – Índia e Paquistão com efeito a partir de 15 de agosto de 1947 sob a lei de Independência da Índia de 1947	

ANEXO 4: Dinastias e Estados, c.500 a.C – 1200 d.

	Norte e Centro	Sul	Leste	Oeste
500 a.C-0 CE	Pré-300 aC: Mahajanapada ou um aglomerado de assentamentos. 320-185 a.C: Império Maurya. 200 a.C ao início da CE: Indo-Gregos ou bactrianos governam o vale superior do Indo e o Leste do Afeganistão.	Até 230 a.C: Império Maurya. 230 a.C – segundo século d.C: os ex-vassalos Mauryas Satavahanas ou Satkarnis estabelecem um império no norte de Deccan; principais centros Amaravati no Vale de Krishna e Pratisthan (Paithan).	320-185 a.C: Império Maurya, capital Pataliputra (atual Patna em Bihar). 185-173 a.C: Sunga	320-185 a.C: Império Maurya Pós-185 a.C: controle Satavahana na atual Maharashtra
0-500 CE	c.50-400 d.C: Kusanas, uma tribo noroeste-persa, estabeleceram um Estado em Bactria, seguido por um Império governando a parte ocidental do norte da Índia. c.250-550 d.C: Império Gupta, principal centro de Ujjain na Índia central; controla as planícies do Ganges.	Os Vakatakas governam o norte de Deccan e na Índia central (a criação das cavernas de Ajanta); Reinos de Chera e Ay em Malabar e no atual sul de Tamil Nadu; Pallavas no norte de Tamil Nadu.	Kharabelas controlam as costas de Orissa, incluindo o comércio costeiro e estabeleceram um estado em partes do Leste e centro da Índia; Seguidos pela conquista de Gupta.	Kadambas e outros reis locais estabelecem o controle nas áreas costeiras ocidentais.
500-1200 CE	606-647 d.C: Harshavardhan, com sede em Kanyakubja (Kanauj) nas planícies médias do Ganges. 650-1200 d.C: Invasão da Ásia Central e fragmentação política. As Tribos dominantes incluem os Clãs Gurjar Pratihara e Rajputs. 660-740 d.C: batalhas ocasionais entre os exércitos do Califado e Rajputs. 1000-1187 d.C: Governo Ghaznavid no atual norte do Paquistão. 1187-1200 d.C: Muhammad Ghori captura Ghazni, derrota os Rajputs do Norte e estabelece um estado baseado em Delhi; herdado por um general mameluco em 1206.	Até 850 d.C Pallavas posteriores, Pandyas iniciais e os Cholas compartilham ou competem pela hegemonia. 850-1280 d.C: Império Chola baseado no Delta Kaveri. Século XI-XII: renascimento de Pandyan; Depois o governo Chera em Malabar e regiões adjacentes; Dinastias Kakatiya e Hoysala na parte sul do Planalto do Decão.	550-750 d.C: Fragmentação em Banga, Samatata, Harikela, Poundra e outros domínios. 750-1100 d.C: Palas, Senas, Gangas Oriental na Costa de Orissa no século XI e XII. 1200 d.C: Grupos de soldados do exército de Ghori invadem a capital de Sena.	Chalukyas e Dinastias Rashtrakuta governam o lado ocidental do Planalto de Deccan e partes do Oeste da Índia.

Fonte: ROY (2012, p. 23 e 24).

ANEXO 5: Dinastias e Estados, c.500 1200-1765

	Norte e Centro	Sul	Leste	Oeste
1200-1525 1206-1526	Os Sultanatos de Delhi – Mameluco (1206-90); Khilji (1290-1320); Tughlaq (1320-1413); Sayyid (1414-51); Lodi (1451-1526): baseado em Delhi e controle das planícies gangéticas ocidentais.	Metade do Norte do Planalto de Deccan recebe exércitos do Norte em 1294, 1307 e 1338. Kakatiyas perde para um exército Tughlaq em 1323. 1347-1550: O Sultanato Bahamani (1347-1527), baseado em Gulbarga, controla o Planalto Norte do Deccan e o Império Vijayanagar baseado em Hampi (1336-1565), controla a parte Sul. 1490-1520 d.C: Fragmentos do Sultanato Bahamani em Bijapur, Golkonda, Ahmadnagar, Bidar e Berar.	Até 1342: Controle de Delhi; Governo independente de Shamsuddin Llyas Shah (1342-58), Sultões menores e Alauddin Husain Shah (1494-1519). Assam sob os governantes autônomos Ahom (um clã Shan birmanês), Koch e Chutiya; Orissa sob o Gangas Oriental.	Gujarat anexado ao Sultanato de Delhi c.1300; Sultões independentes depois de 1400; Os Sultanatos do Deccan controlam o atual Maharashtra. 1510-1539: os portugueses derrotam os sultões de Bijapur para estabelecer uma colônia em Goa (1510) e de Gujarat; Os sultões arrancam Damão e Diu (1535-39).
1526-1680	Mughal conquista Delhi (1526) e Malwa (1526); Os estados Rajput incluindo Bundelkhand devem lealdade.	Os cinco sultanatos progressivamente subjugados pelos Mughals no século XVII. Vassalos ou Nayakas de Vijayanagar (Mysore, Madarai, Gingee, Tanjore e outros) estabelecem domínios independentes desafiados de tempos em tempos pelos Sultanatos do Deccan.	Mughal conquista Bengala e Orissa (1575-85). A campanha de Assam falha.	Mughal conquista Gujarat em 1572. Sultanatos do Deccan estão sob o domínio Mughal no atual Maharastha.
1680-1765	Maratha conquista Malwa, Berar, Bundelkahand (1700-1705). Os reinos independentes continuam nos territórios Rajput no Oeste da Índia. O Império Mughal se divide nas planícies médias do Ganges em Awadh, Rohilkhand, Punjab e Benares, entre outros. A luta pelo controle do Gangético ocidental irrompe entre afegãos e maratas (1750-61), terminando com a derrota dos Marathas.	Dinastia Maratha em Tanjore (1675). Nizam ul-Mulk estabelece um Estado independente em Hyderabad (Golkonda) em 1724. Ele cede a costa de Andhra à Companhia das Índias Orientais em 1765. Mysore e Kerala continuam como estados.	O Vice-rei de Mughal de Bengala, Bihar e Orissa, Murshid Quli Khan estabelece um governo independente (1717). Parte de Orissa foi cedida aos Marathas em 1751. Em 1756, a Companhia das Índias Orientais assumiu o controle das receitas de Bengala, Bihar e Orissa.	As forças de Marathas (anteriormente soldados do comando de fortes colinas sob os sultões de Bijapur) estabelecem um estado no oeste de Maharashtra (1680); Maratha conquista Gujarat em 1700-1705.

Fonte: ROY (2012, p.4).